

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL – PPGDS

CARTOGRAFIA DECOLONIAL CATRUMANA

SÉRGIO LEANDRO SOUSA NEVES

MONTES CLAROS

Maio de 2020

CARTOGRAFIA DECOLONIAL CATRUMANA

SÉRGIO LEANDRO SOUSA NEVES

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social - PPGDS, como requisito parcial para obtenção de título de doutor em Desenvolvimento Social.

Orientador:

Prof. Dr. Marcos Esdras Leite – UNIMONTES

Coorientador:

Prof. Dr. João Batista de Almeida Costa – UNIMONTES

MONTES CLAROS

Maio de 2020

Neves, Sérgio Leandro Sousa.

N518c Cartografia decolonial catrumana [manuscrito] / Sérgio Leandro Sousa Neves.
– Montes Claros, 2020.

244 f. : il.

Bibliografia: f. 229-242.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social /PPGDS, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Esdras Leite.

Coorientador: Prof. Dr. João Batista de Almeida Costa.

1. Decolonialidade. 2. Nova cartografia social. 3. Cartografia catrumana. 4.
Comunidades tradicionais. 5. Norte de Minas Gerais (MG). I. Leite, Marcos Esdras.
II. Costa, João Batista de Almeida. III. Universidade Estadual de Montes Claros. IV.
Título.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PPGDS

TERMO DE APROVAÇÃO

SÉRGIO LEANDRO SOUSA NEVES

Cartografia Decolonial Catrumana

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Social, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS, da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, apreciada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Marcos Esdras Leite
Universidade Estadual de Montes Claros (Orientador)

Prof. Dr. João Batista de Almeida Costa
Universidade Estadual de Montes Claros (Co-orientador)

Examinador: Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida
Universidade Estadual do Maranhão (Examinador)

Examinador: Prof. Dr. Leonardo Luiz Silveira da Silva
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (Examinador)

Prof. Dr. Rômulo Soares Barbosa
Universidade Estadual de Montes Claros (Examinador)

Prof. Dr. Cássio Alexandre da Silva
Universidade Estadual de Montes Claros (Examinador)

Aprovada em: 28 de maio de 2020

Dedico à
Yan, Lisa, Lavínia e Dona Madalena.

AGRADECIMENTOS

Por vezes não encontramos palavras para agradecer àqueles que de alguma forma contribuíram para a concretização desse trabalho. Agradeço as pessoas e instituições que foram mais presentes ou que somaram para concretude dessa tese.

Toda a gratidão a minha família! Em especial a minha esposa Lisa, que esteve presente na minha vida e construção desse trabalho, seu companheirismo e apoio, no que tange às discussões teóricas e de campo, foram fundamentais para que eu pudesse visualizar os horizontes a serem percorridos. Ao meu filho Yan, minha enteada Lavínia, minha mãe Madalena, meu pai João G. das Neves (*in memoriam*), meu irmão Márcio e à Lena, que acompanharam as angústias e alegrias durante os últimos quatro anos, obrigado pelo incentivo e compreensão pelos momentos de ausência. Agradeço a minha sogra Dona Doxa e meu sogro José Ribeiro pela amizade.

Agradeço ao meu orientador Marcos Esdras Leite por suas contribuições quanto ao pensar e fazer cartográfico e ao meu coorientador João Batista de Almeida Costa “Joba”, pela disponibilidade, sabedoria, incentivo, reflexões e por me apresentar a “Catrumanidade”. Aos professores do PPGDS que direta ou indiretamente contribuíram com suas disciplinas e conhecimento, assim como os meus colegas de doutoramento. As professoras Andréa de Paula e Felisa Anaya, que foram fundamentais para minha aproximação com as comunidades de Buriti do Meio e Pau de Légua e minha inserção no projeto Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central e a professora Maria “Da Luz” pelo incentivo e amizade. Agradeço a Matheus Ferreira pelas valiosas contribuições na confecção dos mapas.

Agradeço a Carlinhos Dayrell e ao CAA/NM pelo apoio e aproximação com as comunidades do Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande. Agradeço os moradores das comunidades: Buriti do Meio, Claudinho, Wendell, Bruno, Zaquiel, Dona das Neves, Simone, Joana e Geraldo; aos moradores da comunidade Vazanteira de Pau de Légua, Seu Dió, Natalino e Cícero (Associação dos Vazanteiros de Itacarambi). Agradeço aos representantes do movimento geraizeiro que estiveram presentes nas oficinas: Orlando, Seu Felismino e Maria Aparecida “Cida” (São João do Paraíso) e a todas as pessoas das comunidades do Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande em especial: Aelson, Téo, Neto, Ronaldo, minha anfitriã Dona Maria Pereira e ao Senhor Adão Pereira o “Seu Duta”, uma pessoa magnífica que tive o prazer de conhecer e que me ensinou muito sobre “os gerais” e a identidade geraizeira, momentos que me ajudaram a revisitar e entender o passado de meus ancestrais maternos.

Ao Instituto Federal do Norte de Minas Gerais pelo apoio enquanto instituição e incentivo ao seu corpo docente em se especializar através do Programa de bolsas para qualificação de servidores - PBQS. Aos meus colegas de profissão Fábio Antunes, Edilson Carvalho, Marli Fróes, Carla Silva e Narjara.

Obrigado a todos!

*“O verdadeiro lugar de nascimento é
aquele em que lançamos pela primeira vez
um olhar inteligente sobre nós mesmos”
(Marguerite Yourcenar)*

RESUMO

As epistemologias do Sul, a partir de suas potencialidades, tornam-se referências para considerar o saber/poder de grupos sociais distintos, outrora historicamente dissolvidos, invisibilizados ou desponderados no contexto epistemológico e do capitalismo/colonialismo. Para tanto, o movimento decolonial, balizador desta tese, concebe as epistemologias do Sul, de maneira horizontal e não verticalizada, lançando, desta maneira, luz sobre as mais variadas formas de conhecimento em todo o mundo. Assim como as demais ciências, a geográfica é tensionada, em suas bases academicistas, a sua reformulação na direção de uma Geografia Decolonial. Nesta mesma esteira, apresenta-se a Cartografia e sua possibilidade de aplicação numa análise decolonial. Esta tese se dedicou a compreender os processos de construção territorial por meio de mapas sociais coletivos, de três comunidades tradicionais na região Norte de Minas. Utilizou-se, como procedimento metodológico, a junção de técnicas cartográficas alinhadas aos princípios da Nova Cartografia Social e às cartografias próprias com vistas a sua “tradução” para base cartográfica clássica. Seguida de uma análise comparativa do território, como unidade de análise e de suas dimensões (ou vertentes de análise): Política, simbólica/cultural, econômica e espacial, apontando seus contextos históricos de apropriação territorial, suas temporalidades e suas semelhanças e dessemelhanças. As análises permitiram constatar as diferenciações identitárias, territoriais e as articulações políticas, bem como similaridades na forma de conceber e retratar cartograficamente seus territórios. A essas formas próprias de cosmografias, denominam-se, nesta tese de Cartografia Catrumana. Aponta-se a Nova Cartografia Social, por distanciar do “representar” ou do “falar em nome de”, partindo de um processo de construção coletiva, no qual, aproxima, com mesmo grau de importância, o pesquisador e os sujeitos sociais de pesquisa, como instrumento eficaz na compreensão e ou (re)leitura das estruturas sociais de comunidades e povos tradicionais que atuam como sujeitos da ação. Sendo acrescidas técnicas apropriadas para a compreensão e mapeamento social das comunidades elencadas.

Palavras-chave: Decolonialidade. Nova Cartografia Social. Cartografia Catrumana. Comunidades Tradicionais. Norte de Minas Gerais.

ABSTRACT

The South's epistemologies, from their potentiality, take themselves as a reference to consider the knowledge/power of distinct social groups, once historically dissolved, invisible or unseen in the epistemological context and of capitalism/colonialism. Therefore, the decoloniality movement, the basis of this thesis, conceives the South's epistemologies, in a horizontal and not vertical way, thus shedding light on the most varied forms of knowledge around the world. As well as the other sciences, Geography is tensioned, in its academic bases, its reformulation towards a Decoloniality Geography. In this same wake, Cartography is presented and its possibility of application in decolonial analysis. This thesis was dedicated to understanding the territorial construction processes through collective social maps of three traditional communities in the Northern region of Minas Gerais. As a methodological procedure, it was used the joining of cartographic techniques aligned with the principles of the New Social Cartography and its own cartographies with a view to its "translation" to classic cartographic base. Followed by a comparative territory analysis, as a unit of analysis and of its dimensions (or strands of analysis): Political, symbolic/cultural, economic and spatial, pointing out its historical contexts of territorial appropriation, its temporalities and its similarities and dissimilarities. The analyses made it possible to verify the identities, territorial differentiation and political articulations, as well as similarities in the way of conceiving and portraying their territories in a cartographic way. In this thesis, these forms of cosmography are called Catrumana Cartography. The New Social Cartography is pointed out as distancing itself from "representing" or "speaking in the name of", starting from a process of collective construction, in which, get close, with the same degree of importance, the researcher and the social subjects of research approach, as an effective instrument for understanding and or (re)reading the social structures of traditional communities and peoples that act as subjects of action. Appropriate techniques for understanding and social mapping of the related communities.

Keywords: Decoloniality. New Social Cartography. Catrumana Cartography. Traditional Communities. North of Minas Gerais.

RESUMEN

Las epistemologías del Sur, a partir de su potencialidad, son tomadas para considerar el saber/poder de diferentes grupos sociales, históricamente disueltos, hecho invisibles o desposeídos en el contexto de la epistemología y del capitalismo/colonialismo. Para ello, el movimiento decolonial, base de esta tesis, concibe las epistemologías del Sur, de manera horizontal y no verticalizada, arrojando luz sobre las más variadas formas de conocimiento a nivel mundial. Así como otras ciencias, la geográfica es tensionada, en sus bases academicistas, a su reformulación en dirección a una Geografía Decolonial. De esta misma forma se presenta la Cartografía y su posibilidad de aplicación en un análisis decolonial. Esta tesis se dedicó a comprender los procesos de construcción territorial a través de mapas sociales colectivos, de tres comunidades tradicionales de la región Norte de Minas. Se utilizó, como procedimiento metodológico, la combinación de técnicas cartográficas alineadas con los principios de la Nueva Cartografía Social y las cartografías propias con miras a su "traducción" para una base cartográfica clásica. Seguido de un análisis comparativo del territorio, como unidad de análisis y sus dimensiones (o aspectos de análisis): Político, simbólico / cultural, económico y espacial, señalando sus contextos históricos de apropiación territorial, sus temporalidades y sus similitudes y disimilitudes. Los análisis permitieron constatar las diferenciaciones identitarias, territoriales y las articulaciones políticas, así como similitudes en la forma de concebir y retratar cartográficamente sus territorios. A esas formas propias de cosmografías, se denominan, en esta tesis de Cartografía Catrumana. Se apunta la Nueva Cartografía Social, en la medida en que se aleja de "representar" o "hablar en nombre de", partiendo de un proceso de construcción colectiva, en el que aproxima, con igual grado de importancia, al investigador y los sujetos sociales de investigación, como instrumento eficaz para comprender y / o (re)lectura de las estructuras sociales de comunidades y pueblos tradicionales que actúan como sujetos de acción. Se agregan técnicas apropiadas para la comprensión y el mapeo social de las comunidades enunciadas.

Palabras clave: Decolonialidad. Nueva Cartografía Social. Cartografía Catrumana. Comunidades Tradicionales. Norte de Minas Gerais.

RÉSUMÉ

Les épistémologies du Sud sont prises en fonction de leur potentiel à considérer la connaissance / le pouvoir de différents groupes sociaux, anciennement dissous historiquement, invisibles ou démantelés dans le contexte de l'épistémologie et du capitalisme / colonialisme. À cette fin, le mouvement décolonial, à la base de cette thèse, a conçu les épistémologies du Sud, de manière horizontale et non verticale, mettant ainsi en lumière les formes de connaissances les plus variées à travers le monde. Comme les autres sciences, la géographie est tendue, dans ses bases académiques, à sa reformulation en direction d'une géographie décoloniale. Sur cette même piste, la cartographie et sa possibilité d'application dans une analyse décoloniale sont présentées. Cette thèse a été consacrée à la compréhension des processus de construction territoriale à travers des cartes sociales collectives, de trois communautés traditionnelles de la région nord de Minas. En tant que procédure méthodologique, la combinaison de techniques cartographiques alignées sur les principes de la Nouvelle Cartographie Sociale a été utilisée, suivie d'une analyse comparative du territoire, comme unité d'analyse, et de ses dimensions: politique, symbolique / culturelle, économique et spatiale, soulignant ses contextes historiques d'appropriation territoriale et ses similitudes et dissimilitudes. Les analyses ont permis de vérifier les différenciations des articulations identitaires, territoriales et politiques, ainsi que les similitudes dans la manière de concevoir et de représenter cartographiquement leurs territoires. La Nouvelle Cartographie Sociale est signalée, car elle se distancie de «représenter» ou «parler au nom de», à partir d'un processus de construction collective, dans lequel elle rassemble, avec le même degré d'importance, le chercheur et les sujets sociaux la recherche, comme instrument efficace pour comprendre et (ou) relire les structures sociales des communautés et des peuples traditionnels qui agissent comme sujets d'action.

Mot clés: Décolonialité. Nouvelle Cartographie Sociale. Communautés traditionnelles. Nord de Minas Gerais.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AW - Clima de Savana

CAA/NM - Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CPT - Comissão Pastoral da Terra

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FINOR - Fundo de Investimentos do Nordeste

GPS - Global Positioning System

IEF - Instituto Estadual de Floresta

IFNMG - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ISEIB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros

LMEO - Linha Média das Enchentes Ordinárias

M/C - Grupo Modernidade Colonialidade

NCS - Nova Cartografia Social

NIISA - Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental

ONG - Organizações Não Governamentais

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

PCSDS - Projeto Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central

PNCSA - Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

PPGDS - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social

REVIS - Refúgio de Vida Silvestre

RURALMINAS - Fundação Rural Mineira Colonização e Desenvolvimento Agrário

SIG - Sistema de Informações Geográficas

SPU - Secretaria de Patrimônio da União

SUCAM – Superintendência de Campanhas de Saúde Pública

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UC - Unidade de Conservação

ZEE - Zoneamento Ecológico Econômico

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma da Estrutura Quadripolar da Prática Metodológica	29
Figura 2 - Mosaico de unidades de conservação e perímetro de irrigação no Médio São Francisco Mineiro	49
Figura 3: Uso do solo em municípios da região Norte do Estado de Minas no ano de 1986	51
Figura 4 - Uso do solo em municípios da região Norte do Estado de Minas no ano de 2015	52
Figura 5 - Localização das Comunidades: Vazanteira de Pau de Légua, Quilombola de Buriti do Meio e Comunidades do Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande	117
Figura 6: Territórios quilombolas do médio São Francisco e fluxo migratório de ocupação	122
Figura 7 - Localização da comunidade Vazanteira de Pau de Léguas e Empreendimentos do Entorno	124
Figura 8 - Fascículo 10 - Comunidade Tradicional Vazanteira de Pau de Légua.....	128
Figura 9 - Pesquisa de campo na comunidade vazanteira de Pau de Légua	139
Figura 10 - Croqui produzido pela Comunidade Vazanteira de Pau de Légua	140
Figura 11 - Mapa Social da Comunidade Tradicional Vazanteira de Pau de Légua.	142
Figura 12 – Fascículo da Comunidade Buriti do Meio	145
Figura 13 - Cartazes produzidos pela Oficina Memória, Comunicação e Imagem...	147
Figura 14 - Construção dos ícones e croqui na Comunidade Quilombola de Buriti do Meio	148
Figura 15 - Núcleo de Produção de Artesanato 01- Comunidade Quilombola de Buriti do Meio	157
Figura 16 – Croqui da Comunidade Quilombola Buriti do Meio	162
Figura 17 - Mapa Social da Comunidade Quilombola Buriti do Meio	163
Figura 18 - Alto Rio Pardo	165

Figura 19 – Alto Rio Pardo e comunidades em conflito	166
Figura 20 - Esquema bidimensional de territórios intercomunitários	170
Figura 21 - Reuniões e oficinas com as comunidades geraizeiras	173
Figura 22 - A picada: uma forma resistência nos gerais	176
Figura 23 - A coleta da água de consumo	183
Figura 24 - Senhor Adão (Duta) - Morador da Comunidade de Jacu e exposição dos equipamentos das tropas – buracas	187
Figura 25 - Estradas Cavaleiras do Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande	189
Figura 26 - Territorialidades do Movimento Geraizeiro	199
Figura 27 - Área de Incidência da Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais - Sete Povos	201
Figura 27 - Mapa Social do Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande	202
Figura 28 - Croquis das comunidades do Território Geraizeiro	202
Figura 29 – Mapa Social do Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande	204
Figura 30 - Igreja do Menino Deus	206
Figura 31 - Desenho esquemático do ângulo de visão espacial dos territórios	219

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Categorização dos Povos e Comunidades Tradicionais Nortemineiras	34
Quadro 2 - Categorias Identitárias: Veredeiros e Apanhadores de Flores	35
Quadro 3 - As Temporalidades/Territorializações Históricas do Norte de Minas Gerais	45
Quadro 4 - Composição do Grupo Modernidade/Colonialidade	71
Quadro 5 - Autores brasileiros e suas obras convergentes com o pensamento decolonial	75
Quadro 6 - Terminologias recorrentes da ação de mapeamento participativo no mundo	101

Quadro 7 - Análise comparativa entre a Cartografia Social e a Cartografia Convencional	109
Quadro 8 - Reivindicações da Comunidade Vazanteira de Pau de Léguas	138
Quadro 9 - Síntese das legislações internacionais sobre povos e comunidades tradicionais	194
Quadro 10 - Síntese da Legislação Nacional sobre direitos de povos e comunidades tradicionais	196
Quadro 11 - Elementos comparativos e vertentes do território	208

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	19
INTRODUÇÃO	22
CAPÍTULO 1 – NORTE DE MINAS: TERRITÓRIO, POVO E CULTURA.....	31
1.1 - BREVE HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DO NORTE DE MINAS GERAIS.....	31
1.2 - NORTE DE MINAS: A DIVERSIDADE DOS POVOS E A DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO.....	33
1.3 - ESPAÇO, TERRITÓRIO E RUGOSIDADES ESPACIAIS NO NORTE DE MINAS DE MINAS GERAIS.....	40
CAPÍTULO 2 – A PERSPECTIVA DECOLONIAL.....	55
2.1 - PERSPECTIVA HISTÓRICA/TEÓRICA.....	57
2.1.1 Pós-Colonialismo e os Estudos Subalternos.....	57
2.1.2 - Grupo dos Estudos Coletivos Subalternos.....	66
2.1.3 - Grupo Latino Americano de Estudos Subalternos.....	68
2.1.4 - Grupo Modernidade/Colonialidade.....	70
2.1.5 - Contribuições brasileiras ao pensamento decolonial.....	75
CAPÍTULO 3 – POR UMA CARTOGRAFIA DECOLONIAL	92
3.1 - PERSPECTIVAS CARTOGRÁFICAS.....	93
3.1.1 - Cartografia Social e Nova Cartografia Social.....	99
3.1.2 - O Território visto do lado de cá.....	111
CAPÍTULO 4 - POR UMA CARTOGRAFIA CATRUMANA.....	116
4.1 – COMUNIDADE TRADICIONAL VAZANTEIRA DA ILHA DE PAU DE LÉGUA	120
4.1.1 – O campo e as temporalidades em Pau de Léngua.....	126
4.2.1 - A construção do mapa social da comunidade Vazanteira de Pau de Léngua.....	138
4.2 - COMUNIDADE QUILOMBOLA DE BURITI DO MEIO.....	143
4.2.1 – A Pesquisa de Campo na Comunidade de Buriti do Meio.....	145
4.2.2 - As temporalidades da Comunidade Quilombola Buriti do Meio.....	154
4.3 – TERRITÓRIO GERAIZEIRO JACÚ DA LAGOA GRANDE.....	164
4.3.1 – A pesquisa de campo no Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande.....	171
4.3.2 – As Temporalidades do Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande.....	178
4.4 – PERSPECTIVA COMPARADA ENTRE AS COMUNIDADES: VAZANTEIROS DE PAU DE LÉGUA, QUILOMBO DE BURITI DO MEIO E O TERRITÓRIO GERAIZEIRO JACU DA LAGOA GRANDE.....	207

4.4.1 - A Dimensão Política	209
4.4.2 - A Dimensão Simbólica/Cultural	210
4.4.3 - A Dimensão Econômica	213
4.4.4 - Dimensão Espacial.....	216
CONCLUSÃO.....	221
REFERÊNCIAS.....	229
ANEXO 1.....	243

APRESENTAÇÃO

Inicialmente, situo o contexto que motiva essa tese e as influências para o seu desenvolvimento, dentre elas, destaco a atuação na minha área de formação que é a Geografia e, por conseguinte, o meu trabalho como professor no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - IFNMG, especificamente no Campus Januária, localizado às margens do Rio São Francisco, na região norte do estado de Minas Gerais. Como docente desta instituição coordenei projetos de extensão envolvendo “intercâmbios de saberes” junto a uma comunidade de vazante ou vazanteira do rio São Francisco, marcando as primeiras vivências e estudos junto aos povos tradicionais da região.

Nasci no Norte de Minas numa cidade localizada no sopé da Serra do Espinhaço - Francisco Sá - a cinquenta quilômetros de Montes Claros. Sou neto de povos tradicionais nortemineiros. Meu avô paterno, Ananias, era um vaqueiro típico da caatinga, o que faltava-lhe em altura sobrava-lhe de valentia. Tive pouco convívio com meus avós paternos, mas pude aprender muito sobre a vida deles com o meu pai, João Gonçalves das Neves, uma pessoa que sinto orgulho e saudade. Meu pai, funcionário da extinta Sucam, era responsável por inspecionar os trabalhos em 29 municípios do Norte de Minas. Sempre que possível, quando a viagem era um “vai e volta” ele me levava. Foram experiências incríveis, conheci lugares muito diferentes, o Alto Rio Pardo com vegetação de cerrado, o Gorutuba e a caatinga, as barrancas do Velho Chico e suas várzeas e um povo que parecia ser diferente na fala, nas vestimentas, na culinária, mas era o mesmo Norte de Minas.

Meu avô materno, Luiz Mateus, era um camponês geraizeiro. Cresci ouvindo suas histórias, aprendi com ele como a vida brota dos solos, aonde nasce os córregos, sobre a solta de gado nas chapadas e o nome de um monte de coisas e bichos. A sua típica casinha de paredes brancas, janelas de madeira na cor azul e telhas de barro (que mais parecia uma pintura bucólica de algum livro de contos), no pomar tinha de tudo, aonde ia trazia consigo uma muda, uma semente ou uma história.

Contudo, só pude reconhecer as estruturas históricas e identitárias que meus avós vivenciaram ao longo de suas vidas, quando fui cursar Geografia na Unimontes. Disciplinas como: Geografia Cultural, Cartografia, Sociologia, Antropologia, e uma diversidade de autores que se dedicavam a estudar os povos denominados “catrumanos”. Foi inevitável a analogia sobre meus ancestrais e sobre o lugar de onde eu vim, possibilitando direcionamentos do “meu olhar” teórico para o que eu havia vivenciado.

Contudo, o meu primeiro contato como pesquisador, de fato, foi oportunizado pela comunidade tradicional vazanteira, possuidora de modos de vida diferenciados dos geraizeiros e caatingueiros aos quais pertenciam os meus avós. O fato de trabalhar num campus do Instituto Federal às margens do rio São Francisco e desenvolver projetos de extensão, com agricultores familiares ribeirinhos, proporcionou a minha aproximação e a curiosidade em entender como os vazanteiros realizavam suas práticas agrícolas e como se configuravam seus territórios. Foi justamente nesse contexto que construí a minha dissertação de mestrado no Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG/ICA, intitulada como: “Agroecologia e territorialidades da Comunidade Vazanteira da Ilha do Jenipapo”.

Assim como dizem os vazanteiros: *um igarapé sempre dá no São Francisco*, a vontade de conhecer mais sobre as comunidades tradicionais norte mineiras me trouxe de volta à Universidade Estadual de Montes Claros e, ao cursar uma disciplina isolada sobre Cartografia Social, fui instigado a compreender com mais profundidade os processos de construção dos territórios de comunidades tradicionais distintas.

Após meu ingresso como aluno regular do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social - PPGDS, outras leituras e outros conhecimentos foram sendo adquiridos e, com eles, novas inquietações de cunho epistêmico e de aportes teóricos surgiram, flertando com as leituras pós-coloniais e decoloniais.

Tais leituras e estudos contribuíram para vislumbrar novas possibilidades de investigação e metodologias a partir do “olhar dos de dentro”. A Cartografia se torna um relevante instrumento nessa empreitada, pelo seu papel de representação, no sentido amplo da palavra: Como algo que, para além de retratar o real, também suscita a produção do real e a visibilidade de elementos, sujeitos e subjetividades, cuja cartografia tecnicista por si só, não dá conta de apreender toda a territorialidade vivenciada por essas gentes. Assim se deu a minha aproximação com a perspectiva decolonial bem como a Cartografia Social, que nesse trabalho denomino-a de “Cartografia Catrumana”, porque é construída na prática por diversos povos e comunidades tradicionais apoiados por estudiosos na região, sendo um instrumento de lutas políticas e judiciais por seus territórios tradicionais.

Nesse desenrolar temporal, fui convidado a participar do Projeto Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central – Núcleo Minas Gerais – PCSDS, que faz parte do Projeto da Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA, firmado por uma parceria entre a Universidade Estadual do Maranhão – UEMA e UNIMONTES. O Núcleo Minas Gerais ficou incumbido de realizar o mapeamento social dos efeitos da expansão do agronegócio sobre os

processos diferenciados de territorialização das comunidades Quilombola de Buriti do Meio e Vazanteira de Pau de Léguas, além da construção de um fascículo e um boletim sobre a territorialidade vazanteira no médio São Francisco mineiro.

A participação como integrante desse grupo interdisciplinar possibilitou fecundas oportunidades de estudos e de conhecimentos. Durante o desenvolvimentos da pesquisa com o PCSDS, incluí uma terceira área para ser pesquisada nessa tese, que foi o Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande, localizado no Alto Rio Pardo.

Portanto, a partir dessa breve apresentação, sinalizo para o leitor o lugar de onde vim, quais as motivações que me levaram a escolha desse tema, sobre o campo teórico que me instigou e quais são os sujeitos da pesquisa.

INTRODUÇÃO

O panorama da ciência cartográfica defrontou-se com as perspectivas e demandas sociais patentes no mundo pós-colonial, que insurgiram no “fazer cartográfico” novas vertentes (re)direcionando e ampliando seu objeto/ação, sua influência política, de disputas e empoderamento. O conhecimento cartográfico, nesse contexto, torna-se um produto social, mas também uma ferramenta de lutas, transformação social, e representação da visão de mundo dos grupos que são destituídos de fala no processo da construção do saber/poder hegemônico. Elenca-se como exemplos das recentes vertentes cartográficas dentre outras, a Cartografia Social e a Nova Cartografia Social (NCS), como prática de estudos de povos e comunidades tradicionais. Considerando outras formas de ler e interpretar o mundo, pondero ainda as possibilidades de abordagem da cartografia na perspectiva decolonial, e as cartografias próprias de povos e comunidades tradicionais, às quais, no Norte de Minas, nomeio como “Cartografia Catrumana”.

Esta tese trata da Cartografia Decolonial Catrumana que deve ser compreendida como as formas próprias de autorrepresentação espacial ajustadas as facetas históricas, ambientais e socioculturais, nas comunidades tradicionais e/ou comunidades rurais do Norte de Minas. A prática desenvolvida abre espaço para estudos de diferentes maneiras de cartografização de outros povos, comunidades e/ou grupos sociais (rurais ou urbanos), em função de um mosaico sociocultural e suas territorialidades.

Nessa perspectiva, o termo “decolonial” atribui à cartografia o sentido de libertação das amarras da cartografia clássica e uma perspectiva teórica à Cartografia Social, como uma linha que adere às especificidades socioambientais/culturais, de resistência e, sobretudo, historiográficas do Norte de Minas, no que tange aos embates territoriais e à opressão dos povos e comunidades tradicionais subalternizadas no contexto epistemológico. Rompe com a cartografia tradicional tecnicista quando passa a considerar elementos antes ignorados ou não assimilados, que por sua vez, são considerados pela Cartografia Social e NCS. A cartografia Catrumana se expressa por seu caráter social e de instrumento visibilizador de delimitação territorial das distintas comunidades tradicionais da região do Norte de Minas, considerando suas leituras de mundo, suas cosmografias, enfim como se (re)apresentam territorialmente.

Esta tese assume a opção pelo termo “decolonial” ao invés de “descolonial” amparados nos argumentos de Catherine Walsh, que justifica a sua opção, não somente pela via etimológica, mas por marcar um posicionamento e uma atitude contínua de luta. Para a autora,

a supressão do “s” não significa promover um anglicismo, uma vez que o termo em inglês é *decoloniality*, mas sim marcar uma distinção com o termo “des” no espanhol semelhante ao prefixo em português, pois a intenção não é desamarrar, desfazer e revestir o colonial, ou seja, passar de um momento colonial para outro. Pelo contrário a intenção aqui é de provocar um posicionamento com uma atitude continua de transgredir, insurgir e incidir. Nesse sentido, justifica-se a opção pelo termo ‘decolonial’ por configurar um caminho de luta contínua, de visibilidade e construções alternativas diversas. Neste íterim, a cartografia decolonial, ganha nova conotação ao lhe ser aqui adicionada o termo “Catrumana”, como forma de designar uma leitura cartográfica a partir de um outro ângulo de visão, de um outro saber e pela formas próprias de se “geo-grafarem”.

Com relação ao termo catrumano, a sua conotação original surge no século XIX e comumente era utilizada pelos viajantes naturalistas oitocentistas, que percorreram as regiões interioranas de Minas Gerais, Goiás e partes da atual região Nordeste (COSTA, 2009). Nessa tese, adota-se o sentido do termo catrumano, inspirado como emblema de movimento de resistência e (re)afirmação destes povos, historicamente na região.

Os estudos pós-coloniais acendem o debate de como a história é contada pelos “colonizadores” em detrimento à forma como ela poderia ser contada pelo viés do “colonizado”. Dentre outras tantas categorias de análises pós-coloniais, ressaltam a busca por um novo modelo epistêmico que não o hegemônico eurocêntrico. E, com o avançar das análises, outras vertentes dos estudos são semeadas em terrenos heterogêneos e distantes geograficamente, dando forma às novas maneiras de investigação, análise e saber/poder de grupos destituídos de voz e representação política, como é o caso dos estudos decoloniais com ênfase nos países da América Latina e suas demandas sociais.

Nesse contexto, dar visibilidade, como tem sido o objetivo nas entrelinhas de muitas pesquisas e projetos de intervenção à temática dos povos/comunidades tradicionais e seus conflitos emergentes na região, tornou-se um largo e importante passo para as questões socioambientais e culturais do Norte de Minas. A relevância de “lançar luz” sobre esses sujeitos e sobre como se desenvolvem as complexas questões de domínio hegemônico, possibilitando várias faces de análises, é indiscutível. Esforço este que tem sido uma constante nos trabalhos acadêmicos, expondo um emblemático papel da universidade nesse panorama: o de retratar as distintas comunidades tradicionais, analisando seus entendimentos de mundos, seus modos de ação, dinâmicas territoriais e/ou sua historiografia, a partir de um olhar ainda “de fora para dentro”. Todavia, faz-se necessário avançar mais uma vez, partindo de um “olhar dos de

dentro”, para além da visibilidade, desta vez, colocando sua voz em nosso poderoso lugar de fala.

O Norte de Minas Gerais apresenta um mosaico de povos e comunidades tradicionais e, paralelamente, de ações hegemônicas opressoras. Essas facetas, acrescidas da realidade socioeconômica regional, se imbricam, tecendo um cenário de conflitos de diversas ordens, ressaltando os conflitos socioambientais que, na atualidade, dão a tônica das relações sociais e históricas na região. Os grandes empreendimentos no Norte de Minas Gerais foram desfigurando paulatinamente a paisagem, promovendo metamorfoses e rugosidades espaciais, insuflando movimentos de luta por reconhecimento, representação política, pela terra e recuperação do território e das territorialidades dos expropriados durante o processo da modernização conservadora da agricultura brasileira.

As comunidades e populações tradicionais da região Norte de Minas Gerais, podem ser categorizadas a partir de seu domínio morfoclimático e seus manejos, como os vazanteiros, distribuídos às margens de rios com vegetação variada e territorialidades largamente influenciadas pelo ciclo das águas; os caatingueiros, localizados no sopé da Serra do Espinhaço cuja vegetação ecótona se alterna entre Caatinga, Cerrado e Mata Seca; os geraizeiros, no Cerrado dos planaltos, serras, encostas e vales; os veredeiros que desenvolvem parte da agricultura nas veredas úmidas e utilizam os planaltos do Cerrado para criação de gado; os apanhadores de flores que realizam o extrativismo de flores sempre-vivas na Serra do Espinhaço; os quilombolas e indígenas, povos que se estabelecem em distintas fitofisionomias da região.

Projetos desenvolvimentistas, outrora aplicados na região não consideraram os povos e comunidades tradicionais, seus saberes, suas estruturas socioespaciais e *modus vivendi* intrínsecas ao meio ambiente local, deixando o ônus dos impactos sociais e ambientais, a ser pago por essas comunidades que foram se tornando minoritárias com o tempo, com pouca representatividade política ou voz, mas empenhadas em movimentos de resistências diversos.

É nesse cenário que se desenvolvem e emergem as questões que conduzem esta tese, a saber:

I) Como se dão os processos de construção territorial das três comunidades pesquisadas: Comunidade Quilombola Buriti do Meio, Vazanteiros de Pau de Léguas e as comunidades do Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande, por meio das técnicas cartográficas propostas pela Nova Cartografia Social, numa perspectiva decolonial?

II) Como as propostas da Nova Cartografia Social podem contribuir para as análises dos processos de construções territoriais de povos e comunidades tradicionais?

III) De que maneira os mapas sociais podem contribuir com o movimento de resistência das comunidades pesquisadas e qual sua relevância nos contextos de conflitos territoriais?

IV) Quais são os atores que territorializam o espaço geográfico e o entorno de onde se localizam as comunidades pesquisadas, bem como as implicações de suas territorializações?

V) Como se caracterizam as cosmografias ou cartografias próprias das comunidades nortemineiras pesquisadas para a construção de seus mapas sociais?

A partir destas questões norteadoras, essa tese objetivou compreender os processos de construção territorial das três comunidades tradicionais: Comunidade Quilombola Buriti do Meio, Comunidade Vazanteira de Pau de Légua e Comunidades do Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande, por meio das técnicas cartográficas propostas pela Nova Cartografia Social, numa perspectiva decolonial e comparativa. Partindo nessa direção, despontaram-se os objetivos específicos que permitiram alcançar os resultados:

- I. Construir, coletivamente, mapas sociais do território das comunidades em pesquisa na perspectiva da Nova Cartografia Social e das cosmografias próprias.
- II. Analisar, numa perspectiva decolonial e da Nova Cartografia Social, o processo de produção dos mapas sociais das comunidades, e os seus territórios.
- III. Identificar os principais conflitos socioambientais emergidos nas comunidades pesquisadas bem como suas temporalidades e perspectivas representadas nos mapas sociais.
- IV. Compreender a dinâmica dos movimentos sociais nos processos de resistência e, posteriormente, de politização das comunidades pesquisadas no que tange ao reconhecimento de seus direitos.

O delineamento da pesquisa que fundamenta a tese apoiou-se na investigação e técnicas combinadas, subsidiadas por revisão bibliográfica, visitação *in loco*, com realização de reuniões e oficinas para a construção de mapa social coletivo.

A coleta de informações foi realizada por meio de entrevistas focais, o que permitiu uma interação entre o pesquisador e os sujeitos de pesquisa possibilitando a coletas de dados nas diferentes comunidades. O registro das entrevistas foi realizado por anotações, capturas de vídeos e pelo uso do gravador de voz, que posteriormente foram transcritas (GIL 1999; QUEIROZ, 1991). Em conjunto com técnicas aprimoradas para a compreensão e mapeamento social das comunidades.

A pesquisa nas comunidades foram realizadas por meio de oficinas, em conformidade com o Projeto Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central – PCSDS. Nas comunidades Pau de Léguas e Buriti do Meio as oficinas realizadas foram: Cartografia, Memória e Fotografia e com as comunidades do Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande as oficinas: Cartografia e Memória.

A oficina de Fotografia tinha como objetivo instrumentalizar as comunidades quanto à operacionalização de câmeras fotográficas para que elas pudessem registrar os elementos materiais dos seus territórios, que iriam compor as imagens dos fascículos e do boletim. Esses produtos são específicos das comunidades que faziam parte do projeto PCSDS, portanto essa oficina não foi adotada nas comunidades geraizeiras, embora os registros das imagens tenham sido realizados pelo pesquisador, mas sob um ponto de vista dos sujeitos da pesquisa. No capítulo 4 essas oficinas são melhor detalhadas.

As oficinas propiciaram momentos muito produtivos para a troca de conhecimentos entre o pesquisador e os sujeitos de pesquisa. A observação dos sujeitos de pesquisa durante a produção dos croquis (que objetivavam a representação dos seus territórios e modos de vida) trouxeram resultados muito fecundos e esclarecedores sobre a relação desses povos com o espaço geográfico apropriado. Isso possibilitou uma comparação que levaria a diferenciação das comunidades, no que condiz, à maneira como estes povos veem os seus territórios.

Por conseguinte, a matriz metodológica estabelecida, é a pesquisa qualitativa numa perspectiva comparada. Para Minayo (1994), a pesquisa qualitativa: “trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 1994, p. 21).

Os estudos comparativos residem na ultrapassagem da unicidade e na evidenciação de regularidades ou de constantes. Nesse caso, em que a pesquisa envolve três distintas comunidades, cujas semelhanças e dessemelhanças serão analisadas, a comparação é um elemento diferenciador no processo de análise. Permitindo visualizar e conhecer os seus

processos apropriação territorial. Nessa perspectiva, “a comparação, melhor do que o estudo de caso fornece os meios para uma verificação e ajuda a verificar sob que condições as relações trazidas à luz se verificaram” (BRUYNE, *et. al.* p. 229, 1977).

De forma sintética, para além das técnicas da Nova Cartografia Social, os procedimentos metodológicos, estão sendo apoiados na perspectiva do desenho e técnica de pesquisa de Bruyne, *et al.* (1977), que utilizam como matriz a subdivisão dos polos: Técnico, epistemológico, morfológico e conceitual para construção da pesquisa utilizados nessa tese.

Esses polos estão sendo integrados com coerência e harmonia para que se tenha uma coesão das ideias. A entrada na pesquisa se deu a partir do polo epistemológico, que foi constantemente ganhando contornos diferentes, pelo contato e percepções resultantes das atividades práticas, proximidade com os sujeitos de pesquisa e leituras documentais, que em conjunto foram responsáveis por sinalizar alguns horizontes e traçar trajetórias, após o início dos trabalhos de campo.

Polo epistemológico: a epistemologia é o instrumento do progresso científico enquanto organização interna dos fundamentos e tem como principal função a vigilância crítica, portanto, é essencial na pesquisa, e deve ser ao mesmo tempo lógica de descoberta e lógica da prova interessando-lhe, tanto o modo de produção dos conhecimentos quanto aos seus procedimentos de validação. Esse polo é fundamental para compreender, a partir das teorias utilizadas e os métodos de pesquisa a reflexão geral sobre a própria tese e seus resultados, que devem ser entendidos como processos e não somente como produtos (BRUYNE, *et al.*, 1991).

O polo técnico consiste na realização da pesquisa de campo, trata-se dos procedimentos de coleta de informações e a transformação destas em dados, objetivando delimitar os fatos em sistemas significantes. O polo técnico deve estar centrado, portanto, na coleta de dados e informações, com um esforço para poder confrontá-los com as teorias que o suscitaram, nessa tese elas estão relacionadas com os estudos sobre o espaço geográfico, suas categorias analíticas, sobretudo o território e também pelos estudos pós-coloniais, a decolonialidade. É importante ressaltar que sozinho o polo técnico não garante a explicação dos fenômenos sociais, para tanto os estudos comparativos e a própria comparação entre a produção dos territórios pelas comunidades é uma escolha prática para a investigação dos fatos empíricos, para isso esse polo está subdividido genericamente em etapas, conforme a seguinte ordem:

I) Primeira etapa da pesquisa de campo:

- i. Aproximação com as comunidades: Quilombo de Buriti do Meio, Vazanteiros de Pau de Léguas e as comunidades do Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande.
- ii. Esclarecimentos sobre: o projeto PCSDS da NCS, o processo de construção dos croquis, a confecção dos mapas sociais e do fascículo com as duas primeiras comunidades e esclarecimentos sobre a pesquisa e construção do croqui e do mapa social com as comunidades geraizeiras.

II) Segunda etapa da pesquisa de campo:

Realização das oficinas em conformidade com as propostas do PCSDS e a construção do croqui territorial. As oficinas foram subdivididas em momentos e temáticas diferentes objetivando o acionamento da memória e troca de conhecimento cartográfico, treinamento prático de manuseio do GPS e construção coletiva do croqui pelas comunidades. Essa etapa se repetiu por mais de uma vez na comunidade Buriti do Meio e nas comunidades geraizeiras, no capítulo 4 elas estão detalhadas.

III) Terceira etapa da pesquisa:

- i. Plotagem dos pontos, limites, marcos históricos, elementos materiais e imateriais, entre outros elementos que se mostravam importantes para as comunidades. Esses pontos foram capturados pela comunidade com o uso do GPS em conformidade com os elementos (ícones) apontados no croqui.
- ii. Análise e operacionalização dos dados em laboratório, utilização do software FIREWORKS 8 _Macromedia® para montagem dos ícones e sua inserção nos mapas sociais. Confecção do mapa social por meio do software ArcGis_ESRI®.

IV) Quarta etapa da pesquisa:

Validação do Mapa Social. A validação foi o momento, no qual, as comunidades compreenderam o processo de produção do mapa social e acrescentaram ou retiraram informações para a finalização do mapa. Como o PCSDS também se incumbiu de produzir um fascículo, nessa oficina ocorreu à validação desse produto incluindo ou retirando as falas, já previamente transcritas, que compõe a narrativa desses produtos.

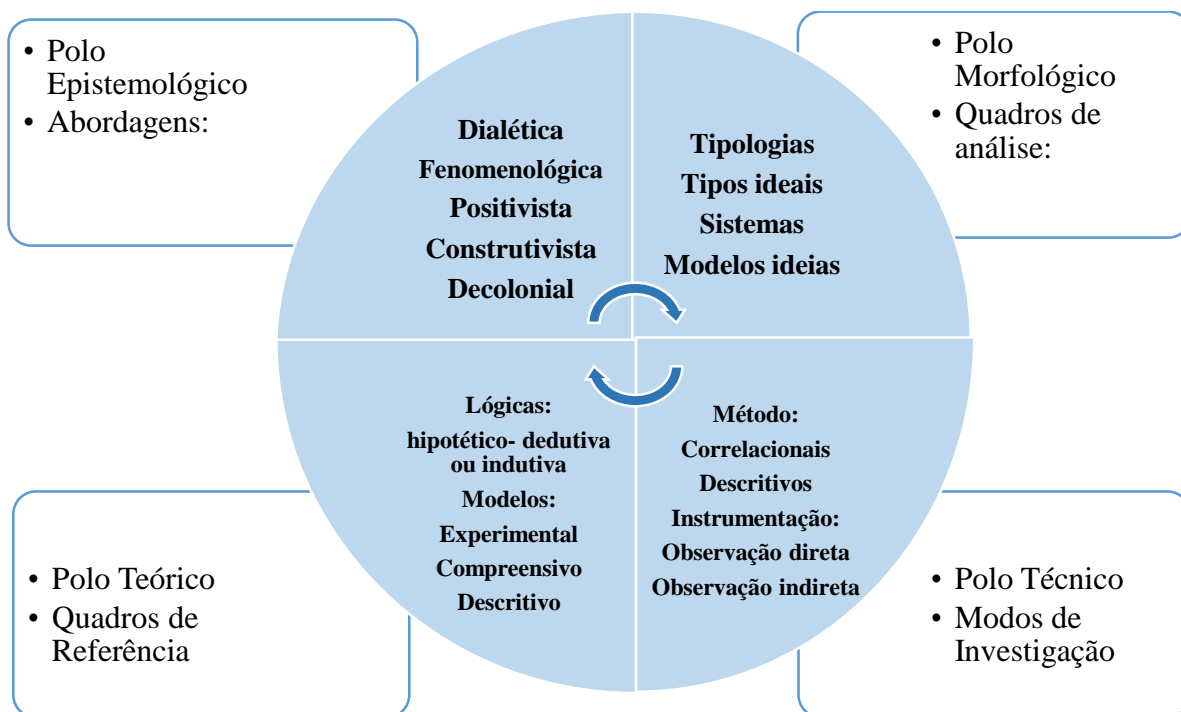
O polo morfológico: é a estruturação da análise tipológica das diferentes comunidades e de suas especificidades. A comparação entre elas permitirá encontrar pontos divergentes e convergentes que permitirão responder às questões de pesquisa.

O polo conceitual: É construído ou formatado por uma gama de conhecimentos, discursos e teorias oriundos das ciências sociais e, sobretudo da geografia, como Raffestin (1993); Santos (2002); Deleuze e Gattari (2010); Haesbaert (2006), Saquet (2007), Sack (1986) entre outros. Para compreensão da evolução do conceito de povos e comunidades tradicionais, as leituras partirão das contribuições de Diegues (2000), Almeida (2002), Little (2002), Barreto Filho (2006), Costa (2003), entre outros, sem a intenção de apresentar uma conclusão, mas de apontar caminhos e direções sobre os avanços dessas discussões.

O aporte teórico pós-colonial partiu das obras de Fanon (2008), Bhabha (1998), Spivak (1985; 1988), Said (1978; 2005), Stuart Hall (2011) entre outros, e os estudos decoloniais a partir de autores como: Dussel (2000), Mignolo (2003), Quijano (2000; 2005; 2007), Maldonado-Torres (2005; 2006), Boaventura de Sousa Santos (2006) entre autores brasileiros que tiveram uma contribuição significativa nesse arcabouço teórico.

No organograma, a seguir figura 1, pode-se visualizar a Estrutura Quadripolar da Prática Metodológica, proposta por Bruyne *et. al.* (1977).

Figura 1 - Organograma da Estrutura Quadripolar da Prática Metodológica



Fonte: BRUYNE, et al., 1977. Informações adaptadas pelo autor.

Como processo de construção dessa tese o polo epistemológico está amparado pelas técnicas da Nova Cartografia Social e pela abordagem decolonial, através da história e cultura subalternizada dos povos e comunidades tradicionais. Está vinculada à pesquisa e pautada na investigação-ação-participante, em conformidade com as definições de Fals Borda e Brandão (1987), que propõe o diálogo simétrico ou equivalente entre os pesquisadores e os sujeitos de pesquisa, a reflexão, a consciência coletiva e a práxis transformadora.

O polo morfológico tem como quadro de análise as tipologias, por se tratar de três comunidades distintas que territorializam o espaço, em conformidade com seus *modus operandi* e *modus vivendi* específicos, ora concordantes, ora discordantes.

O polo teórico tem como quadro de referência o método indutivo, por ser calcado na observação e nas respostas que as incursões no campo apontaram e por fim o polo técnico, que tem como modos de investigação o método descritivo com observação direta.

A estrutura da tese se dá em quatro capítulos. No primeiro capítulo, abordo o Norte de Minas, desde seu processo histórico de ocupação e territorialização, às rugosidades do território, suas gentes e cultura. O segundo capítulo discorre sobre os estudos decoloniais e seus desdobramentos com foco não só em uma “descolonização” do pensamento, mas para o reconhecimento de outras formas de saber, de visão de mundo e suas interpretações, dialogando com outras epistemes. No terceiro capítulo dedico às abordagens da ciência cartográfica e suas variantes, desde a Cartografia convencional tecnicista, Cartografia Social, Nova Cartografia Social e a cartografia peculiar aos povos e comunidades tradicionais da região Norte de Minas Gerais. No quarto e último capítulo, dedico à discussão dos resultados, apresentando e comparando os processos de construção do território das três comunidades pesquisadas. Neste conjunto, identifico a “Cartografia Catrumana”.

CAPÍTULO 1 – NORTE DE MINAS: TERRITÓRIO, POVO E CULTURA

1.1 – Breve histórico de ocupação do Norte de Minas Gerais

A ocupação da mesorregião Norte do Estado de Minas Gerais está associada à expansão do colonialismo mercantil português no século XVII, situada e caracterizada, dentro desta historicidade, como sertão¹. No entanto, é importante ressaltar que já coexistiam grupos nativos indígenas, dotados de conhecimentos ambientalizados e com íntima relação com os ecossistemas locais nessa região, que historicamente foram ignorados e sobrepujados “pelos de fora”, durante a ocupação (COSTA, 1997; PORTO-GONÇALVES, 2000).

A ocupação da região Norte de Minas tem origem nas bandeiras paulistas e entradas baianas que objetivavam a captura de índios e de escravos fugitivos que viviam em quilombos, contudo, o povoamento ocorreu por meio da formação de propriedades rurais e fazendas para criação de bovinos. Conforme afirma Santos (2004), a colonização no São Francisco, no curso do alto médio e vale do Verde Grande, foi conduzida pela implantação de estabelecimentos agropecuários ao longo dos vales desses rios. A fazenda de criação de gado se configurou como a unidade econômica mais importante da região, constituindo o elemento histórico responsável pela integração ao conjunto dos territórios coloniais da América Portuguesa.

Ao longo do século XVII, milhares de índios foram mortos e escravizados, muitos buscaram proteção nas aldeias geridas por missionários que, assim como os criadores de gado, fixaram suas bases nessa região.

A ocupação pelos paulistas já se consolidava em 1728. Estes já detinham amplo controle das terras e dos índios aldeados, e que provavelmente neste período os combates e confrontos entre os nativos já haviam se estabilizado e cessado (SANTOS; 2004). Da mesma maneira, memorialistas como Paula (1979), argumentam que no final do século XVII, já se estabelecia o comércio de bovinos no Norte de Minas, sendo essa atividade a propulsora da economia dessa região. Ambientalmente as condições eram satisfatórias para a criação do gado, o que se tornou uma prática comum. De acordo com Costa (1997), os animais eram deixados nas chapadas

¹ O termo sertão, neste período era sinônimo de deserto, no sentido de ausência da civilização europeia, mas é importante ressaltar que não era um vazio populacional, pois já se constituía como um território habitado por grupos nativos. Outras designações para o termo fazem referência à própria etimologia *sertanum*, que quer dizer entrelaçado, talvez como contraste entre o cerrado e as florestas tropicais, por sua difícil penetração, ou ainda como espaço de desordem, devido ao pouco controle da coroa portuguesa ou ainda como desconhecido àquele que deve ser conquistado (RIBEIRO, 2000).

devido à abundância de alimentos existentes para o gado e também de frutos e espécies da fauna que foram incorporados à alimentação humana.

No final do século XVII é descoberto o ouro na região onde hoje estão situadas as cidades de Mariana e Ouro Preto. Contudo, a exploração se tornou ineficiente como aponta Antonil (1997) que nos anos de 1697, 1699 e 1701, teve de ser abandonada por determinados períodos, mesmo o metal sendo abundante, pois a fome se tornou generalizada, impedindo que a busca e a exploração do ouro continuassem. Esse fator contribuía para a não consolidação da sociedade mineradora durante esses ciclos bi-anuais de fome. Costa (2003) argumenta que esse episódio envolvendo os ciclos de fome, é condicionado por falta de produção de alimentos da própria região das minas, pois existia uma insuficiente produção de gêneros alimentícios, uma vez que, as atividades estavam voltadas, sobretudo para a exploração do ouro.

Para atender essa demanda alimentícia e de criação de animais para carga, parte da região que era conhecida como os gerais e sertão - Norte de Minas -, se incumbiu de suprir essas demandas com suas atividades que tradicionalmente já eram realizadas nas chapadas e margens do São Francisco, possibilitando, portanto, a exploração aurífera na região mineradora de maneira ininterrupta. Nessa perspectiva, as “minas gerais” têm sua gênese, a partir da articulação entre a sociedade mineradora e a sociedade pastoril sãofranciscana, numa relação de dependência da primeira com segunda região. Contudo, a atuação da administração colonial permitiu que a região mineradora fosse se sobrepondo e colocando a região pastoril às margens do desenvolvimento da sociedade mineira em construção.

A abundância de ouro era tão grande nesse período, que os lucros alcançados com a venda dos produtos alimentícios e outros insumos eram exorbitantes para os padrões de hoje, ou seja, pagavam-se quantias enormes de ouro por animais de carga e alimentos. Essa relação comercial, no entanto é quebrada, a partir da entrada da região do Vale do Paraíba no comércio com a região mineradora. Isso se deve ao fato da administração portuguesa ter incentivado a produção de gêneros alimentícios e animais de carga nessa região, que hoje é a fronteira entre os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Os motivos que levaram, ao incentivo da produção de gêneros semelhantes, em lugares concorrentes se devem às dificuldades de controle e cobranças de impostos na região pastoril sãofranciscana, que relutava em pagar valores proporcionais aos cobrados pela exploração aurífera, o chamado quinto (COSTA, 2003).

Entre os novos lugares, de criação de animais de carga e alimentos, com a região mineradora, surgiram várias povoações devido aos incentivos da administração colonial com o

objetivo de atender à logística da produção. Esses fatores acabaram por consolidar as relações econômicas entre a região – Mineradora e Vale do Paraíba -, ao passo que, a região Norte de Minas perdia aos poucos seu destaque e protagonismo comercial. Somados a isso, ocorreu à chamada sedição de 1736 ou Conjuração sãofranciscana, um conflito entre a sociedade pastoril sãofranciscana e a administração portuguesa, resultando na rendição do Norte de Minas e no alijamento das relações comerciais com as minas. Para Costa (2003), esse fato pode ser entendido como o que se convencionou a ser chamado por pesquisadores, historiadores entre outros, de “isolamento do sertão” que de fato representa o mecanismo pelo qual a sociedade pastoril foi excluída das possibilidades e benefícios que a riqueza da mineração aurífera poderia trazer para a região Norte de Minas via comércio.

1.2 - Norte de Minas: A diversidade dos Povos e a Dinâmica do Desenvolvimento Socioeconômico

A região Norte Mineira teve que forjar sua própria lógica de autossustentabilidade diferente daquela de outras regiões onde predominava a racionalidade mercantil da metrópole, a qual determinava o produto e seu controle direto. Para Porto-Gonçalves (2000), a agropecuária se constituía na principal atividade da região e era desenvolvida, sobretudo, nos grandes latifúndios. Contudo, a região teve uma riqueza enorme criada pelas famílias de agricultores pobres, quando se leva em conta que pobre é aquele que não possui terras. No entanto, é a riqueza cultural dos povos e comunidades locais, “expressa num diversificado regime alimentar”, que vai fazer com que “a fome no Sertão, ao contrário do Nordeste açucareiro ou do cacau, não era endêmica, mas epidêmica, restrita aos momentos de seca” (PORTO-GONÇALVES, 2000, p. 22).

Porto-Gonçalves (2000) ainda complementa que, o diversificado regime alimentar construído sob uma agri-cultura² ao longo dos séculos pelos povos geraizeiros, caatingueiros e vazanteiros, é o resultado da maneira como esses povos tradicionais souberam se aproveitar das diferentes condições naturais que a região oferecia, a partir dos seus diferentes domínios

² Porto-Gonçalves concebe o termo agri-cultura como referência aos modos de produção agrícola que incorporam elementos culturais tradicionais na sua prática. O autor exemplifica tipos específicos de pratos e comidas típicas que só se encontram ou que surgiram nesta região do Brasil. A agri-cultura representa uma linguagem marcada por simbolismos e cada sociedade apresenta códigos próprios e signos como forma de representá-la.

morfoclimáticos, como os cerrados, brejos, chapadas, várzeas, matas secas, caatingas, entre outros, para desenvolver seus sistemas agrícolas diversos.

O Norte de Minas apresenta uma diversidade de povos e comunidades tradicionais³ que podem ser categorizadas, conforme Costa (2005), a partir da relação desses povos com o ambiente (domínio morfoclimático) e suas identidades, conforme o Quadro 01. Os domínios morfoclimáticos não atuam como um determinismo geográfico, no entanto permitem possibilidades de uso que são particulares e por vezes muito específicas de cada grupo identitário. Afinal, ao longo de séculos foram desenvolvidas formas próprias de uso do ambiente e apropriação do espaço, o que oportunizou a incorporação de elementos oriundos da primeira natureza às culturas dos diversos povos e comunidades tradicionais.

Quadro 1 - Categorização dos Povos e Comunidades Tradicionais Nortemineiras

Categoria	Domínio morfoclimático (ambiente)	Principais características
Geraizeiros	Planaltos, serras, encostas e vales das regiões cobertas por cerrado.	[...] com o plantio de lavouras diversificadas em espécies e variedades essa população tradicional constrói seus sistemas de produção. Para que esses povos garantam suas produções, os cerrados com seus tabuleiros, espigões e chapadas fazem parte da estratégia produtiva fornecendo, por meio do extrativismo, forragem para o gado, caça, madeira, frutos, folhas, mel e medicamentos.
Caatingueiros	Encontram-se situados no sopé da Serra do Espinhaço que corta longitudinalmente o Norte de Minas. A vegetação predominante é a caatinga. Em algumas áreas apresenta uma formação ecótona entre caatinga, cerrado e Mata Seca.	[...] Seu signo identitário vincula-os à caatinga e lhes foi auferido pelas populações tradicionais diferenciada com quem mantém relações [...] os caatingueiros são descendentes de migrantes portugueses desde o início do povoamento regional e italianos que a partir de fins do século XIX deram constituição de uma cultura distinta das existentes até então no território norte mineiro.

³ De acordo com Little (2002, p. 2), “Esse grande leque de grupos humanos costuma ser agrupados sob diversas categorias “populações”, “comunidades”, “povos”, “sociedades”, “culturas”. Cada uma das quais tende a ser acompanhadas por um dos seguintes adjetivos: “tradicionais”, “autóctones”, “rurais”, “locais”, “residentes” [nas áreas protegidas]. Qualquer dessas combinações é problemática devido à abrangência e diversidade de grupos que engloba. De uma perspectiva etnográfica, por exemplo, as diferenças entre sociedades indígenas, os quilombolas, os caboclos, os caiçaras e outros grupos ditos tradicionais – além da heterogeneidade interna de cada uma dessas categorias – são tão grandes que não parece viável tratá-los dentro de uma mesma classificação”. Nesse sentido optei por usar os termos nos quais os sujeitos da pesquisa se autorreferiam como: comunidades tradicionais enquanto grupo de pessoas residentes num local específico e portadores de uma identidade comum; e como povos tradicionais ao se distinguirem de outros grupos identitários.

Quilombolas da Jahyba	Localizam-se em margens de lagoas, ribeirões e rios que formam a bacia do Verde Grande. Suas relações além de percorrerem todo o vale deste rio eram estabelecidas com povoações ao longo da bacia do rio São Francisco, notadamente Brejo do Amparo, Morrinhos e Malhada, e nos altiplanos com Contendas, São José do Gorutuba, Porteirinha e Tremendal. Por ser uma área muito extensa pode-se identificar a presença de vários biomas, sejam eles, a caatinga, o cerrado e a mata seca.	População tradicional de maior incidência no Norte de Minas. Composta por grupos de agricultores negros, descendentes de escravos que se organizavam em quilombos durante o período colonial.
O povo Xakriabá	Habitam um território demarcado no sertão Sãofranciscano, numa região de transição entre o cerrado e a caatinga.	[...] chegaram à região no início do século XVIII e, em acordo feito com Januário Cardoso de Almeida, localizaram-se numa área onde foram posteriormente aldeados, Aldeia de São João Batista das Missões. [...] o modo de uso Xakriabá sobre seu território se estabeleceu nos moldes da economia regional, sertaneja e cabocla, e suas atividades produtivas constituem-se basicamente da plantação de roças, criação de animais e coleta extrativa destinada ao autoconsumo.
Os Vazanteiros	Ocupam as ilhas e barrancas do rio São Francisco ou margens de outros grandes rios que existem no norte de Minas. Suas relações sociais estão associadas a diferentes territorialidades, que são diretamente influenciadas pelos ciclos das águas.	Seu signo identitário, como os das outras populações tradicionais, é dado pelos geraizeiros e caatingueiros com quem se relacionam. A formação cultural dos vazanteiros, além de legados da cultura indígena e da cultura negra, recebe influências da vida social ribeirinha de todo rio São Francisco, particularmente no período de intensa mobilidade propiciada pela navegação rumo ao nordeste brasileiro.

Fonte: COSTA, 2005, p. 302 – 311. Adaptado pelo autor.

Em estudos mais recentes, Dayrell (2019) inclui nessa diversidade de povos e comunidades tradicionais nortemineiras os povos veredeiros e os apanhadores de flores enquanto categoria identitária. Suas características estão sinteticamente apontadas no quadro 2.

Quadro 2 - Categorias Identitárias: Veredeiros e Apanhadores de Flores

Categoria	Domínio morfoclimático (ambiente)	Principais Características
Veredeiros	Bioma cerrado especificamente no ecossistema denominado vereda, que tem como característica principal os solos hidromórficos, a presença de buritis (<i>Mauritia flexuosa</i>) em	A sua etimologia está associada a palavra “caminho” haja vista que, nas áreas com predominância das herbáceas, menos úmidas, que circundam as veredas, foi tradicionalmente o caminho

	meio a agrupamentos de espécies arbustivas e herbáceas seguidos dos chamados campos limpos do cerrado.	utilizado por tropeiros, viajantes e pela população local como rota de deslocamento, dessa forma esse caminho ou vereda passou a designar todo o ecossistema. Uma das características marcantes desses povos é utilização das áreas de chapadas e principalmente das áreas úmidas das veredas para o desenvolvimento dos seus sistemas de produção.
Apanhadores de Flores	Estão localizados ao longo da cadeia da Serra do Espinhaço principalmente em áreas de ecossistemas denominados campos rupestres.	O domínio morfoclimático da Serra do Espinhaço proporciona o desenvolvimento natural das denominadas flores sempre-vivas, que é a principal fonte de sustento extrativista das comunidades.

Fonte: DAYRELL, 2019. Adaptado pelo autor.

Portanto, no Norte de Minas, coexistem comunidades tradicionais distintas integradas a ambientes específicos que são apropriados de maneira muito peculiar pelos diferentes grupos identitários. Dayrell (2019) categoriza esse conjunto de povos e comunidades tradicionais nortemineiras de “Sete Povos” sendo eles: Vazanteiros, Veredeiros, Geraizeiros, Caatingueiros, Indígenas (Xakriabá e Tuxá), Quilombolas e Apanhadores de Flores. O termo emergiu de representantes desses grupos identitários quando da sua mobilização no movimento social conhecido como Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais. As territorialidades desses povos e sua articulação no referido movimento social é abordada no capítulo 4 dessa tese.

Em geral essas populações tiveram suas histórias marcadas por mudanças políticas, econômicas e socioambientais impostas pelo Império (1822-1889) e pela República, a partir de 1889. Uma das primeiras interferências sobre o modo de vida destes povos e comunidades tradicionais foi a Lei de Terras de 1850. Nesse período, o território nacional brasileiro passou por uma regularização fundiária, sob coordenação do Império, que objetivou a proteção da elite econômica agrária, mantendo e ampliando seu monopólio da terra frente à apropriação por meio da posse (MEDEIROS, 2002).

A partir desse período as terras só poderiam ser ocupadas por intermédio de compra e venda autorizada pelo imperador, portanto ela automaticamente foi transformada em mercadoria e incorporada à lógica capitalista, privilegiando as elites locais que tinham maior influência na sociedade, deixando os posseiros numa condição de subordinação em relação aos

grandes latifundiários. No entanto, as transformações mais profundas nas relações socioambientais e no modo de vida dos povos e comunidades tradicionais, foram as provenientes dos processos modernizantes que viriam a ocorrer no Norte de Minas, logo nas primeiras décadas do século passado, com a chegada da malha férrea e as primeiras expropriações na região.

Costa (2005) destaca que as condições de vida na região, eram insalubres em função das doenças tropicais, como a malária, mas que de certa forma também serviam aos nativos e quilombolas como proteção contra a chegada dos brancos e contra a “domesticação do sertão”. Contudo, a partir da década de 1930 inicia-se o processo de expropriação desses povos de seus territórios a partir de novas formas de apropriação do espaço, motivados pela construção da ferrovia que faria, futuramente, a ligação da região sul com o nordeste brasileiro. Para atender à demanda dessa construção, a mata da Jahyba, a exemplo, serviu de fonte de matéria prima para retirada de madeira para os dormentes da ferrovia.

Concomitante a expansão da malha ferroviária, veio à demarcação de terras na região como parte do “alicerce das transformações modernizadoras na dinâmica econômica regional”. As terras demarcadas serviram como moeda para pagamento dos agrimensores que as revendiam para fazendeiros da cidade de Montes Claros. Estes alocavam, por sua vez, funcionários negros para “afazendarem” suas posses (COSTA, 2005, p. 308).

As terras que tinham um significado baseado na economia e na troca ganharam uma nova simbologia, de caráter patrimonialista, devido à sua mercantilização e especulação. Mudanças mais profundas, sobre a questão fundiária, iriam ocorrer principalmente a partir da década de 1960, com a atuação da SUDENE e sua política de liberação de recursos para serem utilizados na comercialização das chamadas “terras de ausentes” (ARAÚJO, 2009 p.132). De fato essas terras eram em sua maioria, ocupadas à gerações pelos povos caatingueiros, vazanteiros, veredeiros, geraizeiros, quilombolas e indígenas, mas que não possuíam “documentos oficiais” que comprovassem as suas posses. Nessa época, o processo de ampliação das fazendas e o cercamento de glebas de terras foram intensificados e como resultado ocorreu um aumento exponencial das expropriações territoriais de muitas famílias e até mesmo de comunidades inteiras.

A partir da década de 1960 é inaugurada no Norte de Minas, uma política agrícola desenvolvimentista que foi orientada em quatro eixos: agropecuário; irrigação; monocultura eucalipto e pinus; e industrial. Antes de apontar os impactos dessa política calcada no crescimento econômico nessa região, é importante destacar que, as primeiras experiências

industriais nortemineiras haviam ocorrido ainda no final do século XIX, associada à produção do algodão. Nesse período os Estados Unidos estavam envolvidos numa guerra civil, a guerra da Secessão, que como consequência afetou profundamente a sua produção de algodão e a indústria têxtil. Diante desse cenário, o Brasil, passou a suprir essa lacuna no mercado internacional e algumas microrregiões do norte de Minas Gerais viu essa atividade agrícola prosperar.

Em decorrência da grande produção do algodão, indústrias têxteis foram instaladas no norte de Minas Gerais. Pereira (2007, p. 35), corrobora que o crescimento da atividade algodoeira não tenha promovido “alterações nas relações de produção predominantes na região, funcionais à pecuária extensiva e a agricultura de subsistência”, ou seja, o crescimento dessa atividade agrícola possibilitou a implantação das primeiras indústrias na região que estavam vinculadas ao setor têxtil, no entanto, elas não foram capazes de modificar, estruturalmente, a principal atividade produtiva da região: a agropecuária.

A política desenvolvimentista adotada no Norte de Minas contribuiu substancialmente para a ampliação e concentração de latifúndios e no crescimento e fortalecimento de empresas rurais. Esse processo ainda repercutiu nos fluxos migratórios de famílias camponesas expropriadas em direção as cidades, pois a privação dos recursos naturais e a impossibilidade de acesso às terras, promoveram e intensificaram o êxodo rural. Nesse processo algumas cidades acabaram por ampliar seu contingente populacional, como por exemplo, Montes Claros (QUERINO, 2006).

A atuação do Estado, permeada pela lógica do crescimento econômico, contribuiu para que os recursos ambientais que estavam nas mãos dos povos e comunidades tradicionais, ficassem vulneráveis às grilagens e expropriações de terras, muitas vezes marcadas pela forma violenta de como eram incorporadas pelo novo proprietário. Isso reorganizou a estrutura fundiária, com altas concentrações de terras e formações de latifúndios, ou seja, o que de fato ocorreu foi uma modernização conservadora (RIBEIRO, GALIZONI 2007, p. 121).

O avanço das monoculturas de eucalipto, o carvoejamento, o super pastoreio, a grilagem de terras em conjunto com a destruição das matas ciliares ao longo dos rios, áreas de recarga e nascentes; contribuíram para a escassez dos recursos hídricos e, principalmente, para a expulsão das populações locais ou redução do seu território. Dayrell (2000) discorreu sobre o processo de modernização da agricultura nas chapadas do Alto Rio Pardo e apontou que:

O processo de modernização da agricultura baseado no estímulo aos reflorestamentos monoculturais de eucalipto e, em menor medida, na pecuária extensiva, contribuiu para

a exclusão ainda maior da agricultura camponesa. O governo federal e estadual no intuito de “corrigir as distorções” deste processo, ainda no início dos anos 80, destinou à agricultura camponesa [...] dos caatingueiros e dos geraizeiros – “programas especiais” com um caráter nitidamente assistencialista e como objetivo de integrá-los à dinâmica da economia de mercado. [...] a Ruralminas regularizou as posses de centenas de posseiros, mas só reconheciam os terrenos fechados dos quintais e das roças, ignorando a lógica da ocupação comunal e descontínua das áreas “de solta” manejadas secularmente pelos camponeses (DAYRELL, 2000, p. 228).

Além das grilagens praticadas por agentes que revendiam as terras para fazendeiros, ou a ampliação das cercas das fazendas sobre o território de comunidades, o Estado teve uma contribuição desastrosa com políticas que favoreceram a expropriação de terras comunais na região que afetaram os territórios e o modo de vida de muitos povos.

A partir deste cenário de construção histórica, econômica e social do Norte de Minas, com imposição de uma lógica que não considerou os territórios, os conhecimentos, os saberes e os modos de vida dos povos e comunidades tradicionais é que situam as comunidades Quilombolas de Buriti do Meio, Vazanteiros de Pau de Léguas e as Comunidades do Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande, sujeitos dessa pesquisa.

Para maior compreensão dos reflexos das políticas desenvolvimentistas no Norte de Minas, apresento no item 1.3, um diagnóstico de uso e ocupação do solo em dois momentos, 1986 e 2015, para fundamentar a discussão. Trata-se de um recorte geográfico que, em síntese, demonstra alguns processos que potencializaram as expropriações e impactos ambientais nessa região. A escolha do recorte foi realizada no ano de 2017, quando participei junto com uma equipe do NIISA de um projeto de análise socioambiental da comunidade de Caraíba no município de Pedras de Maria da Cruz – MG.

A escolha das duas épocas (1986 e 2015) está relacionada ao acesso das imagens de satélite que pudessem abranger um período longo, possibilitando uma comparação e verificação de possíveis mudanças no uso e cobertura do solo refletidas na paisagem. Sendo assim, foi necessário recorrer a imagens com maior intervalo temporal para identificar as possíveis mudanças, nesse caso, os dados e imagens mais antigas e com melhores resoluções que tivemos acesso foram as de 1986 e as mais recentes e de melhores qualidades as do ano de 2015. Essas duas épocas com um intervalo de aproximadamente 30 anos foi suficiente para a realização do diagnóstico de uso e ocupação do solo.

1.3 - Espaço, Território e Rugosidades Espaciais no Norte de Minas de Minas Gerais

O termo território é construído por meio de diferentes concepções que se dialogam, aproximam ou se contradizem, não há uma unicidade entre os autores quanto a um conceito pronto e acabado. O termo ganha conotações e contornos originando uma polissemia, conforme as diferentes abordagens científicas ao longo dos dois últimos séculos.

Dentre as ciências que se dedicaram à teorização do termo, podemos apontar que as maiores contribuições vieram da Biologia, das Ciências Sociais e, sobretudo, da Geografia. Esta última se dedicou à abordagem desse conceito desde o século XIX, através da tradicional Escola Geográfica Alemã, sendo um dos expoentes o alemão Friedrich Ratzel. No mesmo período emergiu na França, uma corrente de pensamento que apresentou um paradigma diferente ao da escola alemã. Essa corrente foi construída sobre quatro pilares: aporte das ciências naturais, multiescalaridade, descrição e interdisciplinaridade. La Blache foi o precursor da corrente francesa calcada no possibilismo geográfico. Além de introduzir a relação tempo-história na Geografia, postulou sobre o papel do homem e sua interferência no meio que o circunda, assim como as possibilidades de modificações a partir das necessidades humanas.

O período histórico, no qual as duas escolas de pensamento geográfico emergiram, foi marcado por conflitos e pelo imperialismo dos países europeus sobre o continente africano. Nas primeiras décadas do século XX, o mundo presenciou entre 1914 a 1918 a primeira grande guerra, na qual, a Alemanha foi derrotada e perdeu o controle sobre suas colônias africanas. Talvez esse cenário tenha favorecido uma maior aceitação do conceito de região como escala-chave derivado da escola francesa ou vidaliana, preterindo o território, que era o conceito chave da escola alemã.

Mesmo que *an passant*, é salutar ressaltar que Ratzel é figurado em muitas obras como o pai do determinismo geográfico, muitas vezes de forma simplista e acabada. Esse rótulo o coloca, de forma equivocada, como determinista, sem levar em consideração o momento no qual, as perspectivas científicas históricas permitiram a construção do conjunto da sua obra. Ademais o conceito de “espaço vital”, cunhado pelo autor, que seria algo semelhante ao território, serviu de base “filosófica”, porém distorcida, para que adeptos de grupos extremistas na Alemanha justificassem suas ações expansionistas e fascistas.

De fato o conceito de território só foi retomado como cerne dos estudos da Geografia, a partir da década de 1970, num momento em que, a própria ciência geográfica redefiniu-se, a partir de novos aportes teóricos; entre eles, a contribuição dos estudos de muitos autores

expoentes como Yves Lacoste, com a obra: “A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”. Lacoste procurou valorizar a autonomia epistemológica do estudo do espaço pelo refinamento dos métodos utilizados pela Geografia tradicional. São notórias as suas críticas ao conceito vidaliano de região, por meio das suas reflexões sobre as escalas geográficas analíticas do espaço, que contribuiu para o surgimento do conceito de espaço geográfico como o domínio estratégico por excelência.

Foi, portanto, a partir da segunda metade do século XX que a ciência Geográfica definiu o seu objeto de estudo: o espaço geográfico, e, da mesma maneira, as formas de interpretá-lo via categorias analíticas: paisagem, lugar, território e região.

Na década de 1980, Claude Raffestin com sua obra “Por uma Geografia do poder”, abordou sobre essas categorias de análise, as redes geográficas e principalmente, a diferenciação dos conceitos: espaço geográfico e território. Para o autor o território é uma instância segunda, e sua existência deve-se ao primeiro (o espaço) que ao ser apropriado, concreta ou abstratamente, por meio do trabalho, energia ou representação, o ator territorializa-o numa relação marcada pelo poder (RAFFESTIN, 1993).

Nesse sentido a construção conceitual do território está ligada de modo inerente às relações de poder, e sua manifestação espacial fundamenta-se por meio das relações sociais, pois, o ator, realiza a territorialização do espaço, tornando possível a ocorrência ou surgimento de novos territórios (territorialização), de desaparecimento dos mesmos (desterritorialização), ou ainda, a sua reconstrução (reterritorialização), num processo conhecido na Geografia como *T-D-R* (RAFFESTIN, 1993).

A ciência Geográfica da década de 1980 é marcada ainda por um movimento de renovação, tendo como um dos principais expoentes, Paul Claval. Esse autor propôs três eixos de análise do território, sendo o primeiro deles, o eixo do poder, enfatizando o Estado-Nação como fruto de uma apropriação do espaço para determinado grupo. O segundo é o eixo da realidade social, onde entra a questão da naturalização do território e a abordagem crítica e marxista do espaço (território); e por fim, o terceiro eixo, como símbolo e representação (o espaço vivido), portador de uma dimensão simbólica.

Claval (1999) incorpora, na Geografia, os estudos sobre cultura e a vida social; a transmissão do conhecimento e as regras de conduta; a relação do indivíduo com a sociedade e também as articulações e relações entre cultura e poder. O território para o autor é, portanto, material e simbólico, com destaque para o símbolo, a identidade e o pertencimento.

Essa tendência marca os estudos culturais e fenomenológicos na Geografia embasados na experiência pessoal vivida pelas noções de espaço e lugar. Apresenta como um dos principais expoentes, Yi-Fu Tuan (1980), com sua obra “Topofilia”, que considera a percepção, as atitudes e valores como elementos da relação entre os seres humanos e o meio ambiente.

Com relação às diferenças entre território e espaço, Milton Santos (2002), aponta que o território é anterior ao espaço geográfico, sendo de fato sua base material. Afirma que o espaço geográfico é formado por um “conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único ao qual a história se dá”. A natureza é, portanto, modificada pelas ações humanas, e, seus objetos naturais vão sendo substituídos e transformados em objetos fabricados, técnicos, mecanizados e, posteriormente, cibernéticos. “Fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina”. A presença dos objetos como hidroelétricas, indústrias, fazendas modernas, portos, rodovias, cidades, etc., fazem com que o espaço, seja marcado por acréscimos, que lhes dão um conteúdo extremamente técnico (SANTOS, 2002, p. 63).

É importante ressaltar que o conceito de espaço e território se apresenta como distintos para Raffestin (1993) e Milton Santos (2002). Para o primeiro autor, o espaço geográfico é algo dado e quando apropriado se transforma em território, e para Santos, a utilização do território por uma determinada sociedade, cria o espaço geográfico, partindo do território em si como algo dado. Mesmo que não seja pretensão dessa tese aprofundar nessa discussão teórica é necessário distinguir os conceitos de território e espaço, primeiramente por não serem sinônimos e, por conseguinte, entender que a amplitude do espaço é superior ao território.

Após essa diferenciação conceitual é importante abordar as concepções e abordagens distintas que foram incorporadas ao próprio conceito de território. De forma didática, Haesbaert (2006), agrupou em três vertentes básicas a noção de território, sendo a primeira a política, se referindo as “relações de espaço-poder”, no qual, o território é compreendido como um espaço delimitado e controlado, onde se exerce determinado poder. A segunda vertente seria a cultural ou simbólica, em que a dimensão subjetiva é a mais relevante, e “o território é visto como o produto da valorização simbólica de determinado grupo com relação ao espaço vivido”; e como terceira vertente, a econômica, que enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas: “o território é entendido como fonte de recursos” podendo ser, ao mesmo tempo, incorporado no discurso de embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, se tornando produto da divisão territorial do trabalho (HAESBAERT, 2006, p. 40).

O território pode ser compreendido também, a partir da conotação etológica ou naturalista, uma acepção do termo utilizada para exemplificar o comportamento natural dos homens frente ao ambiente físico, que por sua vez, pode ser transportado para a noção de território com base na relação sociedade/natureza. Ou seja, ampliada para o âmbito social tornando-o ambiente (HAESBAERT, 2006).

Essas dimensões sociais do território amparadas pela diferenciação conceitual de Haesbaert (2006) foram abordadas de maneira mais específicas no Capítulo 4, momento no qual, faço uma análise comparativa entre as comunidades pesquisadas. Da mesma maneira a dinamicidade dos territórios, movimentos e fluxos foram tratados em momentos específicos nos quais se fez necessário caracterizar os territórios das comunidades: geraizeira, vazanteira e quilombola.

No que condiz a dinamicidade, esta pode ser compreendida à luz da classificação dos territórios como contínuos _ sendo aqueles possuidores de contiguidade espacial_ e descontínuos, marcados pela não contiguidade ou aproximação, que em conjunto, constituem as redes ou chamados territórios-rede. Em termos gráficos, os territórios contínuos podem ser caracterizados por superfícies e os descontínuos por pontos, isto é, um território contínuo se caracteriza como um conjunto de pontos em rede, numa escala determinada, na qual, cada ponto representa um território com formas e estruturas próprias, numa escala de menor dimensão (SCHNEIDER et al. 2004).

Os territórios descontínuos estão sobre influência da escala, quando esta for de caráter local há uma tendência para a heterogeneidade, à informação factual, à valorização do vivido, do cotidiano, do lugar ou dos fenômenos manifestos. Por outro lado, quando a escala se dá no regional ou global, há uma tendência à homogeneização, através da informação estruturante, da valorização ao organizado, dos fenômenos subtendidos ou latentes (CASTRO, 1995).

Dessa maneira, o território pode ser constituído por pontos e linhas que em conjunto formam as redes, e por superfícies ou áreas que são as zonas ou malhas, constituindo, por conseguinte, elementos ou unidades que configuram os chamados territórios-rede (HAESBAERT, 2006). O território, portanto, não é uma simples porção do espaço, acabado e imutável. O território é dinâmico e pode se apresentar como flexível, multidimensional e dotado de fluidez, caracterizando-o como cíclico, sazonal, ou ainda móvel. Sua origem está calcada numa construção histórica e social, que se materializa por meio das relações de poder, seja o território concreto ou simbólico, a sua existência ocorre a partir da interrelação entre a sociedade e espaço geográfico.

Quanto ao conceito de espaço, na perspectiva de Santos (2002) ele pode também, ser caracterizado por sua dinamicidade, como um conjunto indissociável de sistemas e objetos, naturais ou fabricados e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A dinâmica existente no espaço permite a compreensão do movimento, das transformações e também das contradições. Os objetos, no decorrer histórico, se tornam cada vez mais produtos humanos do que naturais e se interagem e articulam com os sistemas de ações.

O espaço seria assim marcado por horizontalidades, que podem ser definidas como sendo o domínio do cotidiano territorialmente compartilhado, um conjunto de lugares contíguos, como uma definição tradicional do conceito de região e por verticalidades _ que são os pontos separados no espaço a serviço dos agentes hegemônicos que estabelecem uma hierarquia entre os lugares controlados a distância_ “O espaço se compõe de uns e de outros desses recortes inseparavelmente” (SANTOS 2008, p.88).

No tocante a essa discussão sobre espaço, David Harvey (2006) o define a partir de uma tríade: espaço absoluto, espaço relativo e espaço relacional. O espaço absoluto seria o receptáculo, o fixo, o local onde são planejados e realizados os eventos podendo variar em extensão; o espaço relativo é aquele onde os fluxos atuam, é o ‘espaço’ da circulação, da mobilidade, da aceleração e compressão do tempo-espaço; o espaço relacional implica a ideia de relações internas, os eventos devem ser analisados a partir da sua interação com diferentes objetos e o que está ao seu redor.

As modificações que podem ser produzidas tanto no território, quanto no espaço, são inerentes aos modos de produção, sobretudo o capitalista. Se por um lado percebemos que os conceitos trazem distinções, é notório que eles estão sujeitos ao jogo de interações entre sistemas de objetos e ações, ao movimento e a uma dinâmica histórica/temporal, ao passo que há forte influência sobre ambos em decorrência da divisão social do trabalho.

A divisão social do trabalho leva à divisão territorial do trabalho, que pode ser observada através das formas que o espaço vai adquirindo via trabalho humano, essas formas espaciais são fruto do que Santos (2002) chama de “trabalho vivo e trabalho morto”. O que pode ser visto na paisagem é reflexo de ações passadas e “nem sempre podem ser visíveis com o tempo, nem sempre é redutível aos sentidos, mas apenas ao conhecimento”. Ou seja, é uma rugosidade⁴, é “o que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de

⁴ Milton Santos utilizava o termo rugosidades como uma metáfora, para analisar os tempos passados materializados nas formas do presente, em que as diversas divisões do trabalho se dão de maneira sucessiva, sobreposta e concomitante. A metáfora emerge da física clássica para expressar as marcas acumuladas nos equipamentos em função de movimentos anteriores.

supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares” (SANTOS 2002, p. 139 - 140).

As transformações, de uma dada superfície (ambiente), por sistemas agrícolas e técnicas modernas, podem não ser visíveis num dado espaço de tempo, mas podem deixar registradas suas expressões no meio, ou na espacialidade, sem mesmo ser necessário existir a presença de um objeto para confirmá-las. Esses registros temporais, deixados na paisagem, podem ser analisados por outras ferramentas, a exemplo, as imagens de satélite ou por outras tecnologias. Neste sentido a compreensão das rugosidades espaciais com suas formas isoladas ou arranjos, expressas na paisagem, podem ser um instrumento para análise do território, enquanto categoria do espaço geográfico.

As rugosidades podem refletir, a divisão territorial do trabalho, que por sua vez pode ser explicado pelas formas geográficas herdadas dentro de um enfoque espaço-temporal, tomadas como um dado de sistema temporal a qual pertence. Como neste capítulo estou tratando de uma escala regional e das transformações territoriais no espaço-tempo, utilizarei o conceito de rugosidades, transportando-o de uma categoria analítica da paisagem, na qual geralmente é utilizado, para uma categoria analítica do território, elucidando as transformações ocorridas na região Norte de Minas Gerais.

Utilizo, de forma didática, a categorização das territorializações propostas por Pacheco de Oliveira (1998), às quais Araújo (2009) se apoia nomeando as territorializações enquanto categoria temporal. Ao final acrescento uma nova temporalidade/territorialização para designar os desdobramentos atuais, conforme apresentados no quadro 3.

Quadro 3 - As Temporalidades/Territorializações Históricas do Norte de Minas Gerais

Temporalidades/ Territorializações	Período	Características
Tempo de encontro das gentes e da cultura.	Até o século XVII	A região era ocupada por populações indígenas e negras aquilombadas com contatos e vinculações entre os dois grupos. As populações negras se mantiveram “protegidas pela malária” e vivendo invisibilizadas sob a vegetação de caatinga arbórea que recobria o vale do rio Verde Grande.
Tempo de ocupação bandeirante e das sesmarias.	Século XVII até meados do século XVIII	Os negros e indígenas foram submetidos pela força bandeirante, e as populações subalternas foram subsumidas na categoria identitária sertanejo, mas, também, identificados de forma pejorativa como baianos ou pernambucanos. Neste período, os membros da sociedade Xakriabá, transferem-se da região centro-oeste e se fixam na região.

Tempos dos coronéis.	A partir de 1850	Criação da lei das Terras e a fase de complexificação com diversos grupos se autoidentificando e identificados contrastivamente como, veredeiros, geralistas ou geraizeiros, catingueiros, barranqueiros, vazanteiros, lameiros, varjeiros entre outros. Esse período é marcado também pela reafirmação dos quilombolas e indígenas Xakriabá.
Tempo da RURALMINAS e dos Fazendeiros.	A partir de 1960	As populações subalternas passam a ser diferenciadas em função da sua relação com a terra quando se autoafirmam como moradores e são subsumidas por denominações de organismos de estado como pequenos proprietários, posseiros, agregados e trabalhadores rurais. Nesse período o povo Xakriabá é reconhecido oficialmente como povos indígenas.
Tempo das empresas, dos parques e dos territórios étnicos.	A partir dos anos 1990	Intensificação da lógica de produção capitalista (neoliberal) no país. Na região, surgem às categorias boia fria e migrante sazonal. Ameaças de expulsão territoriais pelas unidades de conservação. Autoafirmação identitária dos povos e comunidades tradicionais e surgimento de movimentos sociais como estratégia de reprodução social e territorial.
Tempo dos Movimentos Sociais e das Forças Antagônicas.	A partir dos anos 2000	Intensificação dos movimentos sociais, resultando-os em uma onda de resistência e articulação política, e, em contrapartida, o surgimento de forças contrárias como organização de grupos hegemônicos, que buscam a manutenção da lógica latifundiária, expropriante e conflituosa.

Fonte: ARAÚJO (2009). Adaptado pelo autor.

O acréscimo, a essa categorização da temporalidade, que denomino como “Tempo dos Movimentos Sociais⁵ e das forças antagônicas”, enseja o surgimento de movimentos sociais no Norte de Minas. Em meados década de 1990 e início dos anos 2000, mostrou-se como um período marcado pela gênese de movimentos socioambientais e identitários nessa região. Em contrapartida forças contrárias a esses movimentos se tornaram mais atuantes. Essas forças antagônicas em geral são oriundas de grupos hegemônicos, formados por fazendeiros, latifundiários, grileiros entre outros, que buscam a manutenção da lógica fundiária expropriante. As ações desses grupos são em grande medida marcadas pela violência, e os atores, na maior parte das vezes, promovem suas ações à surdina e com frequência percebe-se o ressurgimento da figura do “jagunço” nas áreas de conflito. São ações e reações que, na atualidade, dão a tônica das relações socioambientais e territoriais conflitantes na região do Norte de Minas.

Dentre os movimentos sociais destaco a Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais: o movimento social se formou por meio de uma articulação entre

⁵ Ver Touraine (2006). TOURAINE, Alain. Um novo Paradigma para compreender o mundo hoje. 3ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2006

povos e comunidades tradicionais nortemineiras e Alto Jequitinhonha. Constituída formalmente na cidade de Montes Claros no ano de 2010. O movimento possui, na sua composição, representantes dos povos indígenas Xakriabá e Tuxá, comunidades quilombolas, geraizeiras, vazanteiras, veredeiras, caatingueiras e apanhadores de flores.

Outro movimento social que surgiu nessa temporalidade foi o Movimento Vazanteiro. Este teve sua origem no final da década de 1990, como forma de resistência ao processo expropriante promovido pela unidade de conservação integral (Parque da Mata Seca) no município e Manga – MG. Surgiu com o nome “Movimento dos Encurralados pelos Parques”, mas foi projetado numa área de maior abrangência e incorporou outras comunidades vazanteiras. Passa então a ser ressignificado como “Vazanteiros em Movimento”, como resultado de um reconhecimento identitário e cultural de povos e comunidades que vivem um mesmo processo de ambientalização das suas lutas territoriais na região do Médio São Francisco mineiro (ANAYA, 2014).

O precursor desses movimentos foi o Movimento Geraizeiro, composto por comunidades geraizeiras que se organizaram para resistirem as expropriações dos seus territórios tradicionais, promovidas pela silvicultura de eucalipto e pinus e pela expansão das áreas de mineração nas chapadas do Alto Rio Pardo no Norte de Minas Gerais (BRITO, 2012; DAYRELL, 2019).

Esses movimentos sociais partilham de objetivos comuns e se organizam para o enfrentamento dos processos de expropriação e violência, promovidos por diferentes agentes hegemônicos, latifundiários e unidades de conservação de proteção integral. Lutam pela garantia dos seus direitos constitucionais amparados pelo decreto 6.040/2007, que institui a política nacional de desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais. Esse decreto enfatiza o reconhecimento, fortalecimento e garantia dos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito à valorização à identidade, formas de organização e suas instituições. No capítulo 4, retomo essa discussão apontando a relação das comunidades pesquisadas com os movimentos sociais.

Durante o desenrolar temporal, expresso no quadro 03, saliento que a temporalidade “Tempo dos Movimentos Sociais e das Forças Antagônicas” é contemporânea à escrita dessa tese. O Norte de Minas Gerais passou por transformações profundas, em sua formação populacional, urbana, econômica, política, social, cultural, entre outras, e, ao longo dessas transformações, a sociedade veio “imprimindo” suas materializações no espaço geográfico.

Algumas dessas materializações são construções pretéritas (fixos) que coexistem com formas novas, podendo ser mais facilmente observadas no meio urbano.

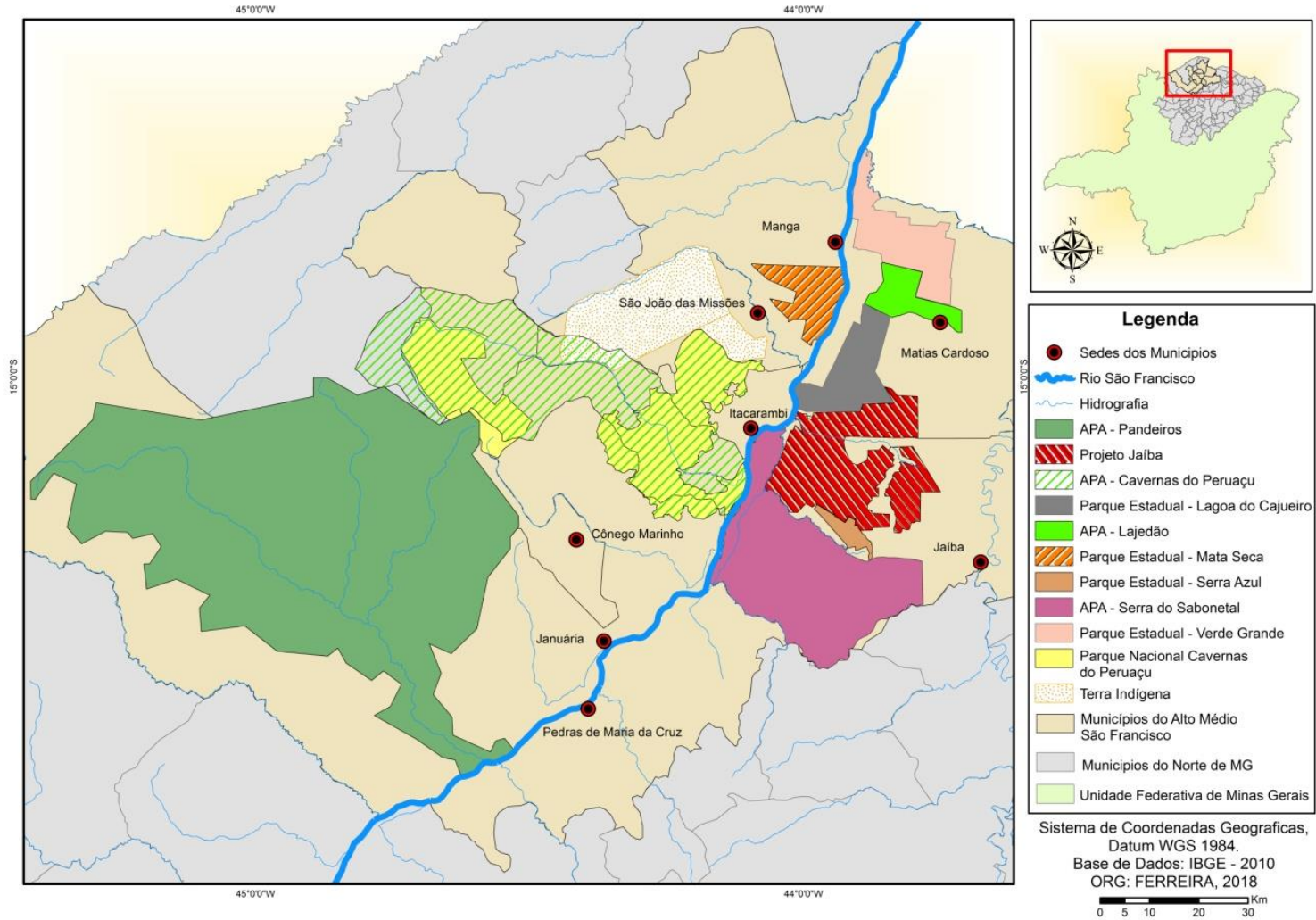
Como já observado, Milton Santos (2002) denomina essa história materializada no espaço de rugosidades, que é uma sobreposição de formas ao longo do processo histórico. As rugosidades podem ser facilmente percebidas pelas construções dispostas umas ao lado das outras nos centros urbanos, a exemplo os prédios modernos em contato com prédios antigos, ou ainda dentro de um conjunto ou arranjo, como no caso de bairros recém criados dispostos na vizinhança de bairros tradicionais, portanto não se trata apenas de materialidade, mas também de trabalho morto, de experiências coisificadas.

Da mesma forma as rugosidades podem ser percebidas no meio rural, as próprias formas e traçados no uso do solo pela agricultura mecanizada ou tradicional, as modernas agroindústrias que compõem o espaço com as tradicionais formas de moradia, são exemplos da materialização da história no espaço.

No entanto, não significa que é preciso existir necessariamente o componente material para atestar uma rugosidade. Ou seja, as marcas deixadas por sistemas de produção, podem deixar indícios de materialidades temporais e ações diferentes sobre o espaço. As novas tecnologias geográficas, sobretudo as geotecnologias e o SIG, têm permitido uma gama de análises e entre elas a identificação de transformações no espaço geográfico.

Para maior compreensão das transformações no rural nortemineiro, recorro a observações locais para evidenciá-las, como pode ser observadas na figura 2. A espacialização de alguns dos empreendimentos que, igualmente ao agronegócio, foram responsáveis por alterações na dinâmica socioespacial e no ordenamento territorial desse recorte espacial. São decorrentes de políticas públicas do Estado no período que se inicia no chamado “Tempo das Empresas, dos Parques e dos Territórios Étnicos”.

Figura 2 - Mosaico de unidades de conservação e perímetro de irrigação no Médio São Francisco Mineiro



Fonte: Organizado por FERREIRA, NEVES E LEITE, 2018.

Pode ser observado na figura 02, o perímetro de irrigação de fruticultura ‘Projeto Jaíba’. Este empreendimento, custeado pelo governo federal e estadual, trouxe externalidades positivas para o seu entorno, em destaque algumas melhorias na área da saúde, educação, transporte e geração de emprego. Contudo, trouxe externalidades negativas, como os impactos do rápido crescimento populacional sem o devido acompanhamento da infraestrutura e aumento dos índices de violência. Na área ambiental, vários estudos apontam os impactos socioambientais provocados pelo empreendimento e principalmente, pelo fato desse megaprojeto reproduzir a estrutura fundiária brasileira e especificamente a do Norte de Minas Gerais como a alta concentração de terras (JESUS, 2009).

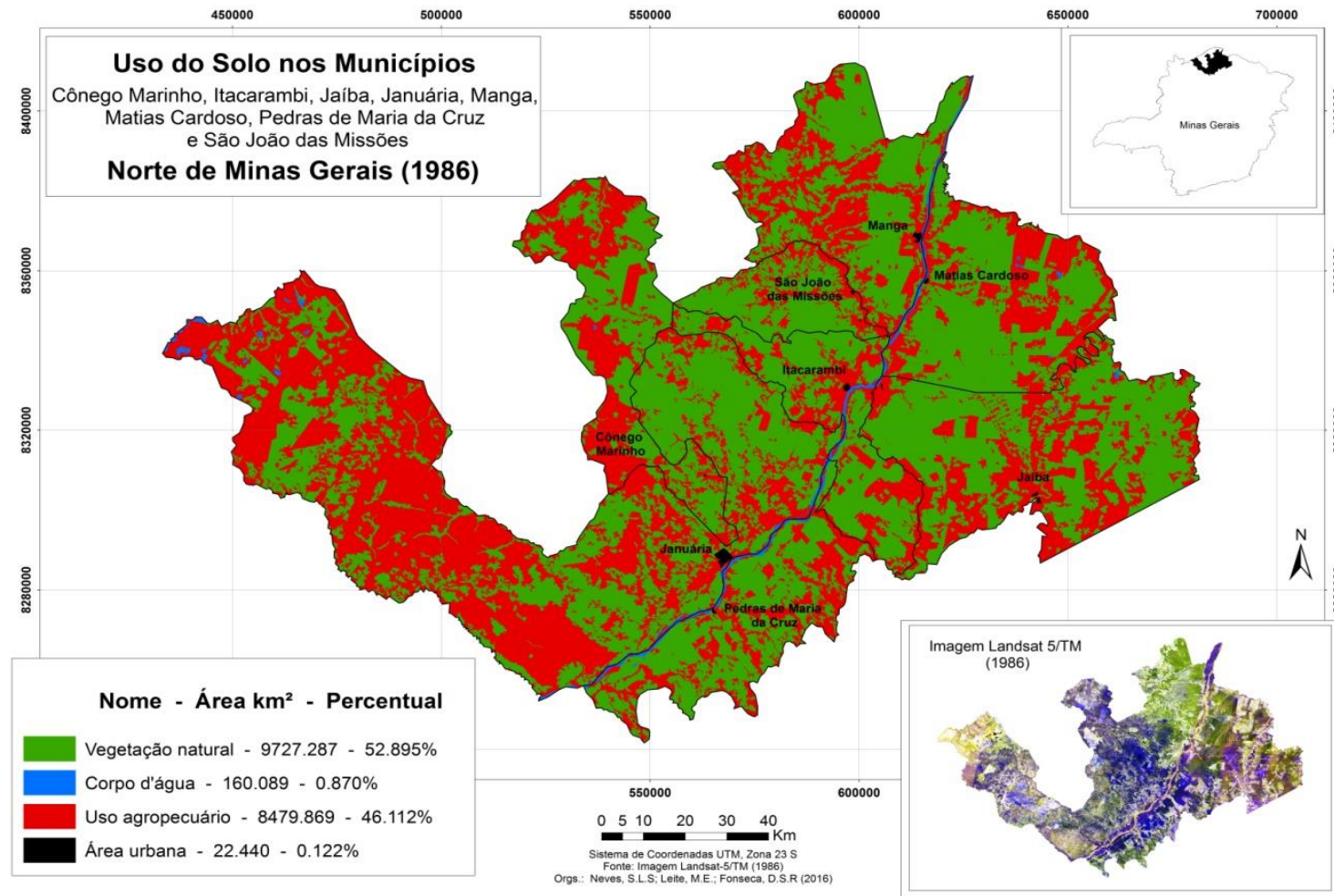
O mosaico de unidades de conservação compostas pelas áreas de proteção ambiental e, principalmente, pelos parques, que são uma modalidade de proteção integral, em conjunto, promoveram conflitos socioambientais nessa região derivado da sobreposição dos territórios de povos e comunidades tradicionais, a exemplo os vazanteiros, veredeiros, pescadores artesanais, quilombolas e indígenas (ANAYA et. al. 2006; FIGUEIREDO, 2011).

Em diversas pesquisas realizadas, no recorte espacial acima destacado, como as produzidas por, Oliveira (2006), Anaya (2006), Araújo (2009), Figueiredo (2011), Camenietzki (2011), Neves (2013) entre outras, existem uma sólida discussão sobre os impactos socioambientais decorrentes do uso e ocupação do solo, na qual, se destacam como promotores as unidades de conservação e a agropecuária (agronegócio). Esses impactos são mais profundos no decorrer da década de 1980, período que se consolida o modelo agrícola convencional na região, cuja principal atividade econômica estava vinculada a agropecuária.

Para fundamentar essas informações, utilizo mapas baseados em imagens de satélites, para evidenciar as transformações espaciais em dois momentos. Permitindo uma análise das rugosidades em um recorte geográfico específico.

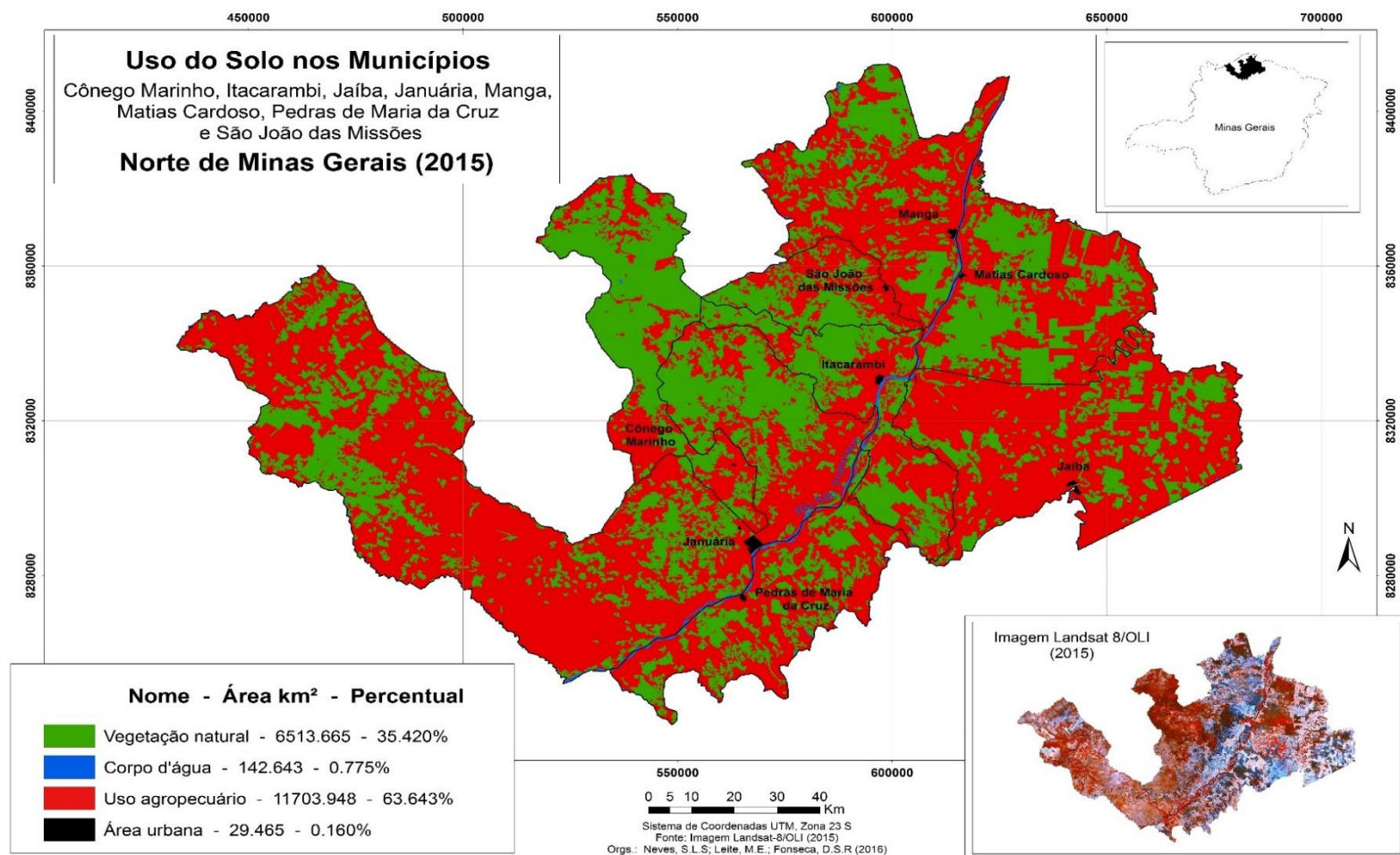
Nas figuras 3 e 4, pode ser observado o uso e ocupação do solo em duas épocas 1986 e 2015, nos municípios de Pedras de Maria da Cruz, Januária, Bonito de Minas, Cônego Marinho, Itacarambi, São João das Missões, Mathias Cardoso, Manga e Jaíba. Esses municípios refletem uma síntese do processo da expansão da agropecuária na região norte de Minas Gerais.

Figura 3 - Uso do solo em municípios da região Norte do Estado de Minas no ano de 1986



Fonte: Organizado por NEVES, LEITE e FONSECA.

Figura 4 - Uso do solo em municípios da região Norte do Estado de Minas no ano de 2015



Fonte: Organizado por NEVES, LEITE e FONSECA.

O diagnóstico do uso dos solos desse recorte geográfico do Norte de Minas Gerais (1986 e 2015) permite a compreensão do avanço das atividades agropecuárias sobre as áreas de vegetação nativa. Durante este período os municípios em destaque, perderam aproximadamente 3.213 km², que correspondem a 17% de mata nativa. Essa subtração seria algo em torno de 11 mil hectares de vegetação natural por ano, sendo as áreas mais incidentes localizadas nas margens do rio São Francisco; rio Verde Grande e no perímetro de irrigação do Projeto Jaíba. Como o crescimento da malha urbana não passou de 0,04% durante esse período, esses dados confirmam que as atividades agropecuárias, foram as principais responsáveis pela diminuição da cobertura vegetal nativa.

Os corpos hídricos também foram afetados com diminuição de aproximadamente 17,4 km², incluídas as lagoas marginais, afluentes do rio São Francisco e do rio Verde Grande. Nos trabalhos de Oliveira (2006); Ribeiro (et al., 2010); entre outros, estão presentes os relatos de comunidades sobre lagoas marginais e veredas que secaram ou que tiveram consideravelmente reduzidos, o seu volume de águas, e ainda pelo assoreamento decorrente do transporte de milhões de toneladas de solos arenosos para os leitos dos afluentes sãofranciscanos. O assoreamento é resultado do carrilhamento de sedimentos originários das chapadas degradadas, transformadas em áreas de plantio de eucalipto e carvoejamento, e pastagens apontados como um dos principais impactos ambientais acometidos na região.

Esses sistemas de produção promoveram mudanças significativas, “a agropecuária extensiva moderna modificou o manejo, pastejo e matrizes genéticas”, pois a ampliação do rebanho necessitou de maiores áreas de criação de gado e plantio de capim; “a agricultura irrigada ocupou áreas de mata seca e várzeas úmidas de veredas com grandes plantios de grãos”. Geralmente essas áreas mais úmidas eram ocupadas por comunidades de vazanteiros e geraizeiros que praticavam uma agricultura de autoconsumo e de baixo impacto ambiental, com interdependência das dinâmicas sãofranciscanas. O plantio de eucalipto e “o carvoejamento de mata nativa, atendia ao polo siderúrgico mineiro”, muitas vezes essa última atividade objetivava a abertura de novas terras que seriam usadas em atividades futuras (RIBEIRO, et. al 2010, p.31).

Tais fatores contribuíram para a ampliação e concentração dos latifúndios, no crescimento e fortalecimento de empresas rurais, inaugurando “O Tempo da Ruralminas e dos Fazendeiros”. O modelo gerou uma disputa por terra, território e água, revelados por diversos trabalhos que identificaram e analisaram conflitos socioambientais nos municípios em destaque, como podem ser observados em Oliveira (2006), Ribeiro e Galizoni (2007); Ribeiro (et. al, 2010); Brito 2010, Figueiredo (2011), Neves (2013), Anaya (2014), entre outros.

As chapadas do Médio São Francisco foram privatizadas por empresas de pecuária, reflorestadoras e carvoejamento. As áreas de maior umidade, ou seja, várzeas e ou veredas foram sistematicamente drenadas, irrigadas e plantadas; as áreas de Floresta Estacional Decidual, denominadas regionalmente como Matas Secas, possuidoras de solos férteis, se transformaram em áreas de pastagens para a criação extensiva de gado. A maior parte dessas áreas já era ocupada por povos e comunidades de agricultores tradicionais, que tinham um manejo próprio, sazonal e comunal desenvolvido e repassado ao longo de gerações. Entretanto, as empresas cercavam esses espaços e ampliavam suas glebas de terras, por meio da grilagem, tornando-se uma prática frequente e, por vezes violenta. Este aspecto culminou na expropriação dos direitos de povos e comunidades tradicionais e na reorganização da estrutura fundiária (RIBEIRO, et. al. 2010).

A região Norte de Minas Gerais, até então, possuía fazendas de grande porte, mas estas não ocupavam áreas de milhares de hectares. Tinham um sistema de produção que não ameaçava a agricultura tradicional, e o acesso à terra se baseava em direitos consuetudinários, assemelhando-se à lógica das comunidades tradicionais. Contudo, com a modernização conservadora, veio a introdução da “grande fazenda”, moldes industriais do *agribusiness*, e a disseminação dos conflitos pela terra (RIBEIRO, et. al. 2010). No que tange às as rugosidades espaciais, nas figuras 04 e 05, não são perceptíveis os objetos concretos ou fixos, mas podem ser observadas as transformações espaciais impressas pelos sistemas de ações, resultantes do jogo das políticas públicas desenvolvimentistas que se materializaram na paisagem, na espacialidade, por vezes, sobrepondo os territórios de povos e comunidades tradicionais dando contornos e formas diferentes na construção do espaço.

É neste cenário histórico/político/cultural que a região do Norte de Minas, sobretudo nas últimas quatro décadas, se consolida como campo de lutas e resistências subalternas. Torna-se perceptível então, a relevância em visualizar e visibilizar as diferenças dentro deste mosaico de paisagens naturais, de identidades, territórios e territorialidades distintas, permeadas por interesses multifacetados endógenos e exógenos, a partir do olhar dos de dentro e de dentro para fora. É nesta perspectiva que a decolonialidade oferece um caminho próprio a ser trilhado dentro e fora da academia, assim como a Cartografia Catrumana se apresenta um instrumento metodológico legitimador da cosmografia desses povos. Em especial àqueles envolvidos em movimentos de resistência, de autoafirmação identitária e territorial.

CAPÍTULO 2 – A PERSPECTIVA DECOLONIAL

A perspectiva ou movimento decolonial tem fornecido chaves analíticas para compreender e interpelar as estruturas sociais na nossa contemporaneidade, sob a ótica das epistemologias do Sul global. A produção teórica, a partir do Sul, insurge das análises críticas ao projeto moderno, sendo interpelado desde suas configurações à narrativa hegemônica da modernidade, inicialmente do pensamento eurocêntrico. O discurso hegemônico da modernidade concedeu a Europa um *locus* privilegiado de enunciação, instalando um padrão de poder/saber e perpetuando, mesmo após o fim do período colonial, o favorecimento de aspectos socioculturais europeus _ e mais tarde dos Estados Unidos da América _, em detrimento de outras formas de conceber o mundo.

Igualmente como ocorreu com a subordinação das culturas, ocorre ainda com as epistemologias desde o processo de colonização, numa produção e reprodução sistemática e hegemônica das etimologias do Norte sob as do Sul, também dos saberes do Sul em relação ao Norte. Derivado dessa linha de pensamento, diversos autores pós-coloniais se dedicaram às discussões acerca do pensamento abissal da epistemologia moderna ocidental e, paralelamente, posicionaram um padrão de hierarquização epistemológica. Mais que uma hierarquização, as profundas críticas ao eurocentrismo visavam ainda colocar em paralelo as epistemologias, questão esta que vai muito além de um mero posicionamento geográfico.

Corroborando com Boaventura de Sousa Santos (2006), ao debater a hierarquização das epistemologias no mundo e dar visibilidade e reconhecimento às epistemologias do Sul, espera-se ao final, que seja reconhecida as várias epistemologias ao longo do planeta de maneira horizontal, similar, não verticalmente e hierarquizada, valorizando as culturas plurais do globo, sem que seja subalternizada levando em conta a questão norte/sul como indicação de domínio/dominados ou ignorados. Trata-se, portanto, da ruptura com a verticalidade do pensamento hegemônico e da busca por equidade e horizontalidade das variadas epistemologias do mundo sem a sobreposição de ideias.

As epistemologias do Sul, predominantemente, ainda se balizam pelas problemáticas emergidas das análises em torno do domínio e influências das epistemologias do Norte. Na perspectiva epistemológica decolonial, o processo que gerou o padrão de poder/saber eurocêntrico emergiu desde o século XV, com a expansão do comércio europeu. Contudo, muito embora a Europa imponha o capitalismo europeu pelo mundo, sua episteme, em totalidade, não deu conta das complexidades sociais distintas, naturalmente distribuídas no

planeta. Para Boaventura, nos últimos séculos houve um nítido e "naturalizado" domínio, não só político-cultural, mas também epistemológico que negligenciou da reflexão, o contexto cultural-político da produção e reprodução do conhecimento, desconsiderando ou subtraindo as demais (SANTOS; 2010).

Os esforços para alavancar as epistemologias do Sul, se dão de forma a resgatar outros saberes, outras formas de ver e compreender o mundo e de se reafirmar, a partir de seus contextos socioespaciais, que outrora são ainda desconsiderados, intencionalmente, pelo colonialismo e pela hegemonia epistêmica da ciência moderna. Por essa ótica, de resgate de outras formas de conhecimento, culturas, povos, identidades e percepções de mundo são revalorados, saberes e práticas ressignificadas (para além da autonomia de povos), e novas possibilidades de reflexão de mundo (também) a 'partir do Sul' são apontadas. Para tanto, faz-se necessário e urgente a ponderação e o diálogo, com vistas a inserir no meio acadêmico, distintas racionalidades e perspectivas ainda ausentes, marginalizadas ou subalternizadas, frente à submissão da visão eurocêntrica do conhecimento, da política, da cultura e das práticas e representações socioespaciais.

Como já apresentado anteriormente, esta tese acata o termo decolonial diversamente do (dês)colonial, muito embora o 'descolonial' esteja presente em variadas obras que tratam desta temática. A este respeito, corrobora-se com Catherine Walsh (2009), que ao optar pelo termo decolonial, ressalta que esta opção se dá não somente pela via etimológica, mas também por uma via de luta e reflexão contínua. A supressão do "s" não necessariamente significa promover um anglicismo (já que o termo em inglês é *decoloniality*), mas distinguir do sentido de desfazer/refazer, passando de um momento colonial para outro momento, ou seja, superando o momento colonial para instaurar nova ordem mundial que considere a horizontalidade do saber. Ao contrário, intenciona configurar um caminho de luta contínua por visibilidade, construção e reconhecimento de outras alternativas de concepção de mundo além do que está posto no domínio epistemológico.

Partindo de uma perspectiva histórica/teórica, o capítulo apresenta uma explanação do Pós-colonialismo; da Decolonialidade e seus desdobramentos, perpassando pelas contribuições brasileiras para o cenário decolonial, privando pela reflexão acerca da urgência do pensamento decolonizante para (re)afirmação das variadas formas de ver e interpretar o mundo.

2.1 - Perspectiva Histórica/Teórica

2.1.1 Pós-Colonialismo e os Estudos Subalternos

Para larga compreensão da perspectiva histórica/teórica dos estudos decoloniais, faz-se necessário analisar, mesmo que de forma menos robusta, a teoria Pós-Colonial que ofereceu os constructos fundamentais para a decolonialidade e suas variações mais atuais. A teoria Pós-Colonial tem sua gênese nos estudos culturais e literários e toma corpo ao abordar e analisar as relações e tensões entre o centro e os periféricos. O pós-colonialismo nasce no movimento de independência e busca pela identidade e matriz dos países do continente asiático e africano (MAMA et al., 2015; BALLESTRIN, 2013).

No decorrer do século XX especialmente, a partir da segunda metade, as colônias europeias localizadas nos continentes asiático e africano, passaram por profundas transformações de ordem social, política e econômica, decorrentes também das mudanças da geopolítica mundial em virtude dos acontecimentos emergentes pós Segunda Grande Guerra. Fatos esses que se somaram culminando nos processos de independência das colônias. Junto a essa independência, não tardou o surgimento de teorias que buscassem o rompimento com a hegemonia do pensamento científico da metrópole, ou seja, essa intencionalidade de mudança, parte da identificação da relação de disparidade entre o colonizador e o colonizado, numa tentativa de denunciar as diferentes formas de dominação e opressão dos povos, resultando no projeto denominado de Pós-Colonialismo.

As principais reflexões do Pós-colonialismo, no pós-guerra, estavam centradas no entendimento do mundo colonizado, a partir da construção discursiva do colonizador e de que maneira o colonizado se constrói, tendo como referência o discurso antagônico do ocidente. Significativos pensadores dessa vertente, ou projeto, tinham em comum o fato de ser imigrantes na Europa ou nos Estados Unidos (de nacionalidades asiáticas, africanas e latino-americanas), cujas histórias foram marcadas pelas desigualdades sociais, má distribuição de renda e opressão social. As temáticas tinham uma forte influência das experiências multilocacionais dos seus críticos, a exemplo da noção de “orientalismo”, proposta pelo palestino Edward Said. Em síntese, Said procurava demonstrar como se estabelecia e institucionalizava a produção de representações sobre uma determinada região do globo, que alimentava e recriava a própria produção do conhecimento crítico, sob o olhar enviesado do ocidente.

O Pós-colonialismo então se constituiu por autores/pesquisadores que ampliaram suas análises para além do pensamento europeu clássico e que, incorporados ao debate, deram suas contribuições oriundas de diversas regiões do mundo como Índia, Paquistão, América Latina, África, entre outros. Esta heterogeneidade geográfica possibilitou diversos vieses e demarcação de espaço de nova perspectiva no campo da análise política, antropológica, análises de gênero e discussão da ideia de nativo, por exemplo. Os estudos pós-coloniais incorporam questões de classe e das respectivas formas de opressão das elites coloniais e hegemônicas e também das teorias culturalistas, ao se fazer referência às diferentes formas de opressão e discriminação dos excluídos. Interpretam a modernidade a partir de outro lugar, enfatizando a necessidade de fazer uma nova leitura do processo de colonização.

Após meados do século XX, profundas mudanças de ordem política, econômica e social, sinalizaram uma nova geopolítica mundial. Em parte, isso ocorreu como reflexo da Segunda Guerra Mundial, que redirecionando eixos de poder fez emergir novas potências mundiais, inaugurando um período conhecido como Guerra Fria. Consoante a esse período, há uma eclosão de independências das colônias europeias especialmente as localizadas no continente africano e o surgimento de um novo imperialismo na América Latina, perpetrado pelos Estados Unidos.

O movimento de ‘des-colonização’ dos países africanos foi acompanhado por violentas ações geopolíticas em todo continente deixando suas marcas impressas também no cotidiano dos estados-nação recém independentes, atrelando-se ao pensamento europeu e posteriormente, à superioridade Estadunidense. O pós-colonialismo pode ser explicado pelas referências variadas de opressão, que possibilitam a compreensão da relação entre colonizador *versus* colonizado, pode ser entendido como um movimento político/intelectual e interdisciplinar, devido à natureza da composição com autores provenientes de países centrais e periféricos (MAMA et al., 2015).

Essas transformações não ficaram apenas no plano geopolítico, elas se fizeram também nas ciências, resultando em diferentes campos e novas reflexões teóricas. A exemplo pode-se citar as mudanças nas correntes do pensamento geográfico e do paradigma positivista para o fenomenológico; assim como nas discussões teóricas denominadas pós-coloniais, cuja centralidade se ensejava nos países subdesenvolvidos, naquele momento designados como de Terceiro Mundo. Algumas dessas teorias emergentes se desdobraram ou cederam lugar a outras e com o desenrolar do processo científico-histórico, surgiram novos conceitos como o de decolonialidade e novas vertentes da cartografia, nesse caso as sociais e seus desdobramentos.

Nesse cenário do pós-colonialismo, despontam-se, a partir de obras clássicas e embrionárias, seus principais interlocutores: Albert Memmi (“Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador”, 1947); Aimé Césaire (“Discursos sobre o colonialismo”; 1950) e Franz Fanon (“Os condenados da terra”, 1968). Contudo, é a obra do palestino Edward Said (“Orientalismo: o oriente como invenção do Ocidente”, 1978) que constitui um marco para os estudos pós-coloniais, a partir do momento em que induz a questionamentos acerca do pensamento hegemônico ocidental, denunciando suas facetas políticas e ideológicas. A obra de Said contribuiu significativamente para novas bases curriculares em universidades, articulada com outras áreas do saber, como a Antropologia, Política, Sociologia, Geografia e História.

Ampliar o campo da discussão em que preze pela história, poder econômico ou cultural, foi uma das preocupações das obras do palestino Edward Said, que fora imigrante nos Estados Unidos, berço da sua formação acadêmica e profissional. O autor, a partir de suas experiências como “de fora”, longe do seu lugar de nascimento, foi incentivado a escrever sobre essa discussão, abrindo caminhos para a teoria pós-colonial para além da perspectiva culturalista. O Orientalismo se configura, a partir de então, como um “movimento científico cujo análogo no mundo da política seria a acumulação e a aquisição colonial do oriente pela europa” (SAID, 2003, p.65).

Em suas obras, Said elenca três sentidos/definições interdependentes de orientalismo e identifica quatro dogmas. Para o autor, em primeiro lugar, o orientalismo é tido como um sujeito de estudo acadêmico, “mesmo que não sobreviva como antigamente, o orientalismo continua a viver academicamente através de suas teses sobre o oriente e o oriental” (SAID, 2003, p. 65). O segundo sentido do Orientalismo refere-se aos insistentes descritos que adversam o oriente do ocidente, visto na literatura e consolidados no imaginário ocidental. Dentre os quais, estão poetas, romancistas, filósofos, teóricos políticos, economistas e administradores imperiais que, a partir da distinção básica entre oriente e ocidente, se debruçaram em suas teorias e “descrições sociais a respeito do Oriente, dos seus povos, costumes, mente, destino e assim por diante”. Em terceiro lugar, o autor aponta o “Orientalismo como uma instituição organizada para negociar e controlar o Oriente”, como um “estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o mesmo”. A partir destas três definições, Said (1990, p. 24), afirma que o Orientalismo:

(...) não é um mero tema político de estudos ou campo refletido passivamente pela cultura, pela erudição e pelas instituições: nem é uma ampla e difusa coleção de textos sobre o Oriente; nem é representativo ou expressivo de algum nefando complô imperialista ocidental para subjugar o mundo oriental. É antes uma distribuição de consciência geopolítica em textos estéticos, eruditos, econômicos, sociológicos, históricos e filosóficos, é uma elaboração não só de uma distinção

geográfica básica (O mundo é feito de duas metades, o Ocidente e o Oriente), como também de toda uma série de interesses que, através de meios como a descoberta erudita, a reconstrução filológica, a análise psicológica e a descrição paisagística e sociológica, o orientalismo não apenas cria como mantém; ele é, em vez de expressar uma certa vontade ou intenção de entender, e em alguns casos controlar, manipular e até incorporar, aquilo que é um mundo manifestante diferente (ou alternativo e novo); acima de tudo, um discurso que não está de maneira alguma em relação direta, correspondente, ao poder político em si mesmo, mas que antes é produzido e existe em um intercâmbio desigual com vários tipos de poder, moldado em certa medida pelo intercâmbio com o poder político (como uma ordem colonial ou imperial), com o poder intelectual (como as ciências reinantes da linguística comparada ou anatomia, ou qualquer uma das modernas ciências ligadas a decisão política), com o poder moral (como as ideias sobre o que “nós” fazemos e o que “eles” não podem fazer ou entender como “nós” fazemos). Com efeito, o meu verdadeiro argumento é que o orientalismo é _ e não apenas representa_ uma considerável dimensão da moderna cultura político-intelectual, e como tal tem menos a ver com o Oriente que com o “nosso” mundo (SAID, 1990, p. 24).

E quanto aos dogmas do Orientalismo, Said elegeu o primeiro, como sendo “a absoluta e sistemática diferença entre o Ocidente, que é racional, desenvolvido, humanitário e superior”, enquanto o Oriente, que é “aberrante, subdesenvolvido e inferior”. O segundo dogma é o fato das “abstrações sobre o Oriente, particularmente as que se baseiam em textos que representam uma civilização oriental “clássica”, serem sempre preferíveis às evidências diretas extraídas das realidades orientais modernas”, a isto, pode-se exemplificar a supressão da realidade histórica, tida por Said como uma negligenciação dos fatos e acontecimentos históricos do e no Oriente. Um terceiro dogma é que “o Oriente é eterno, uniforme e incapaz de definir a si mesmo; presume-se, portanto, que um vocabulário altamente generalizado e sistemático para descrever o Oriente, de um ponto de vista ocidental, é inevitável e até cientificamente objetivo”. O autor aponta como quarto dogma o fato de que o “Oriente, no fundo, ou é algo a ser temido ou a ser controlado” (SAID, 1990, p. 305).

O orientalismo de Said estimulou diversas análises e suscitou uma variedade de críticas que irão influenciar o distanciamento de diversos autores de sua obra, bem como serviram para o próprio Said reformular muitas de suas concepções, notadamente em sua obra “Cultura e Imperialismo”. Nessa obra, Said aponta outra perspectiva para a identidade cultural, considerando de maneira abrangente todos os elementos que a constitui e suas complexidades, partindo do princípio que “todas as culturas estão mutuamente imbricadas; nenhuma é pura e única, todas são híbridas, heterogêneas, extremamente diferenciadas, sem qualquer monolitismo”. O autor busca caracterizar as formas relacionadas à cultura metropolitana e o imperialismo (SAID, 2011, p. 30).

Uma crítica comum ao Orientalismo é formulada por diversos pensadores latino americanos como Mignolo (2000), Dussel (2000) e Quijano (2000) por considerarem, em diversos contextos e facetas históricas, que Said (em suas primeiras obras), não dá a devida

atenção às experiências das sociedades estruturadas, a partir, da colonização espanhola e ou portuguesa. Said, que tinha sua base de análise em Michel Foucault, incorpora muitas das críticas em suas obras, a partir de então, passa a dar mais espaço às obras de outros autores, como Antônio Gramsci, Fanon entre outros. Essa nova aproximação de Said com outros pensadores, permite que o autor considere que:

Todas as culturas tendem a elaborar representações culturais estrangeiras a fim de melhor dominá-las ou de alguma forma controlá-las. Mas nem todas as culturas fazem representações de culturas estrangeiras e de fato as dominam ou controlam. Este é o traço distintivo, ao meu ver, das culturas ocidentais modernas. Isto exige que o estudo do conhecimento ou das representações ocidentais do mundo, não europeu, seja um exame tanto dessas representações quanto do poder político que elas expressam (SAID, 1995, p. 141).

Quijano, abordando sobre o eurocentrismo, considera que a elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: Colonial/Moderno, capitalista e eurocentrado. Desta forma, reforçando o pensamento de Said, faz-se urgente e necessário um “olhar de lupa” para as especificidades culturais, políticas (ocidental não europeu) e seus processos de desenvolvimento ao longo da história, para além do oriente (QUIJANO, 2005).

Há de se considerar ainda, as contribuições da obra “O local da Cultura” do indiano Homi Bhabha (1994), para os estudos pós-coloniais. O Orientalismo, na perspectiva do autor, expressava a fronteira cultural e definia as diferenças entre aqueles que são do lugar, às vezes marcadas por estereótipos e caricaturas, em oposição daqueles de fora, numa pretensão de ser algo que vai além da síntese aglutinadora de tudo aquilo que não há pretensão de ser, mas que, de certa maneira é imposta (COSTA, 2006). A obra apresenta variados textos do autor tratando sobre cultura, poder, identidade cultural, sobretudo, do lugar político da teoria, e nele, a perspectiva epistemológica de se colocar em um entre-lugar, em oposições relacionais, para melhor compreender as estruturas de poder nelas existentes. Deriva daí a perspectiva metodológica de apreensão de dados (COSTA, 2006).

Para Bhabha, não se pode binarizar a identidade cultural. Tratar de identidade cultural significa tratar de constituição de identidades híbridas culturalmente. O “local da cultura” seria um “entre lugar” entre o “eu e o outro” no contexto do deslocamento cultural, pensando a cultura para além da contraposição identidade *versus* cultura. Desse modo, o conceito de hibridismo surge para descrever a natureza flexível das identidades culturais, que são formadas pela interação. O autor coloca o hibridismo como resultado da interação entre culturas:

colonizado e colonizador, bem como instrumento de resistência e reivindicação desse “novo espaço” para atuação política e social. Bhabha usa o termo “negociação” como categoria para propor uma articulação entre elementos distintos e complexos da cultura sem contrapô-los, contribuindo, significativamente para mediação da realidade (BHABHA, 1994).

Fez-se importante ainda, as contribuições do sociólogo jamaicano Stuart Hall para a noção de identidades híbridas. Em sua obra intitulada: *“The question of cultural identity”* dedicou-se, como questão central, à identidade cultural na era da globalização. Hall aponta três concepções distintas de identidade cultural do sujeito, a saber: a “identidade do sujeito do iluminismo”, representado pelo indivíduo totalmente centrado, unificado e racional, cujo “centro” se dava em um núcleo interno, desde o nascimento do sujeito, permanecendo inalterado ao longo da existência do indivíduo. A segunda concepção de identidade é a “identidade do sujeito sociológico”, formulada pelo resultado da interação entre o indivíduo e a sociedade, sendo alterado em seu núcleo interior, a partir do diálogo com outras identidades do mundo global. Como terceira concepção de identidade cultural, Hall aponta a identidade do “sujeito pós-moderno”, um sujeito que não tem uma identidade essencial fixa. É definida historicamente e não biologicamente, numa “celebração móvel”, onde o sujeito incorpora ao longo do tempo identidades distintas. O sujeito pós-moderno tem sua identidade composta de vários fragmentos de outras identidades podendo até se apresentarem contraditórias (HALL, 2005).

O hibridismo cultural, por seu caráter de sincretismo entre culturas, torna-se uma “poderosa fonte criativa, produzindo novas formas culturais, mais apropriadas à modernidade tardia que às velhas e contestadas identidades do passado” (HALL, 2005, p.91). Para o autor, os elementos culturais, portanto, não podem ser entendidos como expressões estáveis e imutáveis, mas sim, como um processo da sociedade globalizada produzindo novas identidades. Dessa forma, pensar o sujeito da pós-modernidade é considerar múltiplas dimensões sociais e culturais aos quais são formados os indivíduos inseridos num complexo emaranhado de redes.

Outro expoente nos estudos sobre as relações entre o Norte e o Sul, no que tange ao “processo de reinvenção da emancipação social”, é o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos. Em suas obras o autor faz críticas substanciais ao paradigma moderno, modelo científico dominante, que para ele é dicotômico, dualista e sexista, homogeneizando e hierarquizando o conhecimento em detrimento das experiências, culturas e diversidades culturais. Boaventura propõe uma “ruptura” ao que nos fixou a um modelo dualista, para dar

lugar ao saber do senso-comum emancipatório, chamado pelo autor de “sensocomunização da ciência” (SANTOS B., 2010, p. 57).

Pode-se então considerar a existência de práticas emancipatórias em estruturas regulatórias, que caracterizam a sociedade capitalista. Nas palavras do autor,

[...] a ciência pós-moderna, ao sensocomunizar-se, não despreza o conhecimento que produz tecnologia, mas entende que, tal como o conhecimento se deve traduzir em autoconhecimento, o desenvolvimento tecnológico deve traduzir-se em sabedoria de vida (SANTOS B., 2010, p. 57)

Nesta passagem, o autor elucida os questionamentos costumeiramente surgidos no meio acadêmico acerca do que “pode ou não”, ser utilizado/considerado pelas epistemologias do Sul, quando esta lança mão de aparatos tecnológicos por exemplo, tidos como produto do conhecimento eurocêntrico.

Esta tese corrobora com Boaventura, quando toma as epistemologias do Sul a partir de sua potencialidade para considerar o saber/poder de grupos sociais distintos, outrora historicamente dissolvidos/invisibilizados ou desponderados no contexto do capitalismo/colonialismo. Para tanto, as epistemologias do Sul, de maneira horizontal e não verticalizada, lança luz sobre as mais variadas formas de conhecimento em todo o mundo (SANTOS B., 2010).

Tecendo teorias voltadas aos continentes, o papel assumido pelo grupo de intelectuais do Pós-colonialismo, para além de ressaltar as identidades na libertação do jugo imperialista eurocêntrico, situou-se na desconstrução das leituras eurocêntricas sobre os processos sócio-históricos e econômicos vigentes nas colônias. Vale ressaltar que parte significativa dos estudos que têm como objetivo “romper” com a lógica cosmopolita europeia, se residiam, predominantemente, em zonas além dos limites das universidades. Para Mama *et all* (2015), a reprodução dos paradigmas do Norte e ou modelo eurocêntrico nas grades curriculares universitárias quando desprezam o campo da transdisciplinaridade e deixam de fora debates e reflexões que envolvam raça, gênero ou ancestralidades étnicas imbricadas no continente africano, é marcadamente uma razão para tal. As universidades neste contexto constroem-se até então, conforme a visão da autora, num padrão europeu, homogeneizando os discursos.

Por outra vertente de análise, tem-se a crítica ao pós-colonialismo que ressalta discussões desde seu conceito até aos autores considerados diaspóricos, neste caso, distantes do lugar de fala. Ella Shohat aponta que o termo “Pós-Colonial” traz consigo uma variedade de erros conceituais. Denota a crítica por sua ambiguidade teórica e política, por sua variedade de

posições, deslocamentos universalizantes e anistóricos, bem como de suas implicações despolitizantes (Shohat,1992). Para a autora, o termo não esclarece se essa periodização é epistemológica ou cronológica. Na mesma perspectiva, Anne McClintock corrobora com Shohat, quando critica o conceito por sua “linearidade e suspensão arrebatada da história” (McClintock, 1992). A autora aponta as ambiguidades teóricas de espaço, tempo e, por outro lado, ambiguidade política que o termo traz. Para ambas, se faz essencial discutir a questão conceitual da teoria Pós-colonial que não enfoca sua política de localização bem como quem e quando poderia ser considerado um/a pós-colonial.

Stuart Hall, em seu texto “*Quando começa o pós-colonial? Pensando no limite*” apresenta a visão das autoras e acrescenta que, a obscuridade, ambiguidades teóricas e políticas da questão pós-colonial, bem como da ideia de uma “era pós-colonial”, suscita alguns importantes pontos de interrogação, como: “quando foi o pós-colonial?”; “o que deveria ser incluído e/ou excluído dos seus limites?”; “onde se encontra a fronteira invisível que separa o pós-colonial dos seus “outros” (o Colonialismo, o Neocolonialismo, o Terceiro Mundismo, o Imperialismo)?” Para Hall, o termo pós-colonial, a princípio, serviu para designar o momento após o colonialismo, por seus efeitos binários que marcaram o período colonial: colonizador e colonizado. Hall acrescenta então a questão: “por que o pós-colonial é também um tempo de diferença? Que tipo de diferença é essa e quais as suas implicações para a política e para a formação dos sujeitos na modernidade tardia?” (HALL, 2011, p.95).

Shohat aponta um “entusiasmo” pelo termo pós-colonial originado, segundo a autora, na crise das formas de pensar o terceiro mundo. A partir dela, dá-se o entusiasmo pelo termo pós-colonial como sendo uma nova forma de designar o discurso crítico que tematiza assuntos que surgiram das relações coloniais e depois cobrindo um longo período histórico incluindo o presente (SHOHAT, 1992, p. 101).

Em seu texto, Hall apresenta ainda o ponto de vista de Arif Dirlik (1994), a quem se refere como “um ilustre estudioso da China moderna”. Arif Dirlik, “não só cita e aprova muitas das críticas de Shohat e McClintock, como também considera que o conceito (pós-colonial) é uma celebração do chamado fim do colonialismo” (HALL, 2003, p. 102). O autor considera ainda que, o pós-colonialismo é “um discurso pós-estruturalista e pós-fundacionista empregado por intelectuais descolados do terceiro mundo” (HALL, 2003, p. 102). Outra crítica apresentada por Dirlik e citada por Hall, é a de que o pós-colonial “menospreza, grosseiramente a estruturação capitalista do mundo moderno. Sua noção de identidade é discursiva, não estrutural. Repudia a estrutura e a totalidade” (DIRLIK, 1994, p. 347).

Shohat elenca algumas das “ambiguidades conceituais do termo “Pós”” como sendo aquelas tensões não articuladas entre as teleologias filosóficas e históricas no Pós-colonial, uma vez que o “Pós” indica algo que vem posterior ao colonialismo. Para a autora o termo ainda está induzido por uma ambiguidade espaço-tempo, disseminada desde a Ásia até ao contexto acadêmico anglo-americano. Desta forma, o “Pós-colonial” sugere associação com os países do “terceiro mundo” recém-independentes. Outra referência deste termo são as circunstâncias da diáspora do “terceiro mundo” ocorridas nas últimas décadas do século XX (SHOHAT, 1992, p.102).

Em suma, para Hall, as observações de alguns autores, no que tange a análise do conceito e, sobretudo em termos cronológicos e geográficos, resultam de aspectos como a questão do termo, que não se limita à descrição, nas mais diversas esferas de análise, de uma dada época ou de uma sociedade específica. Ao contrário, o termo pós-colonial assume uma transcendência, a partir da releitura da colonização como parte de um processo global, de caráter transnacional e ou transcultural. E o resultado disso é uma reescrita deslocada, diaspórica, daquilo que são as grandes narrativas imperiais do passado centradas na nação (HALL, 2011, p.102). Um segundo aspecto é a dimensão teórica do termo pós-colonial que reflete sobre sua negativa de uma perspectiva dualista. Nesta perspectiva, Hall aponta que tanto o colonialismo como o pós-colonialismo se configuram como diferentes formas de encenar as relações e acontecimentos históricos sobre os colonizadores e colonizados. Convergindo com os apontamentos de Ella Shohat sobre a temporalidade problemática do conceito de Pós-colonial (HALL, 2011, p. 103).

Para Shohat todos vivemos em uma época pós o período colonial, e, por isso mesmo, o termo “Pós-colonial” ganha requintes de uma categoria universal, desconsiderando diferenças geopolíticas importantes de cada país, além de ampliar as ambiguidades, sobretudo, no meio acadêmico. Hall aponta, ainda que, o pós-colonial não se baseia em estágios ou épocas onde relações são extintas e novas relações surgem em substituição. Para ele, uma larga transição se desenrolou após o fim do período colonial, caracterizada pela independência das colônias e que não deve ser ignorada. Outra característica do pós-colonial é que este manteve impresso, em suas relações, vários aspectos oriundos da colonização, além disso, Hall observa que o termo “pós” não significa que todas as estruturas do período colonial tenham sido solapadas na história, e uma nova fase iniciado. Ao contrário, novas configurações das relações de poderes perduram em todos os campos de análise nas ex-colônias (HALL, 2011, p.104).

Repensar a questão do colonialismo e seus impactos herdados pelos colonizados, traz a tona duas fundamentais correntes teóricas que acionaram os debates no meio acadêmico internacional desde a década de 1980: a teoria pós-colonial e os estudos subalternos. Estas duas perspectivas teóricas, destacam o resgate da história, do ser e do saber do sujeito subalterno em sua luta por autonomia e emancipação política, cultural, intelectual e socioambiental. Logo, permitem demarcar o espaço da subalternidade no campo dos discursos reproduzidos nas sociedades contemporâneas, cuja orientação epistemológica apresenta forte inclinação para reafirmação do poder/saber da colonialidade/modernidade e sua herança até os dias atuais.

2.1.2 - Grupo dos Estudos Coletivos Subalternos

Na década de 1980 a expressão “subalternidade” ganha destaque e começa a marcar espaço nos debates epistêmicos e da verticalidade do conhecimento e das relações de poder pós-coloniais. O termo “subalterno” surgiu ainda na década de 1970, na Índia, designado para dar referência àqueles que foram colonizados no subcontinente sul asiático. Remete aos que são dependentes, à sombra de uma relação de domínio, sobretudo epistemológico hegemônico, tomando o sentido de “grupos marginalizados no globo”. A subalternidade faz menção aos que não possuem representatividade substancial nas relações de poder imperiais, ou que não possuem “voz” ou “vez de fala” em função de sua origem, status social, gênero, classe, casta ou práticas socioculturais, etc. (GUHA, 1982).

A subalternidade possibilitou, por outro lado, a visibilidade destes ao repassar a história de seus povos, permitindo serem vistos também, a partir, de suas próprias experiências e modos de conceber o mundo. O que até então, era reconhecido apenas a partir da visão dos colonizadores e seu poder hegemônico, desconsiderando os saberes e culturas subalternas na construção do conhecimento.

Neste contexto surge, de forma paralela, o Grupo dos Estudos Coletivos Subalternos _ *Subaltern Studies*, liderados pelo Indiano Ranajit Guha no final da década de 1970 e que veio reforçar o pós-colonialismo como um movimento intelectual, político e epistêmico (BALLESTRIM, 2013). Os estudos intencionavam inferir na historiografia sul asiática, ressaltando seus aspectos socioculturais, por meio, do “olhar dos dentro”. Buscava reescrever a trajetória da Índia colonial, a partir de outro ângulo histórico: pela ótica das massas subalternas.

Outro expoente reconhecido pelas contribuições aos Estudos Subalternos foi a autora indiana Gayatri Chakravorty Spivak, crítica literária e teórica. A autora coloca ainda em debate, a dualidade do termo subalterno, reafirmando a relevância em refletir “sobre”, ampliando sua concepção e conceito. Para Spivak, o termo subalterno é explicado como se referindo,

[...] as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante (SPIVAK, 2010, pg.14).

Spivak lembra que o subalterno não apenas deve ser concebido como o que não tem representatividade ou voz, e, quando a tem, deixa de o ser. Não só o subalterno “não pode falar” como o intelectual não pode “falar por ele”. O termo é abrangente na medida em que considera a subalternidade como instrumento para legitimar sua história, partindo do próprio juízo consciencioso, e não somente como condição de subordinados, oprimidos, mas como representação de um grupo. Ou seja, para a autora, a representação não deve ser a de “falar por”, uma vez que o subalterno pode buscar seu lugar no contexto epistemológico mundial, a partir de suas perspectivas.

Neste panorama, Spivak nos faz refletir através de seus escritos como seu artigo mundialmente conhecido: *Can the subaltern speak?* (1988), considerado um dos textos fundamentais sobre o pós-colonialismo. Emerge a problemática do “re-presentar” ou “falar em nome de”, a partir de uma lógica imperialista, hegemônica, capitalista e excludente, a qual o mundo se guiava _ pelas perspectivas do colonizador em detrimento as do colonizado, não lhe dando “permissão para narrar” e produzir-se intelectualmente a partir de suas próprias orientações_. Partindo da crítica intelectual ocidental e da problematização do sujeito subalterno feminino, as obras de Spivak ganham destaque por questionar a prática discursiva intelectual pós-colonial, discutindo situações de silenciamento e opressão subalterna.

Adentrando em várias universidades latino americanas, esse movimento propõe nova perspectiva epistemológica a partir dos subalternos, impulsionados, posteriormente, pelo pensamento decolonial que inclui a crítica da hegemonia epistêmica ocidentalcentrista e resgata/revaloriza a produção teórica do Sul (MICHEL LOWY, 2015).

Conforme o historiador indiano Chakrabarty (2000), é persistente no discurso tradicional, a soberania da história/cultura/saberes europeus em relação aos demais no mundo (mesmo da China, Índia ou qualquer outra sociedade não europeia). Desta maneira, o autor aponta para constância da reprodução de histórias nacionais e específicas como variações da narrativa mor, a narrativa da história da Europa, subalternizando as demais. A permanência de

raízes marcadamente eurocêntricas nas abordagens epistêmicas para retratar o Sul global, reafirma uma hierarquia de saberes e, como produto dar-se uma sociedade dominante enquanto, as demais são obscurecidas, inferiorizadas ou menosprezadas.

Estas abordagens hegemônicas ou posicionamentos teóricos-metodológicos que afirmam uma única ontologia epistemológica, estabelecem uma segregação hierárquica, permeando nas instituições, culturas, saberes, doutrinas e formas de conceber o mundo. Ressalta-se, a partir desta realidade, a urgência em ampliar e fazer valer estudos críticos a qualquer pensamento cêntrico na própria sociedade e nas relações regionais, no interior das sociedades nacionais e ainda departamentais, provinciais e estaduais. Toda experiência social tem sua própria produção e reprodução de conhecimento e, nesta direção, pressupõe o reconhecimento de variadas epistemologias.

2.1.3 - Grupo Latino Americano de Estudos Subalternos

O debate em prol das causas humanitárias e dos efeitos coloniais e pós-coloniais em países periféricos chega à academia norte-americana através do Grupo *Foreign Culture* (Culturas estrangeiras) abrindo alas para os estudos culturais; da teoria feminista; pós-modernistas; para os estudos subalternos e da teoria pós-colonial. Na tentativa de “encaixar” as peças dessas teorias no caso específico da América Latina, sentiram a necessidade de buscar maior aproximação da realidade das Américas por meio de nova problematização e repolitização das teorias, direcionando-as ao contexto latino-americano.

Desta forma, intelectuais como o sociólogo peruano Aníbal Quijano, como o argentino Walter D. Mignolo, entre outros estudiosos desta temática, ao final da década de 1990, nos Estados Unidos, deram origem ao Grupo Latino Americano de Estudos Subalternos. Destaca-se o lançamento da obra que marcou esta iniciativa: *Colonialidad y modernidad-racionalidad* (1992) de Quijano. Este autor apresenta um papel importante na teorização do grupo, a partir da definição da “colonialidade do poder”. Nas palavras do autor:

La colonialidade es uno de los elementos constitutivos y específicos del patrón mundial de poder capitalista. Se funda en la imposición de una clasificación racial/étnica de la población del mundo como piedra angular de dicho patrón de poder y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones, materiales y subjetivas, de la existencia social cotidiana y a escala societal. Se origina y mundializa a partir de América (QUIJANO, 2000, p. 342).

O grupo mantém acesa a chama da reflexão e do debate, no que tange a renovação analítica e utópica das ciências sociais latino-americanas neste século. Dedicar-se às análises de sociedades plurais, oprimidas pelo pensamento hegemônico europeu que silencia as formas de saber/poder da América latina.

O Grupo Latino Americano de estudos subalternos, formado nos Estados Unidos na década de 1990, foi inspirado no Grupo Asiático de estudos subalternos, com inclinação à realidade da América Latina, suas diversidades, sua historiografia e suas variadas subalternidades. Os intelectuais do Grupo latino deram preferência epistemológica a Foucault, Derrida, Gramsci e Guha, gerando críticas e dividindo o grupo recém formado, entre aqueles que defendiam uma libertação das amarras eurocêntricas e ruptura com a hierarquia epistêmica ocidental.

Para Walter Mignolo, traduzir e incorporar as teorias do Grupo Indiano de Estudos Subalternos ao caso latino-americano era um grande equívoco, se consideradas as peculiaridades históricas e realidade, um “não refletiria o outro”, e a trajetória da América Latina de dominação e resistência estava ocultada nesse debate. Mignolo acrescenta que é preciso considerar que a “história do continente é diferenciada em relação à colonização”. Para o autor, dois processos históricos definiriam as diferenças em questão: A aceitação da diferenciação a partir da ideia de raça e o surgimento do capitalismo mundial. Daí a necessidade e avançar e libertar das amarras epistêmicas ainda centradas no Norte. Para Grosfoguel, os:

[...] latino-americanistas deram preferência epistemológica ao que chamaram “os quatro cavaleiros do Apocalipse”, ou seja, a Foucault, Derrida, Gramsci e Guha. Entre estes quatro, contam-se três pensadores eurocêntricos, fazendo dois deles (Derrida e Foucault) parte do cânone pós-estruturalista/pós-moderno ocidental. Apenas um, Rinajit Guha, é um pensador que pensa a partir do Sul. Ao preferirem pensadores ocidentais como principal instrumento teórico traíram o seu objetivo de produzir estudos subalternos (...). Entre as muitas razões que conduziram à desagregação do Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos, uma delas foi a que veio opor os que consideravam a subalternidade uma crítica pós-moderna (Uma crítica eurocêntrica ao eurocentrismo) àqueles que a viam como uma crítica descolonial (Uma crítica do eurocentrismo por parte dos saberes subalternizados, desconsiderados). Para nós que tomamos o partido da crítica descolonial, o diálogo com o Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos tornou evidente a necessidade de transcender epistemologicamente _ ou seja, de descolonizar_ a epistemologia e o cânone ocidental (GROSFOGUEL, 2008, p. 116).

Para Mignolo (1998), estava ocultada, no debate da subalternidade, a trajetória histórica colonial da América Latina, logo, Mignolo considerava que o grupo latino de estudos subalternos deveria manter-se em direção diferenciada daquela que guiava o grupo indiano. O autor direciona críticas aos estudos culturais, pós-coloniais e subalternos por não romperem adequadamente com as obras e autores frutos do pensamento eurocêntrico. Ponderava que

aspectos coloniais latino americanos eram específicos e que estes deveriam ser destacados, levando em conta o cenário de exploração destas para gerar riquezas à Europa. Mignolo ainda considerava relevante ter em conta a estrutura colonial e imperial modernas, sobretudo com o protagonismo estadunidense (MIGNOLO 1998; BALLESTRIN, 2013).

A partir dos debates proporcionados pelos estudos subalternos e pós-coloniais, iluminados pelo pesquisador Ranajit Ghua, por Spivak e Edward Said e sua obra “Orientalismo” de 1978, uma nova perspectiva de (re)pensar o mundo é modelo gerado e em plena expansão, ganhando desdobramentos, vertentes e críticas para além das fronteiras asiáticas e anglo-saxãs. Cenário como este, proporcionou campo fértil para a fundação do Grupo Modernidade/Colonialidade no final da década de 1990.

2.1.4 - Grupo Modernidade/Colonialidade

Devido às contraposições de ordem teórica interna, o Grupo Latino Americano de Estudos Subalternos desagregou-se em suas partes constitutivas no final da década de 1990, dando início a formação do Grupo Modernidade/Colonialidade – M/C, um projeto da decolonialidade.

O Grupo M/C lança críticas ao pós-colonialismo e o Grupo Asiático e Latino Americano por considerar ainda vinculados ao que mantém aceso o domínio europeu, dando espaço para o desconstrutivismo e pós-estruturalismo presentes nos aportes teóricos de Foucault, Derrida e outros. Walter Mignolo, a partir de críticas aos estudos subalternos, fundou em 1998 o Grupo M/C dissociando dos estudos subalternos que segundo ele “não rompem, de maneira suficiente com os autores eurocêntricos”, ou não se constituem como os mais eficazes instrumentos de resistência (MIGNOLO, 2007, p.14). Em consequência, menos ênfase é dada ao que deveriam tomar como diretriz: as culturas híbridas a partir do Sul e seu aporte teórico.

O Grupo M/C se diferencia do Grupo asiático e latino, quando para estes a modernidade é um fenômeno decorrente do liberalismo sobre a África e Ásia com ocorrência no século XIX, período em que se institui o domínio colonial da Inglaterra sobre a Índia. O Grupo M/C, ao contrário, defende que ela remonta ao século XVI, quando se inicia a colonização portuguesa e espanhola. O que eles tinham em comum, além da análise crítica do processo de construção da historiografia das ex-colônias, orientada e concebida pelo viés do discurso da metrópole, era o

uso em densidade de epistemologias advindas de autores europeus, o que derivou fortes críticas aos reais objetivos da proposta do pós-colonialismo.

As teorias antecessoras formuladas por alguns intelectuais fundadores do Grupo M/C como: Immanuel Wallerstein (Teoria do Sistema-Mundo); Edgardo Lander, Aníbal Quijano (Teoria da Dependência); Walter Mignolo; Enrique Dussel (Filosofia da libertação); Grosfoguel e influências da Teologia da Libertação, influenciaram outros autores que foram sendo agregados ao Grupo nos anos 2000. Desta maneira, o grupo foi estruturado por intelectuais de várias nacionalidades e de diferentes áreas do saber, alguns deles previamente desenvolveram pensamentos próprios, críticos da questão latino-americana.

Quadro 4 - Composição do Grupo Modernidade/Colonialidade

Autores	Nacionalidade	Área de Formação	Obras em destaque
Boaventura de Sousa Santos	Portuguesa	Sociologia do Direito	<i>“A Crítica da Razão Indolente Contra o Desperdício da Experiência”</i> (2000); <i>“Epistemologias do Sul”</i> (2018).
Walter Mignolo	Argentino	Semiólogo e Teórico Social	<i>“Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo”</i> (1999).
Arthuro Escobar	Colombiano	Antropólogo	<i>“La invención del Tercer Mundo, Construcción y deconstrucción del desarrollo”</i> (1998).
Enrique Dussel	Argentino	Filósofo	<i>“Orientalism”</i> (1978).
Immanuel Wallerstein	Norte-americano	Sociólogo	<i>“World-systems analysis: An introduction”</i> (2004).
Fernando Coronil	Venezuelano	Antropólogo	<i>“El Estado Mágico: Naturaleza, Dinero y Modernidad en Venezuela”</i> (2016).
Edgardo Lander	Venezuelano	Sociólogo	<i>“Colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais”</i> .
Nelson Maldonado-Torres	Porto-riquenho	Filósofo	<i>“Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto”</i> .
Ramon Grosfoguel	Porto-riquenho	Sociólogo	<i>“Decolonizing Political-economy and Postcolonial Studies: Transmodernity, Border Thinking, and Global Coloniality”</i>
Aníbal Quijano	Peruano	Sociólogo	<i>“Colonialidade do poder”</i>
Catherine Walsh	Norte-americana Radicada n Equador	Linguista	<i>“Pensamiento crítico y matriz (de)colonial”</i>

Fonte: Dados obtidos em BALLESTRIN, 2013; ESCOBAR, 2003. Organizado pelo autor.

O novo Grupo vê na subalternidade e colonialidade questões intrínsecas, associadas e parte constitutiva do sistema mundo moderno. Estes intelectuais e suas formulações de pensamento, perspectivas e visões, objetivaram dissolver discursos hegemônicos, buscando uma identidade e vocábulos próprios para renovar e ressignificar questões sociais latino-americanas na tentativa de “decolonizar” pensamentos e práticas subalternas. Como postulado, tem “a colonialidade como constitutiva da modernidade e não derivada” (MIGNOLO, 2005, p. 75). Ou seja, a partir da colonialidade, a Europa teve as condições necessárias para produzir-se nas ciências humanas como modelo a ser seguido universalmente, desconsiderando epistemologias consideradas periféricas.

É preciso considerar, conforme Boaventura, que até o século XV, “a Europa é a periferia de um sistema-mundo”, onde o centro correspondia a Ásia Central e a Índia. “Só a partir de meados do milênio, com as navegações ibéricas, é que esse sistema-mundo é substituído por outro, capitalista e planetário, cujo centro é a Europa” (SANTOS B., 2006). Para o autor, é tempo de reverter algumas questões que perpetuam essa posição, de tal forma que a Europa se permita a aprender com o Sul:

Sendo verdade que durante séculos a Europa assumiu o destino manifesto de evangelizar e civilizar os outros povos, dando lições ao mundo, ora escudada na grandeza do seu deus, ora anunciando a ciência moderna como a forma válida e universal de conhecimento, tal não implica que revertamos de forma simplista os termos da questão, afirmando que a Europa deve receber lições do Sul global. Não se trata, pois, de demonizar o pensamento europeu ou a ciência moderna europeia, mas de reconhecer as suas incompletudes. Do mesmo modo, o objetivo não é romantizar as inovações do Sul, mas abordá-las por meio de uma sociologia das ausências e das emergências, isto é, reconhecer experiências e conhecimentos invisibilizados e desvalorizados pelo pensamento colonial para pensar o futuro a partir de um presente dilatado, observando os sinais do presente como tendências ou embriões que podem ser decisivos no futuro (SANTOS B., 2006).

Na mesma perspectiva, Grosfoguel (2008, p. 70), argumenta que é preciso “transcender epistemologicamente e descolonizar”. A heterogeneidade tanto de nacionalidades quanto de área de formação é uma característica marcante do Grupo M/C. O grupo também desempenha esforços no trato de temas e conceitos como nativo, raça, gênero e classe, sugeridos como essenciais na reforma analítica, imprescindível às ciências sociais, uma vez que são perpetuados desde a era colonial, precedido de uma “conformação histórica” que ocorre até os dias atuais na América Latina.

Apesar dos conceitos criados pelo grupo terem sido desenvolvidos pelos seus autores ainda na década de 1970 e 1980, outras contribuições foram somadas ao processo com o

amadurecimento e criação de um vocabulário específico, devido aos vários eventos onde se promoviam encontros e reuniões do Grupo ao longo da primeira década do século XXI. Entre os principais termos de reflexão pode-se destacar a “Colonialidade do Poder”, “Modernidade/Colonialidade”, “Geopolítica do Conhecimento” e o “Giro Decolonial”.

A Colonialidade do Poder: teve como precursor de sua discussão Aníbal Quijano na segunda metade da década de 1980. Para esse autor, o fim do período colonial não findou as relações de colonialismo, pois a dominação continuou a ocorrer nas esferas econômicas, sociais e políticas. Para Mignolo (2010), a matriz colonial é complexa e entrelaçada em diferentes níveis que se intercalam. Esses níveis poderiam ser representados pelo controle da economia; controle da autoridade; controle da natureza e dos seus recursos naturais; controle da subjetividade e controle do gênero e da sexualidade.

Os Estados Unidos têm um papel de destaque na imposição desse processo, que pode ser entendido como “colonialidade global”, em que se reproduz por meio do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, do Pentágono e da OTAN, impondo uma perpetuação do colonialismo aos países periféricos em outros patamares (GROSFOGUEL, 2008).

Modernidade/Colonialidade, para Quijano (2000), trata-se da impossibilidade da existência da modernidade sem a colonialidade, pois elas estão intrinsecamente associadas, a colonialidade é constitutiva e não derivada da modernidade. Da mesma maneira, Dussel (2009), esclarece que a modernidade é fruto de uma invenção europeia para dar validade a sua razão como sendo a única universal e possível, com o propósito de anular e negar o mundo colonial, ou seja, a necessidade de “apagar” o outro, para dar centralidade ao “branco” na construção da Europa. Nesse arcabouço, a ideia de raça emerge como elemento forte de dominação, pois ela é excludente para aqueles que não são brancos. Somados a essa ideia temos, portanto, a tríade raça, gênero e trabalho, instâncias pelas quais perpassam todas as formas de exploração/dominação/conflito, impostas sobre o mundo colonizado (BALLESTRIN, 2013).

A Geopolítica do Conhecimento trata-se do conceito que está associado ao racismo epistêmico. Se por um lado a colonialidade inferiorizou grupos humanos não europeus em várias esferas, sejam elas sociais, trabalho, produção cultural entre outras, foi necessário também, a negação das faculdades cognitivas dos sujeitos colonizados para que não houvessem outras epistemologias como espaço de produção do pensamento crítico e científico, pois isso só caberia à via ocidental, com seu discurso de detentora da verdade e da capacidade de acesso à universalidade (OLIVEIRA, 2016).

Partindo destes argumentos, o Grupo Modernidade/Colonialidade dedicou-se, nas últimas décadas, à crítica aos saberes ocidentais modernos e hegemônicos, fazendo referências, denúncias e propostas visando (re)pensar a América Latina sob epistemologia própria. Objetivando ainda, influenciar novas gerações de pesquisadores, “desamarrando” as estruturas de pensamento em relação às especificidades latino-americanas e colocando em “xeque” termos como “subdesenvolvimento”, aplicados aos países do subcontinente latino, que endossam a condição de subordinação das ex-colônias na era pós-colonial. Nessa perspectiva, outra nomenclatura se fez necessária aos intelectuais estudiosos das mais variadas demandas sociais da América Latina, o “Movimento Giro Decolonial” (BALLESTRIN, 2012, p. 16).

As sínteses dessas teorias até aqui apresentadas, são embrionárias na compreensão da realidade latino americana de forma emancipatória. No caminhar dessa reflexão, na América Latina, parte de sua teoria social, bem como de seus representantes, reivindicaram, nas últimas décadas, um rompimento com o ocidental-centrismo e de seus reflexos no poder/saber, ou seja, um “giro decolonial”. Os efeitos da colonização por aqui foram, sobretudo, marcados pela ideia e classificação de raça e dependência, tanto no que se refere à econômica, quanto da influência intelectual eurocêntrica. Estas questões, nas últimas décadas, são abordadas a partir destes processos de ruptura com as amarras imperiais características e dominantes, por um conjunto heterogêneo de forças políticas que apresentavam alternativas ao neoliberalismo e um destacado protagonismo dos movimentos sociais em toda latino América.

O Giro Decolonial, de acordo com Mignolo (2003), é entendido como a diferença colonial, que significa pensar a partir das experiências, das margens criadas pela colonialidade na construção do mundo moderno/colonial como forma de intervenção de um novo horizonte epistemológico. Originalmente criado pelo filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado-Torres, o termo “giro decolonial” em 2005, assume o significado de movimento de resistência à lógica da modernidade/colonialidade, no que tange aos aspectos teórico-prático, político e epistemológico, carecendo, portanto, de um outro elemento a ser considerado, a decolonialidade (BALLESTRIN; 2013). Ainda segundo a autora, as propostas decoloniais podem ser balizadas, sinteticamente, pelos seguintes pontos emergentes de discussões de pensadores:

Dentre as contribuições consistentes do grupo, estão as tentativas de marcar: (a) narrativa original que resgata e insere a América Latina como o continente fundacional do colonialismo, e, portanto da modernidade; (b) importância da América Latina como primeiro laboratório de teste para o racismo a serviço do colonialismo; (c) o reconhecimento da diferença colonial, uma diferença mais difícil de identificação empírica na atualidade, mas que fundamenta algumas origens de outras diferenças; (d) a verificação da estrutura opressora do tripé colonialidade do poder, saber e ser como

forma de denunciar e atualizar a continuidade da colonização e do imperialismo, mesmo findados o marcos históricos de ambos os processos; (e) a perspectiva colonial, que fornece novos horizontes utópicos e radicais para o pensamento da libertação humana, em diálogo com a produção de conhecimento (BALLESTRIN, 2013; p. 110).

Corroborando com Miglievich-Ribeiro (2014), pode-se depreender que o Giro Decolonial é, nesse sentido, indissociadamente um movimento teórico, ético e político ao questionar as pretensões de objetividade sobre um conhecimento dito científico dos últimos séculos e, no que nos diz respeito diretamente, das ciências sociais. O argumento do Giro Decolonial, vem ganhando notoriedade e conquista espaços nos campos acadêmicos por toda a América Latina.

Vale ressaltar que o giro colonial, ainda em construção teórico-metodológica, advém da América Latina e da cosmovisão dos que nela se inscrevem, seja de ordem intelectual, política, social, cultural e/ou territorial, adentrando nas academias. Nesse panorama, a ciência cartográfica, em seu processo de evolução metodológica, teórica e prática, também se ramifica numa perspectiva social, que pode ser analisada aqui, a partir da decolonialidade, como aporte teórico-metodológico.

2.1.5 - Contribuições brasileiras ao pensamento decolonial

O eurocentrismo limitou a compreensão empírica e analítica de outras manifestações intelectuais concebidas a partir dos periféricos, como o caso da América Latina. Destarte, torna-se significativo apresentar que no contexto latino americano, distintos intelectuais brasileiros assinalaram o pensamento decolonial no país, antes mesmo da fundação do Grupo Modernidade, Colonialidade, Decolonialidade. De certo, estes inspiraram esse movimento através de suas obras embrionárias que suscitaram reflexões e questionamentos acerca das questões socioeconômicas, sociais e epistêmicas a partir do panorama histórico brasileiro e latino americano. Conforme quadro 5 a seguir:

Quadro 5 - Autores brasileiros e suas obras convergentes com o pensamento decolonial

Autores	Obras/principais contribuições brasileiras para o pensamento decolonial
Josué Apolônio de Castro	Geografia da Fome (1946); Geopolítica da Fome (1951);

	A Estratégia do Desenvolvimento (1971); Subdesenvolvimento: Causa Primeira da Poluição (1972).
Alberto Guerreiro Ramos	Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo (1953); A redução sociológica (1958); Mito e Verdade da Revolução Brasileira (1963).
Paulo Reglus Neves Freire	Pedagogia do Oprimido
Darcy Ribeiro	O Processo Civilizatório; As Américas e a Civilização.
Celso Monteiro Furtado	Formação Econômica do Brasil (1959); A Pré-Revolução Brasileira” (1962).
Milton Almeida dos Santos	A Cidade nos Países Subdesenvolvidos” (1965); Por Uma Geografia Nova (1978); O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo (1971); A Pobreza Urbana (1978); A Urbanização Desigual (1971); A Urbanização Brasileira (1993); Por Uma Outra Globalização (2000); Território e Sociedade (2000).
Carlos Walter Porto-Gonçalves	Geo-grafias: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad. (2001); Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringueira (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista) (2003); A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização (2006).

Fonte: Organizado pelo autor, 2019

Pode-se considerar Josué de Castro um dos intelectuais “decoloniais brasileiros” por suas obras com abordagens convergentes às dos intelectuais constituidores dos estudos decoloniais. Castro nasceu em Recife/PE em 1908 e faleceu em 1973 durante o exílio, na França. Foi marcado como um significativo ativista brasileiro do combate à fome. Como médico, nutrólogo, geógrafo, professor, político e cientista social, Josué de Castro atribuiu muitos dos problemas sociais e do “subdesenvolvimento” às questões, então nem sempre ponderadas, advindas das consequências do colonialismo.

Embora tratasse de temas diversos como aumento da população urbana, paz mundial, meio ambiente⁶, ciência, tecnologia entre outros, Josué de Castro⁷ dá prioridade à temática da fome, retratada em sua obra que desenhou o mapa da fome no Brasil: *Geografia da Fome* (1946), difundida pelo mundo e traduzida em vinte e cinco idiomas, assim como também ressaltadas em sua obra *Geopolítica da Fome* (1951). Nelas o autor discute o conceito de fome, identificando as áreas de ocorrência da fome endêmica e epidêmica no Brasil e no mundo, diferenciando o fenômeno da fome na África, Ásia e nas regiões brasileiras, também pelo viés das especificidades históricas, bem como considerava diferentes causas da fome no mundo nos séculos passados e na atualidade. Denunciava a hipocrisia dos países ricos, onde o discurso e a prática em se discutir e sanar a problemática da desigualdade social em questão se distanciava, e, de certa maneira, perpetuava um imperialismo do saber/poder sobre os países de Terceiro Mundo.

Darcy Ribeiro considerou Josué de Castro um dos mais notáveis intelectuais brasileiros e que pouco era valorizado nas universidades no Brasil, que até então, se prendiam aos intelectuais europeus em detrimento de contribuições das reflexões como as de Castro, que, para ele, eram “libertadoras” e ou “clarevidentes”, como proferiu Milton Santos. Para Santos, a clarevidência era um traço marcante da personalidade intelectual de Castro, ao mencionar temas não comuns a sua época, como quando abordou previamente o aumento da população urbana em função da opressão no campo, ou ao avanço da tecnologia que “dominaria” o mundo, mas que de uma forma perversa não atingiria beneficentemente todas as massas. Ou ainda pela preocupação com a poluição e degradação ambiental (RIBEIRO; SANTOS, 1994)⁸.

Outra obra significativa de Castro, na perspectiva decolonial, foi “*A Estratégia do Desenvolvimento*” (1971), que apresenta, na visão do autor, as principais coordenadas que

⁶ Em seus últimos escritos, o texto de Castro, intitulado como: *Subdesenvolvimento: Causa Primeira da Poluição* (1972), abordam questões relacionadas tanto à fome, desigualdade social e a questão ambiental, presente no livro organizado por Anna Maria de Castro _ filha de Josué de Castro _: *Fome: Um Tema Proibido* (1984). Castro menciona ainda, o “novo colonialismo” usando o termo “neocolonial” para designar as novas facetas coloniais.

⁷ Josué de Castro influenciou, mesmo após seu falecimento, gerações, através de suas obras que retratam a realidade e riqueza cultural dos mangues. Obras como o livro “Homens e Caranguejos”, publicado em 1967, inspirou o Movimento “Manguebeat” idealizado pelo músico Chico Science (Francisco de Assis França), surgido no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, em Recife/PE.

⁸ Extraído do documentário: “Josué de Castro – Cidadão do Mundo” (1994). Direção de Silvio Trendler. O filme retrata a vida e obra do intelectual brasileiro, apresentando depoimentos de diversos outros intelectuais como Darcy Ribeiro; Milton Santos; dos escritores Rachel de Queiroz e Jorge Amado; do historiador Denis Bernardes; do fundador das ligas camponesas Francisco Julião; do francês Abade Pierre, fundador das Comunidade dos Emaús; do sociólogo e ativista dos direitos humanos brasileiro Hebert José de Sousa, o Betinho; De Dom Hélder Câmara; entre outras autoridades políticas do Brasil e do mundo.

inferem no “desenvolvimento” daqueles classificados como “subdesenvolvidos”, no qual o Brasil se inseria; além do “domínio” histórico, político, econômico e cultural de regiões sobre outras no país. Para Castro,

[...] O maior de todos estes erros foi o de se conceber em toda a parte um processo de desenvolvimento semelhante ao desenvolvimento dos países ricos do Ocidente. Uma espécie de etnocentrismo conduziu os teóricos do desenvolvimento a apoiar as suas ideias e a estabelecer os seus sistemas de pensamento sobre as concepções da economia clássica que ignorava quase totalmente a realidade sócio-econômica das regiões de economia de dependência (CASTRO, 1971, p. 12-13). [...] Os países do Terceiro Mundo são subdesenvolvidos, não por razões naturais – pela força das coisas – mas por razões históricas: pela força das circunstâncias. Circunstâncias históricas desfavoráveis, principalmente o colonialismo político e econômico que manteve estas regiões à margem do processo da economia mundial em evolução rápida. [...] O segredo do desenvolvimento repousa, antes de mais, na transformação das estruturas caducas destas sociedades, fabricadas pelos dominadores coloniais e que, na sua marginalidade, se apresentam sob a forma que o sociólogo norte-americano Lewis chamou “as culturas do pauperismo” nas quais quase não se encontram *fatores* de animação e dinamização, mas ao contrário todo um poderoso sistema de forças de bloqueio do desenvolvimento e de manutenção do seu *status quo*: forças de bloqueio de natureza econômica e de natureza cultural. (CASTRO, 1971, p. 14-15)

Ao atribuir as mazelas do subdesenvolvimento e do domínio do poder e saber eurocêntrico para explicar diversos fenômenos sociais no Brasil e no mundo, o pensamento e obras de Castro atestam de maneira antecipada à proximidade com o que viria a ser perspectiva concreta dos teóricos decoloniais.

Na pesquisa de Silva (et al.,2020), os autores objetivaram identificar, nas obras de Josué de Castro, elementos que aproximam seu pensamento, às perspectivas da colonialidade. Os autores justificam a aproximação de Castro das perspectivas coloniais e decoloniais, partindo da análise de duas de suas principais obras: *Geografia da Fome* (1946) e *A Estratégia do Desenvolvimento* (1971). Ressaltam que apesar dos inúmeros trabalhos realizados sobre a obra e vida de Castro, não identificaram nenhum que o relacionasse às perspectivas da colonialidade/decolonidade. Esta tese considera de grande relevância destacar que Josué de Castro e sua obra foram inspiradores de um movimento que era ainda gestado na América Latina pelos então conhecidos e reverenciados autores decoloniais na atualidade. Logo, corrobora com os argumentos dos autores e suas correlações entre as obras de Castro e o pensamento decolonial. Os autores aqui referenciados, também estabelecem relação entre os pensamentos de Josué de Castro aos de outros pensadores brasileiros, como Guerreiro Ramos considerado pelas suas obras e inclinação à necessidade de pensar o Brasil a partir de suas especificidades no cenário mundial econômico, cultural e epistêmico e que,

[...] refletia sobre o Brasil e que [possuía] legitimidade nos estudos organizacionais. Em seus constructos teóricos, Guerreiro Ramos aborda a Redução Sociológica como uma maneira de tomar uma atitude metódica perante a importação de conhecimentos estrangeiros, uma vez que se faz necessário compreender o que de fato faz sentido para as realidades locais [...] (RAMOS, 1958; SILVA et al., 2020).

Alberto Guerreiro Ramos diplomou-se em ciências pela Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, bacharelando-se, posteriormente, em Direito. Sociólogo, político, negro, nasceu na Bahia e faleceu no exílio, como outros intelectuais brasileiros à época da ditadura militar no país. Sua obra acadêmica, reconhecida internacionalmente, contribuiu com os estudos sociológicos brasileiros, com as ciências políticas, bem como em diversas outras áreas. Cogitava a realidade do Brasil a partir dos dilemas e perspectivas históricas, econômicas e culturais locais. Como diretor do Departamento de Sociologia do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)⁹, durante o governo Getúlio Vargas, Guerreiro Ramos teve autonomia administrativa e liberdade de pesquisa, impulsionando suas principais obras e pensamentos que, em muitos aspectos, vão ao encontro do pensamento decolonial.

Durante sua passagem pelo ISEB, Ramos publica suas obras clássicas: “Introdução Crítica à Sociologia Brasileira”, em 1957 (ênfase na questão nacional, de desenvolvimento brasileiro, a questão do negro, a teoria das organizações e suas estruturas, entre outros temas) e “A Redução Sociológica”, em 1958, que se configura como uma proposta prenunciadora de descolonização da ciência brasileira. Esta obra se tornou referência básica para o pensamento autônomo com vistas a uma sociologia propriamente brasileira. Guerreiro Ramos, de maneira original, contribuiu para a ideologia do desenvolvimento nacional, propondo, normativamente, aplicar o pensamento sociológico na resolução de problemas sociais.

A equação que se estabelece em torno do desenvolvimento nacional também se constitui campo de análise para a questão da redução sociológica de Ramos. Desta forma, apontava a necessidade, sobretudo de um novo olhar epistemológico e de novas propostas e ações políticas e administrativas no caso brasileiro. Guerreiro Ramos, intencionava cingir sua produção escrita, acerca da sociologia brasileira, bem como de seu empenho em respaldar uma sociologia nacional, ou de consolidar uma teoria sociológica mais sistematizada, a partir da redução sociológica.

⁹ O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), órgão vinculado ao Ministério de Educação e Cultura, foi criado em 1955, no Rio de Janeiro. Este órgão possuía autonomia administrativa e liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra. Dedicava-se ao ensino, estudo, pesquisa e à divulgação das ciências sociais gerando elementos a serem aplicados e considerados na compreensão crítica da realidade brasileira.

O autor direcionou seus esforços na criação de um instrumental teórico a ser utilizado como método, como atitude intelectual, existencial e ontológica, além de um mecanismo que possibilitasse a apreensão crítica do que era posto pela produção estrangeira. Ramos definiu a redução sociológica como sendo a “atitude metodológica que tem por fim descobrir os pressupostos referenciais, de natureza histórica dos objetos e fatos da realidade social” (RAMOS, 1996, p. 71; BARIANI, 2008).

Outras referências de Ramos, anteriores a obra “A redução sociológica”, se fizeram importantes para os constructos do pensamento decolonial nacional, contudo, foi esta a de maior destaque e que veio a coroar os escritos do autor. Guerreiro Ramos foi largamente influenciado também pelo papel da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL)¹⁰, a qual considerou um “acontecimento eminente na história cultural da América Latina”, que proporcionava “pensar o Brasil” a partir de sua formação e das possibilidades de desenvolvimento dentro de um contexto brasileiro, desamarrado das teorias dominantes do Norte. Assim, a partir deste horizonte, de pensamento econômico autóctone que fora desenvolvido e proporcionado pela CEPAL, o autor estimulava pensadores no subcontinente a produzirem uma ciência social latino-americana e enfoque no caso brasileiro (RAMOS, 1996, p. 71).

Seguindo a “lógica de de-colonizar”, identifica-se o economista Celso Furtado como outro intérprete do Brasil, aproximando do pensamento *guerreiriano*. Em 1959, Celso Furtado publica “Formação Econômica do Brasil”, considerada sua obra capital, por suas contribuições significativas à compreensão histórica e econômica nacional interligando-as às razões de seu subdesenvolvimento.

Furtado, nasceu na Paraíba, cursou Direito na Faculdade Nacional de Direito no Rio de Janeiro, ingressando no doutorado em Economia pela Universidade de Sorbonne, em Paris, onde defende sua tese intitulada “A Economia Brasileira no Período Colonial”. Passou a fazer parte da CEPAL como diretor de desenvolvimento, ocasião em que participa da elaboração de um trabalho que se tornaria base para o Plano de Metas durante o governo de Juscelino

¹⁰ A CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, se constitui pelo estudo e estímulo de políticas com vistas ao desenvolvimento regional e cooperação entre os países latino americanos e o mundo. Fomentou o debate que suscitaram propostas e políticas públicas para a sociedade latino americana, identificando características estruturais distintas de outras trajetórias históricas e desenvolvimentistas mundiais, bem como denunciando a desigualdade social relativa à inserção na economia mundial

Kubitschek. A partir do período do regime militar no Brasil, foi exilado, continuando suas ações e estudos em outros países, ganhando notoriedade e reconhecimento internacional.

Para Silva (2011), “no âmbito internacional, a recepção da obra [de Furtado] foi como contribuição à teoria do desenvolvimento econômico. Nesse aspecto, o esforço metodológico surge como inovador, contribuindo como um exemplo histórico”. Logo, considera que a obra surte como uma “lição de particularismo”, possibilitando “compreender outras economias subdesenvolvidas da Europa, como o caso da Polônia” (SILVA, 2011, p. 448). O trabalho de Furtado¹¹ obteve reconhecimento como o mais importante economista, e um dos principais teóricos do desenvolvimento econômico no Brasil e América Latina. As obras de Furtado, sobretudo a Formação econômica, denunciam a hegemonia do conhecimento ortodoxo dos países do Norte em relação ao pensamento e produção de conhecimento oriundas da América Latina. Uma forma subalternizada, pelas estruturas e mecanismos geopolíticos, das produções periféricas, sobretudo no que se diz respeito às questões do subdesenvolvimento.

Vale ressaltar o contexto do Brasil quando da publicação da obra de Furtado, bem como dos esforços dos demais pensadores brasileiros na época. O país, e em maior escala, a América Latina, atravessava um momento tensionado pela busca em ressaltar e/ou promover conhecimentos a partir do local, visando criar estratégias e instrumentos de análise do desenvolvimento bem como suas facetas. Furtado, através da publicação de “Formação econômica do Brasil” (1959), aborda a questão, partindo desde a colonização da América aos fenômenos contemporâneos da industrialização no país. O autor se mantém firme na direção em tratar o desenvolvimento e formação econômica no país, de forma ordenada traçando uma linha histórica que, para ele, fundamenta os efeitos da colonização e suas características econômicas no país e no subcontinente latino americano. Considera-se, sobretudo nessa obra, o pensamento de Celso Furtado aproximado à teoria do “pensamento de fronteira” de Mignolo (2006), quando ao reconhecer a diferença colonial, volta suas análises partindo do lado de dentro (BAUER et al., 2019) produzindo e valorizando o saber local.

Outro expoente intelectual brasileiro que pode ser ponderado nesta linha de “pensadores inspiradores” ao movimento e pensamento decolonial no Brasil é o pedagogo Paulo Reglus Neves Freire. Através de sua obra “Pedagogia do Oprimido” (1968), propicia contribuições

¹¹ As contribuições de Celso Furtado ao estudo de economias de países em desenvolvimento proporcionou indicação do brasileiro ao Nobel de Economia no ano de 2003. Amartya Sen era o segundo mais cotado ao prêmio naquele ano. As ideias de Furtado se aproximam das do indiano Amartya Sen, ao questionarem o conceito de pobreza, suas medidas, causas e consequências. Furtado ainda apontava propostas através da criação de mecanismos que visavam ao desenvolvimento a partir do homem local.

importantes nesse cenário de “emancipação” do pensamento e o coloca no *hall* dos inspiradores dos princípios que fundamentam as perspectivas pelo Grupo Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade. Penna (2014), em sua pesquisa que intenta relacionar as convergências entre a perspectiva decolonial latino americana e o pensamento *freiriano*, no campo pedagógico, parte da localização de aspectos comuns nas obras de Franz Fanon, Aimé Césaire, Enrique Dussel, Aníbal Quijano e Walter Mignolo; que vão ao encontro com a obra de Freire. Nota-se que há uma aproximação com o pensamento de Fanon, quando recorre ao uso de expressões como “condenados da Terra” fazendo referência aos processos opressivos e aos oprimidos.

Freire denomina de “estrutura opressora” aquela que caracteriza, de maneiras muito similares, as consequências da colonização na América Latina. Para Freire, essa característica latino-americana “é fruto de uma situação histórica e sociológica e não um traço essencial da forma de ser do povo” (FREIRE, 2005, p.54). Identifica-se aproximação de Freire com Quijano (2005) e Mignolo (2007), quando estes designam de “colonização do ser” ou “colonização cognitiva”, levantando questões pertinentes à essa estrutura opressora e acerca das características históricas que envolvem os oprimidos.

O pensamento *freiriano* dialoga com os intelectuais decoloniais ainda por questionar o aporte teórico e metodologias utilizadas na América Latina, que terminam por perdurar o domínio do colonizador, ainda que uma colonização invisível. Para Freire, o ponto central da libertação do ser é uma educação libertadora (PENNA, 2014; FREIRE, 2005). Para tanto, Freire propõem ao campo pedagógico esforços para formar cidadãos críticos, conscientes de sua posição histórica, cultural e econômica no mundo, e, das suas matrizes geopolíticas em busca da (re)afirmação de seus direitos e de sua emancipação.

Nesta mesma perspectiva *freiriana*, de aproximação com o pensamento decolonial brasileiro, acrescentam-se as contribuições de outro importante intelectual, sobretudo na educação no país: Darcy Ribeiro, nortemineiro, nascido em Montes Claros, foi antropólogo, etnólogo, político, professor e escritor. Atuou no Ministério da Educação e foi reconhecido internacionalmente por suas obras e projetos (e ainda por sua articulação no sistema de ensino brasileiro). Foi idealizador e fundador, juntamente com Anísio Teixeira¹², da Universidade de

¹² Anísio Spínola Teixeira, intelectual, educador, político, jurista e escritor brasileiro que, embora não relacionado, nesta tese, com o pensamento decolonial pioneiro no país, por não identificar relações tão diretas quanto dos demais intelectuais aqui apresentados; não se pode deixar de referenciar Teixeira, como um intelectual de grande importância para o “pensar a educação” e a escola pública no país nas décadas de 1920 e 1930. Ente outras contribuições, Teixeira ressalta os pressupostos do movimento da Escola Nova, bem como atuou na reforma do

Brasília (UNB) em 1962 e idealizador da Universidade Estadual Norte Fluminense (UENF) em 1993, que atualmente leva o seu nome: “Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro”. Como antropólogo, dedicou-se aos estudos dos indígenas no Brasil, ressaltando e difundindo o conceito de “identidade cultural”, atuando no Serviço de Proteção aos Índios (1949 – 1951), que resultou sua participação, entre outras, da criação da Fundação do Museu do Índio (1953) e Parque Indígena do Xingu (1961).

Darcy Ribeiro, defensor da democratização do ensino público, laico, emancipador e de acesso a todos, durante o período da ditadura militar no país, exilou-se no Uruguai (transitando por outros países da América do Sul, dando continuidade aos seus estudos e contribuições intelectuais aos países por onde passou). Do exílio, publicou “O Processo Civilizatório” (1968). Essa obra apresentava processos civilizatórios e apontamentos socioculturais diferenciados, repensando as etapas de evolução da humanidade, destacando os povos americanos. “Narra-nos assim, nada menos que os últimos dez milênios da história dos homens [desenhando] um esquema da evolução sociocultural” (MIGLEVICH-RIBEIRO, 2012, p. 4).

Adélia Miglievich-Ribeiro¹³, já referenciada anteriormente, é expoente brasileira na discussão e análise sociológica, sobretudo decolonial, na atualidade no país, dedicando-se ao estudo do pensamento e obras de Darcy Ribeiro, onde identifica traços e “*insights darcynianos*” convergentes aos pensamentos de autores decoloniais como Mignolo e Dussell. A autora, em um de seus trabalhos publicados, descreve Darcy como “intelectual militante e um pensador polímata, que fala a partir do terceiro Mundo, como um lócus poderoso de enunciação”, e de complexas e abrangentes análises. É nessa perspectiva que Darcy se aproxima do pensamento “descolonizante” Miglievich-Ribeiro (2012, p.4).

Mignolo, em sua obra “Histórias Locais/Projetos Globais: Colonialidade, Saberes Subalternos e Pensamento Limiar” (2003), denuncia, entre outras abordagens, a naturalização em aceitarmos e nos mantermos vinculados a partir das ideias gestadas de teorias de lugares geostóricos e ou escritas em idiomas do Norte. Há uma nítida valorização, sobretudo

sistema educacional, destacando relevância para o ensino público, defendendo, juntamente com Darcy Ribeiro, ensino público, gratuito, laico e obrigatório, ainda em 1932.

¹³ Adélia Miglievich-Ribeiro, professora do Departamento de Ciências Sociais ligada à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), atua como pesquisadora, dedicando-se às teorias sociais, ao pensamento latino-americano, à crítica pós-colonial, decolonial e ao giro decolonial. Na mesma perspectiva identifica-se aqui a autora Luciana Ballestrin, professora da Universidade Federal de Pelotas, coordenadora da área de investigação de Teoria Política da Associação Latino-americana de Ciência Política. O trabalho das autoras inspiram outros autores e outras análises nas publicações brasileiras que tratam da temática que envolvem os estudos decoloniais.

acadêmica, destas fontes e autores, considerando suas teorias avançadas, superiores, com valor universal incontestável, ou premissa básica para validar a produção de conhecimentos e epistemologias no mundo (de maneira vertical). Naturalizando-se, portanto, a subalternidade de pensamentos a partir de outras origens geográficas.

Conseqüentemente, na visão de Mignolo, teorias produzidas em países da América Latina, por exemplo, apresentam depreciação e desconfiança por não se apoiarem ou por não originarem de teorias hegemônicas eurocentradas. É nesse aspecto interpretativo que Mignolo elenca alguns intelectuais aos quais se alinham ao pensamento decolonial e à crítica descolonizadora das ciências sociais latino-americanas. Autores como Darcy Ribeiro, ao lado de Fanon, Freire, Quijano, Dussel entre outros, são listados em sua obra por terem, de modo contundente, abordado elementos significativos que tratam da diferença colonial, epistemologias e colonialidade do poder.

Associa-se ainda, o pensamento de Darcy Ribeiro e Dussell, possibilitando articular um diálogo acerca dos posicionamentos dos dois intelectuais no campo do conhecimento e de suas leituras sobre a América Latina, numa linhagem do pensamento decolonial. Adélia Miglievich e Romera (2018), fazem menção ao texto do prefácio do livro de Ribeiro (quarta edição venezuelana do Processo Civilizatório)¹⁴, em 1987, o qual consideram “emblemático” por apresentar um relato de Darcy Ribeiro sobre sua obra, que tivera sido rejeitada anteriormente e das justificativas a essa rejeição por ele pontuadas (conforme os autores):

Nesta apresentação, [Darcy] menciona que sua obra recebeu um parecer reprobatório [...], a partir do qual, entendeu a mensagem que, embora pudesse ser competente, esquecera que intelectual do mundo subdesenvolvido tem de ser subdesenvolvido também (RIBEIRO, 1997, p. 23). [...] Ora, este parecer explicitava uma colonialidade epistêmica ao determinar quem (não) poderia falar sobre o quê. Alegava ainda que estudos que traziam à cena os chamados povos pós-coloniais, de saberes divergentes dos europeus-setentrionais, eram insuficientes para uma reelaboração teórica da história mundial. E mais, o fato de a autoria não ser assinada por um francês, ou um britânico, um alemão, ou, um estadunidense, entre outros possíveis de se cogitar; mas de um estudioso “subdesenvolvido”, um brasileiro, cujo lugar de enunciação é invisibilizado na história da ciência universal, não poderia garantir seriedade a seu empreendimento. Por fim, como última alegação de inviabilidade da obra darcyniana, está a questão mais significativa: é que seu autor não fez uso de um materialismo histórico-dialético rígido, ou seja, não se limitou a repetir de modo livresco as teses em voga, mas as reapropriou, ultrapassou (MIEGLIEVICH-RIBEIRO, ROMERA, 2018, p. 4).

Desta maneira, Miglievich-Ribeiro (2018) observa, a partir da rejeição inicial daquela obra de Ribeiro e de seu relato, uma nítida subalternização do conhecimento a partir do Sul,

¹⁴ RIBEIRO, Darcy. Prefácio à quarta edição venezuelana. In: RIBEIRO, Darcy. O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

bem como a naturalização de uma negação ou apagamento de outras racionalidades epistêmicas que não fosse pertencente ao padrão hegemônico, eurossetentrional.

Darcy dedica-se, após “Processos Civilizatórios”, à construção de uma nova teoria histórica partindo da América Latina. Buscando aprimorar seus estudos, sai então em busca “de explicações mais terra-a-terra”, quando então reduz a escala histórica de tempo dando enfoque à questão histórica americana patente no cenário mundial, vindo a originar outra obra: “As Américas e a Civilização” (1969). Nas palavras do autor:

O tema que me propunha agora era reconstituir o processo de formação dos povos americanos, num esforço para explicar as causas do seu desenvolvimento desigual. Salto, assim, da escala de 10 mil anos de história geral para os quinhentos anos da história americana com um novo livro: *As Américas e a Civilização*, em que proponho uma tipologia os povos americanos, na forma de uma ampla explanação explicativa (RIBEIRO, 1995, p. 15).

Em “*As Américas e a Civilização*”, Ribeiro procura lapidar um novo corpo teórico que desse conta das complexidades tanto dos povos, quanto do processo civilizatório ocorrido nas Américas. Nesse livro, faz uma categorização (denominada por ele como “Configurações Histórico-Culturais”) dos povos americanos em três: Povos-Testemunho (que descendem dos povos pré-colombianos); Povos Novos (fruto da mistura de raças e de culturas desde colonizador, escravo e nativos) e Povos Transplantados (que perpetuam as matrizes, tanto racial quanto cultural da metrópole).

Nessa análise, Darcy discute o conceito de espoliação e o hiato que se estabeleceu entre países ricos e pobres, no que tange aos processos históricos e o desenvolvimento desigual. Para além de atestar historicamente as origens dessa diferença, o autor ainda apresenta propostas e possibilidades estratégicas para a questão do subdesenvolvimento.

Na mesma direção do pensamento de Darcy, no campo da Geografia, a obra de Milton Almeida Santos somou aos esforços, com foco em uma epistemologia para a Geografia latino-americana, a partir de categorias de análises apropriadas.

Milton Santos, negro, baiano, professor, formou-se em Direito pela Universidade Federal da Bahia, em 1948. Pensador brasileiro, reconhecido internacionalmente, fez doutorado em Geografia na França, no final da década de 1950, onde morou durante o exílio, período do governo militar no Brasil. Destacou-se por seus estudos na área da Geografia¹⁵, sendo

¹⁵ Entre outros reconhecimentos, Santos em 1994, recebeu o Prêmio Internacional Vautrin Lud, considerada a maior distinção neste campo científico, “correspondente ao Nobel da Geografia”, que pela primeira vez fora direcionado a um geógrafo não europeu ou norte-americano, e que é o único a receber esse reconhecimento de fora do mundo anglo-saxão.

considerado um dos principais nomes em seu processo de renovação, propondo uma nova abordagem para o campo dessa ciência durante a década de 1970 no Brasil. Na mesma linhagem de pensamento e abordagens de Darcy Ribeiro, considera-se aqui Milton Santos¹⁶, outro expoente intelectual brasileiro, ao qual se relaciona com importantes contribuições acadêmicas sendo referenciado atualmente em diversas áreas do conhecimento.

Seguindo a geografia crítica e humana, dedicou-se às mais variadas abordagens temáticas, focalizando a sociedade, território, a geografia urbana, as migrações, a questão da desigualdade, do subdesenvolvimento e da Globalização. Suas análises acerca do “mundo globalizado”, causas e implicações, é uma das abordagens que caracterizam o posicionamento intelectual do autor e estreitam seus laços com pensamento decolonial, onde desenvolve o conceito de “Globalitarismo” junção de globalização e autoritarismo. Tornara-se assim, um crítico do sistema capitalista e seus reflexos na sociedade.

Em “A Cidade nos Países Subdesenvolvidos” (1965), Santos aborda o fenômeno urbano que, até aquela altura, era uma temática explorada basicamente a partir de pesquisadores e pesquisas em países desenvolvidos e industrializados da Europa e Estados Unidos, enquanto o “mundo Subdesenvolvido” carecia de estudos que os inserissem no panorama do fenômeno urbano numa da escala global, considerando suas dinâmicas próprias e realidades históricas.

Nesse aspecto, a obra de Milton Santos, retratando o fenômeno urbano de grandes cidades de países subdesenvolvidos, representou um esforço pioneiro que intenta compreender as peculiaridades do fenômeno urbano destas cidades, agregando contribuições teóricas e inserindo-as num cenário bibliográfico global. Santos baseado em suas vivências em países latino-americanos e africanos, apreendendo suas peculiaridades e contextos, apresenta os fatores de diferenciação das principais cidades da América Latina, identificando as tipificações urbanas e demográficas latino-americanas. Perpassa ainda pela estrutura social em cidades da África e pela análise da cidade de Brasília, apontando suas incompletudes e aspirações ultramodernas em um país subdesenvolvido e seus arranjos socioespaciais.

Durante o exílio na França, Milton Santos publica “O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo” (1971). Nesse livro ressaltam-se o debate acerca da teoria da geografia, (tema emergente naquele país, no Brasil e em outros países do mundo), e os esforços do autor para

¹⁶ Em sua vasta obra, pode-se aqui ponderar as de destaque dentro da narrativa decolonial: “A Cidade nos Países Subdesenvolvidos” (1965); “Por Uma Geografia Nova” (1978); “O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo” (1971); “A Pobreza Urbana” (1978); “A Urbanização Desigual” (1971); “A Urbanização Brasileira” (1993); “Por Uma Outra Globalização” (2000) e “Território e Sociedade” (2000).

iluminar uma geografia capaz de preencher lacunas no campo da discussão teórica eficiente para responder questões ressaltantes em realidades como a de países do Terceiro Mundo. Ainda sobre a problemática urbana em países periféricos, Santos em seu livro “Urbanização Desigual: A especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos” publicado originalmente em 1971 analisa o fenômeno urbano sob a ótica das experiências históricas de países subdesenvolvidos com base em dados estatísticos das décadas de 1920 e 1960. Em outro livro publicado “Pobreza Urbana” de 1978, o autor também relaciona a urbanização e a pobreza a fenômenos arraigados, sobretudo em países do Terceiro Mundo, discutindo o conceito e abordando os processos de origem e generalização da pobreza no mundo, ressaltando as especificidades e experiências históricas dos países mais pobres como fator essencial de análise de suas circunstâncias.

Ainda em 1978 é publicada a obra: “Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica”, uma obra basilar para o pensamento geográfico e para inserção desta ciência no bojo das ciências sociais, marcando o pensamento *miltoniano*. O autor dedicou-se à revisão crítica da evolução da Geografia, denuncia o “enraizamento”, naquela altura, a uma geografia colonial, permanecendo com as configurações iniciais que caracterizavam o contexto social, econômico, político e ambiental, no qual esta ciência se desenvolveu, desde sua gênese. Milton Santos aponta, nesse livro, as relações entre o colonialismo e a expansão geográfica que endossaram as novas conquistas territoriais pelos impérios dominantes. Santos critica a superficialidade no modo como o espaço é analisado pela maioria dos estudiosos e é contundente ao debater a necessidade de uma reformulação desse conceito, de forma a abarcar o fator social, os aspectos que marcam um determinado lugar e um determinado povo, acrescentando assim, um olhar crítico para Geografia, ao conceber o espaço e seus elementos socioespaciais. Para Santos,

O espaço reproduz a totalidade social, na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS, 1977, p. 91).

Nessa perspectiva, Milton Santos denota em “Por uma Geografia Nova”, uma necessidade de uma teoria social nas abordagens geográficas. Considerando o espaço como histórico produzido, determinante da história, contribui de maneira substancial com o pensamento crítico na Geografia, sobretudo ao assimilar com a Geografia brasileira.

Retomando as análises acerca das causas e consequências da urbanização, o autor em seu livro “A Urbanização Brasileira” (1993) dedica-se às análises deste fenômeno no país, sempre considerando as relações históricas subjacentes no Brasil. Santos discute as características do urbano enfocando nos processos socioeconômicos e territoriais com vistas à compreensão das complexidades urbanas próprias, desconectando-as das explicações externas. Contribui assim, para a formação de um conjunto de estudos sobre a realidade brasileira no contexto da urbanização e suas implicações sociais.

Faz-se difícil a seleção das obras de Milton Santos, pioneiras no pensamento decolonizante, e suas contribuições à perspectiva decolonial, a partir da realidade brasileira. Contudo, é axiomático acrescentar às contribuições das obras elencadas até aqui, destaco outra de grande relevância para o cenário epistêmico do Sul, um clássico, por suas críticas e interpretações da realidade de países periféricos dentro das tramas da Globalização que alcançam a atualidade: “Por uma Outra Globalização - do pensamento único à consciência Universal” (SANTOS, 2000).

O discurso da ideologia na produção da história não deu conta de apreender as distintas realidades vividas em países periféricos, fora do eixo epistêmico-hegemônico, deixando lacunas que evidenciaram a necessidade de um novo horizonte epistemológico. É nesse sentido que Milton Santos produz “Por uma outra Globalização”, a partir de uma análise multidisciplinar, firma uma nova abordagem e interpretação do mundo contemporâneo tecidas no fenômeno da globalização. Para o autor, a informação, a técnica e o dinheiro não alcançam a maior parcela da população destes países, reservando a um pequeno número o domínio e controle das técnicas, do meio ambiente e da produção do conhecimento. Todavia, Santos afirma ser este o começo de um novo tempo, onde o pensar a realidade histórica a partir de um novo local, era movimento em ascendência na África, Ásia e na América Latina.

Para Santos, o papel do intelectual nesse contexto se dá de maneira emblemática considerando o seu “local de fala”. O autor reflete que,

O terrível é que, nesse mundo de hoje, aumenta o número de letrados e diminui o de intelectuais. Não é este um dos dramas atuais da sociedade brasileira? Tais letrados, equivocadamente assimilados aos intelectuais, ou não pensam para encontrar a verdade, ou, encontrando a verdade, não a dizem (SANTOS, 2008, p.74).

Santos, considera ainda que o processo de tomada de consciência da verdade histórica, que cada país/indivíduo irá apropriar “não é homogêneo, nem segundo os lugares, nem segundo as classes sociais ou situações profissionais, nem quanto aos indivíduos” (SANTOS, 2008, p.

168). Assim como irá variar a velocidade e profundidade dessa apropriação, contudo, essa “desobediência” caracteriza um primeiro passo e o segundo é a obtenção de uma visão sistêmica de cada realidade. Nessa obra o autor elabora três diferentes concepções da globalização: A primeira é como nos fazem concebê-la, a partir de um discurso hegemônico, setentrional e ilusório de união entre as nações; a segunda é a globalização como perversidade, da diferença social, de forma livre das ilusões provocadas pelas visões dominantes no mundo. A terceira concepção se dá como possibilidade, como uma “outra globalização” e de como o mundo pode ser: operado através das diversas ferramentas de transformação da realidade que a tecnologia possibilita atualmente.

Nesse sentido, Milton Santos considerava que todas as formas de abordagens ou de análises das causas e efeitos de fenômenos como globalização, urbanização, deslocamento populacional, desenvolvimento ou desigualdade social, deveriam perpassar pelas questões históricas e geográficas do lugar, ou seja, do “nosso lugar no mundo”, no local de enunciação destes fatos e efeitos. Defende, para tanto, que não se pode conceber a realidade de um povo, se não a partir do seu contexto real e singular.

O que interliga os pensamentos dos “decoloniais brasileiros” anteriores à formação do Grupo Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade, são os elementos emancipadores, de análise da diferença colonial, da equidade epistemológica e dos processos históricos da América Latina, presentes em suas obras. Estes, se presentes na atualidade, estariam na linha de frente dos discursos e reflexões da perspectiva decolonial. Arrisco-me a dizer que, Milton Santos hoje, estaria advogando por uma “Geografia decolonial”, impulsionando o campo questionador nacional em relação à produção e esforço do conhecimento próprio partindo de um olhar “de dentro”. Por esse prisma, assim como as demais ciências, a Geografia, instalada na predileção eurocêntrica, tem demandado uma reformulação de suas bases, emergindo a necessidade de uma geografia que seja capaz de abarcar em seu arcabouço teórico, outras análises de mundo, outras formas de ler o mundo e de “geo-grafá-lo” (PORTO-GONÇALVES, 2002).

É nessa frente que, na atualidade, Carlos Walter Porto-Gonçalves, um dos grandes nomes da Geografia no Brasil, se localiza, destacando-se como um expoente no campo de uma geografia decolonial no país. Porto-Gonçalves, geógrafo, professor, doutorou-se em geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1988 e atua como professor da Universidade Federal Fluminense. Recebeu importantes prêmios¹⁷ por suas produções acadêmicas e seus

¹⁷ Porto-Gonçalves recebeu as premiações: Prêmio Chico Mendes na Categoria de Ciência e Tecnologia pelo Ministério do Meio Ambiente, em 2004; Prêmio Casas de las Américas em Literatura Brasileira, em 2008, em

livros, traduzidos em vários idiomas e que mantêm acesas as reflexões miltonianas numa perspectiva de “descolonização” do pensamento geográfico. Em similitude às contribuições de Milton Santos, Porto-Gonçalves se firma em contribuições aos estudos da Geografia brasileira, sobretudo ao pensar o território, territorialidades e territorialização, geograficidade e movimentos sociais. Para Porto-Gonçalves, se aproximando de Boaventura Sousa Santos, para além de visibilidade epistêmica o Sul, com suas características peculiares (sobretudo a América Latina), deve-se focar no diálogo entre as epistemes e na ruptura com essencialismos, “universalismos” prezando pelo conhecer o outro para nos reconhecer. Nas palavras do autor:

Há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias [...]. Há, assim, uma diversidade epistêmica que comporta todo o patrimônio da humanidade acerca da vida, das águas, da terra, do fogo, do ar, dos homens [...] a crítica ao eurocentrismo é uma crítica à sua episteme e à sua lógica que opera por separações sucessivas e reducionismos vários. Espaço e Tempo, Natureza e Sociedade entre tantas. Há, mesmo nos centros hegemônicos, aqueles que apontam esses limites e a própria ciência natural eurocêntrica revela seu diálogo com o pensamento oriental. Espaço e tempo é cada vez mais espaço/tempo e, nas ciências sociais, [...], essa compreensão não-dicotômica nos permite ver que modernidade não é algo que surgiu na Europa e que, depois, se expandiria pelo mundo, como se houvesse na geografia mundial um continuum de diferentes tempos, como no seu evolucionismo unilinear. [...] o fato de os gregos terem inventado o pensamento filosófico, não quer dizer que tenham inventado O Pensamento. O pensamento está em todos os lugares onde os diferentes povos e suas culturas se desenvolveram e, assim, são múltiplas as epistemes com seus muitos mundos de vida (PORTO-GONÇALVES 2005, p.02)¹⁸.

Trilhando a mesma direção de pensamento que viria a formular o Grupo M/C e o Giro decolonial de 2005, Carlos Walter defende uma “geo-grafia” a partir da indissociabilidade do território e o humano, uma geografia unitária que se expanda para as particularidades historicamente ignoradas, por um saber histórica e geograficamente situado, ou seja, por uma geografia arraigada no pensamento hegemônico.

Atuante em movimentos sociais, partindo desde o movimento seringalista na Amazônia, Porto-Gonçalves contribui significativamente para outras leituras geográficas e cartográficas acerca dos movimentos sociais, numa abordagem que ele mesmo denomina de “natureza socioespacial” ou “sociogeográfica”. Porto-Gonçalves nos apresenta uma visão do território de forma particular, dialogando com autores do Sul e do Norte, numa busca por equidade e

Havana, Cuba, por seu livro *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*; Prêmio Geógrafo de Destaque - Manoel Coreia de Andrade, outorgado pela ANPEGE, em 2017; Prêmio Milton Santos de Mérito Geográfico, outorgado pelo XVII Encontro de Geógrafos da América Latina, em 2019, Quito Equador (<http://lattes.cnpq.br/2999794100514909>, consultado em março/2020).

¹⁸ PORTO-GONÇALVES, C. W. Apresentação da edição em português. In: LANDER, E. (Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. 2. ed. Buenos Aires: Clacso, 2005.

valorização de outras epistemes e racionalidades subalternizadas ou apagadas no cenário do saber dominante eurocentrado.

O autor utiliza o termo “grafia do espaço”, que tem o sentido de não priorizar a descrição da Terra, mas sim a partir do cunho, do registro, da *graphia* das interrelações da humanidade sobre a Terra, revisando assim os estudos da Geografia e Cartografia em suas categorias de análise, sobretudo do território, entrelaçado por arranjos socioespaciais.

Nesse contexto decolonial, a elaboração de mapas sociais faz emergir o desafio da ciência cartográfica diante do seu alcance teórico-metodológico para abarcar questões sociais a serem delimitadas, grafadas e analisadas. Desta forma, discutir a Cartografia numa perspectiva decolonial, pode lançar luz sobre seus limites e possibilidades no processo de mapeamento social, sua abrangência e desdobramentos, no qual, o mapeamento não deve ser entendido como um fim, mas como um meio.

CAPÍTULO 3 – POR UMA CARTOGRAFIA DECOLONIAL

Partindo da premissa “decolonial”, esta tese considera que o termo atribuí à Geografia e, por conseguinte, à Cartografia, não somente um sentido de libertação, no que tange às rígidas estruturas da cartografia ocidental/tecnicista, mas, sobretudo, um sentido de reconhecimento da existência e relevância de outras formas de “*geo-graphar*”, de representar/cartografar o espaço (que se distinguem da cartografia clássica, “oficial”, em seus objetivos e cosmovisões). Nesta conformação, pensar a cartografia na perspectiva da decolonialidade significa considerar que uma ‘Cartografia Decolonial’ remete àquela que parte das realidades e interpretações sócio-espaciais dos “de dentro”. Não rompe com os aparatos e elementos essenciais da cartografia oficial, mas deles se apropria para visibilizar outras formas de concepção do espaço e de cartografar subalternizadas. Dessa forma, dá aos grupos sociais diversos, lugar para “tradução própria” de suas formas tradicionais de representação do território e suas territorialidades, por meio de sua inserção na linguagem da cartográfica clássica.

Grupos sociais, povos e comunidades tradicionais possuem “cartografias” que lhes são próprias, atreladas às suas cosmovisões, e, numa perspectiva das epistemologias do Sul, são reafirmadas e validadas. As práticas cartográficas próprias, empregadas no Norte de Minas, por povos e comunidades tradicionais, conferem, na perspectiva do pensamento decolonial, uma especificidade aos embates territoriais e opressão desses povos, aderindo abordagens intrínsecas no que diz respeito aos aspectos historiográficos e identitários.

Quando a ‘Cartografia Decolonial’ é acrescida do termo ‘Catrumana’, intenciona designar as formas próprias de autorrepresentação espacial que se ajustam às facetas históricas, ambientais e socioculturais regionais, de maneira específica nas comunidades pesquisadas. Abrindo, dessa forma, um portal para estudos de diferentes maneiras de “cartografização” de outros povos e comunidades ou grupos sociais (incluindo os urbanos) do Norte de Minas em função de um mosaico sociocultural e suas territorialidades.

A adição do vocábulo ‘Catrumana’ está relacionada ao termo *catrumano*, cuja conotação original surge no século XIX, comumente utilizado pelos viajantes naturalistas, que percorreram as regiões interioranas de Minas Gerais, Goiás e partes da atual região Nordeste. Dentre eles destacam-se, Richard Burton, James Wells, Spix e Martius e especialmente Saint-Hilaire, responsável por cunhar o termo. Entre as áreas que eles percorreram uma delas era denominada de sertão, uma acepção da palavra deserto que remete a um lugar desprovido do componente populacional, muito embora fossem áreas ocupadas por diversos povos, com

modos de vida específicos e integrados ao meio ambiente local, como os indígenas e quilombolas. Os viajantes naturalistas designaram os povos que viviam na vasta região norte mineira de “quatro patas” por constantemente serem vistos montados a cavalo, daí “quatro-mãos”, “quadrúmano”, “catrimano” e por fim “catrumano”. Inicialmente não havia uma conotação depreciativa sobre essa adjetivação dos sujeitos do lugar, mas foi incorporada posteriormente pela sociedade das minas, pelos “mineiros”, num processo de diferenciação da sociedade agropastoril norte mineira (COSTA, 2009).

O sentido do termo, adotado nessa tese, é inspirado na sua etimologia, a qual foi empregada como emblema de resistência pelo Movimento Catrumano. O movimento foi criado na cidade de Montes Claros no ano de 2005, com o intuito de resgatar a história e promover a visibilidade sociocultural norte mineira, bem como sua importância no processo de formação da sociedade vigente no Estado de Minas Gerais. Portanto, o termo se difere do sentido pejorativo e se reconstrói com uma positivação do seu significado, valorizando o “capião”, o sertanejo, as diferentes identidades e a riqueza cultural dos povos e comunidades tradicionais existentes no Norte de Minas Gerais.

A partir desta exposição introdutória, este capítulo intenciona refletir sobre as possibilidades de uma cartografia, numa perspectiva decolonial, como ferramenta de legitimação de identidades e de poder, de suas vertentes e/ou adequações bem como das formas próprias de autocartografias. Perpassando pela Cartografia clássica; Cartografia Social; Nova Cartografia Social e das cartografias próprias dos povos e comunidades tradicionais, de como se estruturam, histórica e socioespacialmente seus territórios na região do Norte Minas.

3.1 - Perspectivas Cartográficas

O panorama da ciência cartográfica defrontou-se com as perspectivas e demandas sociais patentes no mundo pós-colonial, que insurgiram no “fazer cartográfico” novas vertentes (re)direcionando e ampliando seu objeto/ação, sua influência política, de disputas e empoderamento. O conhecimento cartográfico, neste contexto, torna-se um produto social, mas também uma ferramenta de lutas, transformação social, e representação da visão de mundo dos grupos que são destituídos de fala no processo da construção do saber/poder hegemônico.

O conhecimento cartográfico não é específico e nem resultado de uma única ciência, afinal ele precede o surgimento de muitas delas, contudo, sua sistematização se deu em

concomitância com a emergência da ciência geográfica ainda no século XIX. A Cartografia teve influência direta das escolas geográficas, alemã e francesa, mesmo com suas particularidades individuais, a primeira com seu escopo territorial e a segunda regional, como categorias de análise do espaço geográfico. Entretanto, ambas trazem consigo alguns eixos convergentes que acabaram influenciando todo o desenvolvimento da cartografia, ocidentalizada, e difundida nas décadas posteriores pelos geógrafos.

Essa cartografia ocidentalizada fundamentada em bases matemáticas e estatísticas, especialmente após a terceira revolução industrial com o uso de equipamentos, instrumentos e técnicas vai evoluindo ao longo do processo de desenvolvimento tecnológico. Busca, portanto a precisão das informações para construção dos mapas, cartas, para traçar territórios nacionais e regionais, distribuição de populações no espaço geográfico, seus fluxos, economia, densidade, entre inúmeras possibilidades. O mapa é, para essa cartografia, na maior parte das vezes, o objetivo a ser alcançado, trata-se de uma abordagem que define um modelo de como os mapas devem ser elaborados e legitimados pelos cartógrafos, que se voltam quase exclusivamente a cartografar os elementos naturais ou determinadas dinâmicas, muitas vezes, sem considerar ou aprofundar sobre os agentes sociais presentes (FITZ, 2008).

A cartografia ocidental/tecnicista, ou quer seja, seu cerne, já era incorporada ao discurso do colonizador, sendo construída com a intencionalidade de impor sua lógica aos povos colonizados. Tendo em vista que, mesmo antes dos colonizadores espanhóis e portugueses chegarem oficialmente ao novo mundo, ele já estava cartografado e suas terras divididas pelo tratado de Tordesilhas no final do século XV. Da mesma maneira ocorreu com a partilha da África, resultado da Conferência de Berlim, na penúltima década do século XIX, na qual as principais potências europeias dividiram e retalharam territorialmente o continente africano, sob a égide do liberalismo econômico e o expansionismo territorial europeu. É importante elucidar que o surgimento desse neocolonialismo na África, ocorreu em partes, devido a Doutrina Monroe de 1823, na qual o governo dos Estados Unidos da América, preconizava a liberdade e manutenção das independências dos países da América Latina, de tal forma que, não seria mais possível uma “recolonização” desses países ou de outras áreas dessa regionalidade pelos países europeus.

A Doutrina Monroe, ficou emblematicamente conhecida pelo *slogan* “América para os americanos”, ao passo que no século seguinte o imperialismo e a ingerência aos países, em especial os da América Latina, seriam preconizadas pelo próprio país Estados Unidos.

As correntes do pensamento geográfico influenciavam diretamente, a maneira em se produzir cartografias. Em contraposição às ideias do determinismo ambiental alemão ou do possibilismo francês, surge o paradigma do método regional, que se concentra nos estudos de áreas, apontando suas diferenças ou similaridades, e coloca a diferenciação como método analítico da geografia. Essa corrente serviu para legitimar a manutenção das colônias europeias na Ásia e África, na cartografia a diferenciação de áreas contribuía para pontuar o diferente e colocar numa situação de superioridade o Ocidente e os Estados Unidos (CORREA, 2000).

Após a Segunda Guerra Mundial, com os reflexos diretos do conflito bélico e a situação caótica da geopolítica mundial, sob influência da guerra fria, surgiu uma nova corrente geográfica, a Teorético-Quantitativa ou Nova Geografia, que tinha como característica primordial o uso de métodos matemáticos/estatísticos, com substituição da pesquisa de campo pela pesquisa do laboratório. É marcadamente uma corrente que coloca a centralidade de um conhecimento cartográfico específico, pautado em tecnologias nos países centrais, haja vista que, nesse período, as novas tecnologias permitiram a captação de informações por meio de sensores, fruto dos avanços advindos da terceira revolução industrial. O auge, dessa corrente foi compreendido nas décadas de 1960 e 1970, período também marcado pela guerra fria, e por esse motivo a cartografia foi alimentada por um aparato tecnológico com uso de equipamentos como o GPS, satélites, softwares, etc., e amplamente utilizada pelos Estados Unidos para legitimar o seu expansionismo capitalista, cada vez mais marcante na América Latina (CORREA, 2000).

Na contramão desse paradigma teórico-quantitativo, ganha conotação uma corrente influenciada pelo materialismo histórico e pela dialética marxista em oposição ao positivismo das outras escolas geográficas: a geografia crítica, com um aporte teórico que denuncia como a geografia legitimava os interesses econômicos e as classes dominantes. A geografia crítica abre, portanto, o espaço para a produção de outras cartografias, que não somente daquelas centradas no exercício de poder dos Estados.

No Brasil, a aplicação da cartografia como método/técnica não fugiu a regra, foi influenciada por esses paradigmas, mas sempre tomando como referência o discurso ocidental e, paulatinamente foi sendo incorporadas as temáticas que envolvem as questões ambientais, humanas e sociais, por influência da geografia crítica, cultural e humanística o que imprimiram um caráter social e ambientalista à cartografia.

Foi nesse período que a questão ambiental, começou a ser internalizada pelos aparelhos do Estado, com a intenção de construir práticas governamentais e políticas voltadas ao “meio

ambiente”. Contudo, no final dos anos 1980, por influência do discurso neoliberal e pelo conturbado momento econômico vivenciado pelo país, essa “ambientalização cartográfica”, de construção de novos fenômenos, dotada de um processo de interiorização pelas pessoas de diferentes grupos sociais e distintos discursos institucionais sobre a agenda ambiental foi abruptamente interrompida (ACSELRAD, 2002).

Notadamente, esse período foi marcado pela abertura e avanço das novas fronteiras agrícolas, na crescente concentração do uso dos recursos hídricos através das usinas hidrelétricas, nos grandes projetos de irrigação, na territorialização de espaços ricos em minérios para grandes empresas do setor, que em conjunto contribuíram para a dilapidação de formas sociais não-capitalistas, na apropriação dos territórios e recursos, o que provocaram uma desestabilização dos sistemas ecológicos.

Ao longo da história, a cartografia se manteve como uma ciência com forte ligação com as questões militares. O período após Segunda Guerra Mundial foi marcante para a produção de mapas, haja vista que novas tecnologias, desenvolvidas com interesse militar, provocaram uma revolução na cartografia. Felizmente, essa tecnologia desenvolvida durante período de tensão mundial, foi repassada para o uso civil, sendo incorporadas pelas investigações acadêmicas e pela produção de novas informações.

Essas tecnologias ligadas ao processamento de dados geográficos e à elaboração de mapas podem ser denominadas como geotecnologias. Apesar de não haver uma padronização conceitual, Matias (2004) afirma que as geotecnologias podem ser entendidas como as tecnologias destinadas à aquisição, ao armazenamento, ao processamento e à representação de dados geográficos.

No Brasil, há exemplo de vários trabalhos de mapeamento social, nos quais novas tecnologias foram aplicadas à cartografia. O destaque, nesse sentido, é o projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, em que os mapas são instrumentos importantes não apenas para delimitar territórios, mas para propiciar às populações que utilizam desse instrumental reelaborar, a partir dos guardiões da memória coletiva, a trajetória de cada agrupamento social sobre o espaço, territorializando-o. Nesse sentido, em seus estudos, Pacheco de Oliveira (1998) considera que processos de territorialização apoiam-se nas temporalidades enunciadas pelos membros dessa coletividade, considerando o estabelecimento de uma identidade étnica que diferencia os grupos daqueles que os circundam, o recurso a mecanismos políticos especializados manipulados nos processos ocorridos, como direitos coletivos que insurgiram no Brasil, com a Constituição de 1988 (ARRUTI, 1997), a redefinição do controle social sobre

os recursos ambientais, dado o processo jurídico-político de regularização fundiária com desintração dos não pertencentes às coletividades, e, por fim, a reelaboração da cultura e da relação com o passado para afirmar suas tradicionalidades. Essas dinâmicas propiciam realizar o empoderamento das comunidades tradicionais.

É importante esclarecer que, mesmo durante o processo de regularização do território de populações tradicionais, o mapeamento do território e dos elementos é imprescindível para o reconhecimento desse território pelo Estado. Nesse sentido, Anjos (1999) afirmou que a cartografia é um instrumento concreto para representar o que está acontecendo no território, bem como para apontar indicadores geográficos para reconhecimento, por exemplo, de um sítio quilombola. Diante disso, mesmo apresentando contradições de interesses no uso de tecnologias cartográficas, a geotecnologia pode permitir a construção de mapas sociais, o que contribui para o empoderamento e para organização das comunidades.

E é nessa situação que, a priori, a Nova Cartografia Social (NCS) se apresenta nos estudos de distintas unidades sociais no país, ou seja, configura-se como um instrumento para delimitação do território com base na identidade do povo, com o intuito de “reconhecimento” do território. Contudo, como tratado mais adiante, a NCS vai além da mera delimitação territorial participativa. Importante salientar que a afirmação de uma identidade étnica está crucialmente vinculada, pelo pertencimento a uma coletividade, a um território, cuja historicidade pode ser apreendida pelos marcos de territorialidade inscritos no espaço, transformados em território coletivo. Essa delimitação pretende gerar o empoderamento das unidades sociais trabalhadas, no que se referir às reivindicações territoriais, possibilitando autorretratarem-se em suas perspectivas de vida.

As geotecnologias abrangem diversas técnicas, como a cartografia digital, a topografia, o georreferenciamento, entre outros. No entanto, entre essas tecnologias, destacam o sensoriamento remoto e o Sistema de Informação Geográfica (SIG). O primeiro é a tecnologia usada para extrair informações de uma área de interesse, à distância, através do uso de um sensor que capta a energia eletromagnética emitida ou refletida pelos objetos presentes no espaço de interesse. Como exemplo, podem-se citar as imagens de satélite, em que o sensor a bordo do satélite, na órbita terrestre, capta a radiação refletida ou emitida pelos alvos terrestre. Já o SIG é a integração de dados gráficos (base cartográfica) e não gráficos (banco de dados alfanumérico) para realização de operações de análise espacial, sendo que esse sistema integra dados de fontes diferentes e os processa a fim de gerar informações geográficas.

Essas tecnologias associadas à produção cartográfica tiveram diversas aplicações em mapeamentos. Notadamente, houve grande interesse do Estado nesse instrumental, dada a sua capacidade de estriamento do espaço, como discutido por Deleuze e Guattari (1988) nos processos de ordenamento do seu território. A Cartografia sempre esteve ao lado dos interesses dos Estados, em primeiro momento como penetração e identificação de rotas, para áreas interioranas, marcação de locais de riquezas etc., posteriormente como delimitação e traçado dos limites do Estado, num terceiro momento como o mapeamento e criação de jurisdições administrativas como o objetivo de facilitar o controle nacional e seus domínios e por fim como zoneamento territorial para prescrever as regras de utilização destes (ACSELRAD, 2008).

Portanto não é difícil depreender que a lógica “de concepção industrialista de progresso”, incorpora a racionalidade ecológica ao discurso de planejamento ambiental, apresentado-a como a maneira ideal para ordenar territorialmente o país. A Cartografia, nesse novo cenário, ganha um novo instrumento, o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), que pretendia homogeneizar espaços e traçar estratégias de desenvolvimento sustentável, em conformidade com as peculiaridades regionais (ACSELRAD, 2008). No entanto, o ZEE se mostrou ineficiente, uma vez que, a metodologia adotada não deu conta de analisar os conflitos territoriais, as pluralidades e polissemias dos atores e sujeitos locais, fatores estes, impeditivos da transformação do espaço somente na via do discurso da quantificação. Essa apropriação da cartografia como modelo hegemônico de sistematizar o espaço, não considerava as formas coletivas de gestão dos recursos e uso dos territórios, desestruturando as formas sociais praticadas por povos e comunidades tradicionais. Constata-se que “novas cartografias” se desenvolveram baseadas em uma razão diferenciada daquela do ordenamento do espaço pelo Estado, porque estava apoiada em uma razão histórica por parte de seus usuários, conforme Little (2002). A denominação de “novas cartografias” se deve ao fato de que o produto final ainda é o mapa, embora a metodologia e o objetivo do mapeamento são diferentes da cartografia tradicional que, prioritariamente, servia ao Estado. Algumas dessas “novas cartografias” se desenvolveram a partir do interesse social, como o mapeamento de minorias excluídas do processo de reconhecimento do espaço. Essa cartografia voltada para a representação de conhecimento sobre o espaço, com base na participação direta e indireta dos atores locais, foi tratada como cartografias sociais, mapa social ou mapeamento participativo.

O debate contemporâneo que movimenta a busca por definições de conceitos e metodologias sobre as cartografias sociais e mapeamentos participativos podem ser visualizados ora como esforços de resistência às dinâmicas da globalização, ou a subalternidade

na hegemonia epistemológica, ora como instrumento de apoio à efetivação mesma destas dinâmicas (ACSELRAD; 2008).

3.1.1 - Cartografia Social e Nova Cartografia Social

Na contramão da cartografia oficial do Estado, emergem modelos de cartografias, conhecidas como “sociais e/ou insurgentes”, que pretendem representar os territórios, a partir da incorporação de conhecimentos dos diferentes interesses, dos conflitos e das historicidades dos processos sociais. A delimitação do espaço nesse contexto, não parece pretender ser simplesmente um meio de representação cartográfica, mas a tentativa de compreensão dos conhecimentos associados ao seu uso e a intencionalidade política que preside a sua apropriação.

A cartografia/produção de mapas passa a integrar também lutas materiais e simbólicas de povos e comunidades tradicionais, e de grupos sociais diversos. “Quando as comunidades pensam em fazer sua própria cartografia, elas não estão pretendendo simplesmente retratar o espaço físico, mas afirmar seus modos de vida”. Para Henri Acselrad (2010), existem outras estratégias e atores mediadores que recorrem a grupos sociais específicos para configurar, em um quadro do desenvolvimentismo e do ambientalismo, projetos de ordenamentos territoriais, de manejo de recursos naturais, entre outras ações das mais diversificadas. Neste cenário de iniciativas cartográficas não estatais, observa-se que ora são ações dedicadas a dar maior racionalidade, “legitimidade ou “sustentabilidade” ao projeto desenvolvimentista; ora são ações que retiram do Estado o monopólio da representação territorial, contestando seu protagonismo cartográfico funcional ao modelo hegemônico de desenvolvimento capitalista” (ACSELRAD, 2010, p. 05).

Esta tese se baliza nesta última perspectiva de ação cartográfica, cuja construção se dá pelas próprias comunidades, que, neste processo, traduzem suas linguagens cartográficas próprias numa base cartográfica, dita “oficial”, para se fazerem entender em conformidade com seus anseios, suas necessidades e expectativas materiais, simbólicas e identitárias, do espaço a ser delineado no mapa. Esta tese se orienta ainda pelo compromisso da cartografia social, considerada aqui como vertente da cartografia clássica, quando esta abarca linguagens próprias de distintas formas de conceber o espaço, visibilizando-as ao inseri-las num contexto acadêmico, as quais, tradicionalmente, são ignoradas (pela perspectiva da ciência cartográfica academicista).

Ações de delineamento do espaço por grupos sociais distintos tem em comum, um contexto de conflitos ambientais e de interesses hegemônicos, conforme aborda Acsehrad:

A politização torna-se visível, em particular, quando percebe-se que a perda do monopólio por parte do Estado gera uma certa perturbação onde, até então, a prestação de serviços cartográficos por empresas privadas nunca havia sido problematizada. Ademais, é visível que um processo político se estabelece na articulação entre os povos tradicionais, quando reúnem-se diferentes grupos e comunidades, dando visibilidade a um conhecimento que muitas vezes esteve guardado entre os mais velhos ou pelos detentores da memória coletiva (ACSELRAD, 2010, p 6).

Na memória coletiva das comunidades, nos projetos de cartografias sociais, já realizados no país, ressaltam-se questões que relacionam, de maneira geral, ao que se configura em ameaça à continuidade de seus modos de vida e de seus recursos, áreas de uso comunal, sobre o território das “coisas criadas”, paisagem local das interações simbólicas e materiais, assim como os recursos específicos como: lenha, pasto, frutos, plantas medicinais, caça/pesca, e de representações culturais e místicas. Para o Acsehrad (2010), estes embates aos quais “estão engajados são, desta forma, ao mesmo tempo simbólicos e materiais, e as práticas culturais entre as quais se inscrevem as atividades de automapeamento não apontam para arranjos institucionais consensuais” (ACSELRAD, 2010 p.7).

As primeiras experiências de mapeamento participativo surgiram no Canadá e Alasca, na década de 1960, por meio do *Inuit Land Use and Occupancy Project* (Projeto de Uso e Ocupação de Terras pelos Esquimós), com a utilização do sistema Participativo de Informações Geográficas (SPIG). Desse projeto derivou uma gama de mapas com traçados que remetiam a atividades sazonais e de subsistência desses povos. Ao longo das décadas seguintes esse procedimento metodológico foi ganhando adeptos e, aos poucos, as experiências foram sendo construídas sem a necessidade do “especialista” em construir mapas (ACSELRAD; COLI, 2008).

O Projeto de Uso e Ocupação de Terras pelos Esquimós visava representar o uso e ocupação do território onde viviam os esquimós, de forma participativa, cunhando seus anseios e perspectivas, modo de vida e posse da terra. Houve a participação de centenas de esquimós resultando em mais de duzentos mapas de atividades sazonais de subsistência (ACSELRAD, COLI, 2008, p.16).

O mapeamento participativo destaca-se dentre as abordagens que buscam a compreensão espacial e ambiental de uma porção territorial, com a participação de populações locais, inserindo-as em modelos mais convencionais de conhecimento. Trata-se de

um método de pesquisa participativa combinado com as tecnologias do Sistema de Informação Geográfica – SIG, que, por sua vez, é utilizado pelas técnicas da Cartografia Social.

A Cartografia Social apresenta novos elementos de práticas cartográficas e busca construir um campo de possibilidades, no qual, o mapa é resultado de uma relação entre pesquisadores e sujeitos sociais, contrapondo a prática cartográfica legitimada pelas academias como oficial. O elemento central da Cartografia Social é o processo participativo dos agentes sociais na construção dos mapas, que por sua vez, confrontam a cartografia tradicional tecnicista e oficial, possibilitando a identificação dos interesses e territorialidades dos grupos sociais, com suas reivindicações específicas. A Cartografia Social envolve pesquisadores de diferentes formações gerando mapas que se tornam, nesta perspectiva, resultado da relação que se estabelece entre pesquisadores e agentes sociais. As experiências de cartografia sociais na América Latina, por meio ou não de cooperação científica internacional, propiciaram as populações tradicionais o poder de realizar o mapeamento dos seus territórios e representação das suas identidades e conflitos existentes (ACSELRAD, 2008).

Numa trama territorial e de interesses diversos as iniciativas de mapeamento participativo ganham adeptos nos mais diversificados seguimentos pelo mundo. Derivam das iniciativas advindas do Canadá e Alaska, variadas metodologias e terminologias envolvendo o mapeamento participativo, bem como surgem e são disseminam no mundo outras formas de conceber, de aplicar mapeamentos com inclusão da população e de suas terminologias, como as que emergem nos países então chamados de terceiro mundo e as que de maneira incipiente, são formatadas nos Estados Unidos (que tange aos indígenas norteamericanos). Conforme quadro a seguir:

Quadro 6 - Terminologias recorrentes da ação de mapeamento participativo no mundo

Conjunto de terminologias mais recorrentes de mapeamento participativo no mundo	Terminologias
Derivadas do modelo surgido no Canadá e Alaska.	Estudo de uso tradicional da terra; Estudos de usos da terra e do conhecimento tradicional; Estudos de ocupação e uso da terra; Estudos de uso tradicional; Estudos de ocupação e uso da terra de aborígenes; Mapeamento da subsistência; Mapeamento de usos dos recursos.

Derivadas do modelo de mapeamentos participativos ocorridos nos países de “Terceiro Mundo”.	Mapeamento participativo; Mapeamento participativo de uso da terra; Mapeamento participativo de recursos; Mapeamento comunitário; Mapeamento de comunidades localizadas; Etnocartografia; Auto-demarkação; Delimitação de domínio ancestral
No âmbito Brasileiro	Levantamentos etnoecológicos; Mapeamento etno-ambiental dos povos indígenas; Mapeamento dos usos tradicionais dos recursos naturais e formas de ocupação do território; Mapeamento comunitário participativo; Mapeamentos culturais; Macrozoneamento participativo; Etnozoenamento; Etnomapeamento; Diagnóstico Etnoambiental; Cartografia Social; Nova Cartografia Social.
Derivadas do modelo ocorrido nos EUA	Mantém as terminologias tradicionais para delimitação de território indígena aplicadas por instituições como: . <i>Bureau of Indian Affairs – BIA</i> ; . <i>Earth Sciences Research Institute – ESRI</i> ; . <i>National Aeronautics and Space Administration</i> ; . <i>NASA</i> ; . <i>U. S. Geological Survey – USGS</i> .

Fonte: Dados obtidos em Acsehrad et al., 2008, p.23. Adaptado e organizado pelo autor.

Tornam-se então, as terminologias, intrínsecas aos contextos locais envolvendo questões étnicas, fundiárias, ambientais (política da natureza), territoriais, políticas e econômicas (ACSELRAD, 2008). Estes contextos são permeados por distintos interesses e, portanto, ditados também pelo capital, pelas perspectivas ambientais, pelas disputas territoriais que se arranjam no mundo globalizado e, por consequência, emanam conflitos.

Faz-se importante ressaltar as interfaces dos usos e apropriações sociais dos mapeamentos participativos ou da própria cartografia social, por diversos vieses que terminam

por agregar um caráter dúbio a ação; contrapondo seu potencial de empoderamento político, socioambiental e territorial de povos e comunidades tradicionais e/ou grupos sociais subalternos, através do seu potencial legitimador de perspectivas e interesses, sobretudo políticos e econômicos. Como exemplo de agências multilaterais como o Banco Mundial.

A partir de 1996, o Banco Mundial passou, no Brasil, a dar maior prioridade à política agrária, alegando que a distribuição desigual da terra e a falta de investimentos privados em áreas rurais seriam responsáveis por restringir as taxas de crescimento econômico. As novas políticas propostas pelo Banco pretendiam então “colocar em ordem a posse da terra”, através de levantamentos, mapeamentos e cadastramentos, organizando os negócios, reduzindo o caos e fazendo funcionar o mercado de terras (Rosset, in Martins, 2004, p.18). Além disso, os programas da chamada “reforma agrária de mercado”, iniciados no governo Fernando Henrique Cardoso, atuaram no sentido de despolitizar o campo, desmobilizar os movimentos envolvidos em conflitos agrários e transferir a questão da terra do reino da política para o reino do mercado (ACSELRAD, 2010, p. 17).

Interessa aqui destacar que, no bojo dos usos e apropriações sociais dos mapas participativos, emergem as categorias “desenvolvimentistas, ambientalistas e de atores envolvidos em lutas por reconhecimento identitário e territorial” (Achselrad, 2010, p. 24). Esta última alia-se às categorias desenvolvimentistas e ou ambientalistas para ter seu interesse, sobretudo territorial, reconhecido, tornando assim, suas tradições e lógica protegidas frente ao avanço da lógica contrária que a ameaça: a lógica capitalista. Contudo, ao se aliarem aos agentes multilaterais desenvolvimentistas, dentre eles o Estado, grupos sociais diversos estão sujeitos a uma “negociação do seu território”, muitas vezes reduzindo-o, ocasionando uma desconsideração ampla de suas territorialidades originais ou atuais.

Dessa forma, têm-se suas delimitações e modos de uso e apropriação territorial “oficializados/judicializados” através de uma base de dados cartográficos determinada, e sob o controle de agentes desenvolvimentistas. Logo, na busca por “proteção” se inserem em um contexto “protecionista”, no qual o modelo hegemônico detém o controle sobre quem deve ser reconhecido, onde e como delimitam ou delimitarão seus territórios, e quais serão os usos e finalidades das informações mapeadas. Nessa perspectiva, a lógica de povos e comunidades tradicionais, pouco faz frente ao sistema opressor em suas fronteiras, tornando suscetíveis suas concepções de mundo e formas próprias tradicionais de “cartografar” ou conceber seus territórios e suas territorialidades.

Em similar perspectiva, a lógica tradicional de grupos e comunidades ao associarem aos agentes ambientalistas, em ações de mapeamentos participativos, expõe-se, igualmente, ao controle, de agências e atores multilaterais. A “participação” das comunidades locais em

práticas de mapeamento, neste caso, endossa a “representação” destas por entidades, organizações não governamentais, órgãos ambientais, entre outros, junto aos usos e manejos dos recursos naturais ditados, com vistas a legitimar as políticas de proteção ambiental.

No Brasil, a exemplo das mais variadas finalidades e resultados obtidos a partir de iniciativas de mapeamentos em comunidades, pode-se apontar o Projeto desenvolvido na reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá, no estado do Amazonas (O Projeto Mamirauá), realizado na área de ocorrência do Programa Grande Carajás a partir de 1992. O Projeto utilizou de mapeamento participativo para planos de manejo florestal comunitário, regulação de usos dos recursos naturais e verificação de conflitos socioambientais diversos. Cabe ressaltar que a partir dos produtos gerados pelo mapeamento participativo, Mamirauá se torna a primeira unidade de conservação dessa nova categoria (RDS) no país, estabelecendo diretrizes para as futuras reservas a serem implementadas. A categoria Reserva de Desenvolvimento Sustentável objetiva, além da conservação da biodiversidade, assegurar as condições necessárias à reprodução social, aliadas à preservação de técnicas e manejos do ambiente e uso racional pelas comunidades em seu interior.

Como já mencionado, a estratégia da busca por “proteção” por grupos sociais diversos se inserem em um contexto, muitas vezes “protecionista”, regulado por um aparato de leis do Estado, ou pelo interesse e exploração econômica e/ou, ainda, por uma visão preservacionista/conservacionista dos recursos ambientais em detrimento de uma sociodiversidade local. O questionamento que se faz, neste sentido é: Quem são os agentes promotores dos mapas sociais? Quem define quais são as necessidades e expectativas dos grupos mapeados? E, de onde emana a consciência dessa necessidade? A partir destes questionamentos, a proposta da Nova Cartografia Social, evita a personificação do coletivo, partindo do pressuposto de que cada grupo tem suas peculiaridades e podem se fazer representar, cartográfica e socialmente, como sujeitos da ação, em suas diferenças frente aos seus interesses e demandas, que por sua vez, podem sofrer alterações a serem (re)desenhadas em novos mapas sociais, conduzindo o processo de automapeamento.

O impulso e disseminação de variadas estratégias de inclusão de grupos locais em práticas de mapeamento se dão a partir da década de 1990. Essa diversificação e novas experiências em registros de representações espaciais, aliadas às necessidades específicas de leituras de mundo por novos “sujeitos mapeadores”, resultou na “constituição de um campo da representação cartográfica onde se estabelecem relações entre linguagens representacionais e

práticas territoriais, entre legitimidade dos sujeitos da representação cartográfica e seus efeitos de poder sobre o território” (ACSELRAD, 2010, p.9).

Com o amadurecimento dessas iniciativas empregando o mapeamento participativo, mais precisamente a partir da década de 1990, no país, surge de maneira sistematizada e abrangente, aquela que se desenvolve na Amazônia através do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia - PNCSA, coordenado pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida. O PNCSA se apresenta como resultado de uma grande articulação das experiências de mapeamento social produzidas, a partir do Programa Grande Carajás¹⁹, entre 1991 e 1993. Das experiências que culminaram no livro Guerra dos Mapas, abrem caminho para o Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. Conforme Acelrad (2008),

O projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, no que se refere à região amazônica, assume o nome de Nova Cartografia Social da Amazônia. Com o objetivo de produzir interpretações da problemática social, econômica e ecológica, levando em consideração a experiência dos atores sociais envolvidos, são realizadas oficinas de cartografia, levantamentos documentais, cursos introdutórios à linguagem cartográfica formal, orientação e localização geográfica pelo uso de equipamentos técnicos como GPS (ACSELRAD, 2008. p. 6).

Os produtos cartográficos gerados permitiram conhecer o processo de ocupação da região e autoafirmação social, bem como identificar situações de conflitos na forma de uso e ocupação do território por povos e comunidades tradicionais, com ênfase no fortalecimento dos movimentos sociais na Amazônia.

A Nova Cartografia Social distancia-se do “representar” ou do “falar em nome de”, partindo de um processo de construção coletiva, no qual, aproxima, com mesmo grau de importância, o pesquisador e os sujeitos sociais de pesquisa. Difere da chamada cartografia ocidental, por não se tratar de um mapeamento impositivo, e da cartografia social que apesar da similaridade dos procedimentos metodológicos, apresenta um discurso que provém dos sujeitos de pesquisa. Esse novo procedimento engendra um processo de construção conjunta, no qual, as decisões da comunidade são determinantes para a elaboração dos mapas, com um papel imprescindível na coleta dos dados georreferenciados e da sua centralidade política (ALMEIDA, 1994).

¹⁹ O Projeto Carajás ou Programa Grande Carajás é um projeto de exploração mineral, iniciado nas décadas de 1970 e 1980 criado pela Empresa Estatal Brasileira Companhia Vale do Rio Doce. Abrange rios como Xingu, Tocantins e Araguaia, englobando parte do Pará, Tocantins e Maranhão.

O Projeto “Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA)” produziu um conjunto de ações voltadas para o mapeamento de diferentes povos e comunidades tradicionais com o objetivo de garantir os direitos territoriais e o fortalecimento dos vínculos comunitários na resistência ao processo de expropriação de agentes hegemônicos vinculados ao capital. O PNCSA tem como objetivo “dar ensejo à auto-cartografia dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia” (PNCSA, 2019). Envolvendo movimentos sociais, ONG’s, cooperativas, sindicatos, associações entre outros, configura-se ainda, como instrumento de afirmação dos direitos territoriais em diferentes contextos. Em uma entrevista realizada por Lima; Ramos e Silva (2013), e publicada, pelos autores, na revista Espaço Ameríndio, Alfredo Wagner, apresenta sua trajetória até o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, apresentadas ao longo deste texto.

Ainda na década de 1980, Alfredo Wagner participa e realiza um trabalho juntamente com 150 comunidades e uma equipe de cientistas sociais. Realizaram um mapeamento completo da chamada “Região do Carajás” (com 90 milhões de hectares, abrangia minas de ferro, ouro e plantações de eucalipto). Durante a realização de mapeamentos, sobretudo em um contexto de conflitos por terra, se depara com índices de violência envolvendo grupos sociais diversos e interesses econômicos, além das especificidades dos distintos grupos sociais da Amazônia, que sofriam grande impacto externo e tinham suas territorialidades desconsideradas no mapa, como instrumento de poder, político e de controle. O relato de suas experiências nesse trabalho coletivo rendeu seu livro “Guerra dos Mapas” em 1993, em que, entre outras abordagens, evidencia o mapa como instrumento político e de poder. Para o autor,

O mapa como instrumento de poder, persiste como forma de dominação em sociedades coloniais e imperiais. Sempre foi um instrumento de poder, sempre foi uma forma de manter a dominação em sociedades coloniais e imperiais, sendo permitido mapear somente aqueles em condições de “se impor” [sobre o outro] (ALMEIDA *apud* LIMA *et al.* 2013).

Em 2004, realizando um novo mapeamento junto às quebradeiras de coco-babaçu no Maranhão, as experiências vivenciadas nesse trabalho possibilitou a Alfredo Wagner o lançamento de outro importante livro, intitulado: “Guerra Ecológica dos Babaçuais”. O livro foi construído em coordenação partilhada com Shiraishi e Martins. Estas experiências são decisivas para o amadurecimento do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

Em 2005 o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia foi construído e aplicado na região amazônica, posteriormente, expandiu-se para diversos estados do país e respectivas comunidades, grupos e povos tradicionais plurais. Para o PNCSA, o mapeamento social era o

produto das relações que os pesquisadores estabeleciam em meio a um campo de disputas jurídicas no qual, grupos participavam coletivamente da definição de seus domínios, de perspectivas de vida e direitos territoriais.

O PNCSA foi avançando em suas práticas e experiências e, a partir dos desafios e necessidades identificadas, passa então, a promover orientações, através de oficinas e ou pequenos cursos, noções básicas e uso do computador, GPS, software, noções de direito ambiental, agrário, de formas de organização política, entre outros. Viabilizando, desta forma, conhecimentos elementares que permitiam a produção, pelos grupos sociais, dos próprios mapeamentos. O conhecimento cartográfico, ambiental e de organização política e de direitos era repassado, aos grupos sociais, objetivando torná-los sujeitos da sua própria ação e suas conexões com os poderes, contudo, eram as comunidades/grupos sociais que definiam coletivamente, como, quando e de que forma iriam utilizá-los, mediante seus contextos e reivindicações.

Nesse projeto, os ícones que compõem as legendas dos mapas são definidos coletivamente de acordo com as especificidades e relevâncias socioambientais de cada grupo. Um exemplo disso são os rios, representados tradicionalmente nos mapas a partir da perspectiva ocidental/tecnicista com a cor azul, enquanto para muitas comunidades amazônicas o rio é representado com a cor marrom. Assim os ícones, legendas e cores são ajustadas para dar realidade às formas cartográficas locais e “as oficinas de mapa passaram a ser o cerne do trabalho. “Então, o PNCSA, na verdade, passou a representar um conjunto de projetos com estes procedimentos” firmando o socioambientalismo (ALMEIDA *apud* LIMA, *et al.* 2013).

Na Nova Cartografia Social, o mapeamento é construído por meio de oficinas que têm o propósito de discutir com os grupos e sujeitos envolvidos aspectos políticos e noções de cartografia, num processo no qual, as comunidades ou grupos se tornam atores na construção dos seus mapas. O mapeamento elaborado pelas comunidades e suas representações nos mapas chamados “situacionais”, diz quem eles são, onde e como vivem. O resultado esperado não é mapear os grupos, as comunidades, ou os sujeitos, mas permitir que eles próprios se mapeiem. Os mapas concebidos, na Nova Cartografia Social da Amazônia, são situacionais por sua possibilidade de mudança das realidades mapeadas. Nas palavras de Alfredo Wagner,

São mapas que podem mudar, variar, sendo as transformações vividas pelos grupos e comunidades. Hoje eles têm uma configuração, amanhã podem ter outra. O que é que muda? O próprio embate que essas forças têm com outras forças externas, como o embate com grileiros, com o Estado, com grupos interessados na terra que querem usurpar ou adquirir. Então a mercantilização vai balizando esta delimitação, como é que

ela pode ser estabelecida. A fronteira é um lugar de relações. É o lugar onde o grupo se realiza com maior força identitária (ALMEIDA *apud* LIMA *et al.* 2013, p. 264).

O mapeamento é tido como “situacional”, pois ele apresenta as informações cartográficas do grupo naquele determinado momento, podendo ser refeito por esse grupo de modo a resultar num trabalho totalmente diferente. Esse processo busca romper com a passividade e traçar diretrizes para o desenvolvimento da própria comunidade enquanto grupo, fortalecendo o elo entre os sujeitos e favorecendo a construção de uma rede, o que implica a desconstrução do cenário no qual esses indivíduos são tidos simplesmente como espectadores e participantes inertes diante de um roteiro no qual eles não têm poder de influência (DEBORD, 1997).

Distintos grupos sociais e diferentes relações sociais convivem e se estabelecem na Amazônia, imprimindo a partir das diferenças nos modos de vida, uma afirmação identitária. Coletivamente determinam os usos e apropriação do território de maneira tradicional e harmônica, se fortalecendo como rede de movimentos sociais. Esse também se torna um desafio à cartografia frente às peculiaridades de cada espaço e grupos atuantes, exigindo, para além da técnica cartográfica, análises e reconhecimento de novas formas de cartografar a partir dos “de dentro” (re)conhecer o território partindo do sentido da conformação e representação deste por cada grupo.

A Nova Cartografia Social também se propõe a analisar como se dão os diferentes usos dos resultados obtidos com os mapas sociais, por distintos sujeitos políticos em um contexto complexo de relações de poder e interesses na apropriação territorial. Da mesma maneira, preocupa-se ainda, no que tange à atuação dos pesquisadores frente a grupos sociais específicos, sua postura ética ao “relatar” os resultados da pesquisa tornando pública a representação do espaço vivido, suas concepções de mundo, anseios e perspectivas.

Os movimentos sociais, ao apropriarem da Cartografia Social, instrumentalizam o debate político inserindo suas realidades num contexto em que, até então, é de crescente pressão dos interesses hegemônicos e externos sobre seus territórios, em detrimento de seu uso tradicional. Da mesma maneira, utilizam-se dos mapas sociais como subsídios quando da estruturação e formalização de reivindicações de políticas públicas e de planejamento, autogestão ou posse da terra. Nesse cenário, faz-se relevante analisar aplicabilidade da Cartografia convencional e analisar o contexto em que se insere a dimensão da Cartografia Social, em tempos de conflitos socioambientais e forte enfrentamento dos mais diversos interesses políticos e econômicos, posicionando-se como instrumento de resistências

subalternas. O Quadro 7 sintetiza as características entre a Cartografia convencional e a Cartografia Social:

Quadro 7 - Análise comparativa entre a Cartografia Social e a Cartografia Convencional.

Elementos de Comparação	Cartografia Social	Cartografia Convencional
Território	Representa as variáveis importantes para cada território, visa um auto reconhecimento da comunidade que participa. A representação do espaço pelos próprios sujeitos organizados a partir de suas perspectivas e cosmovisão.	Desde a modernidade é utilizada para a definição do Estado-Nação. Para delimitação da propriedade privada, para o exercício de poder pelos atores interessados em dominar áreas específicas.
Método	Procedimento qualitativo sendo que os sujeitos mapeadores são os agentes principais na produção do conhecimento.	Utilização de instrumentos rígidos para reconhecer determinada informação e uso de estatísticas.
Posição política	Existe uma clara intencionalidade e posição política. Favorece a organização política de unidades sociais diversas.	Assume uma aparente objetividade e imparcialidade dos dados obtidos.
Interesses – poder	Legitima-se através de um processo que reconhecem os interesses da comunidade como força motriz dos processos sociais. Há consciência do poder de autodeterminação e transformação do território. Instrumento utilizado como forma de reivindicação e resistências às mais variadas opressões.	Abrange interesses institucionais e empresariais determinando o que deve ser mapeado e para que fins fazê-lo.
Metodologia	Metodologia qualitativa e participativa sendo que a comunidade elabora o mapa a partir do conhecimento coletivo apresentando as necessidades e potencialidades do território representado.	Metodologias quantitativas sob domínio de especialistas. Representam interesses de instituições e de Estados.
Tempo de Execução	A utilização de metodologias qualitativas leva a elaboração de um trabalho mais dispendioso, porém com resultados menos excludentes.	Existem procedimentos convencionais que são mais facilmente sistematizados.
Sistematização	É necessário implementar algum sistema de documentação da informação coletada (anotações, representações por meio de desenhos, planilhas, croquis, matrizes, etc).	Utiliza-se softwares sofisticados e as políticas de sistematização (organização estatal e empresarial).
Escala	Definida pelo nível de participação, geralmente os	Nível de agregação de informação, trabalho com várias

	trabalhos de Cartografia ocorrem na escala detalhada.	escalas de níveis de generalização.
--	---	-------------------------------------

Fonte: Adaptado de Lobatón (2009, p. 19).

Quanto à Nova Cartografia Social (em seus elementos comparativos), ao pensá-la, em termos conceituais ou metodológicos, é preciso considerar o que ela não é, ou seja, como ela não pode ser classificada: como um “contra mapeio”²⁰, não se limita ao mero “mapeamento interativo, cooperativo, participativo ou colaborativo”, e, apesar dos mesmos preceitos, a NCS não é a Cartografia Social. Faz-se importante destacar que na Nova Cartografia Social, conforme Alfredo Wagner, seu conceito encontra-se em ampla construção, em reflexão e discussão, o que seria reducionista afirmá-la metodologicamente. Deste modo, evita-se uma estreita definição conceitual ou metodológica, levando em consideração que a Nova Cartografia Social, pretende-se ir além da mera reprodução das técnicas de cartografia social. Nesse sentido, a Nova Cartografia Social, tem buscado avançar em suas análises, através de novos estudos e ou Projetos como: “a Cartografia da Cartografia Social”. Essa “cartografia da cartografia” visa rediscutir e refletir seu papel e traçar a história social de seu conceito, a partir das sínteses das experiências do PNCSA, investigando as variadas dimensões específicas de distintas unidades sociais, às quais a Cartografia Social por si só não foi capaz de abranger.

A operacionalização da Nova Cartografia Social, como inspiração metodológica permite transformar os sujeitos comunitários em atores do seu processo de automapeamento, pode contribuir, ainda, para que os conhecimentos cartográficos, que antes, pertenciam aos especialistas se tornem parte do conhecimento dos envolvidos, talvez nessa perspectiva tenhamos o que mais se aproxima da proposta de uma Cartografia Decolonial. Elenca-se, nesse cenário, partindo do “flerte” com a perspectiva decolonial, as vertentes cartográficas como a Cartografia Social, a Nova Cartografia Social e, como cartografias próprias de comunidades e povos tradicionais do Norte de Minas, às quais denomino nessa tese de: “Cartografia Catrumana”.

²⁰ Convencionou-se, em pesquisas acadêmicas nacionais e internacionais, que abordam os estudos da Nova Cartografia Social, a indicação de que esta se posiciona “contra-mapeio”. Fazendo frente aos mapas do Estado ou de outras organizações/Instituições. Conforme Alfredo Wagner, a desconstrução dessa rotulação se faz importante, uma vez que a NCS extrapola as definições até aqui veiculadas a ela e vai além do inverso do mapa ou do mapeamento participativo. Considera, portanto, sua dimensão em construção junto às articulações e relações estabelecidas com as diversas unidades sociais às quais o PNCSA abrange.

3.1.2 - O Território visto do lado de cá

Direcionando o foco desta análise para o Norte de Minas Gerais, pode-se depreender que as peculiaridades históricas, ambientais, sociais, políticas e econômicas da região foram o estopim para o surgimento e fortalecimento de uma grande rede de movimentos sociais atuantes, agora com iniciativas de co-representação em mapas sociais. Para Anaya (2012),

Os processos históricos de ocupação do Norte de Minas incidiram sobre a territorialização dos grupos sociais aqui abordados a partir de mecanismos políticos semelhantes, mas que ocorreram de maneira diversificada na região, contribuindo para a expropriação territorial dessas comunidades. Caracterizada estruturalmente por conflitos, esses remetem, ainda, ao período de implementação das sesmarias nos tempos de colônia. Tais conflitos foram acentuados com a tentativa de integração da região à economia nacional, com as políticas econômicas do Império, voltadas para a unificação do território brasileiro (ANAYA, 2012, p. 57).

A partir de enfrentamentos diversos entre os povos e comunidades tradicionais e os interesses hegemônicos, estas peculiaridades, demandaram, desde cedo, iniciativas de uma cartografia social própria (até então não sistematizada) para se firmarem em suas tradições. Considera-se então que muitas destas iniciativas não oficializadas de “cartografia própria” ocorrem na região de maneira singular, em consonância com seu contexto histórico de apropriação territorial e embates socioambientais, sobretudo a partir dos anos 1960.

Tais ações aparecem em pesquisas sobre os diversos sujeitos sociais nortemineiros, apresentando suas estratégias de apropriação do espaço, normatização interna do uso coletivo dos recursos naturais locais, estabelecendo limites das áreas de uso comum e de uso familiar, espaços sagrados, místicos, de socialização e de manifestações culturais. Assim, os movimentos sociais do Norte de Minas, articulados em uma grande rede, utilizaram também dessas práticas cartográficas próprias favorecendo movimentos de resistência e instrumentalização de seus interesses na região.

Na pesquisa de Anaya (2012), a autora se propõe a analisar os processos que levaram ao surgimento do movimento social e político de reivindicação territorial específico no Norte de Minas, o “Vazanteiros em Movimento”. Identifica-se nessa pesquisa a percepção do território de comunidades vazanteiras e quilombolas e suas estratégias de organização do espaço vivido. Utilizando-se ainda de mapas mentais objetivou “mobilizar, a partir dos elementos gráficos indicados pelo grupo, memórias, interpretações, explicações e reflexões” sobre suas reivindicações territoriais. Os mapas mentais propiciaram a compreensão dos vínculos desses grupos e suas concepções de uso e apropriação do território, bem como identifica os marcos de

territorialização “que se constituíram a partir das formas de apropriação material e simbólica estabelecidas”, de seus mecanismos e defesa territorial (ANAYA, 2012, p. 38).

Em minha pesquisa de mestrado, que objetivou analisar as práticas agrícolas e territorialidades dos vazanteiros da Ilha do Jenipapo (Município de Itacarambi/MG) foi possível evidenciar a territorialidade vazanteira, daquela comunidade, além de sua estreita relação com o território simbólico/material: a terra e o rio como elementos centrais para suas dinâmicas. Esta interrelação com o meio “geografavam” os ambientes conferindo-lhes seu território: a “terra firme” e o “complexo ilha, sendo este último subdividido em agroambientes “lameiro”, “baixão e “terra alta” assim como suas territorialidades: fragmentadas e articuladas, dinâmicas estas que definiam o território fixo e território móvel (NEVES, 2012). Em pesquisa precursora, acerca da territorialidade vazanteira no Norte de Minas, Luz de Oliveira (2005), aponta para as formas específicas desses grupos na região e suas regras de apropriação do espaço. A autora nomeia de “sistema de direitos combinados” as estratégias de organização do ambiente no território vazanteiro, marcado pela mobilidade ditada, em maior parte, pelo ciclo dos rios quando das cheias e períodos de estiagem, alterando a dinâmica de seus modos de vida entre ilhas, vazantes e terra firme.

Luz de Oliveira (2005), ainda identificou uma desarticulação deste “sistema de direitos combinados” frente aos impactos sofridos pelos grandes projetos desenvolvimentistas que alteram a dinâmica dos rios, pelas grandes fazendas e pela sobreposição territorial por implantação de grandes áreas de proteção integral (como compensação aos impactos ambientais sofridos na região do Norte de Minas).

Com o avanço das fronteiras dos grandes empreendimentos da região, incluindo conflitos socioambientais a partir da demarcação de áreas de proteção integral, essas comunidades resistem e se reorganizam em seus territórios reduzidos. A este respeito a pesquisa de Figueiredo (2011) ao analisar a percepção ambiental de comunidades e agentes atuantes nos limites na Unidade de Conservação de Proteção Integral (Refúgio de Vida Silvestre - Revis) em Pandeiros/MG aponta percepções divergentes entre os grupos, e estas como potencialidades conflituosas entre os povos e comunidades tradicionais locais, e os demais agentes. A autora aborda o papel paradoxal do Estado, inferindo nas territorialidades das comunidades, gerando opressão aos nativos e, conseqüentemente, suscitando conflitos territoriais e de outras ordens (FIGUEIREDO, 2011).

Carlos Dayrell, estudando os povos geraizeiros (precursores do “Movimento dos Encurralados” que veio a resultar no Movimento Geraizeiro), apresenta a estrutura

organizacional do espaço vivido por esses grupos, de acordo com o ambiente natural de forma singular. O autor identifica as complexas estratégias de uso, delimitação e apropriação do território geraizeiro que compreende áreas de planaltos, encostas e vales predominantemente de cerrado nortemineiro (ANAYA 2012; DAYRELL, 1998). Em um estudo mais abrangente, que constituiu sua tese de doutorado em 2019, Dayrell analisa, de maneira peculiar, a estrutura social, política, territorial e identitária de povos e comunidades tradicionais distribuídas no Norte de Minas alcançando a região de Diamantina, no vale do Jequitinhonha, lançando luz sobre o uso e apropriação do território do movimento do chamado “Sete Povos”.

Na pesquisa de Nogueira (2009) a autora destaca a dimensão temporal da territorialidade geraizeira, examinada a partir de suas atitudes e valores em relação ao território e de como o apropriam material e simbolicamente. A autora classifica, em períodos, as transformações e concepções do território geraizeiro: O “tempo antes da chegada do eucalipto”, apresentando como se configurava o território e seus *modus vivendi*. O “tempo da opressão”, compreendido como o período de “encurralamento” destes grupos pelos avanços de empreendimentos sobre seus territórios. E o “tempo presente”, caracterizado pelas articulações de resistência e luta pela retomada do território. Para cada tempo, a autora distingue diferentes transformações e representações da paisagem (NOGUEIRA, 2009, p.67).

Expoente para os estudos dos quilombolas nortemineiros, João Batista Almeida Costa (1999), designou como “Território Negro da Jahyba”, em que dezenas de comunidades negras se articulavam por relações de parentesco e casamento, formando uma trama relacional e de territorialidade que recobriria a depressão sãofranciscana. Seus estudos contribuíram, significativamente, para o reconhecimento do território e suas territorialidades pela Fundação Palmares, distribuídas na região.

No Norte de Minas, iniciativas de diagnóstico participativo, com a elaboração de mapas participativos numa sintonia com a perspectiva da cartografia social, despontam-se, como pode ser identificado em ações documentadas, como no ano de 2000, onde o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM) atuou como consultor do “Programa de Recuperação e Manejo de Recursos Hídricos: A Participação da Sociedade Civil em Programas de Gestão Ambiental” para o “Projeto Piloto de Gestão Participativa dos Recursos Hídricos e Educação Ambiental na Sub-Bacia do Riachão” conforme relatório técnico elaborado em 2001.

Neste trabalho, o CAA apontou que o projeto “viabiliza a realização do diagnóstico participativo [incluindo elaboração de mapas sociais e croquis pelas comunidades]²¹, para aprofundar os conhecimentos sobre a realidade, orientando a elaboração de um plano de ação” (CAA/NM, 2001) na sub-bacia do Riachão. Consideram que tanto a expansão da pecuária extensiva, eucaliptocultura quanto os grandes projetos de irrigação, alteraram substancialmente a configuração espacial do território entre outras implicações. Essa nova configuração territorial a partir da ocupação econômica, impulsiona completa reconfiguração espacial do uso e concepção desse território, pelas comunidades geraizeiras e agricultores familiares locais. Estas, entre outras ações na linha de “cartografar socialmente” territórios tradicionais na região, denotam certo pioneirismo regional em lançar luz sobre os territórios e territorialidades subalternizados por um universalismo econômico e epistêmico.

Iniciativas e ou estratégias de autocartografia ou uma cartografia própria, peculiar aos povos e comunidades tradicionais da região do Norte de Minas, impulsionaram o movimento de resistência, expressando suas territorialidades específicas que sustentam a identidade coletiva. Desta forma, lançam luz e visibilidade política e acadêmica ao próprio grupo social, agora com possibilidades de serem “localizados no mapa”, e de serem compreendidos em suas dinâmicas a partir de suas perspectivas territoriais. Logo, considerados em seus contextos e cosmovisão pela Nova Cartografia Social. Para Almeida (2013),

A nova cartografia social [bem como iniciativas de cartografia interna própria] revela-se consoante a estes meios e condições de possibilidades do presente, que facultam a identificação do território e a história social a povos e comunidades tradicionais, considerados “sem história” e/ou “sem lugar” no mapa oficial. Estes povos só recentemente, sobretudo com as mobilizações que resultaram na Constituição de 1988, conquistaram direito à representação política emancipados dos mediadores históricos (ALMEIDA, 2013, p. 167).

Esse conjunto de estudos elencados, cujos autores se dedicaram a apresentar as imbricações do território, territorialidades e formas particulares de conceber e de “geografar” de povos e comunidades tradicionais do Norte de Minas, evidenciam a relação amalgamada entre suas cartografias próprias, indissociáveis, portanto, dos processos de construção no espaço-tempo. A esta “cosmovisão cartográfica”, entrelaçadas por concepções de território e de (re)afirmação identitária, denomino de “Cartografia Catrumana”. Que é aquela que se expressa por suas características de concepção do território embrenhadas com as tensões e enfrentamentos territoriais sofridas historicamente e seus elementos cartográficos próprios que

²¹ Vide anexo 1 – mapas sociais e croquis coletivos, elaborados pelas comunidades da sub-bacia do Riachão (CAA/NM, 2001).

servem como instrumento visibilizador de delimitação territorial, considerando suas leituras de mundo e como se (re)apresentam. Difere-se da cartografia ocidental tecnicista quando considera múltiplos elementos e dimensões que “desenham” seus territórios. Nesta perspectiva, considerar uma Cartografia Catrumana, equivale atribuir à cartografia um sentido de libertação das amarras da cartografia clássica, como um traço cartográfico que adere às especificidades socioambientais/culturais, de resistência e, sobretudo, historiográficas do Norte de Minas. Aspectos estes, que influem diretamente na representação/configuração do território, no que tange aos embates territoriais e à opressão dos povos e comunidades tradicionais subalternizadas frente aos atores hegemônicos num contexto de universalismo epistêmico.

Logo, esta tese considera uma “Cartografia Decolonial”, aquela capaz de incorporar nos estudos cartográficos as singularidades historiográficas, socioambientais, culturais, de resistência que são próprias das comunidades e povos tradicionais e de grupos sociais diversos. Reconhecendo e considerando outras formas de saber e de carto-grafar.

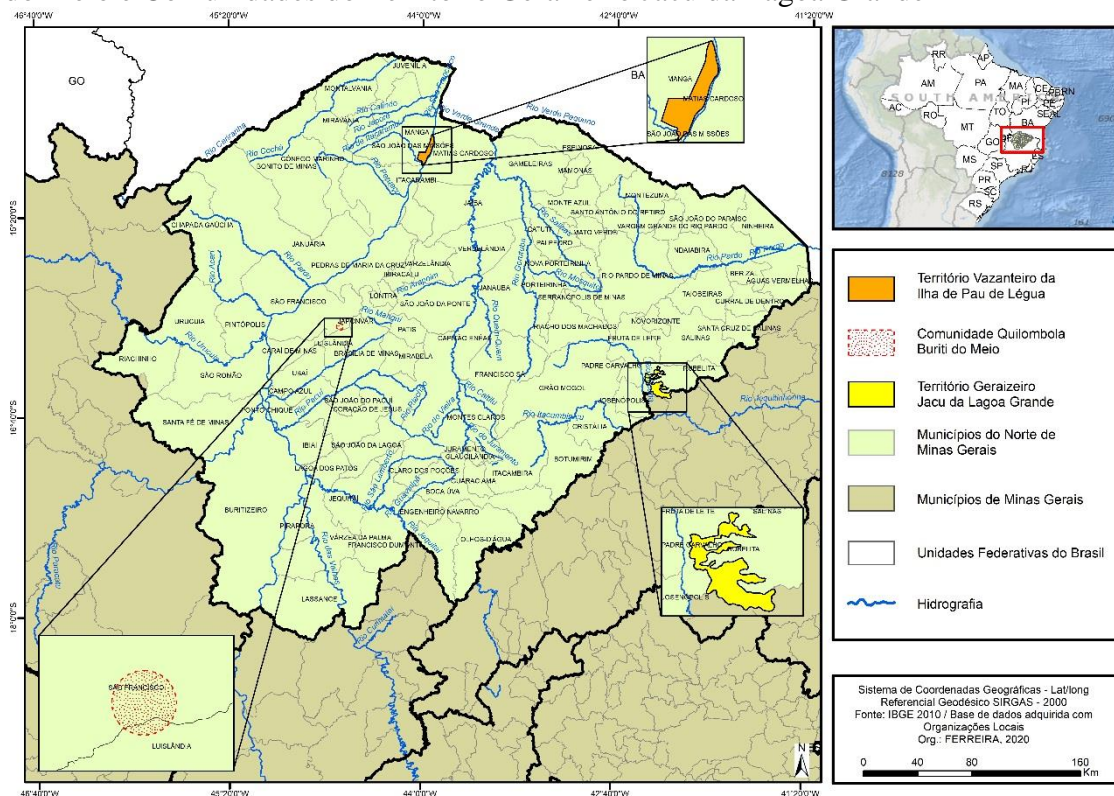
CAPÍTULO 4 - POR UMA CARTOGRAFIA CATRUMANA

Neste capítulo apresento os processos de construção territorial das comunidades pesquisadas: Comunidade Vazanteira de Pau de Léguas, Comunidade Quilombola de Buriti do Meio e Comunidades do Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande, a partir de seus contextos históricos de apropriação do espaço, de suas territorialidades, de suas temporalidades imbuídas na relação espaço/tempo, suas percepções do espaço ponderadas pelas dimensões de análise de seus territórios, conforme expressadas nos seus mapas sociais coletivos.

Abordo, individualmente, cada território e suas territorialidades, a partir de vertentes de análises. Apresento aspectos históricos, fisiográficos, identitários, políticos e suas cosmografias (componentes da cartografia que intitulo de Catrumana). Discorro sobre as etapas de pesquisa de cada comunidade, bem como da construção dos seus mapas sociais, aliando as técnicas propostas pela Nova Cartografia Social às técnicas apropriadas às cartografias próprias dos povos e comunidades nortemineiras.

As temporalidades levantadas, a partir das comunidades, classificam seus contextos históricos e territoriais, destacando a identidade, os impactos sofridos e suas perspectivas futuras. As Dimensões do território são visibilizadas e compreendidas a partir do estabelecimento de vertentes de análise deste. Assim como a percepção das comunidades acerca do seu espaço geográfico. Estes procedimentos, tornam-se essenciais para a construção do mapa social, em um contexto da região do Norte de Minas de forma coletiva entre os sujeitos. São apontadas, em cada comunidade, os aspectos convergentes e divergentes entre cada unidade territorial das comunidades pesquisadas. A localização das comunidades podem ser observadas na figura 5.

Figura 5: Localização das Comunidades: Vazanteira de Pau de Légua, Quilombola de Buriti do Meio e Comunidades do Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande



Fonte: Organizado por Neves e Ferreira, 2020.

Localizadas na mesorregião do Norte de Minas, as comunidades de Pau de Légua e Buriti do Meio, situam-se na bacia hidrográfica do Rio São Francisco e as comunidades do Território Geraizeiro na bacia hidrográfica do Jequitinhonha. Apresentam domínios morfoclimáticos distintos, contudo estão inseridas num processo de ocupação histórica, regional e desenvolvimentista semelhantes.

O contexto histórico, social e geográfico vividos pelas comunidades é narrado pelos próprios moradores, centrando-os como sujeitos da ação. A análise das informações e seus resultados são decorrentes das técnicas, do arcabouço teórico e da própria metodologia proposta pela tese, numa perspectiva decolonial e comparativa. As narrativas foram construídas, a partir de entrevistas individuais e/ou por grupos focais ao longo de três anos de pesquisa, distribuídas em momentos específicos para as três comunidades. Os mapas sociais das comunidades configuram seus territórios e suas territorialidades situacionais. As discussões sobre esses mapas sociais permitiram a compreensão do processo de construção territorial/territorialidades e suas representações cartográficas tradicionais e regional que lhes são próprias.

A pesquisa de campo foi desenvolvida em duas das comunidades, Quilombola de Buriti do Meio e Vazanteira de Pau de Léguas em conjunto com o Projeto Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central- Núcleo Minas Gerais - PCSDS, que faz parte de uma articulação, denominada “Grupo de Pesquisa do Brasil Central”.

Esse projeto é composto por uma associação de povos e comunidades tradicionais e de pesquisadores acadêmicos de onze universidades, a saber: UEMA - Universidade Estadual do Maranhão, UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano, UNEB - Universidade Estadual da Bahia, UPE - Universidade de Pernambuco, UFPI - Universidade Federal do Piauí, UNEMAT - Universidade Estadual do Mato Grosso, UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará, UNIFESPA - Universidade Federal do Sul do Pará, UEA - Universidade do Estado do Amazonas, UNIMONTES- Universidade Estadual de Montes Claros, UNITINS - Universidade Federal do Tocantins, e uma associação voluntária da sociedade civil (APATO), coordenados pelo Programa de Pós Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA), da Universidade Estadual do Maranhão, sede do projeto.

O termo, Brasil Central, refere-se ao recorte geográfico onde incidem políticas públicas de financiamento de créditos rurais e desenvolvimento de obras de escoamento da produção voltadas para os interesses do agronegócio, abrangendo uma extensa área na região central do país, coberta quase exclusivamente por Cerrado e Caatinga, historicamente conhecida como sertão. Esta grande região abrange partes dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia, Mato Grosso e Pernambuco, bem como o sul do Pará e a mesorregião Norte de Minas. Esse recorte geográfico apresenta potencial para grandes plantios, devido a potencialidade dos solos agricultáveis, configurando-se, por excelência, um lugar para que as agroestratégias ampliem as terras destinadas ao agronegócio e à mercantilização da terra. Tornando-se, desta maneira, uma das principais áreas de avanço da fronteira agrícola do país, por meio da criação de grandes monocultivos de soja, milho, cana-de-açúcar, pastagens e plantios conjugados com plantas industriais de eucalipto, pinus, acácia e dendê.

Os grupos hegemônicos formados por empresas rurais e detentores de grandes imóveis rurais, beneficiados por mecanismos legais e/ou permeados por práticas ilegais de acesso a terra, amparam-se em dispositivos jurídicos e normativos que terminam por lhes conferir proteção frente aos crimes ambientais quando são acometidos. Essas práticas hegemônicas históricas de uso e apropriação do espaço regional favorecem a expansão indiscriminada do agronegócio sobre os territórios dos povos indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, comunidades de fundos e fechos de pasto, retireiros, vazanteiros, veredeiros,

caatingueiros e geraizeiros. Ao mesmo tempo em que os projetos avançam sobre essa região com um discurso modernizante e desenvolvimentista, eles negam os direitos e fragilizam as formas de uso e de preservação dos territórios tradicionalmente ocupados por povos e comunidades tradicionais, o que vem contribuindo para a expropriação e entraves no reconhecimento dos seus direitos territoriais, bem como o cerceamento no acesso e fragilização dos seus sistemas produtivos.

O PCSDS objetivou mapear os efeitos da expansão dos agronegócios sobre os processos diferenciados de territorialização específica de povos e comunidades tradicionais, o recorte geográfico escolhido foi a mesorregião Norte de Minas Gerais, na bacia do São Francisco. O mapeamento inscreve-se no repertório de mobilizações e lutas desses povos que buscam a garantia e preservação e reconhecimento no acesso e direitos territoriais, com uma agência proativa vinculando-se a outros movimentos sociais nacionais e internacionais. O Núcleo Minas Gerais ficou incumbido de construir, junto as duas comunidades tradicionais a produção de dois fascículos com uma comunidade quilombola e uma vazanteira, e um boletim informativo, sobre a mobilização de comunidades vazanteiras no Médio São Francisco mineiro, denominada *Articulação Vazanteiros em Movimento*.

A terceira unidade social pesquisada é composta por comunidades geraizeiras que em conjunto reivindicam o Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande, localizado no município de Rubelita-MG. Lutam pela gestão do território tradicional intercomunitário expropriado desde a década de 1970. A articulação que possibilitou a aproximação com a comunidade foi intermediada pelo CAA-NM em Montes Claros-MG no ano de 2017, momento no qual, lideranças geraizeiras apresentaram uma demanda para a construção de um mapa representativo do território intercomunitário das comunidades que viviam em torno de uma chapada.

Nos tópicos seguintes, apresento as comunidades, intercalando dados secundários com pesquisas anteriormente desenvolvidas na região, a pesquisa de campo, os processos de construção coletiva dos mapas sociais de cada comunidade e o produto do automapeamento. As etapas de pesquisa estão detalhadas durante a discussão dos processos territoriais de cada comunidade pesquisada, assim como do processo de construção dos mapas sociais a partir das oficinas propostas pela Nova Cartografia Social e pelas técnicas que emergiram durante o desenvolvimento da pesquisa de campo no Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande.

4.1 – Comunidade Tradicional Vazanteira da Ilha de Pau de Léguas

Vazanteiros de Pau de Léguas, como é conhecida a comunidade, localiza-se à margem esquerda na porção média do rio São Francisco, no município de Manga/MG. Na margem oposta encontra-se a cidade de Matias Cardoso, local onde residem alguns dos vazanteiros que realizam o movimento pendular diário para a realização das suas atividades agrícolas e de pesca. Os vazanteiros de Pau de Léguas são representados pela Associação de Vazanteiros da Ilha do Pau de Léguas e atualmente reivindicam a legitimação e direito de uso do seu território tradicional.

O território da comunidade está situado em áreas inundáveis do rio São Francisco e a sua identidade associa-se aos saberes e conhecimentos construídos por meio da tradição, do uso e da lida diária com a vazante. Essa atividade é uma das características da identidade vazanteira. O modo de vida nas várzeas e vazantes, foi descrito no diário de viajantes naturalistas oitocentistas como o Richard Burton, que originou o Livro “Viagem de Canoa de Sabará ao Oceano Atlântico” cujo relato remonta a 1867, período em que Burton, percorreu o rio São Francisco da nascente até sua foz, e ao passar pela região localizada entre a aldeia de Manga do Amador, atual cidade de Manga e a foz do rio Verde Grande, descreveu a presença de populações negras ribeirinhas que produziam alimentos e os comercializavam nos barrancos e ilhas. Em uma das passagens o viajante naturalista descreve que “os negros nos venderam, por três cobres, cinco melancias. Muito barato, em comparação ao que nos iria custar dali por diante” (BURTON, 1977 p. 222).

Da mesma maneira, outros viajantes naturalistas, como Saint Hilaire e Spix e Martius, e James Wells, descreveram passagens que retrataram o povo ribeirinho e as suas relações com a agricultura de vazante. Mesmo que o termo “agricultura de vazante, ainda não havia sido cunhado, os naturalistas apresentaram em seus relatos a relação do povos locais com a produção agrícola integrada à dinâmica dos ecossistemas sãofranciscanos e sua musicalidade marcadamente realizada com tambores.

Mata-Machado (1991) aborda sobre a prática agrícola e pastoril das comunidades que viviam no entrono do rio São Francisco, e suas características marcadas pela sazonalidade:

[...] na época das cheias, o sertanejo se instalava no cerrado e, derrubando a mata, ali fazia a sua roça; na estiagem ele se mudava para as regiões ribeirinhas, onde a vazante das águas deixava terrenos semi-alagados e ilhas (áreas extremamente férteis) e cultivavam a sua plantação até que as chuvas reiniciassem, obrigando-o a retornar aos gerais. Além da agricultura de vazante e do cerrado, o sertanejo também plantava nos

brejos, verdadeiros oásis que corriam esparsamente na região. (MATA-MACHADO, 1991, p. 71).

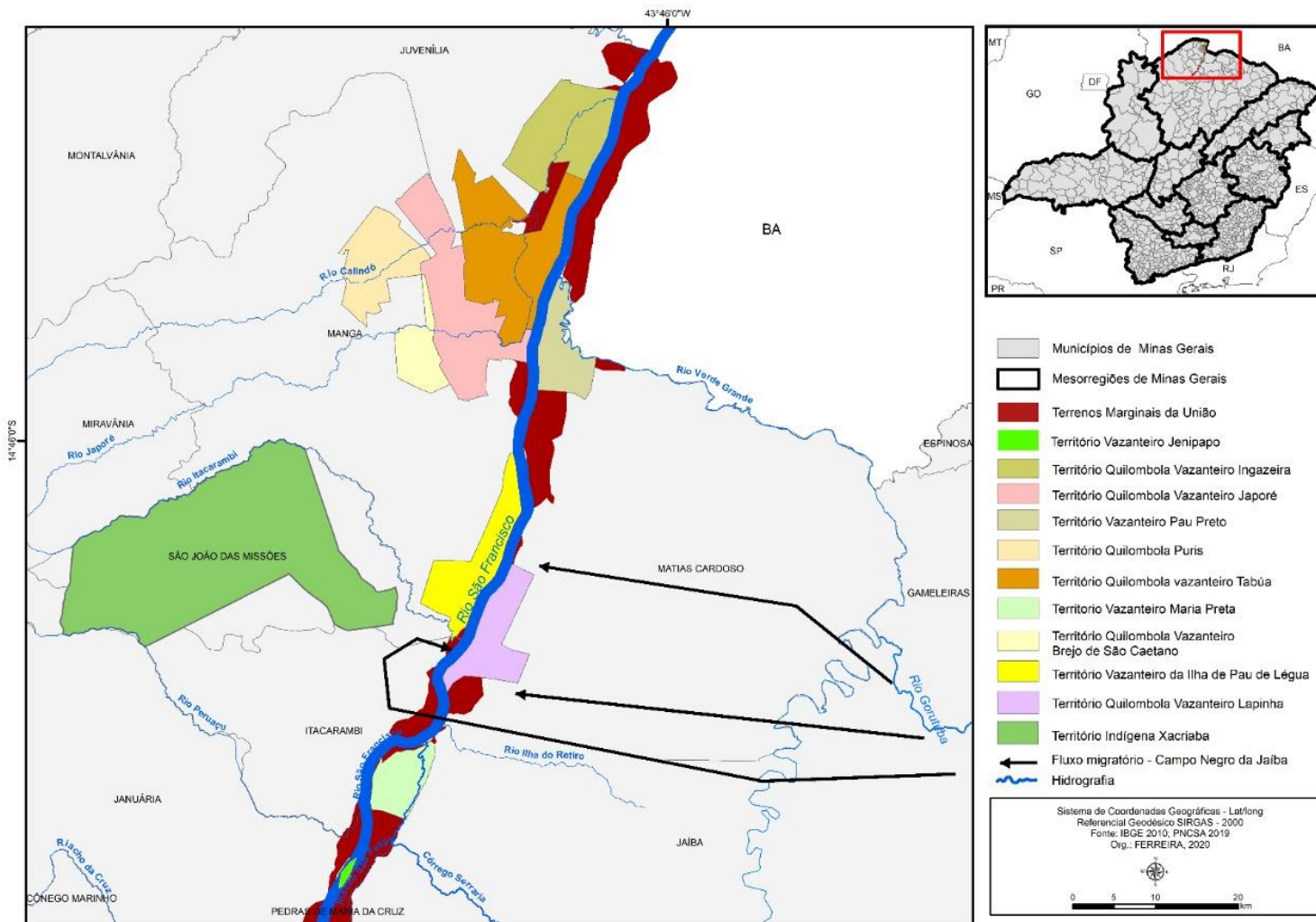
O termo sertanejo pode apresentar-se como genérico, realçando a leitura de “fora para dentro”, pois insere no mesmo bojo as diferentes identidades dos povos que viviam nas áreas distantes da região das minas, consideradas pela coroa portuguesa como sertão. No entanto, essas espacialidades, que hoje compõem a porção norte do Estado de Minas Gerais, eram ocupadas por povos indígenas e por povos aquilombados. Não existem dados que possam definir com precisão a origem dos primeiros quilombos nessa região, mas de fato sabe-se que Mathias Cardoso, em meados do século XVII, já estava nessa região e um dos objetivos da sua vinda foi o de impedir a formação de quilombos.

A relação vazanteiros e povos aquilombados podem ser melhor compreendida através dos estudos que apontam, com mais precisão, a historicidade e a territorialização de povos aquilombados no Norte de Minas, questão abordada por Costa (2001). O autor, ao estudar o Brejo dos Crioulos, comunidade que faz parte de uma grande unidade formada por diversos quilombos localizados na bacia do rio Verde Grande, denomina-a de “Campo Negro da Jaíba”. Posteriormente, o estudo de Costa Filho (2008) investigou a territorialização, produção e sociabilidade do quilombo denominado Gorutubanos, que está inserido dentro desse grande território quilombola, corroborando com a postulação de Costa (2001).

Sobre o processo de migração desses povos quilombolas para as terras marginais do rio São Francisco, Araújo (2009), amparada pelos estudos de Costa (2001), apresenta uma construção de fluxos migratórios que se direcionam para locais que fazem parte das territorialidades da comunidade vazanteira de Pau de Légua e de outras comunidades quilombolas nessa região, apontando a relação e origem dessas comunidades.

Durante a pesquisa de campo foi possível observar que a comunidade vazanteira de Pau de Légua tem uma estreita relação com os povos quilombolas dessa porção do médio São Francisco como os Quilombolas de Pau Preto, Lapinha, Praia, Maria Preta e Quilombolas/Vazanteiros da Ilha da Ingazeira, que vivem em territórios nas margens do rio São Francisco, como pode ser identificados na figura 6.

Figura 6 - Territórios quilombolas do médio São Francisco e fluxo migratório de ocupação

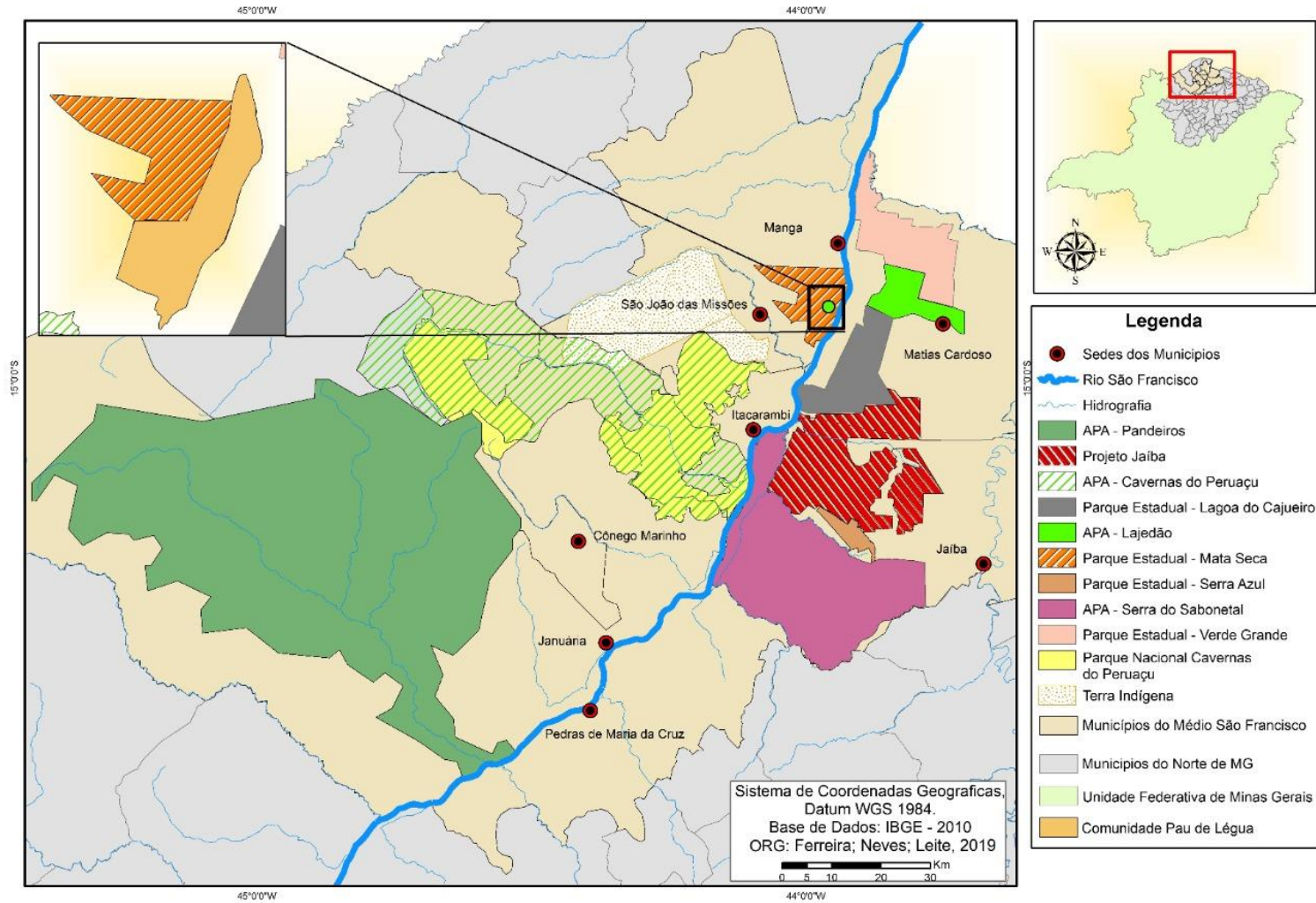


Fonte: Organizado por Neves, Ferreira e Leite, 2019.

Os fluxos migratórios, destacados na figura 6, representam a origem e a direção da migração partindo do campo negro da Jaíba para as margens do rio São Francisco, ocasionando o surgimento de comunidades quilombolas nessa porção territorial. Essa dinâmica originou a relação de proximidade entre esses distintos grupos identitários: vazanteiros e quilombolas.

Para maior compreensão do território de Pau de Léguas, as territorialidades da comunidade, a integração ao movimento de resistência e luta dos povos e comunidades tradicionais do Norte de Minas, torna-se necessário analisar as transformações do espaço ocasionadas, sobretudo, pelos atores hegemônicos em seu entorno (FIG. 7). A região onde está localizada a Ilha de Pau de Léguas apresenta empreendimentos como fazendas e empresas rurais, um megaprojeto de irrigação (Projeto Jaíba) e um mosaico de unidades de conservação, criadas como medidas compensatórias a atividades agrícolas e industriais. Essas interferências espaciais não se restringiram apenas à comunidade de Pau de Léguas, mas diversas comunidades historicamente territorializadas na região como quilombolas, veredeiros e indígena (Xacriabá), comprometendo seus *modus operandi* e reprodução social, insuflando conflitos diversos que suscitaram a organização desses povos em movimentos sociais.

Figura 7 - Localização da comunidade Vazanteira de Pau de Léguas e Empreendimentos do Entorno



Fonte: Organizados por Ferreira, Neves e Leite, 2019.

A comunidade encontra-se encurralada em um território localizado entre o Parque Estadual da Mata Seca e a margem do rio São Francisco, numa formação geológica e geomorfológica que permite, em períodos de cheias excepcionais, a formação de uma ilha. O território situa-se na margem oposta à cidade de Matias Cardoso – MG e aproximadamente a seis quilômetros da cidade de Manga, ou uma légua, conforme unidade de medida adotada em tempos passados. À jusante da ilha, existe um marco de referência que é uma grande árvore ou “pau” na linguagem coloquial dos vazanteiros, derivando dessa associação, o nome da localidade Pau de Légua.

Atualmente o território da comunidade está sobreposto pelo Parque Estadual da Mata Seca, cuja extensão territorial tradicional até o início dos anos de 1970, abrangia as localidades de Curral de Vara, Lavagem, Imbarí, João Merim e Pau de Légua. O processo de expropriação territorial se inicia com a modernização conservadora no Norte de Minas, que transformou o território em espaço de fazendas e em empresas rurais, subsidiadas por políticas públicas, incentivos fiscais e regularização fundiária que privilegiaram a elite regional.

Ao longo das décadas de 1970 e 1980 a comunidade sofreu progressivamente um processo violento de expropriação territorial que foi marcado pela expulsão e, ao longo dos anos, pelo retorno gradativo, da população, às suas terras tradicionais, fenômeno resultante em parte, pela decadência do projeto modernizador e pela falta de investimentos nas empresas rurais. Entretanto o acirramento do conflito se intensificou novamente no final dos anos de 1990, a partir da criação do Parque Estadual da Mata Seca, unidade de conservação integral, criada como medida compensatória ao licenciamento ambiental do projeto de fruticultura irrigada da Jaíba.

Anaya (2014), estudando comunidades vazanteiras no médio São Francisco, abordou o movimento social e político de articulação territorial que envolvia as comunidades vazanteiras de Pau de Légua, Pau Preto e Quilombo da Lapinha, localizados nos municípios de Matias Cardoso e Manga, sendo que esses grupos sociais se articularam como resistência a sobreposição dos seus territórios pelos parques estaduais Verde Grande (1998), Lagoa do Cajueiro (1998) e Mata Seca (2001), criados como medida compensatórias ao Projeto Jaíba.

Os parques: Verde Grande e Lagoa do Cajueiro, localizados na margem direita do São Francisco e Mata Seca, na margem oposta, serviram funcionalmente para expansão do projeto Jaíba. No ano de 2005 a região passou a ser considerada como área prioritária para conservação, ratificando a necessidade de efetivação desses parques, em conformidade com o Atlas de Diversidade Ambiental produzido pela Fundação Biodiversitas. Essas Unidades de

Conservação de proteção integral desencadearam, devido à natureza da sua legislação, restrições e cerceamento das práticas tradicionais vazanteiras e conseqüentemente a expropriação dos seus territórios (ANAYA, 2014).

Com resposta ao processo de desterritorialização, os vazanteiros se articularam em movimentos de resistência, inicialmente como “Movimento dos Encurralados pelo Parque” com o intuito de retomar as áreas expropriadas. Esse movimento tomou forma e se expandiu para as áreas adjacentes à comunidade, fazendo com que outras comunidades se juntassem a causa, emergindo lutas que se debruçavam no discurso do “encurralamento”, situação na qual se encontravam várias comunidades, expropriadas e cercadas por áreas de conservação de proteção integral e fazendas, limitando o acesso ao território e colocando em xeque a reprodução dos seus modos de vida.

O “encurralamento” das comunidades vazanteiras nessa região está associado à criação do sistema de áreas protegidas do Projeto Jaíba e pelo mosaico de unidades de conservação. As expropriações territoriais promovidas por grupos hegemônicos, por sua vez, impulsionam os movimentos de resistência, acionando uma rede de articulações de movimentos sociais que tem sua origem com o movimento “Encurralados pelo Parque (2000)”. Posteriormente, foi ressignificado para “Vazanteiros em Movimento (2005)” e, no ano de 2011, se organizaram numa articulação regional conhecida como “Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais” (tema a ser desenvolvido adiante).

4.1.1 – O campo e as temporalidades em Pau de Léguas

A comunidade Tradicional Vazanteira de Pau de Léguas, desenvolveu junto a equipe do Projeto Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central seu primeiro mapa social, que faz parte do fascículo N° 10, publicado em abril de 2019.

As etapas de construção do fascículo ocorreram em 03 momentos ao longo dos anos de 2018 e 2019. A primeira etapa ocorreu na comunidade de Pau Preto, localizada próxima a foz do rio Verde Grande nos dias 17 a 20 de janeiro de 2018. Nessa etapa de pesquisa, também foi elaborada a construção do Boletim Informativo Articulação Vazanteiros em Movimento, publicado em julho de 2019. Participaram dessa oficina as comunidades: Quilombolas e Vazanteiros de Primavera, Quilombolas e Vazanteiros de Espinho, Quilombolas e Vazanteiros da Lapinha, Quilombolas e Vazanteiros de Praia, Vazanteiros de Pau Preto, Vazanteiros da Ilha

do Retiro, Vazanteiros da Ilha da Barra, Vazanteiros da Ilha da Maria Preta, Vazanteiros da Ilha da Malhadinha, Vazanteiros da Ilha da Ingazeira, Vazanteiros da Manga Velha, Vazanteiros de Itacarambi, Vazanteiros de Bebedouro e os Vazanteiros de Pau de Léguas.

O boletim informativo possibilitou o automapeamento das comunidades vazanteiras e quilombolas localizadas nas proximidades do rio São Francisco entre os municípios de Pedras de Maria da Cruz e a foz do rio Verde Grande, abordando a história de luta e resistência desses povos e sua organização em movimentos sociais. Suas identidades são construídas pela apropriação material e simbólica do território vazanteiros, sob um regime agrário, coletivo e familiar que tem como arcabouço um conjunto de regras e valores consuetudinários. Esse conjunto de regras e valores, por sua vez, incluem diferentes formas de apropriação dos recursos naturais que são incluídos e respaldados pela categoria jurídica das chamadas “terras tradicionalmente ocupadas” em conformidade com o Decreto Nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007.

O regime agrário dos vazanteiros é marcado pela centralidade do rio São Francisco na cosmovisão e na territorialidade, que se traduzem na relação que estes povos mantêm com a natureza e na sua forma de organização social, patente por um sistema de regras sociais e de comportamento baseados em normas de caráter consensual e de costumes.

A segunda etapa ocorreu nos dias 03 e 04 de maio de 2018, na Ilha de Pau de Léguas, cujo objetivo foi validar o mapa social, produzido a partir do croqui e da captação dos pontos e limites territoriais, realizados por representantes da comunidade vazanteira, ao longo de três semanas. E, por fim, a terceira etapa que ocorreu no dia 09 de agosto de 2019 momento no qual, houve a entrega dos fascículos para a comunidade em uma reunião ocorrida na câmara dos vereadores de Matias Cardoso. Confira FIG.8.

Figura 8 - Fascículo 10 - Comunidade Tradicional Vazanteira de Pau de Légua



Fonte: PNCSA, 2019

O fascículo da comunidade de Pau de Légua começou a ser elaborado na primeira etapa de trabalho de campo, a partir das oficinas propostas pelo PCSDS, que foi sistematizado nas oficinas intituladas: “Memória, fotografia e cartografia”. Os relatos foram registrados por gravador de voz e posteriormente transcritos e organizados em temáticas, alguns dos relatos utilizados nessa tese, foram retirados do fascículo e dos arquivos do PCSDS, além de dados coletados pelo autor.

A primeira oficina objetivou o acionamento da memória da comunidade possibilitando a compreensão de suas histórias de vida, a percepção do território tradicional, os conflitos e, por fim, suas reivindicações. Estas permitiram elaborar a narrativa e a cronologia dos tempos

vivididos pela comunidade, organizando-as em temporalidades: Tempo de Liberto; Tempo das Cheias; Tempo de Encurralamento e o Tempo de Retorno ao Território.

O Tempo de Liberto foi descrito pela comunidade, como uma temporalidade de fartura, de liberdade e paz. Essa temporalidade foi manifestada sobretudo pelos mais velhos, detentores das lembranças, do tempo pretérito, como pode ser observado pelos relatos dos moradores, a exemplo a fala do Zé Roque:

Quando eu era criança, que aqui era liberado a gente criava de tudo. Criava porco solto, criava cabra. Meu pai tinha até gado. Você ia para a lagoa pescar. Pois, quando o rio dava enchente, num dava nada. Ai você ia pra lagoa... num fazia falta. Era liberto porque você podia ficar à vontade, né?" (Relato do morador José Roque, concedido a equipe de pesquisa do PCSDS, disponível no FASCÍCULO N° 10, p. 02).

A descrição evidencia que o lugar era vivido sem as privações da circulação territorial, com liberdade para acessar integralmente o território, ou seja, a terra e o local dos recursos naturais. Para a comunidade, a terra produzia fartura para ser usufruída pelo povo, como afirma dona Júlia Francisca, ao relembrar, de maneira bucólica, o tempo de infância:

Naquele tempo tinha muita fartura de fruta do mato, muita coisa mesmo. Além dos vapores que cortava esse rio de cima a baixo. Coisa bonita só você vendo... (Relato da dona Júlia Francisca dos Santos, concedido a equipe do PCSDS, disponível no FASCÍCULO N° 10, p. 02).

O vapor, apontado pela moradora, eram as embarcações movidas a lenha que cruzavam o rio São Francisco de Pirapora-MG a Juazeiro-BA, esse período se estendeu entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX. A fartura provinha das matas nativas e do plantio nas vazantes, assim o Tempo de Liberto se misturava nas suas narrativas ao Tempo das Cheias, da colheita e da riqueza que provia da terra. Uma grande parte dos moradores da comunidade criava gado, porcos, galinhas e utilizavam as lagoas marginais para a pesca, devido a grande abundância de peixes e do ciclo das cheias que, de acordo com seus relatos, eram mais intensos. Para Seu Natalino essa fartura vinha da terra, das matas e das águas, o território era o abrigo, o refúgio que permitia a sobrevivência em meio às intempéries.

A vida do pessoal aqui era as hortas e as rocinhas que plantavam na vazante. Isso aqui era as hortas: canteiros de alho e cebola. Era a sobrevivência dentro da seca. Nas águas plantávamos as roças. Era o seguinte, nas bordas dos sangradouros era plantadas as roças. Roça de lá e roça de cá. A água corria livre. Era o peixe alimentando do milho, do feijão... a gente plantava, era lugar de plantar, plantava... (Relato do vazanteiro Natalino, concedido a equipe de pesquisa do PCSDS, disponível no FASCÍCULO N° 10, p. 06).

O sistema de plantio nas vazantes sãofranciscanas orienta-se pelos ciclos das águas do rio, na medida em que vão baixando seus níveis, os solos encharcados e cheios de matéria orgânica vão perdendo gradativamente a umidade possibilitando uma diversidade de plantios. As ilhas possuem uma unidade paisagística que pode ser subdividida a partir do manejo agrícola e cultural dos vazanteiros em complexos: a ilha (várzea): sangrador, baixão, vazante, lameiro e terras altas; o complexo Terra-firme subdividido em: margem, barranco, lagoas criadeiras, cerrado ou caatinga; e o complexo rio, responsável por conectar as unidades da paisagem e propiciar as condições satisfatórias para a manutenção do sistema produtivo e agroalimentar que, em conjunto, formam uma unidade básica territorial para esses povos (OLIVEIRA, 2005).

Como os vazanteiros da Ilha de Pau de Légua, em decorrência da expropriação territorial, estão cerceados em acessar todo o território, eles utilizam basicamente três agrossistemas para a produção alimentar, sendo eles: o Lameiro, o Baixão e Terras Altas. O Lameiro são as áreas marginais de boa fertilidade, com solos renovados a cada período de cheia, ocorrendo entre os meses de dezembro a março. Torna-se, deste modo, um local por excelência para o manejo de um sistema consorciado onde se cultiva variedades como abóbora, melancia, batata doce, quiabo, hortaliças e principalmente o feijão e milho. O plantio no lameiro é realizado à medida em que vai diminuindo o nível das águas do rio, período conhecido como vazante. Devido à dificuldade em se prever a variação da amplitude das águas do rio São Francisco durante a estação chuvosa, é comum a perda de lavouras neste agroambiente em função da baixa topografia e a susceptibilidade de inundação.

O segundo agrossistema Baixão, são áreas relativamente deprimidas no interior da ilha e inundáveis periodicamente durante as cheias, fato que explica a fertilidade dessas áreas devido a carga de sedimentos orgânicos deixadas pelas águas fluviais. No período da vazante e início da estiagem, formam pequenas lagoas (algumas inclusive perenes) onde ocorre a reprodução dos peixes. Geralmente são cultivados, nos baixões, diferentes tipos de feijão, milho, quiabo, amendoim, pimenta, abóbora, melancia, hortaliças, batata doce, mandioca, andu, entre outros. O plantio ocorre a partir do mês de outubro, quando se inicia as primeiras chuvas na região.

O terceiro agrossistema utilizado pela comunidade são as chamadas Terras Altas. Este se constitui em as áreas mais elevadas do território que e podem ser inundadas em cheias excepcionais. A maior parte dessas áreas foi expropriada pela criação do Parque da Mata Seca, geralmente lugares onde foram construídas, no passado, as moradias e a maior parte das benfeitorias. Nesse agroambiente é comum o plantio de espécies frutíferas perenes como:

mangueiras, cajazeira, goiabeira, amoreira, bananeira, laranjeira, limoeiro, além de mandioca e milho.

O sistema de produção dos vazanteiros é dependente da interrelação desses agrossistemas. Distingui-los não é uma tarefa tão simples para aqueles que não vivem nas “terras de vazante” (os de fora), contudo, para os vazanteiros essas diferentes unidades paisagísticas são inteligíveis e de fácil compreensão, pois é o *loci* de sua reprodução social e cultural.

A comunidade vazanteira Pau de Léguas tem na agricultura a principal atividade como fonte de renda e sustento. A produção agrícola é do tipo tradicional, com forte dependência do ciclo natural das águas, com uso de técnicas tradicionais de pouco impacto ambiental. As sementes utilizadas geralmente são trocadas pelos comunitários que dão preferência às sementes crioulas, como pode ser compreendido em uma conversa com o Seu Natalino, sobre o sistema produtivo, sobre as técnicas de plantio e a relação com outras comunidades vazanteiras do entorno:

Eu saio lá se ainda não tiver minha semente, sempre tem, eles me fornecem [vazanteiros de outras comunidades] se eles não tiverem aqui eu também forneço eles pra cá... a única semente que eu não troco com vazanteiros, que eu não adoto é a semente transgênica. Eu só vou mais pra essa semente crioula. Somente mais pra essas sementes crioulas! Agora, a semente transgênica pra mim, se levar pra mim ela vai ficar por lá. A questão de veneno, também já não adoto, queimar também eu não adoto, eu joga no solo e já deixo, então vou mais pra agroecologia, porque a gente aflora né! (Relato do Sr. Natalino, cedido a equipe do PCSDS, durante entrevista com o autor no dia 18 de janeiro de 2018).

Organizações não governamentais, de caráter ambientalista, voltadas para a valorização da (agro)biodiversidade como o CAA/NM, vem desenvolvendo junto às comunidades vazanteiras, um trabalho educativo quanto a formação agroecológica, orientando esses povos sobre as práticas de manejo dos solos e métodos alternativos de controle de pragas sem o uso de agrotóxicos. Essa postura vai de encontro a lógica produtivista oriunda da Revolução Verde que está na contramão da sustentabilidade e que por décadas provocou mudanças no manejo agrícola de comunidades camponesas nortemineiras.

Outras iniciativas também foram realizadas na região com as comunidades ribeirinhas a partir da atuação da Cáritas²², CPT²³, pelo Colégio Agrícola de Januária (em 2002 passou a ser um CEFET), por meio do projeto “Pé na Caminhada” que atuava com práticas agrícolas sustentáveis em comunidades vazanteiras nos municípios de Pedras de Maria da Cruz, Januária e Itacarambi, em meados da década de 1990. Posteriormente essa instituição foi transformada no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG (no ano de 2008), dando prosseguimento a algumas das atividades com comunidades ribeirinhas, tal como o projeto de extensão, juntamente com alunos do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, intitulado como “Agroecologia Vazanteira: (Re)construindo Saberes”. Este projeto de extensão, do qual fui o coordenador, objetivou a troca de experiências e saberes agroecológicos com os vazanteiros da comunidade da Ilha do Jenipapo, localizada no município de Itacarambi, nos anos de 2011 e 2012.

Com relação as vazantes, elas possuem ainda uma dimensão mística para a comunidade de Pau de Légua, repleta de signos e lugares encantados, compondo a cosmovisão desses povos. Dona Joselice, mais conhecida como Nica, fala sobre essa dimensão cosmológica:

Era o encantado da água: a gente via eles brincando aí. Os caboclinhos do rio é bem mais escuro e os daqui [lagoa] é bem mais avermelhado. Eles só brincavam e se mostravam para nós correr. Pai falava que agradava ele com cachaça e fumo. Falava que era para eles acostumarem com a gente e não pegar a gente. Porque eles pegam e puxam e leva para a água quando eles implicam. Os do rio se eles implicarem com a gente que mora na beira do rio, eles cavam por baixo e levam a casa! (Relato da dona Joselice, concedido a equipe do PCSDS, disponível no FASCÍCULO N° 10, p. 7).

²² A Cáritas é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, organizada em uma rede com 183 entidades-membros, 12 regionais – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Norte II (Amapá e Pará), Maranhão, Piauí, Ceará, Nordeste II (Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte) e Nordeste III (Bahia e Sergipe) – e uma sede nacional. Atua em 450 municípios, sendo presença solidária junto às pessoas mais empobrecidas. No fomento às iniciativas de Economia Solidária, Segurança Alimentar e Nutricional, Fundos Solidários, envolvendo jovens, mulheres, catadores(as) de materiais recicláveis, pequenos(as) agricultores(as), acampados(as) e assentados(as) de reforma agrária, ribeirinhos, quilombolas e indígenas, comunidades em situação de riscos e afetadas por desastres socioambientais. Dá suporte em ações locais, comunitárias e territoriais, buscando a construção de um desenvolvimento local, solidário e sustentável. <http://mg.caritas.org.br.s174889.gridserver.com/solidariedade/>.

²³ A Comissão Pastoral da Terra – CPT surgiu no ano em 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela CNBB, realizado em Goiânia-GO. Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam. E expandiu-se para outras regiões do Brasil e tem presença marcante no Norte de Minas Gerais onde atua junto as comunidades camponesas com a luta pelo acesso a água, direitos humanos, territoriais, diversidade de identidades camponesas entre outros. <https://www.cptnacional.org.br/quem-somos/-historico>

A apropriação do território pela comunidade se faz pela via material, mais concreta e funcional e também pela dimensão simbólica que é subjetiva e cultural, ou seja, se constitui pelo imaginário e pela identidade cultural da comunidade. Nessa perspectiva, uma lagoa pode deixar de ser somente um acidente geográfico ou local de reprodução de peixes, para ganhar outro significado que incorpora os elementos existentes na cosmovisão. No território da comunidade existem várias lagoas que dentro do sistema produtivo são importantes por manter a umidade nas áreas de plantio. A medida que a água vai baixando seu nível, as bordas são cultivadas com diferentes tipos de plantios, entretanto, as lagoas apresentam também uma dimensão simbólica/ mística, como é relatado por Zé Roque:

Essa lagoa chama Lavagem é porque antigamente o pessoal falava: nós vamos pescar e nós vamos chegar cedinho para chegar na lagoa e pegar a lavagem dos peixes. É porque era tanto peixe e ficava lavando e lavando [devido a fartura da pesca]... ai o pessoal falava que ia pegar o peixe na lavagem. [...] essa lagoa da Lavagem, praticamente era encantada. Se chegasse uma pessoa estranha e conversasse, de quietinha ela começava a virar (Relato do Sr. José Roque, concedido a equipe do PCSDS, disponível no FASCÍCULO N° 10, p. 7).

Dentro da cosmovisão da comunidade, a lagoa possuía um caráter místico por possibilitar a pesca para os nativos, por fornecer alimento e, ao mesmo tempo repelir “os de fora”. Além da agricultura a comunidade tem a pesca como atividade importante para a alimentação das famílias, realizada de modo artesanal. Atualmente as embarcações usadas são movidas a motores a diesel, chamados de rabetas e as redes e tarrafas tecidas com *nylon*, mas como descreve O Sr. Joaquim Tobias, no passado o processo era todo artesanal e com materiais e recursos do lugar, sendo as embarcações eram feitas pela própria comunidade:

Antigamente os avós ensinava os filhos. Tinha as curiosidades. Porque vem eu e faço um barco desse e vem meu filho querer fazer um melhor do que eu, mais bonito. E daí se vai. Eu mesmo aprendi com meus avós. [...] quando nós chegar a morrer vai ficar nosso filhos, vai ficar nossos filhos, nossos netos e tataranetos, seja lá quem for que vier. Eles falarão assim: foi vô que deixou. Não vamos cortar não porque isso daqui é uma relíquia (Relato do Sr. Joaquim Tobias, concedido a equipe do PCSDS, disponível no FASCÍCULO N° 10, p. 8)

A comunidade dispõe basicamente de dois tipos de embarcações, a canoa feita de madeira maciça, com uma única peça, geralmente utilizando uma árvore conhecida como rosqueira (*Chloroleucon tortum*) para sua produção e o barco feito com uma armada de tábuas. O processo de construção de ambas é repassado de uma geração para a outra, assim como as técnicas de pesca e a navegação no rio. As embarcações são o principal meio de locomoção da comunidade no deslocamento pendular ou sazonal para a ilha. Contudo, nem sempre foi assim,

pois a comunidade tinha acesso ao território por um estrada, posteriormente interrompida pela criação do Parque da Mata Seca, restringindo, portanto, o deslocamento, impedindo o tráfego da comunidade por essa via, como observa o Seu Dió:

[O território] era dos nossos ancestrais, das famílias que moravam ali e da gente, a gente “tava” querendo é o nosso direito de ir e vir. Não temos estradas, não temos luz, e ainda não temos saneamento básico, não tem como sobreviver lá porque nós não temos acesso, por isso nós moramos em Matias [alguns vazanteiros residem temporariamente em Manga] porque não tem jeito de ficar lá no local [ilha], porque quando a gente vai pra lá se uma pessoa adoecer, igual agora no mês de julho que eu caí lá, foi um tombo de uma altura de quatro metros e meio, bati com a cabeça no chão e eu fiquei em ‘coma’ daí pra sair pra cá [Matias Cardoso] teve que sair no barco e se tivesse de morrer eu tinha morrido. Socorreu “rapidinho” [ironia], vinte e quatro horas desacordado enquanto podia ter chamado um Samu [Serviço de atendimento móvel de urgência] de Manga pra ir lá, porque tem estrada, mas eles não deixam a gente “num” ter acesso a estrada pra ir lá. E a nossa luta é pra isso pra que esse convívio nosso do passado de poder ir e vir, que é onde tinha uma estrada que ia pra Manga. E a gente hoje, não tem esse acesso lá, aí pra nós poder ir lá agora é só pelo rio. Nós temos que arrumar uma licença, uma autorização pra poder abrir a cancela pra poder passar [na estrada]. Nós vivemos ali [ilha] encurralados pelo Estado (Relato do Sr. Dioclécio, em entrevista a equipe do PCSDS, durante entrevista com o autor no dia 18 de janeiro de 2018).

A restrição de acesso ao território impõe limites ao movimento pendular dos moradores. É salutar ressaltar que um dos efeitos da expropriação territorial refletiu significativamente no aumento dos deslocamentos pendulares da comunidade, uma vez que, o local de residência não era mais situado no território. Contudo, esse continuava sendo o local da produção agrícola.

A religiosidade da comunidade vazanteira, em maior parte, se faz presente pela tradição católica das festas do Divino e atividades paroquiais da Igreja de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, sendo essa a igreja a mais antiga do Estado de Minas Gerais, erguida, aproximadamente, entre 1670 e 1695. Um dos marcos territoriais da comunidade de Pau de Léguas é o chamado Morro da Santa, uma colina constituída por um afloramento de calcário, na qual encontra-se uma gruta, onde os moradores narram experiências religiosas e a visão de uma Santa, como é relatado pelo Zé Roque:

Foi assim... Apareceu uma Santa no morro. Era Nossa Senhora Aparecida. Apareceu lá... Aí o povo pegou a fé! A gente passava, chegava, cumprimentava e descia. Era negra, morena, espécie de pedra mesmo. Mas era viva assim... você olhava via que era. [...] ai ela desapareceu. Mas como ela não ficou e não quis ficar [o povo] mandou fazer um oratoriozinho todo de azulejo, pôs vidro e a Nossa Senhora do Carmo dentro [...] você pagava promessa com ela, rezava, pegava a água, vinha, rezava, punha nos pés, derramava água ao redor, aqui. Oxi! De repente o sol começava a nublar, era simpatia para chover. Ia pegar na lagoa a água, de repente nublava tudo, daí a pouco chovia... (Relato do Sr. José Roque, concedido a equipe do PCSDS, disponível no FASCÍCULO N° 10, p. 8 e 12).

Esse lugar de peregrinação encontra-se dentro dos limites do Parque Estadual da Mata Seca, restringindo a entrada dos moradores e, para eles, caracterizando desprezo com a religiosidade da comunidade.

O Tempo de Liberto e das Enchentes são rememorados como sendo um tempo de muito trabalho, de aprendizado, da fatura das lavouras, do alimento e dos peixes. O território era vivido por completo, os recursos naturais podiam ser acessados por qualquer morador, nele existia uma abundância de água, terras para cultivo, plantas, frutas, lenha, madeira entre outros recursos essenciais para a reprodução do modo de vida vazanteiro. Sua composição se consolidava pela conexão entre os elementos materiais e imateriais resultantes do trabalho diário na vazante e da cosmovisão destes povos. No entanto, ao longo da década de 1970, o espaço geográfico Norte Mineiro experimentava a modernização conservadora, uma mudança profunda no regime agrário, que colocou uma elite regional como privilegiada no processo de acesso às terras. Esse período foi denominado, pela comunidade de Pau de Léguas, de Tempo de Encurralamento, marcado pelas expropriações territoriais, como narra Zé Roque:

[...] de uma hora pra outra chegou o gerente com o trator. O tratorista perguntou: onde quer que eu passe? E saiu desmanchando tudo, passou por cima das casas. Prometia bater na gente. Trazia gente de fora. Era carrasco. O filho [do fazendeiro] atirava nos pescadores. Graças a Deus nunca acertou ninguém [...] uns foram para Lapa [Bom Jesus da Lapa-BA], outros foram pra Manga. A maioria foi pra Manga, outros foram para Rancharia, São Bernardo e pra Matias Cardoso. Foi muita tristeza... era um movimento de barco. Quando amanhecia só via o povão atravessando [...] ele o fazendeiro falou que eu ia ficar pra trabalhar com ele, mas me tirou da minha casa e pôs em outra, só pra 'mim' não ter direito. Minha casa era bem lá embaixo, mas ele me tirou e pôs lá na divisa do terreno. De lá, ele me 'tirou' e tornou pôr mais em cima, em outra casa (Relato do Sr. José Roque, concedido a equipe do PCSDS, disponível no FASCÍCULO N° 10, p. 13).

O processo de expulsão do território ocorreu de forma violenta e súbita, uma vez que as famílias não tiveram tempo de retirar todos os pertences de dentro das suas casas e quintais. A saída foi narrada como um momento triste e impactante, pois além da perda do lugar de moradia, ocorreu ao mesmo tempo a perda do lugar de produção agrícola. A comunidade só retornaria a Pau de Léguas alguns anos depois e ficaram surpresos com o que restou das suas casas, reduzidas a escombros. Para os vazanteiros, o mais impactante foi perceber que o cemitério onde seus ancestrais foram sepultados não fora poupado. Seu Dió descreve o retorno ao território, após um hiato temporal, da seguinte maneira:

Eu e Natalino estávamos juntos, nós andamos olhando as casas das pessoas que moraram lá, a gente saiu no rumo, caçando a casa: aqui tem uma! aqui tem outra! ali tem outra, né! A única coisa que nós não achamos lá foi o cemitério porque, lá foi devastado tudo, tudo. O fazendeiro passou o trator e acabou com tudo! (Relato do Sr.

Dioclécio, em entrevista a equipe do PCSDS, durante entrevista com o autor, no dia 18 de janeiro de 2018).

O retorno ao território só foi permitido pelo fazendeiro devido a necessidade de mão-de-obra para a realização de determinados trabalhos, o que ocorria dentro de uma relação de exploração pois, para o fazendeiro, o fato de permitir a presença dos vazanteiros “nas suas terras” já era um bom pagamento pelos serviços prestados. Seu Natalino descreve esse momento apontando:

A gente voltou aos poucos... para plantar na vazante... o fazendeiro abriu espaço porque o gado dele às vezes atolava e a gente ia lá e socorria [...] começamos plantando e voltamos onde as casas tinham sido derrubadas. Onde as famílias tinham sido expulsas. Retiradas dali a gritos pelo fazendeiro que derrubou as casas (Relato do Sr. Natalino, concedido a equipe do PCSDS, disponível no FASCÍCULO N° 10, p. 13).

Aos poucos as famílias foram retornando ao território e ao final da década de 1980 já eram bem numerosas. Reconstruíram suas casas e seus quintais e roçados, estavam certos que conseguiriam reconstruir a comunidade como nos tempos de Liberto e das Enchentes. Entretanto, o cenário político-econômico do Brasil na década de 1980 foi marcado por uma grave crise econômica, pela redemocratização do país após vinte e um anos de ditadura militar, o modelo agrícola adotado no Norte de Minas se tornou inviável. Sem os subsídios governamentais e volumosos recursos que as financiavam, empresas rurais e as fazendas entraram em declínio, muito embora é sabido que nem todo o recurso financeiro recebido era aplicado, por parte dos fazendeiros, na propriedade rural.

Depois de algumas décadas surgiram os primeiros impactos ambientais decorrentes da criação extensiva de gado e a certeza do abandono das terras devido a sua improdutividade, numa perspectiva, na qual, a não produção na terra não se deve à ausência de fertilidade do solo, mas sim ao modelo produtivo adotado. A solução para o fazendeiro foi vender as terras para o Estado como uma solução econômica e não devido à preocupação dos impactos ambientais. Seu Natalino observa como esse processo de venda ocorreu, após anos que eles haviam retornado a algumas partes do território:

A gente preservou e depois que o fazendeiro viu que a comunidade estava aumentando, ele vendeu pro Estado. Aí veio essa guerra agora... essa luta contra o Parque [Mata Seca] então eu comecei a procurar eles e perguntava por que estão criando o Parque? E as famílias? Não estavam considerando as famílias que estavam aqui dentro... eles diziam que aqui não tinha ninguém, eu respondia que aqui tem gente! [...] eu disse para eles que o Estado comprou sem consultoria pública, mas o gerente do parque falava que aqui não tinha ninguém... eu falava que nossas famílias estavam aqui e eles começaram com essa confusão acirrada [...] estamos nessa luta pelo território já tem um bom tempo, pelejando (Relato do Sr. Natalino, concedido a equipe do PCSDS, disponível no FASCÍCULO N° 10, p. 14).

O Estado de Minas Gerais, exercendo um papel paradoxal, comprou as áreas que compreendiam a maior parte do território original da comunidade vazanteira, incorporando faixas de “terras da marinha” pertencentes à União outrora ocupadas ilegalmente pela fazenda. O território passa então do controle do privado para o controle do Estado, este, por sua vez, estabelece como área de proteção integral, o Parque Estadual da Mata Seca. Dessa forma, o processo de expropriação territorial da comunidade vazanteira foi reiniciado, sendo restringida pelo órgão gestor o Instituto Estadual de Florestas – IEF, ou seja, pelo Estado que deveria assegurar o direito constitucional desses povos.

Com a possibilidade de perder novamente o território, a comunidade se organizou, no final da década de 1990, em movimentos sociais para reivindicar os seus direitos, que aos poucos, mesmo que lentamente, estão em processo de reconhecimento. Durante a escrita dessa tese, o Ministério Público Federal recomendou ao Secretário de Patrimônio da União - SPU, a proceder com a demarcação das linhas médias de enchentes ordinárias – LMEO, no curso do rio São Francisco (áreas da marinha), nos termos do plano nacional de caracterização, incluindo diversos municípios de Minas Gerais, dentre eles, Matias Cardoso e Manga. A recomendação gira em torno de realizar o cadastramento no SIAPA - Sistema Integrado de Administração Patrimonial, com a criação de correspondente RIP (Registro de Imóvel Patrimonial), conforme previsto no art. 2º, inciso I, da Portaria SPU nº 89/2010, dos imóveis da União, objeto de ocupação tradicional por comunidades tradicionais de pescadores, vazanteiros e quilombolas; e solicita celeridade dos procedimentos administrativos necessários à outorga de Termo de Autorização de Uso Sustentável dos terrenos marginais, em favor das comunidades tradicionais, cujos territórios localizam-se em áreas de domínio da União, dentre elas inclui-se, portanto, o território de Pau de Léguas.

Todavia, outros desdobramentos aconteceram nesse mesmo período no Norte de Minas Gerais, que vão à contramão da garantia dos direitos dos povos e comunidades tradicionais sãofranciscanas. As audiências públicas, que haviam sido marcadas para a regularização das áreas de LMEO, foram canceladas pela SPU, em última hora, no mês de dezembro de 2018. A SPU justificou os cancelamentos alegando acatar os argumentos de um mandado de segurança impetrado por fazendeiros, mesmo não havendo nenhuma liminar deferida a favor destes. Acrescentando, ainda, a necessidade de aguardar o momento de transição entre governos, _ devido ao último pleito, ocorrido em outubro de 2018.

Nesse contexto histórico de resistência, a Comunidade Vazanteira de Pau de Léguas expôs algumas das suas reivindicações apontadas no quadro 8, a seguir:

Quadro 8 - Reivindicações da Comunidade Vazanteira de Pau de Léguas

Regularização fundiária do Território Vazanteiro; Termo de compromisso entre o IEF e a comunidade para o direito de uso e manejo territorial; Direito da comunidade ao uso e manejo de lagoas; Investimento e assistência técnica para incentivo e aumento da produção; Abastecimento de água para os moradores da comunidade pela companhia de saneamento local (COPASA); Implantação, transmissão e instalação de energia elétrica para todos os moradores da Comunidade pela Companhia de Energia Elétrica local (CEMIG); Reforma e liberação da estrada que liga a comunidade ao município de Manga.
--

Fonte: Boletim Nº 10, abril de 2019, p. 16.

De maneira sintética, as reivindicações apontadas no quadro 8 estão relacionadas ao reconhecimento do território por parte do Estado, ao direito de ir e vir dentro do território e busca de melhorias na infraestrutura que viabilize para a comunidade o desenvolvimento de suas atividades agrícolas com maior eficiência.

4.2.1 - A construção do mapa social da comunidade Vazanteira de Pau de Léguas

Após as oficinas de memória e fotografia, a comunidade participou da oficina de cartografia, em conformidade com a perspectiva do PNCSA. Inicialmente foi apresentado pela equipe de pesquisa o contexto histórico do surgimento da cartografia, dos primeiros mapas e sua importância ao longo do processo de desenvolvimento histórico. A comunidade teve acesso a diferentes tipos de mapas, cartas e croquis, assim como puderam observar alguns fascículos e boletins produzidos pelo PNCSA. Foi abordada nas oficinas, a diferença entre os croquis e os mapas, apontando os elementos que os diferenciam e os que são essenciais para a construção técnica de um mapa como: escala, legenda, título, coordenadas, entre outros. Ao final, discorreu-se sobre as principais características existentes entre a cartografia tradicional, as cartografias sociais e as cartografias próprias além de elucidar a proposta do PNCSA para então, seguir com o segundo momento da oficina, que foi o treinamento de um grupo de vazanteiros para o manuseio do GPS. Na figura 9 estão dispostas algumas imagens de oficinas e pesquisa de campo na comunidade.

Figura 9 - Pesquisa de campo na comunidade vazanteira de Pau de Léguas



Fonte: Arquivos do autor, 2018-2019

O Projeto da Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) considera de fundamental importância que a comunidade saiba utilizar o GPS, para que os próprios moradores sejam capazes de, ao percorrer o campo, marcar pontos com vistas a mapear seu território, usando como referência o croqui produzido em conjunto durante a oficina. Nele são apontados os elementos materiais e imateriais, as territorialidades, limites e conflitos, que posteriormente são georreferenciados. A legenda que vai compor o mapa social é ilustrada com ícones, desenhados durante a oficina de memória, representando o modo de vida da comunidade, os lugares e o próprio território, como pode ser observado a seguir na figura 10.

Figura 10 - Croqui produzido pela Comunidade Vazanteira de Pau de Légua



Fonte: Acervo do PCSDS, 2018.

Como o croqui não possui uma legenda, descrevo os elementos presentes conforme explicado pela comunidade. A faixa azul, localizada na parte inferior da imagem, representa o rio São Francisco, que vem em primeiro plano, denotando a sua importância para o modo de vida vazanteiro. O rio é uma territorialidade da comunidade, a “estrada” do vazanteiro, além disso, ele tem uma função ecológica imprescindível, pois é o responsável pela fertilização dos solos durante o período das cheias, ao lançar sedimentos e nutrientes que contribuem para a formação dos solos aluviais. O rio mantém a dinâmica sazonal de abastecimento das lagoas marginais, local de reprodução e berçário de diversos tipos de peixes que fazem parte da dieta alimentar desses povos.

As lagoas estão indicadas no croqui como figuras circulares, um pouco abauladas, com desenhos de peixes em seus interiores. As figuras geométricas em cor escura no rio são as redes de pesca, um detalhe importante é que elas foram colocadas em lugares que não representam fielmente o melhor ponto de pesca, isso foi pensado como estratégia para não indicar a localização exata dos pesqueiros, evitando que pessoas externas à comunidade obtenham essas informações, uma vez que estarão apontados no mapa social.

A maioria das casas localiza-se nas margens do rio e algumas no interior do território, onde pode ser observado outros elementos como duas estradas, um carro e uma figura humana.

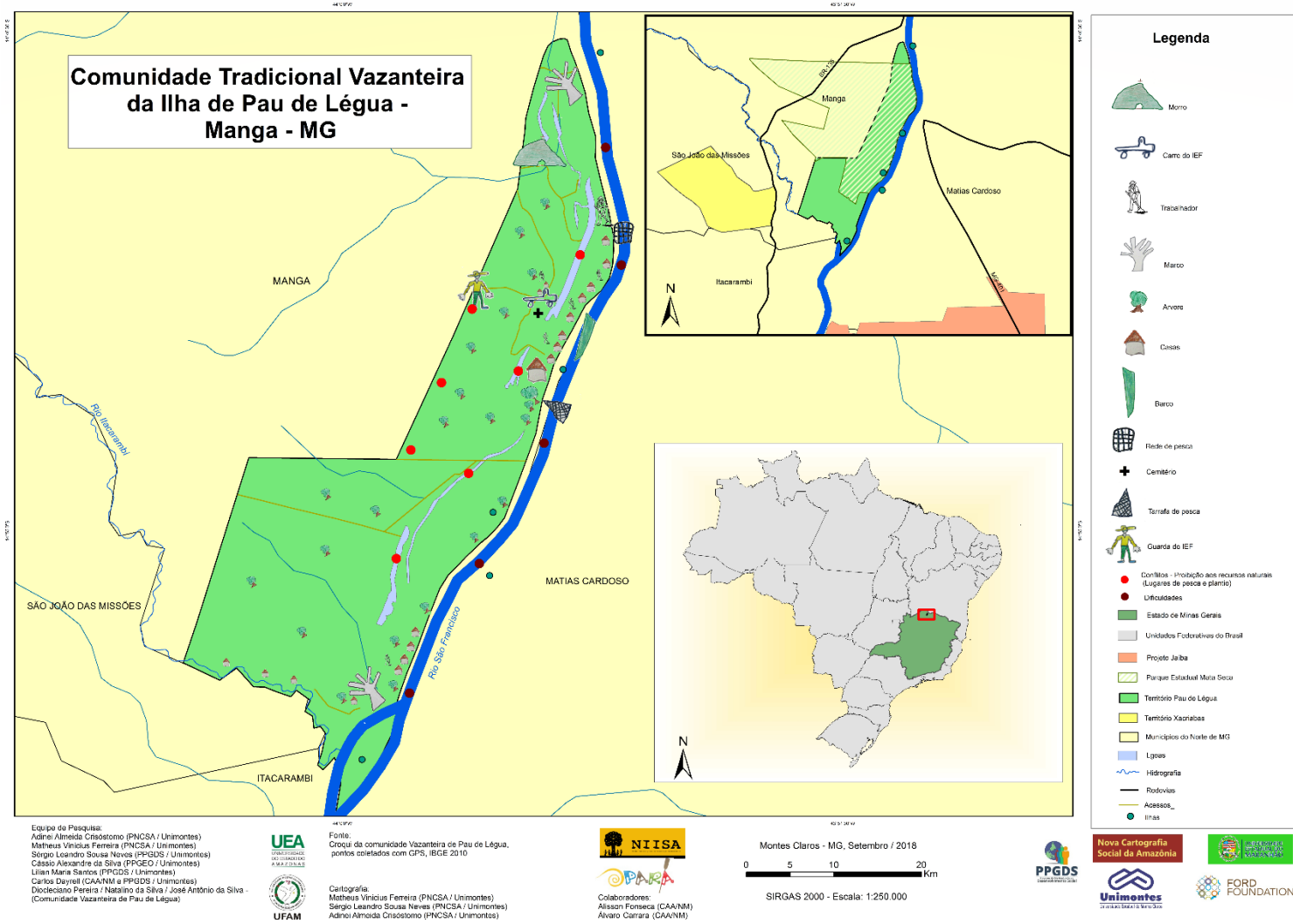
Esses elementos dizem respeito à presença do órgão gestor IEF no território vazanteiro, ocasionando conflitos socioambientais desde a implantação do Parque da Mata Seca.

Os conflitos são representados por pontos na cor vermelha e estão distribuídos às margens do rio e em outros locais. As duas figuras que estão em lados opostos no croqui, que são árvores sem a copa, representam os marcos históricos conhecidos como “pau”, estes marcam a distância de uma légua da cidade. Na parte superior do croqui, está localizada uma grande cerca de arame farpado, que corta e fragmenta o território, impedindo que a comunidade tenha acesso ao seu interior e às lagoas localizadas na *hinterland*. O ícone simbolizado pela cruz representa o morro da Santa, sendo essa uma das principais referências geográficas do território.

O croqui construído pela comunidade vazanteira, no que tange ao seu ângulo de visão espacial, se apresentou de maneira diferente em relação ao das comunidades quilombola e geraizeiras pesquisadas. Isso evidencia as distintas percepções dos territórios entre elas. Estas percepções, a partir do ângulo de visão que se tem dos seus territórios, serão apresentadas e discutidas no item 4.4.

Em posse do croqui produzido a partir do conhecimento cartográfico e da memória, representantes da comunidade vazanteira foram a campo georreferenciar as informações apontadas nessa representação cartográfica, e, após algumas semanas, foram repassados à equipe de cartografia do Projeto Brasil Central para a confecção do mapa social (FIG. 11).

Figura 11 - Mapa Social da Comunidade Tradicional Vazanteira de Pau de Légua



Fonte: Acervo do PCSDS, 2018.

O Mapa Social da comunidade, assim como os das demais comunidades, apresenta-se como situacional. A legenda destaca áreas de conflito com figura humana e o carro ressaltando a presença do órgão gestor IEF em locais de uso comunal da comunidade. Pode-se observar a sobreposição do Parque da Mata Seca sobre o território vazanteiro bem como as lagoas marginais no interior do mesmo. As casas estão localizadas próximas às margens do rio São Francisco, em locais susceptíveis a enchentes periódicas. A estreita faixa demonstra o processo de expropriação que a comunidade sofreu, inicialmente pelos fazendeiros (década de 1970) e posteriormente (década de 1990) pela criação da unidade de conservação integral.

4.2 - Comunidade Quilombola de Buriti do Meio

A comunidade Quilombola de Buriti do Meio, localiza-se à margem direita da porção média do rio São Francisco, no distrito de Vila do Morro, aproximadamente trinta quilômetros da cidade de São Francisco-MG, fazendo limite com o município de Luizlândia-MG. Conforme a classificação climática de Köppen-Geiger, a região está inserida numa faixa de clima tropical (AW), com inverno seco, apresentando estação chuvosa no verão (de novembro a abril), e nítida estação seca no inverno (de maio a outubro).

A comunidade de Buriti do Meio foi reconhecida pela fundação Palmares²⁴ como “Comunidade Remanescente de Quilombo” no ano de 2007, como o laudo antropológico e a demarcação do seu território ainda se arrastam, devido questões burocráticas e morosidade das políticas do Estado, não é possível dimensionar com precisão a sua área territorial.

O nome da comunidade está associado a sua localização mediana entre duas localidades, Buritizinho do Morro e Buriti Grande, sua fundação tem origem na chegada do ancestral Euzébio, que se fixou no atual território entre o final do século XIX e início do século XX, conforme relato dos moradores locais. Ele migrou de algum lugar da região que, Costa (2008) denominou de “Território Negro da Jahyba”, uma grande extensão de terras que abrigavam populações negras aquilombadas, que hoje recobre uma grande parte do que é a região norte do estado de Minas Gerais. Da união do ancestral com dona Manoela, tiveram oito filhos que deram origem aos principais troncos familiares que atualmente compõe a comunidade quilombola, conforme descrito por Rodrigues (2013):

²⁴ Fundação Cultural Palmares é um órgão vinculado ao Ministério da cultura, sendo este encarregado de reconhecer as comunidades remanescentes de quilombo.

[...] os filhos dessas famílias foram se casando primos com primos e formando novas famílias. Essas eram conhecidas pelos apelidos dos sobrenomes que eram divididos em oito, a família “Pereira dos Santos”, chamados de “Bois”; “Pereira do Rosário” e “Luiz de Souza”, chamados de Paú; “Ferreira Damião” eram chamados “Gavião”, “Francisco” eram chamados de “Macaco”; “Gonçalves”, “Silva” e “Oliveira” eram chamados de “Gago” (RODRIGUES, 2013, p. 27).

Até meados do século XX existia na comunidade em torno de trinta e sete famílias, atualmente esse número passa de duzentos e setenta. As casas são construídas atualmente com tijolos ou adobe e telhas de barro, estão dispersas em pequenos aglomerados e distribuídas por uma extensa área, que se interliga por estradas e caminhos. Uma grande parte das residências possui energia elétrica e abastecimento de água, porém o seu uso é racionalizado devido à escassez desse recurso na região, sendo comuns sistemas de captação de água pluvial. A comunidade conta com um posto de saúde, uma escola municipal, três núcleos de produção de artesanato e um centro comunitário.

Até o final da década de 1980, as comunidades negras rurais estavam inseridas em agendas e movimentos de resistência, dentro da categoria de trabalhadores rurais e após a promulgação da constituição de 1988 e seu Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, emergiu o termo comunidades “remanescentes de quilombos”, possibilitando movimentos e lutas mais pontuais para esses povos, no que condiz ao reconhecimento étnico e territorial. Em meados da década de 1990, as primeiras mobilizações das comunidades quilombolas começam a tomar forma, num período ainda marcado por incertezas e direcionamentos das políticas públicas.

A categoria “remanescentes de quilombos” é definida como grupos étnicos-raciais possuidores de uma trajetória histórica própria, com relações territoriais específicas, com presunção da ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica as quais foram submetidos. O autorreconhecimento identitário deve ser prerrogativa para o reconhecimento do grupo ou comunidade. Essa categoria social é relativamente recente, o termo jurídico foi criado na constituição de 1988, diferindo do termo quilombo até então utilizado como referência às comunidades negras rurais e terras de pretos, assumindo portanto um novo significado, não mais atrelado ao conceito de grupos formados por escravos fugidos, localizado em áreas ermas, estáticas e improdutivas. Embora o reconhecimento dos direitos dos remanescentes de quilombos ou quilombolas já estivessem presentes na Constituição Federal, somente em 2003 com o decreto Federal Nº 4.8878 é que foi regulamentado os procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas historicamente por esses grupos e ou comunidades (ALMEIDA, 2002).

As mudanças na legislação permitiram, portanto, o acionamento jurídico da identidade quilombola, logo, a comunidade de Buriti do Meio se organizou por meio de uma associação de moradores e posteriormente por movimentos sociais, para reivindicar seus direitos. A sede da associação se tornou um local de reafirmação cultural e disseminação dos saberes e da história desse povo. Nesse local são realizadas, com frequência, ações educativas para os jovens, difundidas através das danças, capoeira, música e artesanato.

4.2.1 – A Pesquisa de Campo na Comunidade de Buriti do Meio

A comunidade Quilombola de Buriti do Meio desenvolveu junto a equipe²⁵ do projeto Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central seu primeiro mapa social, que faz parte do fascículo n° 06 - janeiro de 2019 (FIG. 12)

Figura 12 - Fascículo da Comunidade Quilombola de Buriti do Meio



Fonte: PCSDS, 2019

²⁵ O Projeto Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central – PCSDS, na comunidade Quilombola de Buriti do Meio foi composta pelos pesquisadores: Andréa Maria Narciso Rocha de Paula (Coord.), Felisa Cançado Anaya (Coord.), Ana Paula Glinfskoi Thé, Rômulo soares Barbosa, Cássio Alexandre da Silva, Andréa Jakubaszko, Carlos Alberto Dayrell, Sérgio Leandro Sousa Neves, Adinei Almeida Crisóstomo, Ana Flávia Rosa de Araújo, Dayana Martins Silveira, Júlia Veloso dos Santos, Victória Pinho e Godinho, Maria Cecília Cordeiro Pires, Werônica Maria Brito, João Gildásio Veloso Meira, Lílian Maria Santos, Matheus Vinícius Ferreira, Igor Luan Silva, Igor Medeiros Rocha, Larissa Mendes e João Marcos Silva.

As etapas de construção do fascículo ocorreram em quatro momentos ao longo dos anos de 2017 e 2019. A primeira etapa ocorreu nos dias 16 e 17 de agosto de 2017, momento de aproximação e de apresentação do PNCSA à comunidade, estabelecendo as datas para a realização das oficinas. Percorremos diversos lugares na comunidade, visitando as casas das lideranças comunitárias e os núcleos de produção de artesanato. Ao deslocar por partes do território, pude perceber algumas características paisagísticas e biogeográficas que o compõem. A vegetação típica é o cerrado *stricto sensu*, intercalado com floresta decíduais e matas ciliares. Em áreas mais deprimidas, foi possível ver a presença das árvores que derivaram o nome da comunidade: Buritis (*Mauritia flexuosa*), dispostos numa área de vereda degradada, na qual, essas palmáceas são comumente presentes. A degradação das terras e das veredas pôde ser constatada em outras etapas do projeto, a partir de relatos dos moradores e de diagnóstico realizado por um dos membros da equipe de pesquisa do Brasil Central (FERREIRA, 2019), onde analisa a cobertura da terra na comunidade.

Ferreira (2019) produziu na comunidade um mapa temporal de uso e cobertura da terra, utilizando-se das geotecnologias, o que permitiu a identificação de um padrão de diminuição da vegetação nativa em função do aumento de pastagens e solo exposto, concluindo que tal fenômeno se deve à intensificação das atividades agropastoris das fazendas que existem no território histórico da comunidade quilombola.

A segunda etapa de pesquisa ocorreu nos dias 05, 06 e 07 de outubro de 2017. Nela foram realizadas oficinas com as temáticas, GPS & Mapas, Memória, Comunicação & Imagem (FIG. 13), como etapa preparatória para construção do croqui e do mapa social da comunidade, em conformidade com o PNCSA. Durante a abertura dos trabalhos a equipe foi recepcionada com uma roda de batuque e dança realizada pela comunidade, fato que se repetiu na entrega dos fascículos em agosto de 2019.

Figura 13 - Cartazes produzidos pela Oficina Memória, Comunicação e Imagem.



Fonte: Acervo do PCSDS, 2017.

A oficina de GPS & Mapas, foi dividida em duas etapas, uma teórica e outra prática. Inicialmente a equipe do PCSDS abordou sobre os usos dos mapas, e o contexto histórico da sistematização desse conhecimento diferenciando-os dos croquis. Pontuou a importância de relembrar o território da comunidade, desde as casas antigas, os lugares que percorriam, as áreas que coletavam alimentos, recursos naturais e as áreas que foram expropriadas. Foi abordado ainda, os conceitos de escala e dimensões, símbolos e legendas, que são essenciais para a construção dos mapas, exemplificando a aplicabilidade dos mapas situacionais e a importância de se reconhecer no território. No PNCSA, o protagonista do mapeamento é a própria comunidade, os mapas construídos são situacionais e constituem um recurso para registro da

diversidade das situações sociais. Mostram situações contingentes, concretas e reveladoras de um determinado momento, passível de alteração.

A oficina prática objetivou o treinamento e manuseio do GPS, todos os presentes tiveram a oportunidade de compreender o funcionamento, a aplicabilidade e as informações necessárias para captura de pontos e coordenadas geográficas, que seriam essenciais para o mapeamento do território. Após a oficina, a própria comunidade se organizou e selecionou um grupo que ficou responsável por percorrer, nas semanas que se seguiram, o território, a fim de representar os elementos materiais e imateriais contidos no croqui, que estava em processo de construção coletiva nesse momento (FIG. 14).

Figura 14 - Construção dos ícones e croqui na Comunidade Quilombola de Buriti do Meio



Fonte: Acervo PCSDS, 2017.

Ao longo de três semanas a equipe de campo da comunidade mapeou todo o território, percorreram as áreas que ocupam e aquelas que foram expropriadas, fizeram um levantamento das nascentes, igarapés, áreas comunais, casas, igrejas, cemitérios, marcos históricos, cercas, áreas de conflitos, entre outros elementos. Após a coleta, os dados foram repassados para a equipe de cartografia do PCSDS para alimentar o software ArcGis, no qual, foi produzido o mapa social. Na Nova Cartografia Social é primordial que o mapeamento seja realizado pelos moradores, sem interferência dos pesquisadores, cabendo a estes apenas a construção do mapa social em conformidade com o que a comunidade interpreta, vivencia e reconhece como seu território tradicional. Uma das lideranças da comunidade, Dona Maria das Neves, relata como foi esse momento prático com o uso do GPS e sua experiência com as geotecnologias:

Sempre pensei em colaborar com a minha faculdade de vivência, jamais com a faculdade técnica, hoje tenho certeza que qualquer um pode aprender algo novo, eu gostei de mexer neste negocinho... (Fala da moradora Dona Maria das Neves durante a oficina GPS e Mapas do PCSDS, 06 de agosto de 2017).

Um fato interessante que ocorreu durante a execução da pesquisa de campo, foi instalação de energia elétrica para mais de oitenta famílias na comunidade de Buriti do Meio. Isso, em partes, foi conquistado pela gestão territorial que a comunidade desenvolveu durante a execução do projeto, produzindo documentos que materializaram o território quilombola com a linguagem e códigos cartográficos, através do mapa social, que foi aceito como documento, pela Companhia Elétrica de Minas Gerais – CEMIG, permitindo a continuidade do processo de instalação da energia elétrica que estava paralisado. Até o desenvolvimento do projeto a comunidade tinha, por intermédio de outros trabalhos, produzido alguns croquis do território, a partir de sua cosmografia, contudo, faltavam alguns elementos cartográficos clássicos, como, entre outros, as coordenadas geográficas, para serem reconhecidos. Claudinho, sobre a importância do mapa como instrumento de poder, relata:

A gente estava com dificuldades em conseguir a energia elétrica [comunidade], mas a partir do fascículo a gente conseguiu, porque a Cemig, exigia documentos de terra e como a comunidade é quilombola, não tinha documentação, pois todo mundo é posseiro e o território é coletivo, [...] eles [Cemig] exigiam o documento e a gente não tinha. A gente levou a declaração do INCRA lá, e eles exigiram um documento com mapeamento de terra, e esse mapeamento precisava de ter as coordenadas, a gente até tinha um croqui, mas não tinha nele as coordenadas. Após o fascículo [mapa social] a gente, levou lá, aí conseguimos que fosse instalado a energia elétrica para oitenta famílias, então foi de suma importância [...] acabou sendo de fato um instrumento de gestão territorial, né!? Que ajudou bastante nesse sentido. Então, agora as famílias que não tinham energia, passaram a ter e o processo já está até em andamento, já estão trabalhando [instalando energia] nas residências [...]. (Relato do Cláudio, membro da

associação de moradores da comunidade de Quilombola de Buriti do Meio, concedido ao autor em, agosto de 2019).

Para compreender a história, os modos de vida e os lugares significativos para a comunidade, a equipe do PCSDS subdividiu em pequenas oficinas as temáticas Cultura, Lugares e Memória que posteriormente foram sistematizadas. Durante a realização da suboficina de cultura, cujo objetivo era resgatar os aspectos culturais da comunidade reavivando a memória dos participantes, pode-se elencar as seguintes informações: A primeira escola, construída no local onde residiu uma moradora conhecida como Dona Eva e a atual escola (E. E. Passagem Funda) que durante os relatos foi demonstrado a sua importância cultural para a comunidade. O artesanato foi bastante frisado, sendo mencionados os núcleos de produção 01, 02 e 03, bem como os barreiros, locais usado para a retirada do barro para construções, fornos antigos e principalmente o artesanato. A culinária e os elementos/objetos relacionados à sua produção, também se mostraram como um aspecto importante da cultura da comunidade, despertando a memória dos participantes em relação aos antigos fornos de barros, destinados à produção de biscoitos; os fornos de farinha; o pilão como objeto de grande importância para os moradores; os ralos de mandioca feitos de lata de óleo, e os fogões de lenha que eram comuns em todas as casas.

Foram mencionados os piqueniques, ocasião em que as famílias se reuniam debaixo de determinadas árvores e compartilhavam os alimentos entre si, uma oportunidade em que as crianças e os adultos se divertiam e confraternizavam. O futebol era igualmente um desses momentos de convivência, pois permitia que a comunidade se reunisse para realizar essa prática esportiva, realizando campeonatos locais. Os grupos de dança de jovens e adultos e o grupo de capoeira, também têm sua relevância, por transmitirem e perpetuarem a cultura da comunidade. As festas e as folias também foram bastante lembradas, notadamente a festa de São João (ao som de Zabumba e Caxambú); a festa da Consciência Negra (festejo mais recente na comunidade, iniciado por iniciativa e incentivo de Dona Maria das Neves); a festa de São Pedro (também conhecida como “festa das viúvas”); a festa de São Sebastião (cavalgadas); as fogueiras e as comemorações da sexta-feira da paixão (onde alguns se vestiam de Judas e saíam para assustar os demais, além de praticarem o jejum que durava o dia inteiro).

No tocante à religiosidade, as igrejas católica e evangélica foram lembradas como parte importante da cultura religiosa da comunidade. Contudo por apresentarem distinções dogmáticas essas ramificações do cristianismo influenciam na continuidade de algumas manifestações culturais. O grupo nos relatou que algumas dessas festas, mencionadas

anteriormente, não acontecem mais como antigamente, uma vez que muitos moradores se tornaram evangélicos e a grande maioria das comemorações possui cunho católico.

As cantigas e brincadeiras de roda; as práticas de apanhar água no pote/cabaça; de lavar roupa nas bacias, também foram rememoradas pelos participantes como aspectos culturais importantes, já que a grande maioria as praticava antigamente. Os chás medicinais, remédios e benzedeiros, também foram mencionados, embora não existam mais benzedeiros na comunidade, conforme relatado por um dos participantes. Por fim, falaram sobre as técnicas de produção das suas camas/colchões, da produção dos adobes e telhas usadas para a construção das casas. Os relatos permitiram ativar a memória da comunidade vindo à tona durante plenária para a apresentação das suboficinas.

A suboficina “Memória” respaldou em acionar as lembranças que remetem às histórias, comidas, danças, festas, lugares, músicas, moradores, artesanatos, cultivos, brincadeiras, culinária, dentre outros pontos que fizeram e/ou fazem parte da história da comunidade Buriti do Meio. Contou com participação de um grupo composto por aproximadamente dez pessoas. Ao instigar a participação do grupo, foram lançadas perguntas para que os moradores relembassem as histórias contadas pelos ancestrais e se algumas dessas histórias ainda se mostravam presentes no dia a dia da comunidade. A partir de então, os participantes foram relatando detalhadamente as histórias vividas no passado e presente. Com relação à dança, foi destacado o Catulé, Retirana e a Dança do Poté. Segundo a moradora Tânia:

...essas danças eram expressões muito forte que envolvia toda a comunidade nos momentos festivos, eram danças realizadas por mulheres e homens que vestiam geralmente trajes claros e saias longas para dançar (Fala da moradora Tânia à equipe do PCSDS, durante a realização das oficinas, 06 de outubro de 2017).

Ao narrarem sobre lugares que continham as nascentes das águas, foi relatado, com muito saudosismo, as veredas que continham peixes, os córregos e cisternas ao fundo das casas, os lugares que as mulheres reuniam para lavar as roupas, que por sinal, tal tarefa era feita ao som das cantigas típicas com letras que representavam o ato. A moradora Dona Nilda narrou como era produzido o sabão para a lavagem das roupas no passado:

“...naquela época nós confeccionávamos o sabão de cinza a base de tinguí, pião, rapa de juá, piteira, gordura de animal e plantas que espumavam. A roupa ficava bem alvinha (clarinha) (Fala da moradora Dona Nilda à equipe do Projeto Brasil Central, durante a realização das oficinas, 06 de outubro de 2017).

Ao estudar a comunidade Vazanteira da Ilha do Jenipapo, Neves (2012) observou essa mesma técnica de produção de sabão feito de cinzas provenientes dos fogões a lenha, que, por

meio de um sistema arcaico de gotejamento, se retirava a “dicoada” uma solução alcalina que é a matéria para a produção do sabão feito com a mistura desse produto e óleos/gordura animal ou vegetal, onde, ao final, resulta no sabão artesanal, usado para lavar roupas, utensílios domésticos e/ou limpeza pessoal. Tal prática pode ser observada também na Comunidade Geraizeira Jacú da Lagoa Grande, podendo ser verificada em outros estudos, indicando ser uma prática comum em diversas comunidades nortemineiras.

Ao comentarem sobre o artesanato, lembraram que as primeiras artesãs foram Dona Virgínia e Dona Raimunda que faziam a arte no barro (potes, tijolos, panelas, telhas, ladrilhos, enfeites, etc.). Esses artesanatos eram vendidos nas feiras, nas cidades próximas como forma de garantir o sustento das famílias. O trabalho com o barro é visto também como uma forma de terapia, já que os moradores acreditam na força medicinal da argila, com seus poderes milagrosos, ao ser aplicado na pele, entre outros efeitos, aliviam dores no corpo.

Outro ponto levantado pelos participantes foi a solidariedade que havia entre eles, durante a construção das suas residências. O trabalho realizado em coletividade se iniciava com a fabricação dos adobes e telhas, seguindo até finalização com o chamado “acabamento”. Os casamentos, batizados e outros momentos familiares, tinham uma interação entre muitos moradores que contribuía financeiramente ou com a ajuda nos preparativos. O trabalho doméstico e a criação dos filhos era (e ainda é) realizado, sobretudo, pelas mulheres, cabendo aos homens o cultivo das roças e trabalhos nas fazendas vizinhas que, basicamente, são de manutenção de cercas, pastagens, plantios e o trabalho como vaqueiros. A solidariedade é compreendida, nessa perspectiva, como a solidariedade mecânica, na qual o indivíduo estaria ligado diretamente à sociedade, nesse caso a comunidade quilombola, que enquanto ser social prevalece, em seu comportamento, aquilo que é mais considerável à consciência coletiva, e não necessariamente seu desejo enquanto indivíduo. Nessa tese, não procurei analisar a intensidade da solidariedade na comunidade de Buriti do Meio e como ela pode ter se tornado mais ou menos intensa ao longo dos anos, por influências promovidas por diferentes fatores, seja pelo aumento populacional da comunidade; pelos migrantes que retornaram com outros valores; pelo acesso a outros meios de informação ou pela difusão de religiosidades, que podem ser relevantes para compreender mais a fundo esse fato social (DURKHEIM, 2008).

A Suboficina “Lugares” objetivou identificar essa categoria de análise do espaço geográfico, como forma de representação do espaço vivido. Os lugares começaram a ser descritos pela casa dos moradores mais antigos da comunidade, que representavam o local de lazer como a casa de Maria Coelho, Dona Joaninha, Dona Henriqueta e da Dona Eva, passando

por locais onde eram retirados os recursos naturais essenciais para a comunidade, como os barreiros preto, vermelho e branco, usados para a produção de adobes, artesanatos e utensílios domésticos (como potes e moringas). Os moradores descreveram e apontaram os locais de nascentes, veredas e lagoas, surgindo, nesse momento, o mito da Mãe D'água, um ser encantado que aparecia no chamado olho d'água. Dentro da cosmovisão da comunidade esse “encantado” tinha um papel de proteção, mas que ao longo dos anos com a diminuição das águas ela nunca mais fora vista pelos moradores.

Relataram sobre os marcos históricos da comunidade, que hoje, na grande maioria se encontram dentro das áreas das fazendas vizinhas que avançaram suas cercas sobre o território quilombola. Entre esses marcos está o muro de pedras construído por moradores mais antigos, demarcando a fronteira entre o território e as terras da fazenda Buriti, após um acordo com o ancestral Euzébio.

No entanto, nem todos os lugares traziam boas lembranças para a comunidade como o caso da fazenda Buriti. De acordo com alguns moradores, o lugar era mal-assombrado devido à existência de um tronco usado para castigar escravos. Esse lugar pode ser observado durante uma caminhada pelo território, pois alguns moradores resistiram em se deslocar até a referida fazenda que se encontra hoje abandonada.

O termo lugar é entendido a partir da perspectiva de Tuan (2012), em que formula os conceitos de topofilia e topofobia, embasados nos sentimentos e sensações humanas e suas percepções sobre determinados lugares. O autor ainda discorre sobre os motivos que podem influenciar nesses sentimentos, seja pela afetividade ou pela rejeição. A percepção que um indivíduo tem relação ao lugar onde vive ou a um lugar qualquer, pode ser influenciada por diversos fatores, moldados tanto pelo meio social, quanto pelo meio físico. Independente de uma dessas formas, essa percepção estará condicionada principalmente às experiências e vivências anteriores que cada indivíduo carrega consigo. Diante dessas atitudes, que podem ser caracterizadas como o conjunto de experiências que cada indivíduo carrega, emerge a topofilia: “elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico”. A sua contraposição seria, portanto a topofobia: “lugar marcado pelo sentimento de rejeição ou de medo”. Para a referida comunidade, o quilombo representa o local de moradia e abrigo, o lugar da autonomia, do pertencimento e da liberdade. A fazenda Buriti que está na periferia do território é estruturalmente o espaço de oposição ao quilombo, é significativa, porém como lugar não afetivo, de sofrimento, por isso sua repulsa (TUAN, 2012, p. 19).

Após uma plenária, todas as informações puderam ser socializadas e ao final a comunidade passou por um treinamento sobre as técnicas de registro fotográfico, sendo dividida em três grupos que se ocuparam em registrar o máximo de informações relatadas e apontadas nas suboficinas. As temáticas contidas nos cartazes serviram para a construção dos ícones, que compuseram o croqui, base para o mapa social.

A terceira etapa ocorreu nos dias 13 e 14 de novembro de 2017, esse momento consistiu na finalização do croqui e a organização dos grupos que deveriam ir a campo para plotagem das coordenadas geográficas. Nas semanas que se seguiram, a equipe de mapeamento, formada por membros da comunidade, percorreu todo o território, plotando as coordenadas dos lugares; casas; nascentes; cercas; marcos históricos; locais de coleta de frutas; lenha barreiros, entre outros elementos contidos nos croquis. Os pontos levantados foram repassados para a equipe de pesquisa para o desenvolvimento e produção do mapa social, validado na quarta etapa de pesquisa no dia 10 de março de 2018. O fascículo que contém o mapa social foi entregue no dia 08 de agosto de 2019, numa recepção organizada pelos moradores na Escola Estadual Fazenda Passagem Funda localizada na comunidade.

4.2.2 - As temporalidades da Comunidade Quilombola Buriti do Meio

As oficinas realizadas pelo PNCSA permitiram construir as narrativas sobre o processo histórico de construção da comunidade de Buriti do Meio, após a transcrição das entrevistas e da organização dos relatos foi possível estabelecer uma cronologia dos fatos permitindo a divisão em diferentes temporalidades, sendo elas: O Tempo de Antes, Tempo de Colheitas, Tempo das Cercas e Terras Empréstadas.

O Tempo de Antes é lembrado pela comunidade como a chegada do ancestral Euzébio e a ocupação do território e dos espaços comunais. É um tempo marcado por muito trabalho, pela dificuldade de acesso à cidade e de aquisição dos produtos que não conseguiam produzir. As condições climáticas ditavam a produção agrícola seja pela fartura ou escassez de alimentos. A moradora Dona Maria de Lourdes descreve como era a vida em seu tempo de infância:

Na época da minha avó já tinha cerca, já era cercado, já era cercado... o que não era cercado no tempo da minha avó era aqui... o local das famílias aqui dentro mesmo, não era cercado não, era coisa assim, comunitária, aqui mesmo [...] Eu ajudava na “farinhança”. Crianças também trabalhavam, era assim todo mundo junto. Eu fazia as farinhas, rapaduras, essas coisas. Nesses lugares pegava frutas como mangas, coco

macaúba [...] nessa época o que o pessoal mais pegava para comer, era difícil as coisas, quando chovia dava muitos cocos, o pessoal pegava pra cozinhar e dava as crianças para comer. (Relato da Dona Maria de Lourdes, 59 anos, à equipe do Projeto Brasil Central, durante a realização das oficinas, 07 de outubro de 2017).

A má distribuição das chuvas na região tem se mostrado como um entrave para a produção agrícola na comunidade, que depende exclusivamente de bons índices de pluviosidade para uma produção satisfatória. Apesar de Buriti do Meio estar localizada em uma região de clima semiúmido (Tropical AW), ela sofre influência do clima semiárido, por se tratar de uma zona de transição, apresentando características desse clima em determinados períodos, com forte insolação, temperaturas relativamente altas e regime de chuvas marcado pela escassez, irregularidade e concentração das precipitações num curto período (em média quatro meses). Esses fatores, em conjunto, incidem diretamente no cultivo de alimentos. Atualmente a comunidade tem como principais cultivos, o milho, feijão, andú (*Cajanos cajan*), fava, quiabo e mandioca, além de hortaliças e frutas sazonais. Nos relatos a seguir, dona Honorinda de 67 e Joana de 40 anos, descrevem essa alternância entre tempos bons e ruins para a colheita.

Eu me lembro que eu era pequena, a gente plantava roça e a gente não tinha muita coisa para comer, tirava as coisas de comer da roça e quando não dava, tinha uma senhora bem ali, o nome dela era Celecina, a gente ia trabalhar lá, ela chamava a gente para trabalhar. Quando a gente chegava, ela dava a gente (comida), ela tinha fazenda, ela mostrava uma grande bacia de louça, pra nós lavarmos tudo, nós lavávamos, depois ela nos mandava cortar árvore, uma arvorezinha que chama “malga” e fazia umas vassouras, varriamos o terreiro todinho, era muito grande o terreiro, a gente varria [...] quando a gente ia embora ela pegava laranja, pegava fava, feijão, tudo numa trouxinha e nos dava... farinha e um vidro com gordura de porco e nos dava. Nos chegávamos em casa feliz da vida... então aquilo era alimento (Relato da Dona Honorinda, 67 anos, à equipe do Projeto Brasil Central, durante a realização das oficinas, 07 de outubro de 2017).

Teve um tempo bom demais, essas questões de lavoura tiveram tempo em que você plantava feijão você colhia, plantava arroz, colhia, hoje em dia isso não existe mais, não existe mais porque assim, melhorou em umas partes, mas em outras dificultou porque, o feijão que a gente colhia antigamente hoje a gente não apanha mais, naquela quantidade a gente não apanha mais (Relato da moradora Joana, 40 anos, à equipe do Projeto Brasil Central, durante a realização das oficinas, 07 de outubro de 2017).

Apesar de não ser determinante a escassez hídrica impõe condições insatisfatórias para a produção agrícola, o que afeta e limita o trabalho dos agricultores na comunidade. E, como alternativa, construíram um ciclo migratório de deslocamento para outras regiões perpetuando na comunidade os fluxos de saída e retorno sazonal.

Em estudos realizados em Buriti do Meio, Costa (2016), analisa o movimento migratório sazonal em direção ao sul de Minas Gerais para o plantio e colheita do café e os

reflexos desse processo sobre o modo de vida, estabelecendo quatro temporalidades que são denominadas de “Tempo das Cercas” (marcado pelo avanço das cercas de arame farpado sobre o território quilombola, a partir do avanço das fazendas, e o fim das áreas comunais, pois a própria comunidade começa a fechar suas terras dentro do território); o “Tempo das Festas” (marcados pelos dias alegres, com muita comida, fartura e lembranças dos entes queridos); o “Tempo da Safra”, “que é o tempo de ir, o tempo do vazio, da esposa sem o marido, do menino sem o pai, da mãe sem o filho, tempo que as comidas têm o sabor da saudade”. Essa temporalidade é marcada pela migração sazonal, parte considerável da comunidade do sexo masculino deixa a comunidade e passa meses em outras regiões para trabalhar na agricultura e, para os moradores que permanecem na comunidade, restando-lhes a espera e a esperança). Quando retornam, inicia-se o chamado “Tempo da Casa”, que é o tempo do sorriso, do retorno, da alegria, das histórias, da comida, mesmo sem fartura, mas com um sabor diferente, com tardes marcadas por músicas e reencontros, até o ciclo se reiniciar. A migração temporária em Buriti do Meio se “constitui como estratégia de resistência e de reprodução social” (COSTA, 2016 p. 80 e 81).

Como a migração sazonal não é realizada pelas mulheres da comunidade, elas acabaram ficando incumbidas de outras tarefas, como o cuidado dos afazeres domésticos, do artesanato e da venda dos produtos do barro, ao longo dos anos elas se deslocam para feiras e eventos culturais em diferentes cidades, o que segundo Costa (2016), vem consolidando o poder de liderança dessas mulheres, conferindo a elas significativa autonomia para resolução das mais diversas situações na comunidade. Durante a pesquisa de campo, a presidente da associação comunitária era dona Lina, que havia substituído, via eleição, a moradora Joana, permanecendo no cargo por um mandato e que recentemente foi substituída pela moradora Simone, demonstrando o papel de liderança que as mulheres desempenham na comunidade e o elo entre elas formado por sororidade.

Tradicionalmente a comunidade se dedica ao artesanato, cuja matéria prima para produção dos objetos é a argila. Na linguagem popular recebe o nome de barro, sendo este material utilizado em diferentes tarefas e usos. Os locais onde se encontra o barro são chamados de barreiros e ficam reservados como espaço comunal, podendo ser acessado por qualquer morador, sob um controle de manejo estabelecido por acordos verbais. Geralmente, os barreiros, são mapeados e recebem denominações, conforme a coloração da argila existente em cada local. Após a retirada e preparo do barro se inicia o processo de produção do artesanato em núcleos destinados exclusivamente para essa finalidade, ao todo são três núcleos que são

coordenados por grupos familiares distintos, mas que buscam manter uma padronização nos trabalhos o que caracteriza o estilo tradicional do artesanato da comunidade, com seus traços, desenhos, modelos e cores específicas. Na figura 15, pode-se observar um dos núcleos de produção de artesanato.

Figura 15 - Núcleo de Produção de Artesanato 01- Comunidade Quilombola de Buriti do Meio



Fonte: Acervo do autor, 2018.

Para a moradora Maria de Cássia, o artesanato é uma vitrine para a comunidade, uma maneira de mostrar aos visitantes um pouco sobre a história de Buriti do Meio através da arte, seja no local da produção – nesse caso os núcleos -, seja nas diversas feiras nas quais expõem a produção ao longo do ano. O dinheiro que arrecadam com as vendas é uma importante complementação da renda das famílias:

Para algumas famílias sim [é importante para a renda] porque tem umas famílias que não fazem [artesanato de barro], mas, para os que fazem é o meio de sobrevivência porque, eu falo porque lá em casa, já formaram três, tudo pagando faculdade e foi esse meio, inclusive não tinha nenhum dos meus pais aposentados, quando minha mãe foi aposentar eu já estava me formando na faculdade, então eu concordo que é um meio de geração de sobrevivência [...] (Relato da moradora Cássia, 30 anos, à equipe do Projeto Brasil Central, durante a realização das oficinas, 07 de outubro de 2017).

A comunidade desenvolveu historicamente habilidades com o uso da argila, inicialmente como material para a construção de fornos, telhas, fogões, a lenha e as moradias, que eram feitas por meio das técnicas rudimentares conhecidas como pau-a-pique e posteriormente com o adobe. Ao longo dos anos a argila, popularmente conhecida como barro, começou a ser utilizada na fabricação de objetos artesanais como potes, moringas e vasos, que atendiam as necessidades cotidianas. Aos poucos as peças começaram ser vendidas para pessoas externas à comunidade, o que permitiu que essa atividade se tornasse uma fonte de renda para muitos moradores. As técnicas de construção das casas eram repassadas de uma geração para a outra e geralmente eram realizadas pela própria família. A moradora dona Honorinda relembra como foi a construção da sua casa:

Nós fizemos uma casa com paredes de adobe, dois quartos, uma salinha bem pequenininha e uma cozinha, eu lembro que o fogão a gente levantou tipo um girazinho e fez o bombeado, colocou uma trempe lá, nós fazíamos comida na lenha mesmo, iluminava com a candeia, dois quartos sala e cozinha, os quartos bem pequeninhos e as camas de vara [...] a gente fazia, tirava os paus certinhos no mato e lavrava as pontinhas deles e com uma travessinha fazia as camas, esteira, não tinha colchão e a gente costumava usar aquelas calças bem velhas, que não usava mais para dismantelar e enchia, tipo para fazer um colchão, a gente pegava ou capim ou palha de bananeira sequinha e forrava, o forro emendava por cima e dormia... e eu era feliz e nem sabia [...] (Relato da Dona Honorinda, 67 anos, à equipe do Projeto Brasil Central, durante a realização das oficinas, 07 de outubro de 2017).

Costa (2016) observou, ao longo da sua pesquisa, um dos moradores da comunidade que há muitos anos, realiza a migração sazonal como forma de aumentar a renda e a sua busca por maior conforto para sua família, descrevendo suas percepções sobre a vida de seu Marcos:

Vi em Seu Marco, aquele que a meu ver, é o mais marcado pelas idas e vindas, sua face e mãos marcadas pela migração, vi seus olhos lacrimejarem ao falar da saudade, vi sua voz falhar ao relatar que se aproximavam os dias de ir, vi os calos causados pela colheita do café, vi um pai que perde os aniversários dos filhos, vi um pai preocupado que quando está longe e os filhinhos adoecem nada pode fazer a não ser enviar dinheiro para a compra do remédio, vi seus sonhos simples como a compra de um colchão para os meninos para que eles durmam confortáveis, vi seus medos, vi suas angústias, sua saudade antes mesmo de ir, mas vi esperança (COSTA, 2016, p. 82 – grifo, meu).

O leitor pode ter essa mesma percepção “de esperança” no relato exposto acima, assim como no relato de dona Honorinda ao descrever o trabalho árduo para a construção da casa, do fogão e da cama, que mesmo sem o conforto devido é rememorado pela nostalgia, pela simplicidade e pela felicidade.

Outros elementos que marcam o modo de vida da comunidade quilombola, estão interrelacionados à cosmovisão, que é entendida como um produto social construído pela

participação dos indivíduos na coletividade, pois a ação individual só adquire sua natureza cosmológica quando “*es expresada, difundida, aceptada, asimilada y reinterpretada en un amplio radio colectivo*”. Portanto é fruto da participação social generalizada, provém daqueles que nem mesmo imaginam que são criadores da cosmovisão, pois surge de atos constantes no cotidiano (LÓPEZ AUSTIN, 1995, p. 215).

Na comunidade de Buriti do Meio, a cosmovisão é perceptível através das músicas e contos que são transmitidos pela história oral, nas rodas de conversa ou em volta das fogueiras. Essa maneira subjetiva de ler o mundo é difundida pelos moradores mais velhos. As histórias envolvem seres encantados como a Mãe D’água e o Caboclo D’água, o senhor Joaquim descreveu como era um dos encantados:

Isso aqui é a Mãe D’água. Era aqui que existia [...] já foi visto a Mãe D’água aqui óh! Ela parecia pela metade peixe e a outra gente, pra baixo de peixe e pra cima de gente. Mulher de cabelo grande. Aqui tinha muita água então o lugar que ela fica tem mais água. Sempre ela aparece que ela é uma encantada. Ela no mesmo instante que está aqui ela pode estar no rio São Francisco, pode estar em um outro lugar, onde tiver água ela aparece. A Mãe D’água é como [...] o povo fala, o caboclo [...] ela é similar ao caboclo. Acho que ela pode até ser esposa do caboclo. É tudo uma coisa só. O caboclo é uma parte de peixe e outra de gente (Relato da Sr. Joaquim, 63 anos, à equipe do PCSDS, durante a realização das oficinas, 07 de outubro de 2017).

Assim como nos relatos dos vazanteiros de Pau de Léguas o Caboclo D’água também é um dos seres encantados que apareciam na comunidade em locais encharcados, nas nascentes, nos chamados olhos d’águas, em Buriti do Meio as aparições ocorrem em locais semelhantes. Dona Maria das Neves relata como os “encantados” apareciam para os moradores:

Aí brotou uma mulher de dentro do mato e da água [...] a mulher foi subindo, foi ficando alta e de acordo com o que ela ia subindo o cabelo dela ia crescendo e tapando ela [...] o cabelo lindo e brilhante, sem lama e o rosto dela bem na frentinha do cabelo, bem espelhinho como se fosse uma estrela. Que ela espelhava muito. Porque lá também tinha uns caboclinhos, o Caboclo D’água que eles falavam que tinham [...] o pai do meu pai, meu avô Pedro, ofertava fumo, cigarro, cachaça e levava algodão para eles (Relato da Dona Maria das Neves, à equipe do PCSDS, durante a realização das oficinas, 07 de outubro de 2017).

A construção do encantado Mãe D’água em Buriti do Meio, esta intrinsecamente associada às nascentes e a abundância das águas. Para uma comunidade que se estabeleceu na região pelas possibilidades de se praticar a agricultura, esse recurso natural é de fundamental importância para a produção dos alimentos e para o sustento das famílias. Nos relatos, esse encantado sempre aparecia nas nascentes mas, com a escassez hídrica, ele nunca mais foi visto, como afirma a moradora Dona Maria das Neves, “*os olhos d’água tudo secaram e a mãe D’água desceu os córregos e foi para o rio São Francisco, já faz muito tempo que ninguém vê*”

(Relato de campo, no dia 08 de outubro de 2017, concedido ao autor). Para os moradores, as histórias dos encantados também demarcam as áreas que devem ser preservadas e registram de uma geração para a outra a cartografia do território, ou seja a cosmografia.

Para a comunidade a seca está associada aos sistemas produtivos desenvolvidos nas fazendas, no entorno do território, devido as plantações de algodão que posteriormente foram substituídas pelas pastagens para a criação extensiva de gado. Além dos impactos ambientais, essas ações degradantes, na perspectiva cosmográfica da comunidade, foram as responsáveis pela expulsão da Mãe D'água do território. Atualmente a comunidade está empenhada em desenvolver um projeto de recuperação de nascentes com cercamento das áreas e plantio de árvores nativas para proteger o solo. Essas ações estão interligadas com a cosmovisão, pois ela *“es, además, un hecho de producción de pensamientos y creencias que condiciona la percepción de la realidad y orienta la acción sobre ella”* (LÓPEZ AUSTIN, 1995, p. 215).

O Tempo das Cercas e das Terras Empréstadas é marcado pela expropriação territorial, pela perda das terras agricultáveis, que se tornaram pastagens para as fazendas vizinhas. Esse processo ocorreu de forma violenta e em algumas vezes pelo não cumprimento de acordos verbais, no qual, o fazendeiro se apropriou indevidamente das terras usando o argumento de usucapião. A moradora Dona Honorinda e Dona Nilda em uma conversa lembraram como era o território:

Onde meu pai e minha mãe moravam, eles tinham um canavial, tinha banana, e eles [os fazendeiros] chegavam com a turma de gado e abriam a cerca, botava o gado pra comer e agora o jagunço... não podíamos falar nada, se falasse aí matava a pessoa. Agora deixava o gado comer a cana, a noite toda, inteirinha, quebrando cana e as bananeiras. Até que tomou o lugar e nós saímos, nós não, os parentes [...] O pessoal de antigamente tinha as terras de plantar, mas eles [os fazendeiros] pegavam e tomavam e assentava e ficava pra eles. Eu lembro que meu pai se revoltou, ele disse que tinha muita terra, muito boa mesmo e foi tomado tudo por eles, e aí nós ficamos sem nada, que foi aonde nós viemos todos para esse lugarzinho aqui, próximo a Buriti, Imbu (relatado de Dona Honorinda, 67 anos e Dona Nilda 53 anos, concedido a equipe do PCSDS em 07 de outubro de 2017).

Na segunda fase da oficina (13 de novembro de 2017), pude conhecer partes do território com alguns moradores da comunidade, durante o percurso eles foram apontando os marcos e as cercas antigas, em determinado lugar observamos que havia duas cercas paralelas a uma distância de 5 metros uma da outra. A cerca mais antiga havia se danificado devido a uma queimada e o fazendeiro achou por bem reconstruir a cerca avançando alguns metros para dentro do terreno de um dos moradores, restringindo todo o reservatório de água (pequena lagoa) que ficaria sob domínio da fazenda.

A comunidade tenta recuperar o território expropriado de maneira legal e sem confronto com os fazendeiros, usando o direito constitucional que lhes garantem a posse enquanto comunidade tradicional. No ano de 2006 a Fundação Palmares reconheceu a identidade quilombola da comunidade. Entretanto o processo de demarcação, que deve ser realizado pelo INCRA se arrasta ao longo de mais de uma década.

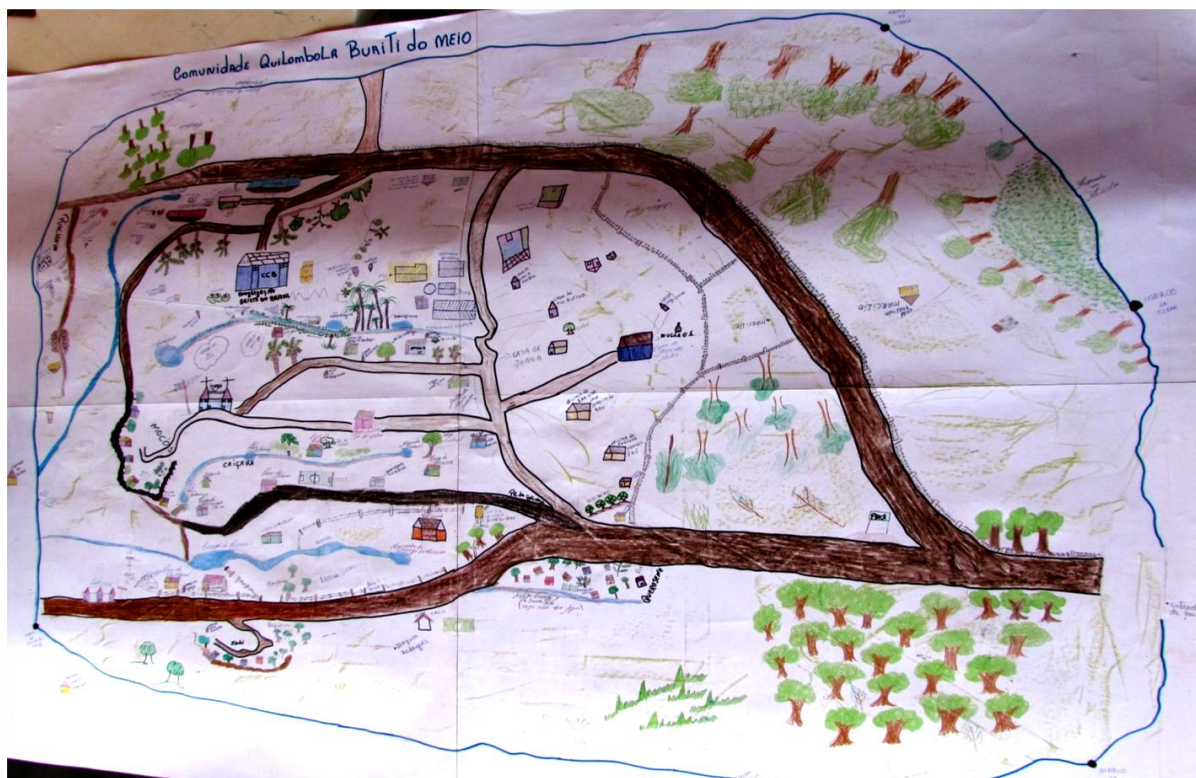
Ao construir o mapa social a comunidade achou prudente não informar os limites históricos do território, a fim de evitar conflitos com as fazendas adjacentes. As fronteiras territoriais permanecerão ocultas até a construção do laudo antropológico e o mapeamento para reconhecimento territorial. Durante a pesquisa de campo a comunidade mostrou-se preocupada com a postura e o discurso²⁶ do atual governo brasileiro, no que tange aos direitos territoriais dos povos quilombolas, o que tem trazido muita incerteza e insegurança para a comunidade.

A última etapa da pesquisa ocorreu em agosto de 2019 e foi o momento de entrega do fascículo. A equipe do PCSDS foi recebida em clima festivo na Escola Passagem Funda, onde estavam presentes mais de 400 moradores, de todas as faixas etárias. Os fascículos foram distribuídos para os moradores, para a biblioteca da associação e da escola. Durante o evento a comunidade pode expressar a experiência que o projeto teve para a gestão territorial do quilombo e a importância na educação dos mais jovens.

A figura 16 apresenta o croqui construído pela comunidade como representativo do território quilombola de Buriti do Meio. O croqui construído, por um grupo de moradores, apresenta a forma como a comunidade concebe o seu território, mas não inclui limites fechados, deixando o croqui com fronteiras abertas e imprecisas como estratégia de gestão territorial, pois os limites territoriais deverão ser apresentados somente no laudo antropológico.

²⁶ Durante o pleito eleitoral de 2018, enquanto candidato, e atualmente presidente da república, Jair M. Bolsonaro proferiu as seguintes falas: “Se eu chegar lá, no que depender de mim, todo cidadão vai ter uma arma de fogo dentro de casa. Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou quilombola” e ainda indagou “Eu fui num quilombola (sic) em Eldorado Paulista. Olha, o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador eles servem mais. Mais de 1 bilhão de reais por ano gastado com eles (...) Não querem nada com nada”. Fonte: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-guarda-da-esquina-e-sua-hora/>.

Figura 16 - Croqui da Comunidade Quilombola de Buriti do Meio

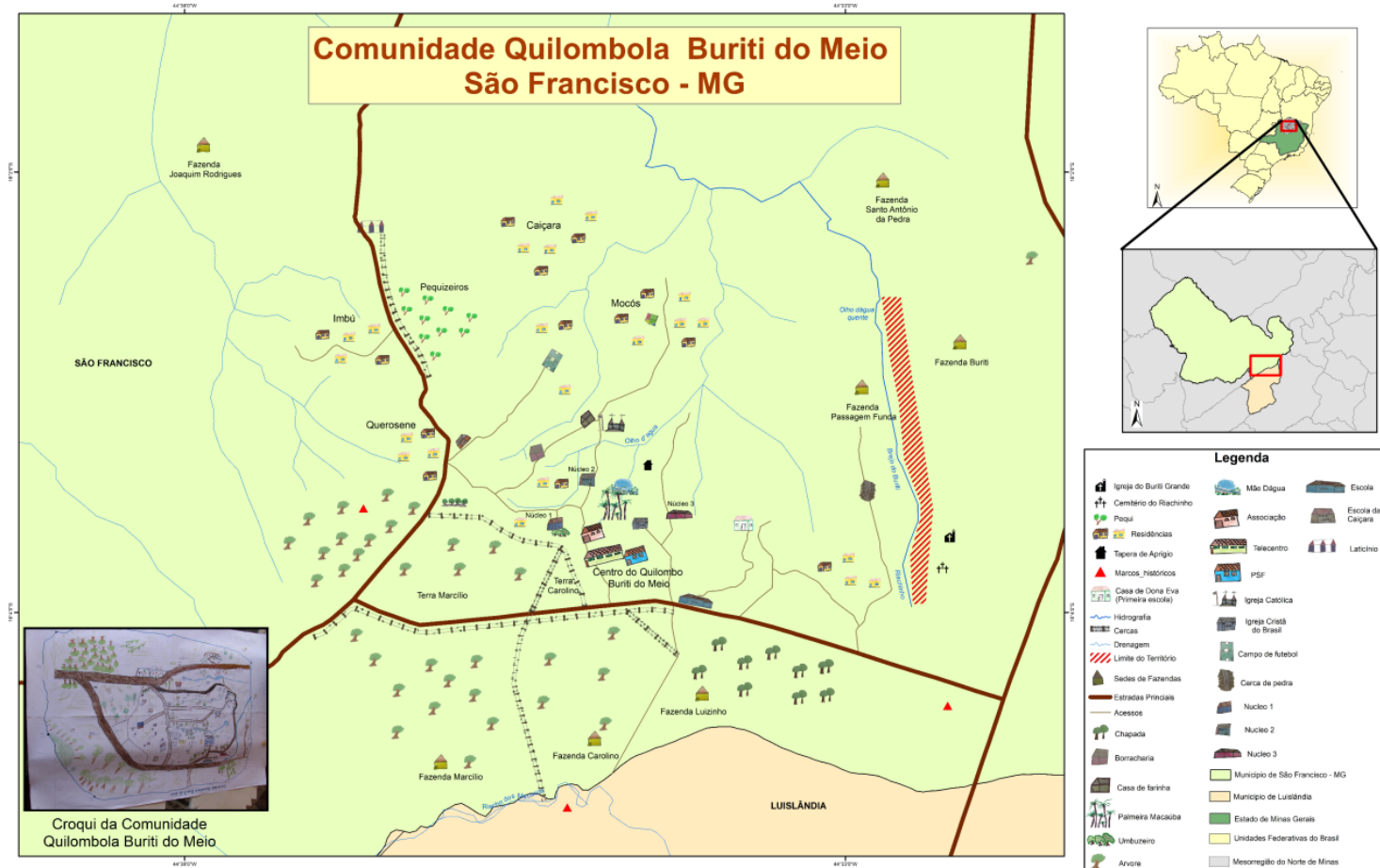


Fonte: Acervo do PCSDS, 2018.

Diferentemente do croqui da comunidade Vazanteira de Pau de Léguas o croqui de Buriti do Meio é construído sob uma perspectiva oblíqua (vertical), no qual, o território se expande do centro para a periferia. O croqui apresenta duas grandes estradas e outras menores que adentram para diferentes partes do território, assim como aglomerados de casas que recebem nomes específicos, a partir de um processo de regionalização do próprio território, a saber: Querosene, Imbú, Caiçara, Mocós e Riachinho. Vários elementos foram apontados no croqui, como as igrejas, nascentes, córregos, cemitérios, os três núcleos de produção de artesanato, os barreiros, cerca de pedras, os lugares dos encantados, escolas, áreas de lazer, a sede da associação e um laticínio que foi construído dentro da comunidade, mas que pertence a terceiros. Outro elemento presente são as cercas que limitam e avançam sobre o território, elas podem ser observadas próximas à bifurcação das estradas principais. Uma construção que chama atenção é o laticínio, construído dentro do território da comunidade que faz o beneficiamento do leite oriundo das fazendas do entorno.

Após a construção do croqui, a equipe do PCSDS formatou o mapa social, utilizando as coordenadas geográficas plotadas pelos moradores e inseriu os ícones criados para compor a legenda. Na figura 17 é apresentado o mapa social da comunidade.

Figura 17 - Mapa Social da Comunidade Quilombola Buriti do Meio São Francisco - MG



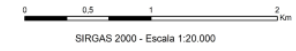
Fonte:
Croqui da comunidade Quilombola Buriti do Meio,
pontos coletados com GPS, IBGE 2010

Cartografia:
Mathheus Vinicius Ferreira (PNCISA / Unimontes)
Sérgio Leandro Sousa Neves (PNCISA / Unimontes)
Adinei Almeida Crisóstomo (PNCISA / Unimontes)

Equipe de Pesquisa:
Sérgio Leandro Sousa Neves (PPGDS / Unimontes)
Adinei Almeida Crisóstomo (NISA / Unimontes)
Lilian Maria Santos (PPGDS / Unimontes)
Mathheus Vinicius Ferreira (Geografia / Unimontes)
Cassio Alexandre da Silva (PPGEO / Unimontes)
Gerardo Silva Santos (Quilombo Buriti do Meio)
Joacim Pereira de Souza (Quilombo Buriti do Meio)
José Pereira da Costa (Quilombo Buriti do Meio)



Montes Claros - MG, Julho / 2018



Fonte: Arquivos PCSDS, 2019.

O Mapa Social da comunidade, igualmente, é uma projeção situacional do território, ou seja, ele representa um momento específico, e não deve ser considerado como o documento oficial que delimita o território, contudo, demonstra a percepção da comunidade sobre o seu território tradicional, o fato de não apresentar limites, como já foi esclarecido, se deve a uma estratégia de resistência frente aos grupos hegemônicos locais, mais especificamente as fazendas no entorno da comunidade.

O único limite apresentado no mapa é representado pela linha hachurada, a direita. Esse limite territorial é fruto de um acordo entre o ancestral Euzébio e o dono da fazenda Buriti firmado verbalmente há muitas décadas, no qual, o córrego riachinho seria o limite entre o quilombo e a fazenda. Durante a construção do croqui e da validação do mapa, a comunidade argumentou que esse limite deveria estar expresso no mapa, corroborando com acordo firmado pelo ancestral e sua respectiva manutenção. Isso demonstra o respeito que a comunidade tem com a terra e com seu território, aonde a luta é para resgatar o que foi expropriado sem avançar sobre áreas, nas quais, nunca tenham pertencido ao território quilombola.

4.3 – Território Geraizeiro Jacú da Lagoa Grande

O Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande encontra-se localizado no município de Rubelita no Norte de Minas Gerais, especificamente na microrregião de Salinas que em conjunto com outros municípios compõe a região do Alto Rio Pardo. Contudo, o território adentra para uma pequena porção dos municípios de Coronel Murta e Virgem da Lapa, localizados na mesorregião do Vale do Jequitinhonha.

Rubelita foi emancipada em 1º de março de 1963 e a história da cidade está associada à extração dos minerais semipreciosos, que serviram de homônimo para denominar o município. Porém, a ocupação da região remonta às rotas de tropeiros que se deslocavam em direção à cidade de Salinas para realização do comércio.

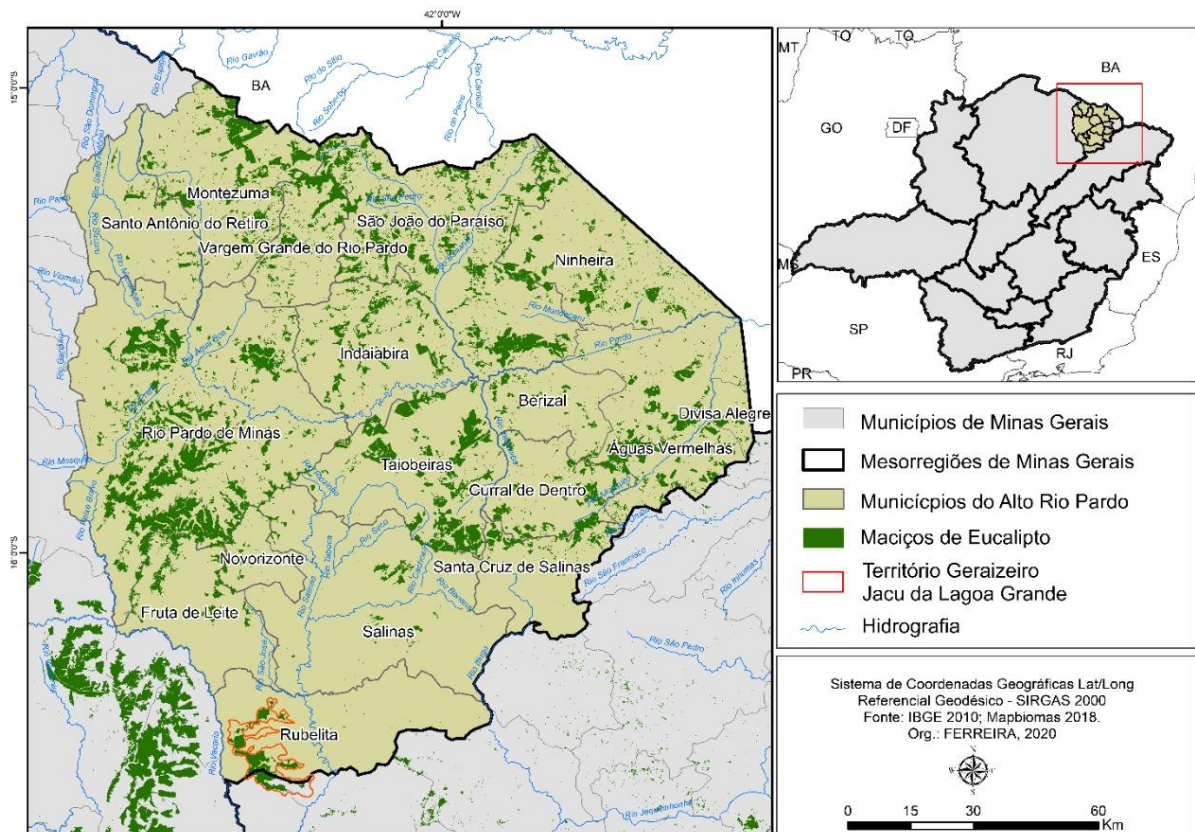
A economia do município é proveniente do setor primário. A agricultura é a atividade mais importante, caracterizada como tradicional e de autoconsumo, cujo excedente abastece as feiras locais. Entretanto, a partir da década de 1970, o município e a região do entorno se tornaram palco para o processo de implantação das fazendas de eucalipto e pinus.

O Alto Rio Pardo é uma região de 16.502,30 Km² formada por 15 municípios, a saber: Rubelita, Curral de Dentro, Fruta de Leite, Indaiabira, Rio Pardo de Minas, Santa Cruz de Salinas, Santo Antônio do Retiro, Berizal, Montezuma, Ninheira, Novorizonte, Salinas, São

João do Paraíso, Taiobeiras e Vargem Grande do Rio Pardo. Essa microrregião do Norte de Minas Gerais, possui alta biodiversidade com fauna e flora típicas do bioma cerrado e de transição para a caatinga.

No Alto Rio Pardo foram implementados vários plantios de eucaliptos e pinus, o que promoveu ao longo das últimas cinco décadas diversos problemas socioambientais decorrentes do manejo dessas monoculturas. Aponta-se a perda de solos e assoreamentos dos rios, que em conjunto com as atividades de mineração tem promovido expropriações territoriais e conflitos com as comunidades tradicionais geraizeiras. Na figura 18, pode-se identificar os municípios que fazem parte da região do Alto Rio Pardo, os maciços de eucalipto e a localização do Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande.

Figura 18 - Alto Rio Pardo



Fonte: Organizado por Neves e Ferreira (2020).

O processo de implementação desse maciço de eucalipto ocorreu a partir da década de 1970, alterando a paisagem e promovendo conflitos diversos, de um lado empresas, firmas e grileiros e do outro, povos que foram afetados diretamente pelas transformações na natureza e

suas implicações nos seus modos de vida. A figura 19, apresenta um croqui organizado por um grupo de geraizeiros que destacaram a territorialização de alguns desses conflitos.

Figura 19 - Alto Rio Pardo e as Comunidades em Conflito



* Croqui organizado por representantes das comunidades e convidados, durante a pesquisa de campo.

Fonte: Arquivos do autor, 2018.

O Movimento Geraizeiro, no ano de 2017, já reconhecia quinze focos de conflitos na região, onde as comunidades geraizeiras lutavam para recuperar o território expropriado, decorrente da implantação dos maciços de eucalipto, mineração e os impactos que se sucederam ao longo de mais de quatro décadas.

O Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande é composto por um conjunto de comunidades de agricultores que se autoidentificam e se reconhecem como geraizeiros. As comunidades são formadas por conjuntos de casas e propriedades rurais distribuídas entre os tabuleiros e os vales, sendo elas: Menino Deus, Monte Alto (Brejinho), Córrego Fundo, Riacho

do Rancho, Jacu, Chapéu de Couro, Cachoeira, Aparecida, e Córrego Gerais, localizadas nas vertentes noroeste, norte e sudeste da chapada e ainda outras comunidades que não participaram das oficinas como: Barbosa, Vacaria (Pedra Branca) e Mutuca, localizadas nas vertentes sul e sudeste.

A geomorfologia da região é marcada pela presença de uma ramificação da Serra do Espinhaço, com tabuleiros intercalados com vales rasos e profundos, cobertos com vegetação tipicamente do cerrado (*stricto sensu*) e matas de galerias. A distribuição de chuvas ocorre no final da primavera e ao longo do verão com veranico no mês de janeiro. Os solos das áreas mais elevadas, denominadas de chapadas ou tabuleiros, são profundos do tipo latossolos, apresentando-se como ácidos e com alto teor de alumínio²⁷. Nos vales, os solos possuem maior fertilidade e disponibilidade de água, portanto, são mais favoráveis à produção agrícola. Contudo, as áreas das chapadas, mesmo apresentando solos de baixa fertilidade (distróficos), sempre fizeram parte do sistema produtivo e de reprodução social das comunidades geraizeiras. São as áreas de recarga hídrica que abastecem os mananciais drenados para os vales e, ao mesmo tempo, componentes da estrutura social, cultural e econômica das comunidades, por ser parte integrante do sistema agropastoril geraizeiro.

Levando em consideração o uso sazonal das terras, o território geraizeiro pode ser classificado a partir de dois agrossistemas, de forma genérica os vales e as chapadas, ou seja, um território fragmentado-articulado. É salutar ressaltar que nos vales cabem ainda outras subdivisões no que tange a nomenclatura de agrossistemas, contudo, como a intenção nesse momento é caracterizar o território a partir da sua espacialidade, da sua natureza geomorfológica e da apropriação do espaço (receptáculo do território), esses dois agrossistemas são suficientes para a compreensão.

Geralmente, as comunidades geraizeiras aqui pesquisadas, são formadas por núcleos de casas dispersas em áreas que podem variar em grandes distâncias, conforme a sua disposição nos vales, que é o agrossistema onde esses povos desenvolvem a maior parte das suas atividades agropastoris, lugar onde está inserido, no território, a propriedade privada, que são as casas,

²⁷ Os solos das chapadas geralmente são profundos, bem drenados, de textura argilosa, baixa fertilidade natural (distróficos) e de fácil mecanização agrícola. A partir de meados da década de 1960 começaram no Brasil as primeiras experiências com a técnica de calagem para correção da acidez dos solos em áreas de cerrado o que possibilitou o avanço da fronteira agrícola para esse domínio morfoclimático, seja para a produção de soja e milho ou para carvão e celulose com plantio de eucalipto, como aconteceu nas chapadas da Serra do Espinhaço a partir da década de 1970 (EMBRAPA, 2006).

roças, curral, cemitério, igreja, entre outros fixos e relações pessoais, se comportando como uma espacialidade fragmentada.

A chapada é o outro agrossistema, o lugar da pastagem natural, da solta do gado, da fonte variada de recursos naturais, do extrativismo, mas que tem como principal característica o uso comunal. Dayrell (2019), ao discorrer sobre os usos comuns da terra, em comunidades geraizeiras na região do Alto Rio Pardo, observa que:

O que é “comum” não é tão homogêneo como se pode imaginar à um primeiro olhar, o “comum” não é de todos, são dos sujeitos comuns, da comuna, onde outras dimensões estão a ela associadas, e que tem relação com os outros sentidos de existência, nas distintas formas de conceber o próprio mundo em que vivem. Assim, o que é comum não se limita à terra, tem relação com outros recursos e bens como as águas, as matas, as ervas, as espécies frutíferas, os animais que circulam nos distintos ambientes aquáticos, terrestres e aéreos (DAYRELL, 2019).

Nessa perspectiva o território comunal não se limita apenas à sua natureza espacial, ele se constrói por meio das relações sociais, culturais, cosmográficas, holísticas e pela sua apropriação sazonal. As chapadas comunais geraizeiras são componentes do território e não somente uma zona ou região que serve como campo de ação, são territórios concretos que se diferenciam das territorialidades. O fato de possuírem características próprias, quanto às formas de uso, com sazonalidades e temporalidades próprias, não reduzem a sua importância no sistema produtivo geraizeiro, ao contrário, conferem-lhe um papel crucial na articulação entre esse sistema e as relações intercomunitárias. Ao mesmo tempo o território é articulado, pois diferentes troncos familiares usam uma parte do território de forma comunal, nesse caso, a chapada, que historicamente se constituiu como a porção territorial de reserva de recursos, seja para o extrativismo de alimentos, plantas medicinais, mel silvestre ou como fonte de lenha e madeira, mas principalmente para a solta do gado. Numa perspectiva espacial o território geraizeiro pode ser entendido como fragmentado-articulado a partir da interação desses sujeitos, nos vales e nas chapadas: - ou seja, o que a geomorfologia separou, a apropriação simbólica e cultural desses sujeitos uniu, tornando-os complementares.

A formação do modo de vida geraizeiro remonta à ocupação do norte de Minas Gerais pelos colonizadores europeus setecentistas. Estes adentraram pela serra do Espinhaço ainda no século XVII, a procura de metais preciosos e consequente expansão da pecuária. Nesse percurso escravizaram indígenas e introduziram a mão-de-obra escrava. Em meados do século XVIII surgiram, no Alto Rio Pardo, as primeiras fazendas que se dedicavam à agropecuária e que tinham a função de abastecimento para as regiões mineradoras, fazendo com que as chapadas se tornassem locais propícios para a pecuária extensiva, derivando daí, uma construção do modo

de vida geraizeiro cuja gênese é calcada na pecuária, agricultura, extrativismo e no comércio, unindo saberes e conhecimentos dos povos indígenas, africanos e europeus.

Ao longo do processo histórico de formação desse *modus vivendi*, as chapadas se configuraram como territórios comunais a partir de um jogo de regras baseados em um sistemas de direitos combinados. Oliveira (2005), estudando comunidades vazanteiras, abordou sobre esse sistema de apropriação territorial de direitos combinados, que são estratégias de organização e uso do ambiente. No específico dos vazanteiros, esses acordos ocorrem a partir do acesso aos agroambientes²⁸: lameiro, baixões, ilhas, terras altas e terras firmes, quanto ao território geraizeiro esse sistema está associado à posse das chapadas como parte integrante de um território comunal. De acordo com Almeida (1987):

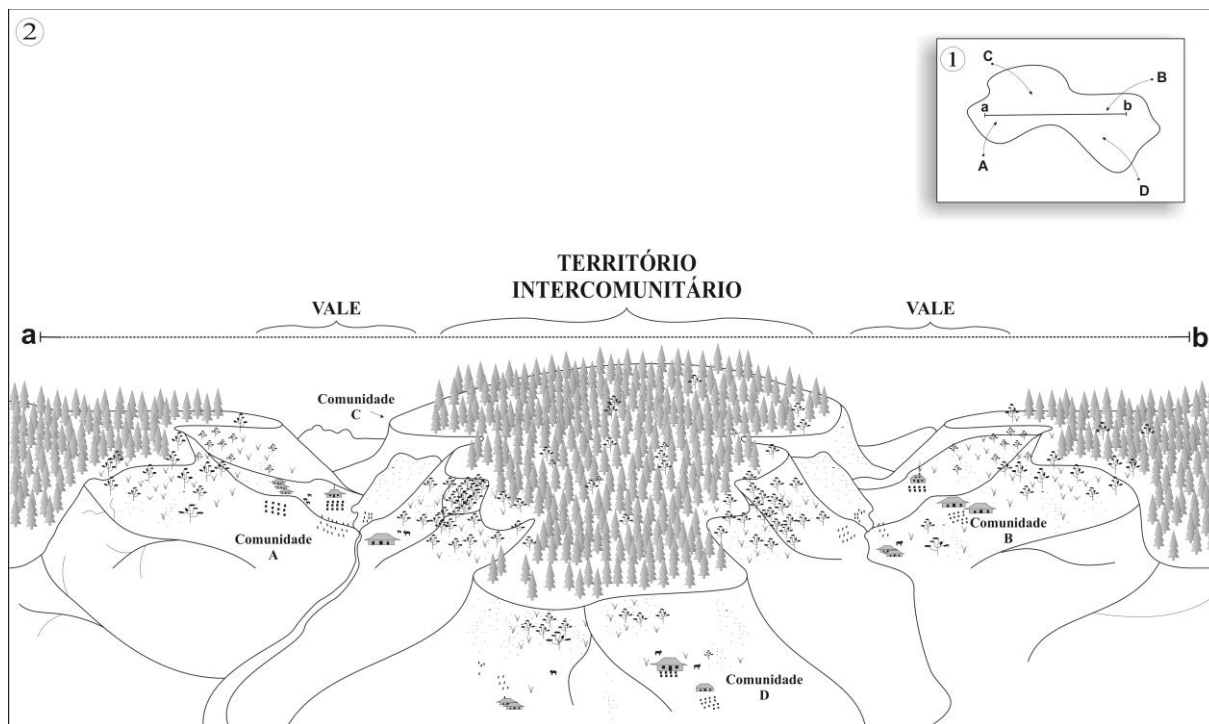
Na discussão de sistema de posse/uso comunal, o controle da terra não é exercido livre e individualmente por um grupo doméstico determinado, mas sim através de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares de pequenos produtores diretos, que compõem uma unidade social. Atualização dessas regras se dá num território próprio, cujas delimitações são socialmente reconhecidas inclusive pelos circundantes. A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força. Os laços solidários e de ajuda mútua informam as regras atualizadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável (ALMEIDA, 1987, p. 43).

Esses territórios comunais podem aparecer em determinadas comunidades como intercomunitários, como é o caso das comunidades em questão, pois a vasta área territorial é utilizada por comunidades que usufruem de um o mesmo território. Ainda que as relações interpessoais não sejam tão estreitas entre elas, as distintas comunidades fazem uso e ordenaram historicamente essa porção territorial. A dimensão espacial da chapada, os laços solidários e relações sociais, dão a tônica a essa classificação. A distância dita a dinâmica das inter-relações entre as comunidades, que se estabeleceram em vertentes opostas as quais circundam a chapada, mas que mantém a mesma base física de uso comunal.

Na figura 20 podemos observar um esquema que representa a geomorfologia característica dos territórios geraizeiros do Alto Rio Pardo. Geralmente possuem uma porção central composta por um território intercomunitário, como é o caso do Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande, circundado por diferentes comunidades, identificadas por A, B, C e D, que ficam localizadas nos vales.

²⁸ Os agroambientes vazanteiros são compostos por unidades paisagísticas derivadas da relação topográfica entre as terras e o rio São Francisco com a presença e/ou ausência das águas nos períodos de cheias e vazante (NEVES et. Al., 2013; OLIVEIRA, 2005).

Figura 20 - Esquema bidimensional de territórios intercomunitários



Fonte: Dados do autor. Organizado por Lavínia Ribeiro Figueiredo, 2020.

No Alto Rio Pardo, o uso dos territórios intercomunitários de maneira geral, estavam associados ao manejo da pecuária pela solta do gado, extrativismo de alimentos e remédios, caça, entre outras funções associadas à mobilidade. Oliveira (2017) e Dayrell (2019), observaram que o território intercomunitário apresenta uma conectividade territorial que é o elo entre as comunidades distantes linearmente uma das outras, para Oliveira (2017):

As unidades da paisagem e os ambientes têm os seus usos e tipos de usos, sendo que as condicionantes de acesso estão relacionadas com a natureza das relações, que são estabelecidas seja no âmbito familiar, seja no âmbito interfamiliar, seja no âmbito intercomunitário. Ou seja, existem interações que vão além dos potenciais naturais ofertadas pelos ambientes. São relações culturais que mediam os tipos de uso com os potenciais de cada ambiente e as aberturas para o acesso (OLIVEIRA, 2017, p. 75 e 76).

Nesse sentido a território intercomunitário apresenta-se também como uma territorialidade para as comunidades geraizeiras que estão no entorno das chapadas, o uso comunal desse ambiente está interrelacionado ao modo de vida e à cultura desses povos.

Durante o processo de construção do mapa social do Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande, as comunidades envolvidas destacaram que o território é intercomunitário, pois apesar da ausência de representantes de todas as comunidades na construção do mapa social, todos têm

o direito de uso desse território por ser componente intrínseco ao seu modo de vida. Como pode ser observado na fala do Senhor Aelson, morador da comunidade Aparecida:

Tem os geraizeiros lá do outro lado da chapada, lá de vacaria, do rodeador e da Mutuca que tá mais embaixo, mais pro outro lado... eles não tão envolvidos na nossa luta, mas eles usavam a chapada pra soltar gado... antigamente o gado era tudo misturado aí na chapada, e eles usavam igual a gente, então eles também têm direito (Fala do Aelson, morador da comunidade de Aparecida, em entrevista concedida ao autor em 02 de dezembro de 2017).

Ao longo de muitas décadas as comunidades geraizeiras foram se construindo, de forma espacialmente localizadas no chamado território articulado-fragmentado. A porção mais deprimida, conhecidas como vales, é o lugar onde ficam localizadas as moradias, onde se produz uma diversidade de produtos como arroz, feijão, milho, mandioca, amendoim, andú, cana-de-açúcar, café e uma variedade de espécies frutíferas como manga, laranja, abacate, mamão, entre outras, além da criação de aves como patos, perus e galinhas, suínos, equinos, muares, bovinos, etc. O sistema produtivo é dependente das condições climáticas e, portanto, os cultivos obedecem a um calendário agrícola baseado na distribuição das chuvas, que tem uma maior concentração no verão, período no qual, retiravam o gado das áreas dos vales e soltavam nas chapadas (território intercomunitário) local das pastagens naturais.

O gado ficava nessas pastagens até o início da estação seca, com exceção das vacas prenhas ou com crias pequenas. Essa sazonalidade de uso territorial é intrínseca à identidade dos geraizeiros, que além de agropastoris se firmaram na região como responsáveis pelo abastecimento das cidades e vilas com produtos alimentícios oriundos da produção agrícola familiar. O uso de animais de cargas ao longo do tempo foram os responsáveis por transportar as mercadorias até os mercados e feiras por meio de caminhos abertos nas chapadas e vales, os quais escoavam a produção para os centros urbanos, pelas rotas que ficaram conhecidas como caminhos tropeiros ou estradas cavaleiras.

4.3.1 – A pesquisa de campo no Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande

A pesquisa de campo ocorreu em quatro etapas. A primeira delas nos dias 27 e 28 de outubro de 2017, momento de aproximação com a comunidade, por meio uma reunião que ocorreu na propriedade do Senhor Adão, conhecido como Seu Duta. Durante esses dias foi apresentada, pelos geraizeiros, a história das diferentes comunidades, que em conjunto formam o Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande. É importante destacar que, em primeiro

momento não tínhamos a dimensão do território e da sua composição por um conjunto de comunidades, diferentemente do território Vazanteiro de Pau de Léguas e do Quilombo de Buriti do Meio, que são comunidades unitárias que lutam pelo território tradicional expropriado e sobre as quais já existem vários estudos sobre suas lutas, identidade, modos de vida etc.

Quanto ao território geraizeiro e as comunidades que o compõe, este se mostrava como uma espacialidade a ser compreendida pela academia, embora existissem pesquisas realizadas sobre os geraizeiros do Alto Rio Pardo como os de Dayrell (1998, 2000, 2011, 2015), Dayrell, L. (2007), Nogueira (2009), Brito (2012; 2013), D'Ángelis Filho (2003), Magalhães e Amorim (2015) e autodemarcações de algumas comunidades como a de Vale das Cancelas que foram acompanhadas pelo CAA/NM (2015). O momento de aproximação foi possibilitado pelo CAA/NM e pelo Movimento Geraizeiro, em contato com os povos dos gerais do Alto Rio Pardo, atenderam uma demanda para construção do mapa social dessas comunidades a partir de encontros, reuniões e trabalhos que foram desenvolvidos na região há algumas décadas.

A segunda etapa ocorreu nos dias 01 e 02 de dezembro de 2017, esse momento foi marcado por reuniões com vários moradores das comunidades e o desenvolvimento das oficinas em conformidade com o PNCSA. Foram realizadas duas oficinas, uma sobre memória, com a finalidade de compreender a história da comunidade a partir das vivências e uso do território; e outra sobre mapeamento, no qual, foi possibilitado o treinamento com o GPS para plotagem dos marcos, lugares e limites territoriais que seriam coletados posteriormente pelos comunitários.

A terceira etapa ocorreu nos dias 27 e 28 de janeiro de 2018 e foi a continuação da etapa anterior, permitindo, portanto, compreender com mais detalhes a história das comunidades e a própria configuração territorial. Ao longo destas etapas as comunidades foram acrescentando informações sobre suas vivências, sobre os tempos pretéritos e presente, sobre as características e limites territoriais, que em conjunto permitiram a construção do croqui (principal produto para construção do mapa social). A última etapa ocorreu nos dias 05, 06 e 07 de abril de 2019 e teve como objetivo validar o mapa social da comunidade. Neste momento, percorri alguns trechos do território, acompanhados por alguns moradores, para compreender e checar algumas informações sobre a geomorfologia, a chapada, a lagoa Grande, o território intercomunitário, a comunidade Menino Deus, marcos históricos entre outras informações (FIG.21).

Figura 21 - Reuniões e oficinas com as comunidades geraizeiras



Fonte: Acervo do autor, 2018/2019.

A pesquisa de campo no Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande foi a mais complexa para ser realizada, inicialmente por considerar ser um território não conhecido academicamente e por mim. Trata-se de um território vasto e de difícil acesso, principalmente durante a estação chuvosa, em que as estradas tornam-se quase intransitáveis devido ao solo argiloso com formação de lamaçais, exigindo destreza para locomoção. Em determinados momentos era necessário deixar o veículo a alguns quilômetros dos locais onde aconteciam as reuniões, pois o trajeto com automóvel se tornava inviável. As estradas se mostravam como labirintos intercalados no meio das chapadas cobertas por eucalipto, sendo necessário o uso

constante do GPS para orientação e uso de marcações, que foram sendo construídas para facilitar as próximas etapas no campo.

Na última etapa, ocorreu um problema elétrico no veículo que nos transportava, em um lugar ermo e sem acesso à rede de telefonia celular. Esse imprevisto nos obrigou a abandonar o veículo e caminhar por aproximadamente doze quilômetros até a residência mais próxima, num entardecer que logo se faria noite escura, no meio de caminhos traçados nas plantações de eucalipto e de um mosaico de vegetação do cerrado. Considero relevante narrar esse inusitado episódio, uma vez que, mesmo sem objetivar nesta tese, realizar uma caminhada transversal, esta ocorreu de forma espontânea e se mostrou como uma significativa técnica para a apreensão da realidade material e simbólica daquela comunidade e das demais comunidades. Despontando, desta maneira, como essencial dentro do contexto de mapeamento social para uma Cartografia Catrumana.

A caminhada transversal é uma técnica comum em estudos da agronomia e da Antropologia, e consiste em percorrer uma determinada área ou propriedade, acompanhado de um informante local, observando todo o agrossistema. Nesta técnica, todo o percurso é representado através de esquemas pelo “anotador” que, além de estar atento à “paisagem”, deve ainda indagar ao informante sobre questões pertinentes ao local, como por exemplo, forma de ocupação, posse da terra, problemas ambientais, situação do passado, realidade presente, perspectivas futuras, entre outras. São estas informações que auxiliarão a composição dos esquemas, facilitando o entendimento das questões que o pesquisador está buscando compreender (ALENCAR & GOMES, 2001).

A caminhada mostrou-se, inicialmente, como um desafio, no entanto estava acompanhado por três geraizeiros da comunidade e pude contar com a orientação, a experiência e o conhecimento do lugar. Após trinta a quarenta minutos de caminhada, passamos por um lugar onde eles decidiram que iríamos “cortar caminho pela picada”. Indagando-os sobre o que seria a “picada”, a resposta veio de imediato, através da explicação de Seu Duta:

Essa picada aqui eu e Téo fazemos todo ano, a gente vem aqui com a foice e fazemos esse aceiro no meio do eucalipto para marcar o nosso território, é pra os plantadores de eucalipto “saber” que aqui tem gente e dono! (Anotações de campo, sobre a fala do Senhor Adão, “Seu Duta” na caminhada noturna, 06 de abril de 2019).

A picada era realizada a mais de duas décadas e todo o ano eles retornavam ao local para marcar onde costumavam encontrar o gado durante o período das soltas. Esse lugar, antes uma pastagem natural, hoje se encontra sobreposto por eucaliptos (FIG. 22). Essa marcação

realizada periodicamente, pode ser compreendida como uma forma de resistência comunitária quanto a expropriação territorial, semelhante às ações que Ramachandra Guha abordou em seu livro *The Unquiet Woods*, sobre as iniciativas populares do movimento Chipko no norte da Índia, que resistiam ao processo de florestamentos exóticos introduzidos pelo domínio colonial sobre seus territórios, marcando esse movimento rural pelas ações de resistência e dissidência. Nos gerais, outras ações de resistência foram realizadas por alguns moradores como a retirada das cercas e dos piquetes de marcações topográficas. Como pode ser compreendido pela fala de um geraizeiro:

Eles iam com aquele aparelho, como que chama mesmo? Que serve pra medir as terras? [Estação topográfica] marcando o lugar e colocando os piquetes e a gente ia atrás arrancando tudo, depois de umas duas horas um deles falou assim: Ah! “Vamo bora fulano!” não adianta a gente fazer o serviço, eles tão arrancando os piquetes... isso aqui é perda de tempo (Fala de um morador da comunidade geraizeira, o seu nome foi mantido no anonimato, 07 de abril de 2019).

Os piquetes serviriam para marcar as glebas de terra a serem destinadas à expansão do plantio de eucalipto. O trabalho era realizado por uma equipe de topógrafos contratados por uma das fazendas de eucalipto e a retirada desses piquetes acontecia logo em seguida à sua fixação por um grupo de geraizeiros. A este respeito, a comunidade considera importante registrar que, dentre as suas práticas de resistência, apesar dos impactos sofridos, nunca utilizou de fogo para queimar as plantações, em respeito ao que era “do outro” e, sobretudo, por trazer prejuízos ambientais ao território, aos mananciais e a própria população.

Figura 22 - A picada: uma forma resistência nos gerais



Fonte: Acervo do autor, 2019.

A caminhada transversal foi se mostrando como uma importante experiência de campo, com muitas particularidades elucidativas da cartografia própria e dos processos da construção territorial. Mostrou-se diferente das demais etapas até então realizadas, haja vista que na Nova Cartografia Social, o pesquisador não precisa necessariamente percorrer o território, pois, para a NCS o ato de cartografar deve ser realizado, sobretudo, pela comunidade, cabendo à equipe de cartografia do Projeto, incluir os pontos nos softwares para produção do mapa social. Contudo, com essa experiência nos gerais, até por não estar inserida no PCSDS, possibilitou verificar a necessidade de técnicas apropriadas. Especialmente durante essa caminhada, foi possível entender detalhes sobre o modo de vida desses povos, sobre suas relações sociais seu território e cosmografia. Dessa forma considero percorrer o território a ser mapeado, juntamente com representante da comunidade, um elemento técnico essencial. Longe de ser comparado ao

que Foote Whyte vivenciou em Corneville - descrito em *Sociedade de Esquina*²⁹ - por se tratar de um contexto histórico, temporal, social, político e cultural, totalmente distinto, essa caminhada favoreceu identificar padrões, no que tange às relações homem-natureza, a partir da observação de três geraizeiros, que acabaram por se mostrar generalizantes sobre o modo de vida dessas comunidades.

Na prática, fui percebendo como eles construía sua cartografia, sua cosmografia, os elementos que usavam para se orientarem, o geo-grafar. Seja através das estrelas; pelas silhuetas das chapadas no horizonte, quando eram possíveis de serem visualizadas entre as longas faixas de uma floresta homogênea e a claridade da lua nova que pouco iluminava o caminho; pelos mosaicos de vegetação que se intercalavam entre os plantios eucalipto; pelos córregos secos; através dos marcos históricos; por árvores centenárias que configuravam marcos de direção, distância ou limites; ou pelas diferentes colorações de solo que variavam entre o branco e o vermelho. O trajeto, em maior parte por uma trilha, que era trecho da antiga estrada cavaleira, a qual, foi construída no sentido Leste-Oeste. Os informantes (geraizeiros), durante a caminhada, demonstravam conhecimentos da natureza, das aves e das plantas, com os quais, possivelmente, um botânico ou um ornitólogo ficariam maravilhados. De acordo com os geraizeiros, as estradas ou carreadores cavaleiros são traçados, principalmente, quando passam por áreas de matas fechadas, no sentido que a lua nasce, pois assim sua claridade facilitava o tráfego das tropas, refletindo seu brilho por todo o caminho e sem interferência das árvores, que poderiam sombrear a estrada, caso fosse traçada em outra direção.

O percurso durou aproximadamente cinco horas, mas aparentemente pareceu bem menos. A caminhada foi marcada pelas histórias e memórias das viagens que eles realizavam desde jovens em direção à cidade de Rubelita e Salinas, para venderem o excedente da produção agrícola; pelos relatos da vida cotidiana e dos ancestrais; das festas que frequentavam; do trabalho duro na lavoura; da vida antes e depois da chegada da energia elétrica³⁰; da fatura de água e alimentos; do processo de expropriação territorial; do Movimento Geraizeiro; da

²⁹ *Sociedade de Esquina* é uma etnografia escrita por Foote Whyte (1943), uma área degradada e pobre da cidade de Boston, na qual o autor analisa a percepção dos moradores sobre “suas realidades e *locus* social”, ou seja o “ponto de vista do nativo”, inspirado por Malinowski, para tal análise o autor passou quase quatro anos convivendo com algumas pessoas (seus informantes) dentro da comunidade o que permitiu que ele descrevesse a organização social de Cornerville.

³⁰ As comunidades geraizeiras pesquisadas só tiveram acesso à energia elétrica em meados da primeira década desse século com o programa do governo federal “Luz para Todos”. Essa fonte de energia possibilitou uma melhoria significativa para a qualidade de vida das famílias principalmente pelo uso da geladeira para armazenar e manter os alimentos conservados; uso de telefonia celular e por máquinas elétricas que permitiram realizar trabalhos com um menor esforço físico, sendo de fato muito positivo para uma população, caracterizada pelo processo migratório dos jovens que se encaminham para as cidades e pelo crescente número de idosos.

resistência e das mudanças no território, ocasionadas pela chegada dos plantios de eucalipto nas chapadas, que viriam modificar drasticamente a paisagem e afetar a disponibilidade dos recursos naturais, em especial a água. Ao longo de todo o trabalho de campo, esse momento foi único, mas suficiente para compor o entendimento dos processos de construções territoriais. Pude compreender que, por mais dificuldades que esses agricultores enfrentaram e ainda enfrentam no seu cotidiano, marcados pelo tempo, demonstrando sentir os efeitos da velhice, os geraizeiros, Seu Duta, com sessenta e quatro anos, Téo, com sessenta e cinco anos e Seu Felismino com setenta e dois anos, não lamentavam em momento algum sobre suas vidas e não demonstraram nenhum cansaço físico em percorrer os doze quilômetros a pé, afinal quem estava em um ambiente diferente era o pesquisador, que no início da caminhada “só estava era entretido na ideia dos lugares de saída e de chegada” (ROSA,1996). A caminhada foi se transformando em travessia, primeiramente a intenção foi passar rapidamente pelas plantações de eucalipto, achando que iria sair num ponto, mas acabou chegando em outro e, ao final, percebi um vasto campo teórico/metodológico a ser explorado e que, nesta tese, foi percorrido a partir de uma perspectiva decolonial e catrumana.

4.3.2 – As Temporalidades do Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande

A pesquisa de campo permitiu sistematizar a história da comunidade em três temporalidades, o Tempo das Estradas Cavaleiras, o Tempo do Eucalipto e o Tempo do Movimento Social. Essa distinção de temporalidades está associada às principais transformações que ocorreram no território e que implicaram em mudanças no modo de vida das comunidades.

O Tempo das Estradas Cavaleiras é marcado pela nostalgia, pelas lembranças de como era a vida nos gerais antes da década de 1970, dos parentes que se foram, da fartura de alimentos, das águas, da fé, da religião e também das dificuldades, pois era necessário muito trabalho para cultivar e vender o excedente da produção, assim como era difícil ter acesso a tratamentos de saúde. Tanto os homens como as mulheres trabalhavam nas lavouras, mas as tarefas domésticas e a criação dos filhos eram realizadas, sobretudo, por elas, enquanto o manejo com o gado, a construção das cercas, das casas, a manutenção das pastagens e a venda do excedente da produção eram executadas, quase exclusivamente, pelos homens.

Durante o trabalho de campo foi possível observar a divisão sexual do trabalho através das narrativas e nos momentos que ocorriam as oficinas, possibilitando a compreensão do seu

reflexo na participação da comunidade durante a construção do mapa social. Era comum que a maior parte das mulheres ficasse na cozinha preparando as refeições, com raras exceções participavam das discussões nas oficinas. Isso se apresentava completamente diferente da comunidade Quilombola de Buriti do Meio e o motivo dessa diferença, na divisão do trabalho entre homens e mulheres nessas comunidades, pode estar associado à arquitetura dos seus modos de vida. O fato dos homens da comunidade quilombola migrarem sazonalmente para a colheita de café, no sul de Minas Gerais, contribuiu para que as mulheres ficassem responsáveis por cuidar das casas, dos filhos e de resolver outras questões que exigiam sair da comunidade e se deslocar até a cidade onde experienciavam outras relações sociais, cabendo a elas o trabalho com o artesanato e a sua comercialização. É frequente a participação feminina em feiras para a venda do artesanato, esses eventos ocorrem em diferentes cidades, alcançam públicos diversos e conseqüentemente uma maior aproximação entre as responsáveis pelas vendas dos produtos e a academia, que é um espaço democrático e de estudos dessas relações sociais.

Dessa maneira as mulheres da comunidade Quilombola de Buriti do Meio foram se tornando responsáveis pela associação de moradores, pelas atividades de cunho mais burocrático, portanto ampliando sua autonomia e liderança junto à família, devido à ausência dos homens durante a migração (COSTA, 2016). No desenvolvimento das oficinas do PCSDS foi fundamental a participação delas na construção do mapa social da comunidade de Buriti do Meio.

Nas comunidades geraizeiras pesquisadas, historicamente os homens, tornaram-se responsáveis pelos deslocamentos pendulares ou sazonais para as feiras, local de venda do excedente da produção, enquanto as mulheres permaneciam nas casas numa forma de isolamento da vida urbana devido as distâncias entre os lugares, cabendo a elas a realização de outras tarefas (como alimentar os filhos, cuidar da horta, dos animais de menor porte como galinhas e porcos) e principalmente a gestão da despensa. Essa é uma característica muito peculiar das comunidades geraizeiras, que não foi observado nas comunidades Pau de Léguas e Buriti do Meio, a existência de uma despensa, que é um cômodo geralmente anexo à cozinha, com porta cerrada na maior parte do tempo e janelas fechadas (um impeditivo da entrada de animais e insetos). Na despensa guardam praticamente todos os alimentos consumidos pelo núcleo familiar ao longo do ano. É uma espécie de banco de alimentos e literalmente o banco financeiro das famílias geraizeiras, pois o estoque de alimentos é facilmente convertido em dinheiro quando há necessidade. Durante uma conversa com um dos geraizeiros, Seu Manoel “Téo” aludiu sobre a renda e a importância da despensa:

A gente produz os mantimentos que a gente precisa, quando não tem jeito a gente vai a até a cidade e compra, hoje o dinheiro aparece mais [...] passa gente aqui e a gente vende umas coisas, um porco, uma galinha, essas coisas... mas antes não era assim. O dinheiro da gente ficava era na despensa, 6 sacos de café, 8 de feijão, não sei quantos queijos e requeijão, latada de banha [...] o porco a gente matava e fritava a banha, colocava numa lata e colocava a carne dentro, era a geladeira [risos]. Se precisasse de um dinheiro... motivo de uma necessidade, era só ir lá e pegar as coisa e vender na feira. O dinheiro facilitou muito... mas antigamente a gente ficava sem poder sair daqui por causa da chuva “era” muitos meses, ou então nas secas bravas, se não tivesse a despensa a gente passava dificuldade. Toda casa daqui até, Menino Deus, Córrego dos Gerais, Aparecida, todo lugar, “cê” vai numa casa e lá tem a despensa (Conversa com Seu Manoel no dia 28 de outubro de 2017).

Neves (2012) observou o uso da despensa em uma comunidade vazanteira localizada no rio São Francisco onde parte da comunidade vive em uma ilha, se deslocando para a terra firme somente em momentos ocasionais de inundação. Nas residências onde as famílias moravam integralmente ou pelo menos a maior parte do tempo era comum o uso da despensa que tinha função semelhante às comunidades geraizeiras:

[...] os alimentos destinados ao consumo humano são armazenados em diversos recipientes, e estocados na chamada despensa, que é um pequeno quarto com pouca iluminação, destinado exclusivamente à conservação e armazenamento dos alimentos. Geralmente tem-se o cuidado de utilizar madeiras de cedro (*Cedrela odorata L.*) nas prateleiras para minimizar o ataque de determinados insetos, como os carunchos. Utilizam-se também folhas de tabaco e o pó de café para repelir pragas indesejáveis, mas quando estas técnicas ainda não se mostram eficazes e os grãos são atacados por insetos, estes são deixados ao sol, a fim de expulsar os invasores devido ao excesso de calor e luminosidade (NEVES, 2012, p. 98).

A comunidade vazanteira de Pau de Léngua que está à jusante do rio e relativamente próxima a comunidade da Ilha do Jenipapo, mencionada acima, não possui despensa nas casas devido a sua insegurança em permanecer no território e os risco de uma inundação, o que faz com que eles se desloquem diariamente entre o território e a cidade, portanto por questões estratégicas não é seguro estocar alimentos nas casas que estão dentro do território passível de ser expropriado e ou inundado. Na comunidade quilombola devido a proximidade com os centros urbanos, a dificuldade em produzir alimentos por causa chuvas escassas, pela renda obtida pela venda do artesanato, trabalhos assalariados, aposentadorias entre outros, faz com que a despensa não seja uma prioridade para a segurança alimentar dessas famílias como foi no passado, pois o acesso e a compra de produtos alimentícios se tornou mais viável.

Quanto às comunidades geraizeiras, a despensa faz parte da identidade e construção social desses povos. Sua gestão é realizada pelas mulheres, são elas que fazem o controle do estoque de alimentos, que regulam as saídas e zelam para que o local não seja invadido por

insetos e roedores. Estas características revelam muito sobre o modo de vida geraizeiro e o papel da mulher sobre a gestão do alimento.

Desde a década 1960 a antropologia se debruçou sobre esse universo que é o estudo antropológico da comida, período no qual a Revolução Verde mudaria os hábitos alimentares de muitas populações de forma globalizada nas décadas seguintes. Nos estudos de alguns antropólogos especialmente os franceses e anglo-saxões como Claude Lévi-Strauss, Jean-Paul Aron, Jean-Pierre Poulain, Jean-Louis Lambert, Jack Goody, Anne Murcott, entre outros, a comida torna-se a ser um foco de estudo. Claude Fischler (1988) analisou de que maneira a alimentação passa a ser percebida como construtora da identidade individual, e um marco na sociologia da alimentação, ou como ela serve de análise para o comportamento e diferenciação social, conforme abordado por Pierre Bourdieu (1984). No contexto brasileiro vale apontar a obra de Carlos Rodrigues Brandão (1991) na obra “Plantar, Colher e Comer” que debruça sobre a vida cotidiana do campesinato goiano por meio da alimentação. Da mesma maneira Woortmann (1986, 2004) estudou sobre alimentação em grupos tradicionais com foco para a relação entre alimentação e gênero, família e parentesco, bem como percepções sobre impactos da produção de alimentos no meio ambiente.

Como não é objetivo aprofundar nessa discussão sobre divisão sexual do trabalho nessa tese, não foi realizado um estudo mais profundo dessas relações, no entanto como o território é formado também pelo trabalho diário, cotidiano e pelas relações de poder, é pertinente apontar algumas observações sobre a dinâmica do trabalho entre homens e mulheres.

A condição da mulher no meio rural brasileiro se constitui numa configuração muito peculiar, pois não há separação entre os espaços de atuação, fazendo com que elas tenham uma dupla jornada de trabalho, muitas vezes subestimada, subsumida no mundo doméstico, como um não trabalho, devido a suas especificidades como mãe, dona de casa e esposa. Geralmente a jornada inclui o cuidado com as crianças, anciãos e doentes, a preocupação e zelo para a família permanecer unida, ter garantido o abastecimento de água e do alimento diário, a ocupação do corte e coleta de lenha que exigem muito esforço físico, tudo numa jornada diária que se inicia na madrugada e vai até o momento que todos vão dormir (SILVA e PORTELLA, 2006).

Para a moradora da comunidade Bom Jesus localizada no município de São João do Paraíso, Maria Aparecida “Cida”, que participou ativamente das oficinas realizadas com as comunidades pesquisadas, o papel da mulher ainda é elementar no campo de ação das lutas territoriais, como pode ser depreendido da fala a seguir:

A primeira vez que eu fui numa reunião foi há oito anos, mas é certo que tem um cinco anos que eu vou em quase todas, já fui nos Xacriabá umas três vezes, em Montes Claros, Brasília, Beagá [Belo Horizonte], Diamantina, no ano passado em outubro em Januária [Encontro dos Veredeiros] eu vou em todos que posso, porque é importante a minha comunidade estar ciente e entendida do que está se passando, eu vou também porque sou mulher e é preciso que a mulher também tenha espaço, a mulher não deve ficar só cuidando das casas, das coisas... sei que é mais difícil pras mulheres saírem, é mais complicado deixar as crianças, a casa e saírem, mas é preciso. Não existe território sem a mulher! (Relato de Maria Aparecida “Cida”, moradora da comunidade Bom Jesus – São João do Paraíso- MG, 28 de janeiro de 2019).

Conforme Dayrell (2019), os movimentos sociais tendem a promover maior unidade entre as mulheres, encorajando-as nas causas relativas ao território e ao modo de vida. Para o autor, no Movimento Geraizeiro elas:

[...] ganharam uma força extraordinária e dão sustentação às ameaças e embates travados. É com elas que se festeja o cotidiano ordinário e extraordinário em cada comunidade. A água se tornou claramente uma bandeira de luta que as mulheres assumem fortemente a liderança ao lado de seus companheiros de lutas. E assim a luta se renova nos processos vividos pelos geraizeiros. E propicia a quem com eles se relacionam a renovação da maneira de olhar para essas questões (DAYRELL, 2019 p. 231).

Na primeira etapa de pesquisa, pude acompanhar uma moradora da Comunidade Jacu, conhecida como Dona Maria, que foi minha anfitriã durante a maior parte da pesquisa de campo. Em determinado dia a acompanhei até a “mina” para apanhar a água de consumo diário da família (FIG. 23). Percorremos em média dois quilômetros por uma trilha que passava por uma colina e córregos secos até o local onde havia a cisterna no meio de uma mata de galeria, onde foi possível encher várias garrafas e um recipiente maior que a moradora, após muita resistência, permitiu que outra pessoa levasse o vasilhame que continha aproximadamente vinte litros de água.

Figura 23 - A coleta da água de consumo



Fonte: Acervo do autor, 2017.

Durante a estação seca (que se estende de junho a outubro), a moradora faz esse percurso pelo menos duas vezes por semana para coletar a água para o consumo da família. Essa atividade é descrita da seguinte maneira:

Duta [Seu Adão – esposo] tá com a coluna muito ruim e ele não pode me ajudar, os meninos foram tudo pra cidade e ai eu tenho de pegar a água, mas antigamente não era assim não, a água vinha na nossa porta, mas depois que acabaram com as chapadas, por causa desses eucalipto, a água acabou. Duta tinha até colocado essa mangueira ai e a água ia até lá em casa, mas agora não vai mais... aquela água que tá chegando na torneira vem dum tanque lá de cima, mas tá muito barrenta, não dá pra beber não! (Conversa com dona Maria, durante o percurso para coletar água potável, 28 de outubro de 2017).

A fartura de água, no passado, permitia que as famílias se dedicassem a outras atividades, o tempo era mais racionalizado, nos quintais haviam árvores frutíferas em grandes quantidades e variedades, os regos d'água formavam canais que irrigavam as plantas e saciava a sede das criações, não havia necessidade para apanhar água, pois ela chegava até as casas. O número de moradores nas comunidades era maior, as famílias tinham muitos filhos e todos

ajudavam nos processos produtivos da propriedade, contudo, o êxodo rural que é um fenômeno marcante na segunda metade do século XX no Brasil, contribuiu, de forma indireta, para o envelhecimento das populações rurais a partir da migração dos jovens. Apesar de não ter sido realizado um censo para essa pesquisa, foi observado, durante as oficinas, que a população é composta por pessoas idosas, assim como a presença de poucas escolas nas comunidades, fato que foi relatado pelos moradores como na fala do senhor José Pereira:

Antigamente aqui tinha mais gente, mas os filhos foram pra cidade para buscar uma vida melhor. As coisas ficaram mais difíceis, a chuva tá pouca e os rios secaram quase tudo, fica difícil “de se manter” aqui, ai eles vão embora (Relato de José Pereira, dia 28 de janeiro de 2018).

O envelhecimento da população é uma realidade nas comunidades e isso afeta a produção de alimentos, uma vez que a idade avançada e os problemas de saúde impõem limites para o trabalho nas propriedades que exigem muito esforço físico. Os moradores relataram que nas décadas de 1990 e 2000, o êxodo rural foi mais acentuado devido às transformações que o território sofreu após a implementação dos plantios de eucalipto, cujos impactos começaram a ser potencializados e sentidos nesse período.

Em tempos passados os geraizeiros dessas comunidades se dedicavam ao plantio de grande variedade de alimentos, estocavam a produção e o excedente era comercializado nas feiras de Rubelita e Salinas, que, em média, estão distantes respectivamente a dezoito e quarenta quilômetros das comunidades. O trajeto para essas cidades era feito pelas estradas cavaleiras, como rotas de comércio e circulação, abertos provavelmente, em meados do século XVIII, conforme relatos dos geraizeiros ao lembrarem as histórias de seus ancestrais que já trafegavam por esses caminhos, num movimento de ir e vir entre os lugares.

Os movimentos pendulares, de acordo com Moura *et. al.* (2005) ao abordarem os espaços urbanos, apontaram que estes ocorrem na segmentação dos espaços de moradia, trabalho e lazer, ou seja, o fluxo, a mobilidade, ocorre no “não lugar”. Conforme Augé (2004,) os “não lugares” referem-se, as instalações necessárias à circulação acelerada das pessoas e bens como as vias expressas, os trevos rodoviários, os aeroportos entre outros. Em estudos preliminares Relph (1976, 1979) denomina esses locais, esses espaços que são construídos sem experiência afetiva de “*placelessness*”, na tradução para o português Silva e Silva (2004) optaram pelo termo “deslugar” para representar as paisagens monótonas, clonadas e mesmo desprovidas de identificação.

No caso das comunidades do Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande, a estrada cavaleira se construiu por meio de uma articulação entre os lugares, ou seja, o movimento pendular de ida e retorno das feiras para venda dos produtos ao longo do ano, é um elemento do modo de vida geraizeiro. A estrada e o movimento pendular são constituintes da identidade e da territorialidade e, portanto, nessa concepção, a rede como local de fluxo entre as comunidades e o urbano, não deve ser entendida como um deslugar, ao contrário, as estradas cavaleiras se apresentam como lugar de engajamento repleto de significados.

Bonnemaison (1981) *apud* Holzer (1999, p. 74) aponta que o território “é um conjunto de lugares hierárquicos, conectados por uma rede de itinerários [...] os grupos e as etnias vivem certa ligação entre o enraizamento e as viagens”. Para os geraizeiros do Território Jacu da Lagoa Grande, o seu território é fruto, também, dessa mobilidade, construindo-se, de certa maneira, “na travessia” (conforme a expressão roseana).

Neves (2012) observou que na comunidade vazanteira da Ilha do Jenipapo, esse ir e vir é um elemento de construção da identidade, na pesquisa de campo com os vazanteiros de Pau de Léguas esse fato também pode ser identificado. A diferença entre a mobilidade pendular entre os vazanteiros e geraizeiros pesquisados está associada à frequência, o meio de transporte e a distância. Enquanto os vazanteiros realizam o movimento pendular, na maior parte das vezes, diário, entre o território e a cidade, cuja “estrada” é o rio São Francisco, usando barcos e canoas, percorrendo, em média, distâncias inferiores a cinco quilômetros, os geraizeiros construíram historicamente caminhos no emaranhado de serras, chapadas, colinas e vales com distâncias que ultrapassavam cinquenta quilômetros³¹. Percurso que faziam, semanalmente, em determinadas épocas do ano. Para os geraizeiros o meio de transporte usado eram os animais de carga e se organizavam por uma logística própria, com geraizeiros responsáveis por comandar as tropas e aqueles que iam à frente para preparar o local de acampamento e alimentação. Em alguns casos havia necessidade de acampar na mata para prosseguir com a viagem no dia seguinte. Seu Duta, narra como eram essas viagens pela estrada cavaleira:

A gente preparava a tropa bem antes de viajar, as mulas ficavam num piquete, tinha de ser ferradas senão não aguentava a viagem. A gente preparava tudo para colocar nas buracas [alforje feito de couro de gado], eram duas, pra cada mula ou cavalo... a gente

³¹ Devido a extensão do Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande, as rotas as quais percorriam, poderiam variar de 20 a 50 quilômetros, quando o destino era a cidade de Salinas. Às vezes preparavam a tropa durante a manhã e partiam até a região de São José, localidade que fica no meio do caminho até Salinas e por volta das uma ou duas horas da manhã, seguiam a viagem para chegarem a feira nas primeiras horas da manhã. A rota tradicional, pela qual chegavam em Salinas era conhecida como carreador do muro de pedras, devido a construção antrópica feita com pedras, que servia de cerca entre propriedades. Esse tipo de construção foi observado no Quilombo de Buriti do Meio e inserido no mapa social da comunidade.

levava, laranja, café, rapadura, banana, feijão, amendoim, galinha, carne de porco, ovos, ... que era enrolado na palha de milho, senão não chegava um inteiro. Deixava tudo pronto num dia e saía de madrugada... quando ia pra Rubelita a gente ia direto, mas pra Salinas, a gente arrumava tudo de manhã e saía meio dia, no final da tarde chegava em São José, lá eu dormia na casa do meu irmão e de madrugada saía, pra chegar bem cedo em Salinas. Tinha vez que a gente encontrava outras tropas pelo caminho, aí era uma peregrinação... tempo bom. Quando chegava na feira o povo vinha tudo correndo pra comprar, naquela época eles chamavam a agente de geralista, geraizeiro, eu nem sabia direito o que isso significava, mas eu sabia que a gente era diferente do povo da cidade. A gente vendia as coisas e comprava outras, sal, querosene, agulha, pano [tecidos], ferradura, pólvora, uma ferramenta, as coisas de precisão (Relato do Senhor Adão, concedido ao autor no dia 02 de dezembro de 2017).

A tropa era preparada antes da viagem, os animais de carga, precisavam estar ferrados, bem alimentados e os produtos eram embalados, envolvendo toda a família nesse trabalho. O trajeto era realizado pelos homens, raras exceções as mulheres os acompanhavam, fato que acontecia quando havia a necessidade de visitar um parente doente ou tratar da própria saúde. Havia locais específicos na estrada cavaleira para o pernoite, seja na casa de algum morador ou mesmo em algum ponto da estrada. Nas viagens mais longas, nesse caso para Salinas, um grupo partia à frente para preparar o jantar, a alimentação ao longo do dia, baseava-se em rapadura, banana, paçoca de carne seca, entre outros de fácil conservação. As viagens ocorriam ao longo do ano, porém eram mais concentradas no final do verão, período no qual havia mais abundância de produtos devido as fartas colheitas. Na figura 24, Seu Duta, expõe alguns dos equipamentos usados para o transporte da produção como as buracas que serviam para levar variados produtos.

Figura 24 - Senhor Adão (Duta) - Morador da Comunidade de Jacu e exposição dos equipamentos das tropas (buracas)



Fonte: Acervo do autor, 2017.

As estradas cavaleiras e seus emaranhados de carregadores, foram construídas a partir das necessidades comerciais, de sustento, ocupação e reprodução social desses povos, um elo entre diferentes lugares que em conjunto se materializam nas territorialidades geraizeiras, entendidas, segundo a proposição de Sack (1986, p. 19), como sendo o “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território ou *homeland*”. Os carregadores eram construídos e aprimorados para encurtar as distâncias e readaptadas para não sobrecarregar a tropa, locais mais íngremes eram contornados por novos carregadores para facilitar o transporte, assim como as travessias de rios.

Algumas rotas eram usadas em períodos de chuva e outras no período de seca. Isso dependia das condições do solo ou dos cursos d’água existentes no trajeto. Desde o início de ocupação da região do Alto Rio Pardo até a penúltima década do século XX, as comunidades geraizeiras, em especial aquelas do Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande, traçaram vários

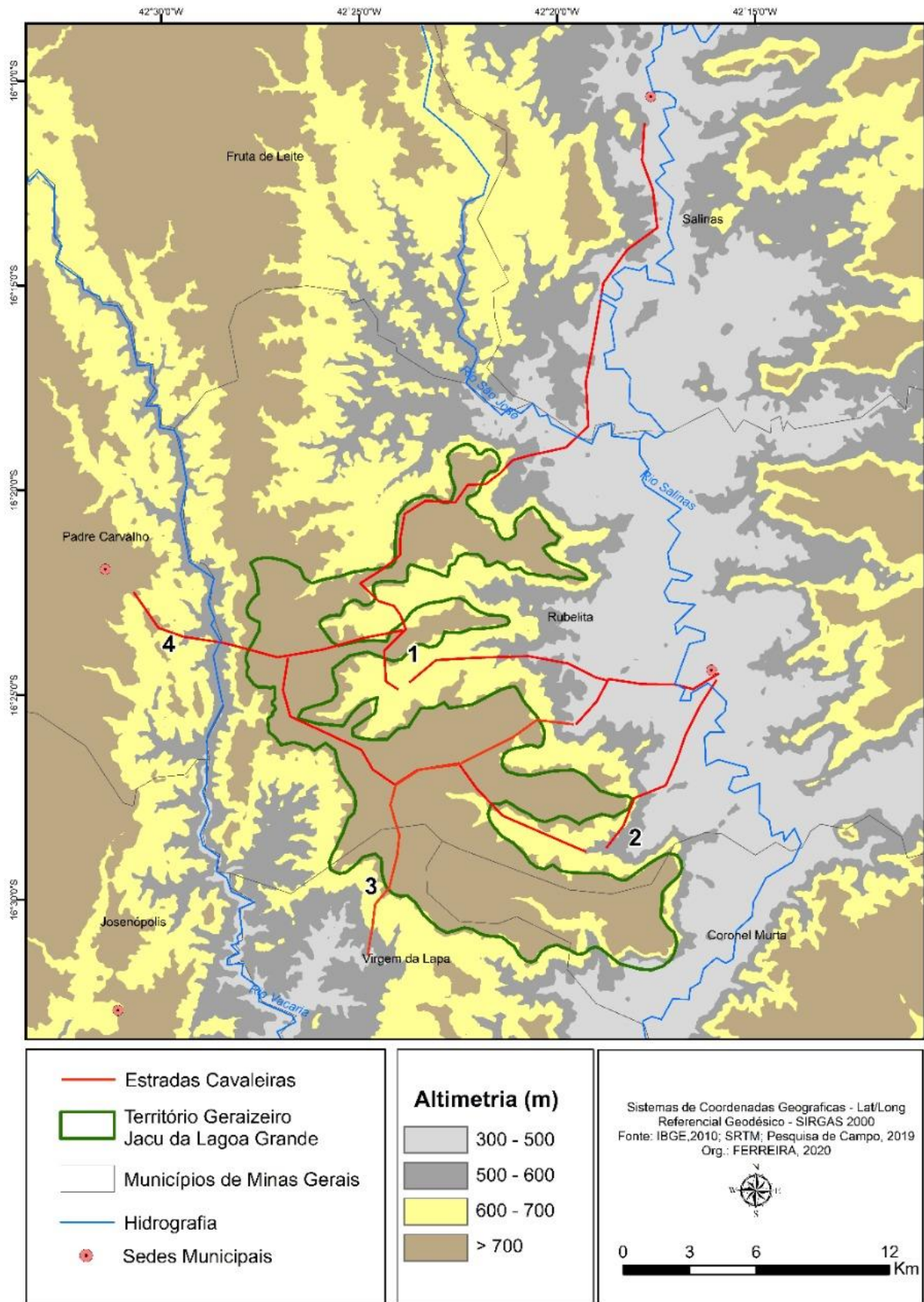
caminhos que receberam denominações conforme características próprias a partir de elementos naturais ou antrópicos, ou seja, um muro de pedras, uma casa no caminho, uma formação rochosa, árvores, vales, entre outros elementos georreferenciais que serviriam, também, de referência para nomear das estradas.

Os traçados dos carreadores, nas áreas de mata mais fechadas, foram construídos no sentido Leste-Oeste, uma forma de orientação, mas também por permitir assim, maior claridade em dias de lua cheia e evitar o sombreamento das matas nos carreadores. Utilizando-se, desta maneira, de saberes próprios para se orientarem, mesmo sem conhecer existência dos pontos cardeais. Desta forma alguns marcos eram usados como referências importantes como a “Leiteira de Antônio Marinho”, árvore da espécie *Tabernaemontana sp* localizada no flanco da chapada em direção a comunidade de São José, rota muito utilizada por geraizeiros que vinham dos vales e passavam pelo tabuleiro. Como já foi apontado, a comunidade Vazanteira de Pau de Léguas utilizava marcos semelhantes para a orientação e referência cartográfica do território, assim como o Quilombo de Buriti do Meio que tem na palmeira *Mauritia flexuosa L.f*, a referência geográfica mediana entre duas comunidades que inspirou o nome da comunidade. O morador da comunidade geraizeira, Seu Duta, comenta sobre a leiteira como marco importante na estrada cavaleira:

Pra gente que conhecia a estrada era fácil chegar até Salinas, mas pra quem não era daqui podia perder nos “carreador”, de noite então era fácil... passava viajante que morava do outro lado da chapada e perguntava pra gente aonde era melhor pra passar e a gente falava pra seguir o carreador mais batido e na descida da chapada virar à direita na Leiteira de Antônio Marinho [...] ou então quando alguém falava, encontrei com fulano lá na leiteira e aí todo mundo sabia aonde era. Mas a leiteira morreu por causa do veneno que eles [fazendeiros/firmas] batiam no eucalipto pra matar o mato. Uma vez eu falei pra Téó: vai chegar um dia que aqui vai virar estrada e não é que virou mesmo! Eu te mostrei aonde era, lá aonde o carro quebrou “com nós” (Relato do Senhor Adão “Duta” em conversa com o autor no dia 07 de abril de 2019).

Durante a pesquisa de campo, um grupo de geraizeiros, composto por mais idosos, rememorando as rotas antigas dos carreadores, traçaram, de forma aproximada, o percurso das estradas cavaleiras. Hoje não é mais possível identificar o seu trajeto original, devido a cobertura do solo pelos plantios de eucalipto. Somente alguns trechos ainda podem ser percorridos, notadamente, aqueles que ligam uma comunidade a outra ou em locais que não foram ocupados pelo agronegócio, seja pelo acesso difícil ou pela resistência das comunidades. Na figura 25, podemos observar as estradas cavaleiras, de acordo com a memória de um grupo de geraizeiros, no que tange a suas posições geográficas.

Figura 25 - Estradas Cavaleiras do Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande



Fonte: Arquivos de campo, organizado por Neves e Ferreira, 2020.

Existiam vários carregadores, que se direcionavam para as estradas cavaleiras. A diferença entre eles é que os carregadores eram mais estreitos e ligavam as casas e propriedades às estradas cavaleiras, enquanto essas eram as principais rotas de escoamento da produção geraizeira e de fluxo de pessoas para o território. Essas estradas saíam basicamente de quatro zonas que estão enumeradas como 1, 2, 3 e 4 (FIG. 25). A rota nº1, escoava os produtos das comunidades Jacu, Aparecida e Riacho do Rancho, Menino Deus, Córrego fundo e Monte Alto. A rota nº 2, saía das comunidades Cachoeira e Córrego dos Gerais, essas duas zonas possuíam rotas que direcionavam a Salinas, via chapada e à Rubelita, descendo em direção ao vale do Rio Salinas. As comunidades que se envolveram na construção da pesquisa de campo estão localizadas nessa vertente da chapada e ao norte que é a comunidade Menino Deus, hoje praticamente está inabitada, assim como Córrego Fundo que tem apenas cinco famílias. Quanto às comunidades que estão nas zonas nº 3 e nº 4, estas saíam do vale do rio Vacaria e cruzavam a chapada, que é o território intercomunitário. É importante frisar que estas comunidades não participaram da pesquisa e construção do mapa social, contudo a construção desse produto, pelos geraizeiros que participaram da pesquisa, levou em consideração o direito que estas comunidades denominadas vacarianas³² têm de usufruir do território. A própria construção do trajeto das estradas cavaleiras considerou as relações de proximidades, vizinhança, cosmografia, territorialidades e identidades análogas entre as diferentes comunidades, independente da sua localização no entorno da chapada.

As territorialidades são concebidas a partir da concepção de Little (2004), cuja multiplicidade de expressões é produtora de um conjunto de territórios com particularidades socioculturais, passíveis de serem entendidas a partir de análises etnográficas, cuja cosmografia que são “os saberes tradicionais, ideologias e identidades coletivamente criadas e historicamente situadas”, permitem a compreensão das relações territoriais particulares de cada comunidade. O autor ainda complementa que a cosmografia de um grupo ou comunidade tradicional “inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele” (LITTLE, 2004, p. 254).

Nesse sentido o território intercomunitário foi construído ao longo do tempo pelas comunidades pesquisadas, como fruto de territorialidades que se apresentam como elementos construtores da identidade desses povos. A cosmografia dos geraizeiros está circunscrita da sua

³² Essa denominação de geraizeiros vacarianos é utilizada pelas comunidades que se envolveram na pesquisa ao se referirem a um conjunto de comunidades que estão na vertente da chapada em direção ao vale do rio Vacaria.

propriedade particular ao território comunitário, construídos pela apropriação e uso dos diferentes espaços que se materializaram em território, seja pela solta do gado na chapada, pela mobilidade nas estradas cavaleiras, pelo extrativismo de recursos naturais, ou pela necessidade das águas que afloram nas encostas das chapadas entre outros.

Com o processo de implementação dos plantios de eucalipto no início da década de 1970, ocorreram várias alterações no território que em poucas décadas iriam resultar em mudanças no modo de vida das comunidades geraizeiras. Esse período é caracterizado, pela comunidade, como o Tempo das Expropriações. Esta temporalidade é marcada pela chamada “modernização conservadora”, resultante de uma política pública apoiada no agronegócio, “camuflada de política desenvolvimentista” que levou ao extremo a dicotomia produção *versus* conservação. O Alto Rio Pardo passou a ser uma área de expansão dessa política baseada na formação de latifúndios com plantios homogêneos de eucalipto para a produção de celulose e carvão vegetal cujo objetivo era o abastecimento da região do quadrilátero ferrífero mineiro, num processo no qual as chapadas passaram a ser fornecedoras de matéria-prima barata para atender o consumo interno e, numa escala global, os interesses dos países desenvolvidos pela demanda de aço e ferro (NOGUEIRA, 2009). A implementação dos maciços do eucalipto na chapada próxima a comunidade de Monte Alto (Brejinho) é narrada pelo morador Téo da seguinte maneira:

Foi do nada, de repente os tratores chegaram, era um trator traçado um de um lado e outro do outro e uma corrente amarrada neles... saiam derrubando tudo, não ficava uma árvore em pé, depois “ateava” fogo, queimava tudo, os bichos saiam correndo, os que aguentavam! os que não aguentavam “morria queimado”, “cê” passava lá e lá tinha, tatu, cobra, tiú, tudo quanto é bicho morto, fazia dó... e as plantas, hã! “Cê” precisava de ver, só tiravam as madeiras de lei, o resto virava cinza, dava até uma dor no coração... o fogo queimava a noite inteirinha até o outro dia e depois o outro e ia... Ai vinha outros tratores e preparava a terra, tombava tudo e vinha “os peão”, gente daqui de perto, as vezes até parente mesmo, que a firma fichava pra plantar eucalipto e matar formiga, porque se não matasse a formiga elas comem tudo. Foi assim durante muito tempo, começou daqui dessa frente e foi indo lá pro outro lado, depois virou só eucalipto até onde a vista alcança. “Cê” não vê mais um bicho ai, sumiram tudo, aqui ne Duta chamava Jacu, porque tinha tanto jacu que era igual a galinha, por isso chamava Jacu (Relato do morador Manoel da Bela Cruz “Téo” em entrevista no dia 28 de outubro de 2017).

Essa modernização agrícola é o resultado das políticas públicas que se iniciaram ainda na década de 1960 sob a égide do discurso do desenvolvimento e da lógica produtivista da revolução verde. Nesse período o espaço rural nortemineiro experimentava a implantação de vários projetos de agricultura irrigada, pecuária intensiva, monoculturas de algodão e nas áreas das chapadas da Serra do Espinhaço, os monocultivos de eucalipto. Essa difusão de um padrão

produtivo calcado na monocultura, contribuiu para a redução da agrobiodiversidade, restringindo o acesso aos recursos naturais por parte das populações locais. No espaço urbano foi implementado, em várias cidades norte mineiras, indústrias têxteis, de cimento, cerâmica, biotecnologia, entre outras, especialmente na cidade de Montes Claros, onde foi construído um parque industrial. Isto ocorre no contexto de inserção da porção norte do Estado de Minas Gerais na área da Sudene, por fazer parte geograficamente do polígono das secas, o que permitiu vultuosos investimentos para essa mesorregião.

Nogueira (2009) aborda que a industrialização e a urbanização contribuíram significativamente para alterar os hábitos de consumo da população com uma crescente substituição da produção artesanal local, incluindo diversos produtos, em especial, os alimentícios para os agroindustrializados. Para D'Angelis Filho e Dayrell (2019) essa mudança nos hábitos de consumo redefiniu o modelo de produção nortemineiro, passando historicamente de exportador para uma condição de importador, o que afetou de forma direta os mercados e feiras livres, espaços importantes para as comunidades rurais camponesas. Modificou ainda o desenvolvimento de atividades comerciais como as dinâmicas de sociabilidade tradicionais.

Com a implementação dos plantios de eucalipto e o cercamentos das terras livres, as estradas cavaleiras foram sendo fechadas paulatinamente, os caminhos ou carreadores como a população local os denominam, diminuíram drasticamente e em alguns percursos substituídas por estradas para tráfego de veículos automotores, traçadas em rotas menos íngremes, porém mais longas. Em pouco tempo as estradas cavaleiras foram perdendo sua função e as distâncias se tornando maiores, o que terminou por comprometer as viagens com as tropas, pois, em alguns casos, a rota que tinha uma distância de vinte quilômetros foi substituída por uma estrada ou rodovia com quarenta ou cinquenta quilômetros, inviabilizando o movimento pendular e conseqüentemente o abastecimento das feiras livres pelos geraizeiros. Alguns moradores, com o passar do tempo, se adaptaram à realidade “moderna” e continuaram a fazer o percurso com veículos automotores como pode ser compreendido pela fala do Seu Duta:

Eu comprei esse corcel ai, que “cê” tá vendo, já levei coisa demais pra Salinas com ele, mas nem por isso deixei de ser geraizeiro, porque não é porque a gente tinha um carro que a identidade da gente mudou. Mas depois de um tempo ficou muito perigoso passar na estrada, “cê” conhece o asfalto sabe do que eu estou falando, tem muita carreta e também porque não tenho carteira [habilitação para conduzir veículo automotor] ... esse carro tá parado ai tem muitos anos. (Relato do Senhor Adão “Seu Duta”, concedido no dia 28 de outubro de 2017).

Conforme Veloso (2004), toda cultura é um sistema dinâmico cuja própria essência é a permanente transformação e não somente a soma de uma herança estática da tradição. Nesse

sentido podemos afirmar que a identidade geraizeira, em construção há várias gerações, é moldada por diversos elementos, um dos quais, o movimento pendular realizado entre a propriedade rural e a cidade, mas precisamente para a feira. Uma das práticas que contribuiu para essa característica identitária é o fazer, o ir e vir, a venda do excedente da produção, no qual, o meio de locomoção (independente se é a cavalo ou de carro) é apenas um facilitador dessa ação. As mudanças promovidas pela introdução dos plantios de eucalipto nas chapadas impactaram o *modus vivendi* geraizeiro, no entanto, as comunidades foram recriando novas formas de autorrepresentação, de práticas produtivas e de ação política. De acordo com Nogueira (2009), a tradição e, portanto, a identidade é uma amalgama entre passado e presente forjadas através da criatividade desses povos.

Após duas décadas de implementação dos plantios de eucalipto na região, as firmas perderam a concessão de uso das chapadas, contudo, isso não impediu o avanço das grilagens de terras que, a partir do ano 2000, se intensificaram. Conforme o morador José Xavier, antigos funcionários das firmas quiseram se apropriar das plantações de eucalipto nas chapadas que estavam sendo abandonadas e, para isso, coletavam assinaturas de vários moradores, sem que estes soubessem a finalidade. Em seguida, estes davam entrada nos cartórios buscando o direito de usucapião destas terras. Uma das lideranças do Movimento Geraizeiro, o Orlando, explicou para os moradores como essa ação criminososa era realizada:

Gente olha só, as terras públicas são aquelas que o Estado tem a matrícula e o controle sobre elas, enquanto as terras devolutas são aquelas que o Estado não tem o controle. Ai o que mais a gente vê é uns sujeitos ai dizendo que é dono de terra [...] e praticamente o que a gente vê dizer que aqui é chapada né, as vezes o pessoal diz chapada da firma, mas chapada não é da firma é do Estado, portanto é nosso, tem leis que garante que é nosso, porque nós somos comunidades tradicionais. Tem sujeito ai dizendo que é dono das chapadas, que tem documento, que fulano de tal tem documento, que se mexer com eles vai dar murro em ponta de faca [...] ai pergunto pra vocês, qual a origem desse documento? Como ele foi feito? Se a Terra pertence ao Estado se elas são públicas como eles adquiriram as terras? Foi montando um esquema fraudulento de retificação de áreas no Estado de Minas Gerais, esses caras que saíram pegando assinatura de vizinho e as vezes até assinaturas nas associações, dizendo que os vizinhos tinha assinado pra eles acordando que era confinante, isso é crime! O ministério público está investigando isso daí! Nós [Movimento Geraizeiro] fomos até o ministério público e denunciamos isso, inclusive tá pra sair uma lei que vai nos proteger, que vai nos dar o direito de usar o nosso território, uma lei estadual [...] são muitas comunidades nesse Alto Rio Pardo e a luta tem de ser de todos nós. O Movimento Geraizeiro existe para gente “se somar” porque se a luta for de uma pessoa só, não vai conseguir, por isso temos de estar unidos e juntos na mesma causa (Fala do Orlando, representante do movimento geraizeiro, no encontro do dia 28 de outubro de 2017 na comunidade Jacu).

A Lei 21.147 de 14 de janeiro de 2014, mencionada por Orlando, foi regulamentada pelo decreto 47.289 de 20 de novembro de 2017, o qual instituiu os procedimentos para o

reconhecimento e conhecimento formal da autoafirmação identitária dos povos e comunidades tradicionais, tais como a identificação, discriminação, delimitação e titulação dos territórios tradicionalmente ocupados por povos e comunidades tradicionais e o mapeamento dos povos e comunidades tradicionais. Portanto, essa Lei estadual soma-se a outras legislações de nível nacional e internacional para abarcar os direitos dos povos e comunidades tradicionais.

A normatização sobre a proteção dos territórios tradicionais e dos bens culturais vem sendo tratadas por normas internacionais consistentes e fundamentadas, estabelecendo mecanismos de proteção jurídica aos elementos culturais, materiais e imateriais dos povos e comunidades tradicionais oriundos da relação homem-natureza. O Estado brasileiro, após a constituição de 1988, passou a internalizar algumas dessas convenções internacionais e em consonância criou leis específicas no sistema jurídico, como podem ser observadas no quadro 09.

Quadro 9 - Síntese das legislações internacionais sobre povos e comunidades tradicionais

Legislação Internacional	
Leis, Decretos e Convenções	Proposições
I) Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, promulgada pelo Decreto nº 80.978, de 12 de dezembro de 1977, e aprovada pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 77 de 30 de junho de 1977.	Estabelece mecanismos de reconhecimento e proteção de estruturas com destacado interesse para a humanidade.
II) Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, e aprovada pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002. Com os seguintes destaques:	Busca criar um instrumento internacional vinculante tratando especificamente dos direitos dos povos culturalmente tradicionais. Esta Convenção se aplica aos povos em países independentes que apresentem condições sociais, culturais e econômicas distinguindo-se de outros segmentos da população nacional. A autoidentidade das populações indígenas ou tribais é uma inovação do instrumento, ao instituí-la como critério subjetivo, mas fundamental, para a definição dos povos. Isto é, nenhum estado ou grupo social tem o direito de negar a identidade a um povo indígena ou tribal como tal ele próprio se reconheça. Os conceitos básicos, pelos quais se norteia a interpretação das disposições da Convenção, são a consulta e a participação dos povos interessados e o direito destes povos de decidir sobre suas próprias prioridades de desenvolvimento na medida em que afetem suas vidas, crenças, instituições, valores espirituais e a própria terra que ocupam ou utilizam. A Convenção reconhece o direito de posse e propriedade e preceitua medidas a serem tomadas para a salvaguarda destes direitos em relação à terra e ao território que as comunidades tradicionais ocupam ou utilizam coletivamente.
III) Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 5 de junho de 1992, promulgada	Respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da

<p>pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998, e aprovada pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 2 de 03 de fevereiro de 1994.</p>	<p>diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas; e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas: alínea j do artigo 8.</p> <p>Proteger e encorajar a utilização costumeira de recursos biológicos de acordo com as práticas culturais tradicionais compatíveis com as exigências de conservação e utilização sustentável: alínea c do artigo 10.</p>
<p>IV) Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005, com Instrumento de Ratificação depositado pelo Brasil em 16 de janeiro de 2007, entrou em vigor internacional em 18 de março de 2007), aprovada pelo Decreto Legislativo nº 485, de 20 de dezembro de 2006.</p>	<p>Respeitar e proteger os sistemas de conhecimentos tradicionais, bem como reconhecer a contribuição desses conhecimentos para a proteção ambiental e a gestão dos recursos naturais e favorecer a sinergia entre a ciência moderna e os conhecimentos locais, e, ainda, prevê a integração da cultura nas políticas de desenvolvimento, em todos os níveis, a fim de criar condições propícias ao desenvolvimento sustentável e, nesse marco, fomentar aspectos ligados à proteção e promoção da diversidade das expressões culturais (artigo 13).</p>

Fonte: Ministério Público Federal – 6ª Câmara: Populações indígenas e povos e comunidades tradicionais.

Disponível em:

<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/legislacao/legislacao-povos-e-comunidades-tradicionais>. Adaptado pelo autor, 2020.

No que condiz a Legislação Nacional, a Constituição de 1988, passou a tratar a cultura e os bens culturais de forma mais aprofundada, reconhecendo e protegendo a pluralidade cultural e a diversidade de valores de diferentes grupos étnicos que são integrantes da formação do povo brasileiro³³. Nesse sentido passou a entender que são constituintes do patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, aos quais se inclui, as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. No quadro 10, está apresentado de forma sintética as legislações referentes aos direitos de povos e comunidades tradicionais.

Quadro 10 - Síntese da Legislação Nacional sobre direitos de povos e comunidades tradicionais.

Legislação Nacional	
Leis, Decretos e Convenções	Proposições

³³ O termo “povo brasileiro” é entendido, a partir das ideias de Darcy Ribeiro (1995), sobre a formação da sociedade brasileira formada por três matrizes básicas, indígenas, africanas e europeias que por meio da miscigenação permitiram a formação de uma sociedade singular.

Decreto de 27 de dezembro de 2004.	Cria a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais.
Decreto 13 de julho de 2006. (Revoga o Decreto de 27 de dezembro de 2004).	Altera a denominação, competência e composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais. Entre as competências destaca-se: coordenação, elaboração e acompanhamento da implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais	Preconiza que os territórios tradicionais são espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, utilizados de forma permanente ou temporária. Estabelece como objetivo geral o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia de seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. E especificamente objetiva: I) Garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica (inciso I do artigo 3º); II) Solucionar e/ou minimizar os conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em seus territórios tradicionais e o estímulo à criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável (inciso II do artigo 3º); III) Garantir os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos: inciso IV do artigo 3º.
Portaria SPU nº 89, de 15 de abril de 2010.	Propõe disciplinar a utilização de imóveis da União em favor de comunidades tradicionais com o objetivo de possibilitar a ordenação do uso racional e sustentável dos recursos naturais disponíveis na orla marítima e fluvial, voltados à subsistência dessa população, mediante a outorga de Termo de Autorização de Uso Sustentável - TAUS, a ser conferida em caráter transitório e precário pelos Superintendentes do Patrimônio da União. A autorização prevista no caput poderá compreender as áreas utilizadas tradicionalmente para fins de moradia e uso sustentável dos recursos naturais, contíguas ou não.

Fonte: Ministério Público Federal – 6ª Câmara: Populações indígenas e povos e comunidades tradicionais. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/legislacao/legislacao-povos-e-comunidades-tradicionais>. Adaptado pelo autor, 2020.

Foram necessários mais de uma década, após a promulgação da constituição de 1988, para que a agenda de lutas dos povos e comunidades tradicionais pudesse entrar, de fato, no campo de ação jurídica, a partir de leis, decretos e convenções, possibilitando, a partir de então, a definição do conceito jurídico desses povos como sendo:

“Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica,

utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2007).

O reconhecimento das identidades diferenciadas dos povos e comunidades tradicionais é um avanço na legislação brasileira, pois permitiu a enunciação das lutas e resistências locais, possuidoras de vieses específicos para além da luta por terra, transmutando-se numa luta por território, e, ao mesmo tempo, promovendo a (des)rotulação dos movimentos sociais. A estes, retirando-os do mesmo bojo, no qual, eram compreendidos de forma generalizante como movimentos camponeses ou de trabalhadores rurais. Para dar sustentação a esse raciocínio, a fala do Seu Aelson, durante a pesquisa de campo, apontou a luta da seguinte forma:

A gente tá aqui pra lutar pelo território, não é pra lutar pra aumentar as terra da gente [...] o território é pra todos, até pra quem não é daqui, porque é no território que nasce as águas... e as águas é pra todo mundo, pra quem tá lá ne Rubelita ou até pra quem nem sabe, que a gente que é geraizeiro, existe (Fala do Aelson durante a pesquisa de campo no dia 27 de janeiro de 2018).

A partir das legislações apresentadas, bem como dos objetivos do Movimento Geraizeiro, expressos na fala do Orlando e corroborados durante as oficinas realizadas com as comunidades geraizeiras, foi possível depreender, a partir das narrativas, falas que expressam angústias, expectativas e preocupações destas comunidades, no que tange a perda definitiva do controle do território tradicional. Durante quase três décadas as firmas ocuparam as chapadas transformando-as em espaço do capital, no entanto a saída destas firmas possibilitou um vetor de entrada, que não permitiu a (re)configuração territorial geraizeira, mas sim a perpetuação do espaço do capital com a inserção de novos atores, neste caso a figura do grileiro.

Foi a partir desse cenário que as comunidades se organizaram em movimentos sociais, buscando o fortalecimento enquanto grupo social para luta pela retomada do território intercomunitário (a chapada), emergindo, desse contexto, a temporalidade a qual denomino de Tempo dos Movimentos Sociais.

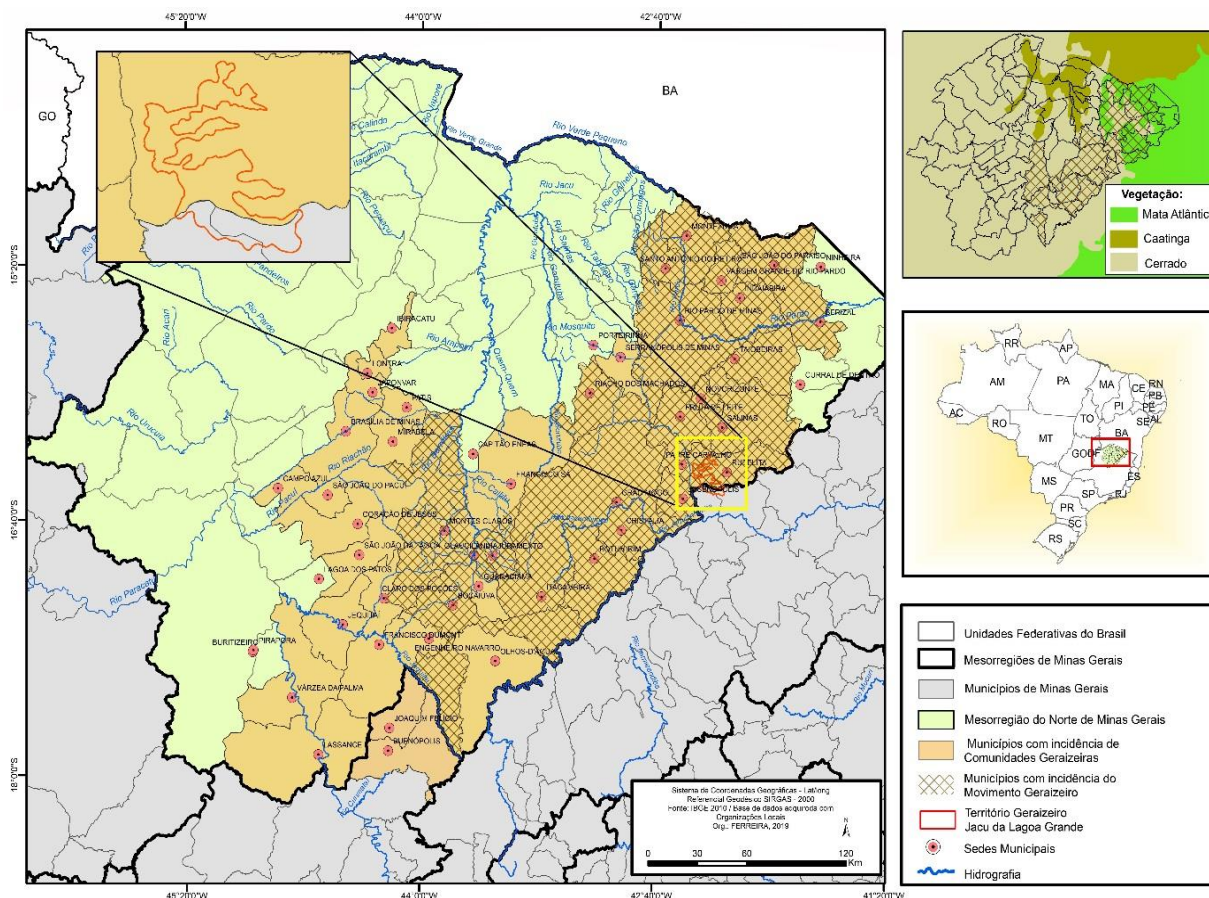
As comunidades do Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande se apoiaram em dois movimentos sociais, o primeiro deles foi o Movimento Geraizeiro que surgiu a partir de reuniões e eventos realizados com comunidades geraizeiras e que, em determinados momentos, envolveram outras comunidades como vazanteiros, veredeiros, caatingueiros, apanhadores de flores, indígenas e quilombolas. O primeiro evento ocorreu no Assentamento Tapera no ano de 2006, na cidade de Riacho dos Machados- MG, e ficou conhecido como 1ª Conferência Geraizeira. Esse momento foi marcado pela socialização das informações sobre a criação da

comissão nacional na construção da política nacional de povos e comunidades tradicionais e de algumas demandas que se faziam necessárias como a criação de uma comissão regional das populações tradicionais e necessidade de construção de uma agenda específica para as comunidades tradicionais nortemineiras (DAYRELL, 2019).

Ademais a 1ª Conferência Geraizeira se tornou uma ocasião para apontamentos sobre os impactos socioambientais resultantes da atuação das firmas sobre o *modus vivendi* geraizeiro, bem como o impacto de políticas globalizantes sobre o território das comunidades, um embate entre duas racionalidades, onde imperavam de um lado as políticas desenvolvimentistas e do outro o modo de vida tradicional das populações locais (DAYRELL, 2019).

Nos estudos de Dayrell (2019, p. 231), o autor aponta as territorialidades de atuação do movimento geraizeiro “que ajuda a visualizar tanto os desafios quanto os resultados alcançados por décadas de lutas, resistências e proposições”. A territorialidade está relacionada à presença de comunidades que se autoidentificam como geraizeiras ou que estão envolvidas com o movimento de alguma maneira, abrangendo cerca de trinta e um mil, novecentos e quarenta e sete quilômetros quadrados (31.947,92 km²) em 23 municípios do Norte de Minas Gerais. Na figura 26 está expressa territorialidade desse Movimento Social.

Figura 26 - Territorialidades do Movimento Geraizeiro



Fonte: DAYRELL (2019, p. 224). Adaptado por NEVES e FERREIRA, 2020.

O Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande está inserido dentro dessa jurisdição de atuação do Movimento Geraizeiro. A participação de alguns moradores das comunidades nos eventos, coordenados pela Comissão Regional de Povos e Comunidades Tradicionais³⁴, que ocorreram nas duas últimas décadas, possibilitou o estreitamento dos laços e estimulou a rede

³⁴ A Comissão Regional de Povos e Comunidades Tradicionais foi criada no ano de 2006, um dos responsáveis pela criação dessa comissão foi o senhor Braulino Caetano dos Santos. É salutar, mesmo que de forma resumida, destacar o protagonismo do Braulino nas lutas pelos direitos das comunidades tradicionais: Sua trajetória de vida é marcada pela experiência da escravidão ao trabalhar por mais de 20 anos em uma fazenda, tendo como pagamento somente a comida. Através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Montes Claros (sua cidade Natal) tomou consciência dos seus direitos, se inseriu na organização e contribuiu para importantes conquistas da classe trabalhadora no Norte de Minas e no Brasil. Participou, por exemplo, do processo de sistematização da Constituição Federal de 1988, da criação da Rede Cerrado (que reúne ONGs de todo o bioma) durante a ECO 92 e da formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, onde assumiu a representação dos geraizeiros na Comissão Nacional. É co-fundador do Centro de Agricultura Alternativa (CAA-NM), da Cooperativa Grande Sertão e de outras cinco associações locais. Recentemente recebeu o título de Doutor Honoris causa concedido pela UNIMONTES, como reconhecimento pela sua contribuição ambientalista e social.

entre as outras comunidades do Alto Rio Pardo, e como efeito, fortaleceu a agenda de luta nessa porção territorial.

O Norte de Minas Gerais, principalmente nas últimas quatro décadas, se mostrou como um campo de lutas em que os povos e comunidades tradicionais portadoras das mais diversas identidades resistiram aos processos de expropriações territoriais e perda dos recursos naturais essenciais para suas existências. Em conjunto se organizaram em um movimento social que pôde abarcar essa heterogeneidade de identidades, conhecido como Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais, fundada no ano de 2011 na cidade de Montes Claros – MG.

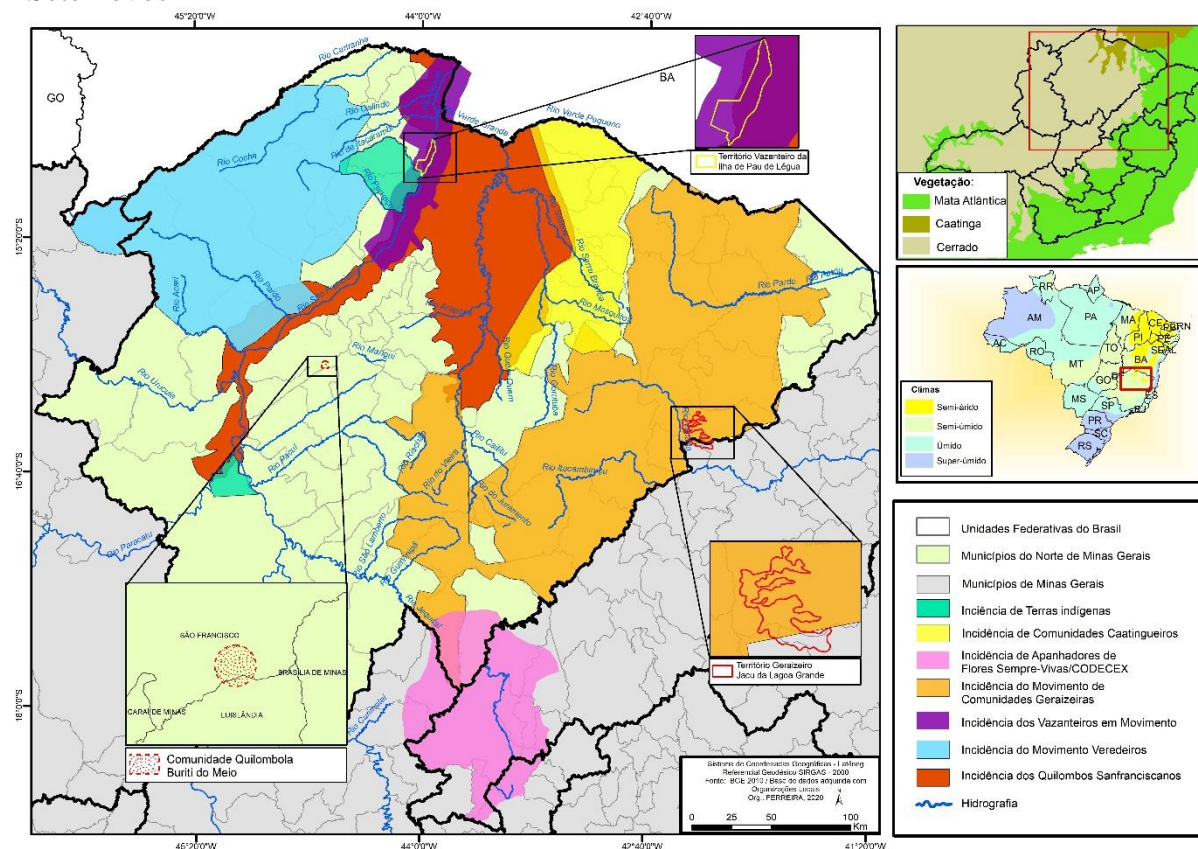
Esse movimento social surgiu a partir de uma das reuniões da Comissão Regional denominada de “Conversa de Caboclo” no ano de 2010, cuja proposta inicial era de “promover ações conjuntas de apoio aos enfrentamentos promovidos pelos diversos povos que dialogando entre eles, se unificaram frente aos seus direitos” e, no ano de 2015 após vários desdobramentos, a Articulação concretizou o seu objetivo no qual projeta a “unificação dos povos na busca pelo direito aos seus territórios tradicionais, à regularização fundiária, ao exercício de sua cultura diferenciada, à preservação do ambiente e à fala” (DAYRELL, 2019, p. 134 *apud* NIISA, 2015).

A Articulação Rosalino tornou-se o movimento representante de grupos identitários no Norte de Minas Gerais e Alto Jequitinhonha, passando a ser conhecidos como os “Sete Povos”, a saber: Indígenas (Xakriabá e Tuxá); Quilombolas, Vazanteiros, Veredeiros, Geraizeiros, Caatingueiros e Apanhadores de Flores. As comunidades pesquisadas, Vazanteiros de Pau de Léguas e Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande, estão envolvidas nesse movimento social e participam por meio de representantes das atividades da Articulação. Já a Comunidade Quilombola Buriti do Meio, faz parte da Federação Estadual das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais – N’Golo³⁵, não fazendo parte de movimento sociais.

³⁵ No ano de 2003 representantes de setenta e duas comunidades reconhecidas como Comunidades Remanescentes de Quilombos se reuniram na cidade de Belo Horizonte, na Casa do Conde e realizaram o I Encontro Mineiro de Comunidades Negras e Quilombos “Territórios Negros Culturais: As Dimensões produtivas, sociais e simbólicas dos quilombos”. Desse evento emergiu a necessidade de criação de uma entidade representativa para essas comunidades no Estado de Minas Gerais, resultando ao final do encontro a Comissão Provisória Quilombola. No ano de 2004, após três reuniões foi construído a minuta do Estatuto da entidade e em 2005, foi criada a Federação Estadual das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais que recebeu o nome simbólico de N’Golo, palavra derivado de língua bantu que quer dizer, “força e poder pela união” que tem sua origem numa dança ritual dos Mucopes de Angola, conhecida como dança da Zebra e que tem uma relação intrínseca com a capoeira. Nos anos que se seguiram outros encontros foram realizados e novos objetivos traçados, entre eles a luta pela demarcação das terras quilombolas e a necessidade de levantamento sobre o número de comunidades remanescentes existentes em Minas Gerais. Após a conclusão do levantamento foi possível identificar mais de 700 comunidades no estado que se reconhecem como remanescentes de quilombos (COSTA, 2019).

As localizações geográficas das comunidades Vazanteiros de Pau de Légua, Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande e Quilombo de Buriti do Meio, são identificadas na figura 27, que apresenta a territorialidade da Articulação Rosalino no Norte de Minas Gerais, bem como sua abrangência no Alto Jequitinhonha.

Figura 27 - Área de Incidência da Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais - Sete Povos



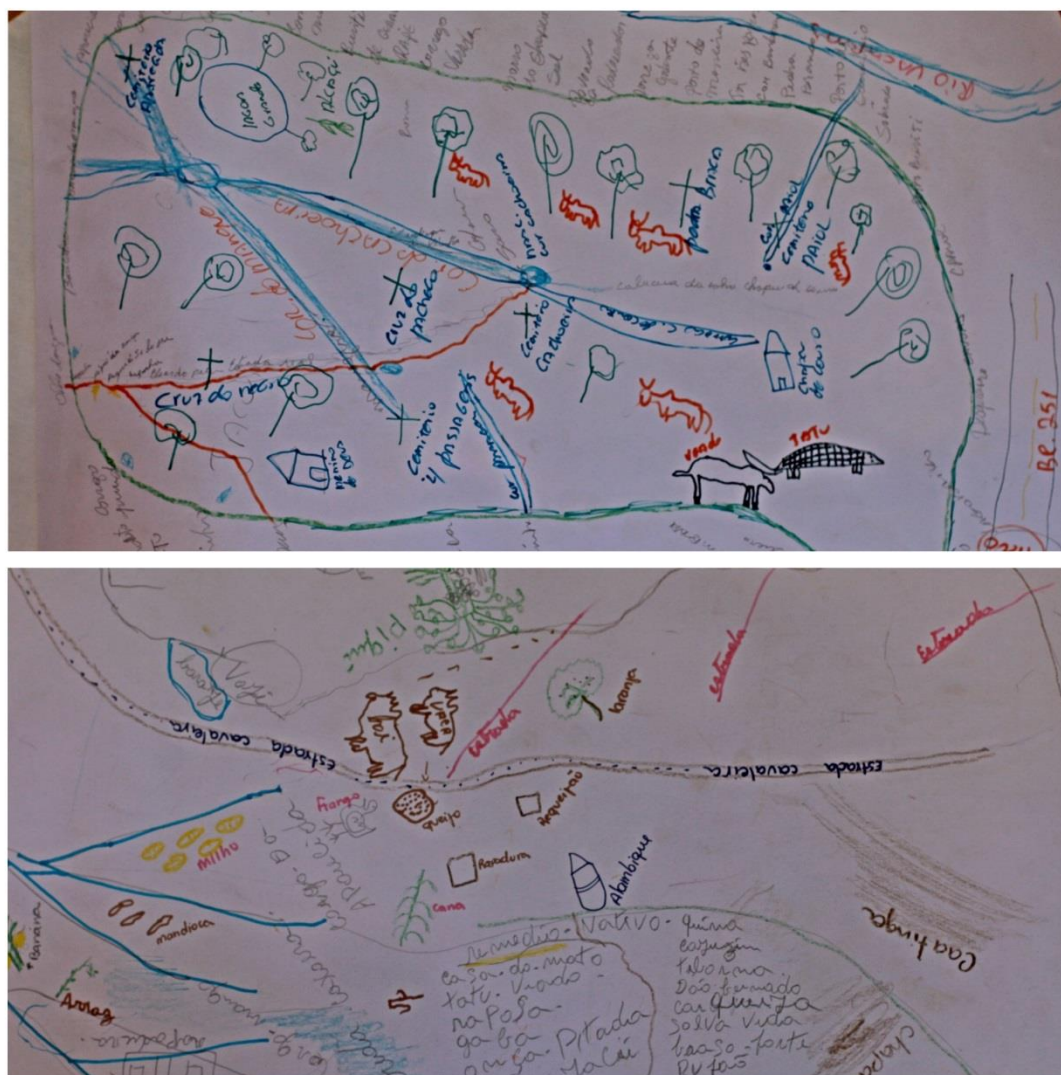
Fonte: DAYRELL (2019 p. 378). Adaptado por NEVES e FERREIRA, 2020.

A territorialidade da Articulação Rosalino é de aproximadamente 7.080 mil hectares, cobrindo áreas que coexistem movimentos sociais identitários específicos, como podem ser observados (FIG. 27), como o Movimento Geraizeiro, Movimento Verezeiro, Vazanteiros em Movimento além das áreas de incidências dos Quilombos Sãofranciscanos, terras indígenas, territórios dos Apanhadores de Flores Sempre-Vivas e em menor proporção dos povos caatingueiros. Isso denota, além da ampla abrangência geográfica, a diversidade de identidades as quais o movimento social abarca. Contudo, é importante salientar que existem outras dezenas de comunidades quilombolas nesse recorte geográfico que buscaram, em outras organizações o

amparo e fortalecimento enquanto grupo, para lutarem por seus direitos constitucionais, como é o caso do Quilombo Buriti do Meio. Conforme tratado anteriormente, torna-se necessário ressaltar que, a referida comunidade optou por não apresentar, no seu Mapa Social, os limites territoriais por estarem aguardando a elaboração do laudo antropológico, portanto na figura 27, o território da comunidade Quilombola de Buriti do Meio é apresentado como uma territorialidade externa da zona de abrangência da Articulação Rosalino.

Para os Geraizeiros de Jacu da Lagoa Grande a temporalidade denominada Tempo dos Movimentos Sociais, na qual os colocam em contato com outros povos e comunidades, permitiu a visibilidade da identidade e das suas lutas territoriais, bem como a construção de croquis que em conjunto representam o território (FIG 28).

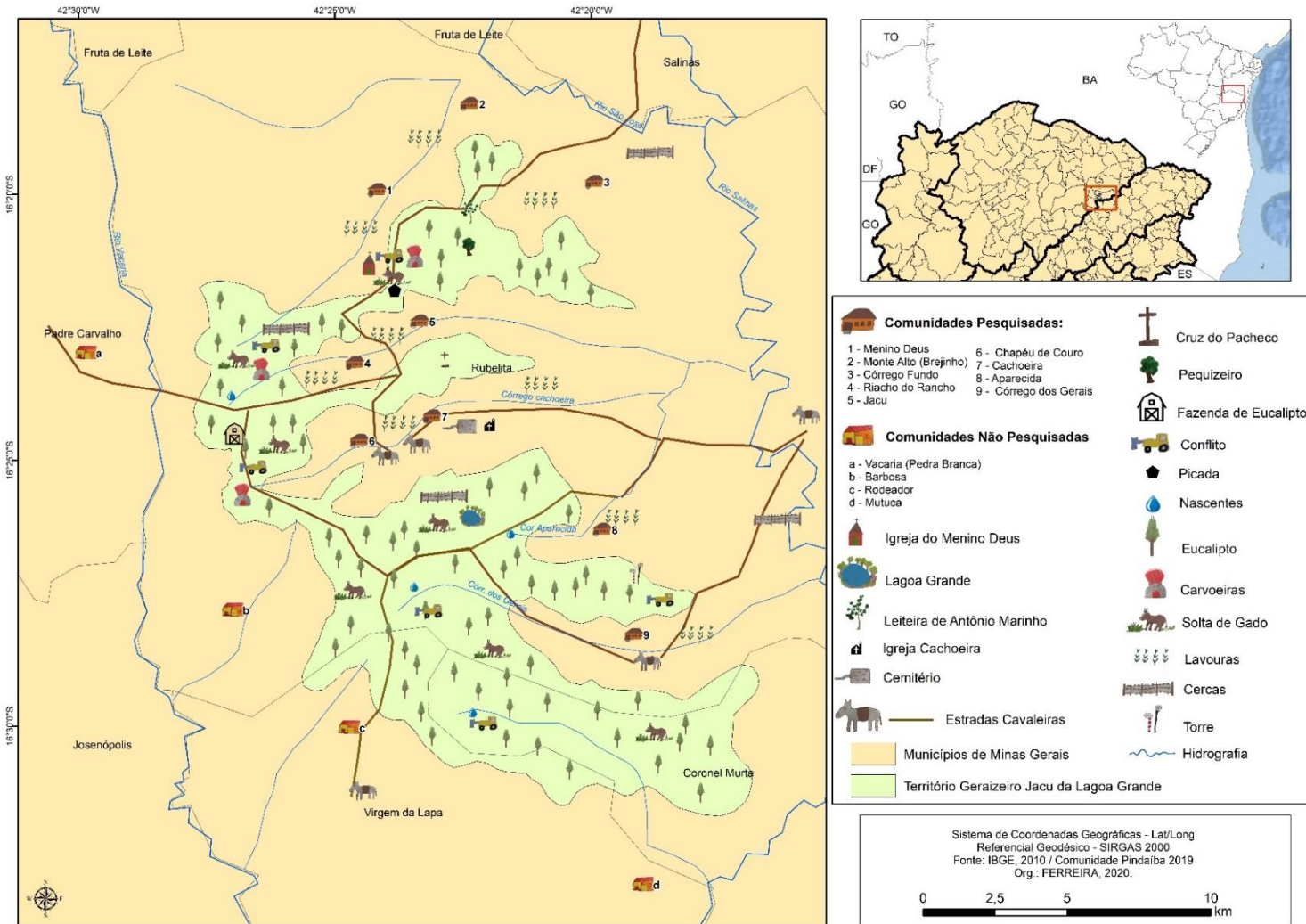
Figura 28 - Croquis do Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande



Fonte: Arquivos de do autor, 2019.

Os representantes das comunidades que participaram das oficinas de produção do croqui, Menino Deus, Monte Alto (Brejinho), Córrego Fundo, Riacho do Rancho, Jacu, Chapéu de Couro, Cachoeira, Aparecida e Córrego Gerais, foram distribuídos em dois grupos com o objetivo de sintetizar as informações sobre os elementos territoriais e representá-las em croquis. Ao final da atividade, foi produzido dois croquis e ícones representativos dos elementos materiais e imateriais do território. Durante uma plenária ficou definido que o território deveria abranger a chapada como território intercomunitário, sem necessariamente abranger as áreas onde estão localizadas as comunidades e seus limites cartesianos. O resultado pode ser observado no mapa social, conforme a figura 29.

Figura 29 - Mapa Social das comunidades que compõe o Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande



Fonte: Pesquisa de campo. Organizado por NEVES e FERREIRA, 2020.

A construção do mapa social seguiu os mesmos procedimentos realizados nas demais comunidades. Os ícones representam os lugares materiais e imateriais, dentre eles destacam-se, a Lagoa Grande, como elemento apontado por todos os moradores, devido a sua importância em tempos passados como reserva de água e local de pastagens naturais. Atualmente esse manancial apresenta reduzido volume hídrico decorrente da antropização das áreas de recarga pelo plantio de eucalipto. O nome do território está associado a essa lagoa e a uma das comunidades conhecidas como Jacu, que servia, em tempos passados, como referência para denominar uma parte central do território. Os conflitos representados pelos ícones dos tratores estão relacionados ao avanço das monoculturas de eucalipto em áreas de importante valor histórico para as comunidades, por serem áreas de antigas pastagens ou de algum recurso natural extrativista.

Durante a produção dos croquis, surgiram nomes de inúmeros rios e córregos que hoje estão praticamente secos ou intermitentes, assim como outros carregadores que interligavam as estradas cavaleiras, formando uma teia conectora dos diferentes lugares. Mas, como já ressaltado, estes caminhos foram encobertos pela floresta de eucaliptos. As árvores como a leiteira e o pequiheiro, mesmo não estando mais presentes na paisagem, fazem parte da memória dessas comunidades como pontos de referência. Assim como determinados percursos da estrada cavaleira, que foram interrompidos por cercas de fazendas ou sítios, impedindo a passagem, forçando o deslocamento dos moradores por rotas mais longas para as cidades de Salinas e Rubelita.

Durante as oficinas, era comum uma reza de origem católica para iniciar os trabalhos, a religiosidade mostra-se presente nos ícones das igrejas da Aparecida, do Menino Deus e da Cruz do Pacheco. Este é um local de procissão usado geralmente em períodos nos quais as comunidades necessitam de renovar a fé, sejam para pedir boas chuvas ou para agradecer alguma dádiva. A igreja Menino Deus localiza-se em um dos flancos da chapada ao lado de uma antiga escola municipal ambas em situação de abandono, como pode ser observado na figura 30.

Figura 30: Igreja do Menino Deus



Fonte: Arquivos do autor, 2019.

Segundo os moradores há muitos anos não se realiza uma missa nessa capela, mas no passado era comum a celebração aos domingos. O abandono desse lugar é reflexo das transformações e impactos ambientais provenientes do avanço das monoculturas no território geraizeiro e do êxodo rural que marcou a região a partir da segunda metade da década de 1980.

Na porção centro-norte do território as plantações de eucalipto foram abandonadas após o segundo corte³⁶, os moradores das comunidades Jacu, Menino Deus e Monte Alto (Brejinho) vem impedindo o manejo pelos fazendeiros e grileiros em grande porção dessas áreas e em determinados locais é possível observar a regeneração do cerrado em meio às glebas de eucalipto.

³⁶ Geralmente os plantios de eucalipto no Alto Rio Pardo para produção de carvão seguem o manejo de corte a cada sete anos e no máximo três cortes para o replantio, totalizando algo em torno de 21 anos até o novo ciclo ou abandono da área devido ao empobrecimento do solo, por fatores logísticos limitantes, etc.

A partir das descrições das comunidades, Vazanteiros de Pau de Léguas, Quilombo de Buriti do Meio e do Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande, de seus elementos materiais e imateriais, estratégias de resistências, configuração territorial e construção dos mapas sociais, apresento, no tópico a seguir, uma análise comparativa entre as comunidades estudadas.

4.4 – Perspectiva comparada entre as comunidades: Vazanteiros de Pau de Léguas, Quilombo de Buriti do Meio e o Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande

O território foi a unidade de análise estabelecida para a perspectiva comparada, a partir de suas vertentes territoriais que se constituem aqui, pela dimensão política, simbólica, material e espacial. Apoiando-se na noção de vertentes de concepções do território, apontadas por Haesbaert (2006). O autor agrupa-as em três vertentes básicas:

Política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.

[...] Simbólico-Cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

Econômica: [...] enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho [...] (HAESBAERT, 2006 p. 40, grifo do autor).

A mobilidade está intrinsecamente relacionada ao modo de vida das comunidades, especialmente advindos das suas práticas agrícolas e as formas, ou contornos do território. Estão centradas no processo de construção dos croquis e mapas sociais que permitiram evidenciar, situacionalmente, como é concebido pelos sujeitos da pesquisa, o “desenho” do seu território. Ou seja, o ângulo de visão pelo qual as comunidades os concebem, o que diz muito sobre o processo histórico de construção territorial que inferiu nas suas configurações territoriais. Logo, fez-se necessário acrescentar mais uma vertente, à qual, denomino de “espacial”, por abarcar as espacialidades do território destas comunidades, no que tange a sua mobilidade, forma e dinâmicas.

Desta maneira, o território foi analisado e comparado entre as comunidades, a partir de quatro vertentes que tratam o território pelas dimensões: Política; Simbólico/cultural; Material/Econômico e Espacial. O quadro 11 sintetiza as semelhanças e dessemelhanças que emergem entre as comunidades.

Quadro 11 - Elementos comparativos e vertentes do território de Pau de Légua, Buriti do Meio e do Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande

Comunidades	Política	Simbólica/Cultural	Econômica/Material	Espacial
Vazanteira de Pau de Légua	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Vazanteiros em Movimento; ✓ Articulação Rosalino; ✓ Autoafirmação Identitária ✓ Reconhecimento da identidade pela CECPT/MG ✓ UC de Proteção Integral (Parque da Mata Seca) * ✓ LMEO * 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Rio São Francisco ✓ Ecossistemas sãofranciscanos ✓ Cosmovisão ✓ Cosmografia ✓ Lugares místicos ✓ “Encantados” ✓ Mobilidade (pendular) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Rio São Francisco (Fonte de recursos) ✓ Agroambientes (Lameiro, baixão, lagoas, terras altas e ilha) ✓ Pesca ✓ Mobilidade (Pendular) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ângulo de visão horizontal ✓ Território Fragmentado - Articulado
Quilombola de Buriti do Meio	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Federação N’Golo ✓ Autoafirmação identitária ✓ Acionamento da identidade jurídica ✓ Certificação pela Fund. Palmares 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Cosmovisão ✓ Cosmografia ✓ Lugares místicos ✓ “Encantados” ✓ “Quilombo” ✓ Artesanato (Identidade) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Terras agricultáveis ✓ Barreiros ✓ Artesanato (Fonte de Renda) ✓ Pastagens * 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ângulo de visão Vertical (Centro Periferia)
Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Movimento Geraizeiro; ✓ Articulação Rosalino; ✓ Autoafirmação Identitária 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Chapada ✓ Cosmovisão ✓ Cosmografia ✓ Lugares místicos ✓ Estradas Cavaleiras ✓ Solta do gado (Identidade) ✓ Território intercomunitário ✓ Mobilidade pendular e sazonal 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Chapadas e Vales (Agrossistemas) ✓ Mobilidade (Pendular - Feiras) ✓ Território Intercomunitário ✓ Solta do gado (Fonte de renda) ✓ Monocultura de eucalipto * 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ângulo de visão Vertical (Periferia Centro) ✓ Território Fragmentado Articulado

* Vertente do território na perspectiva “dos de fora”.

Fonte: Dados da pesquisa

4.4.1 A Dimensão Política

A luta pelo território e a manutenção dos modos de vida para as comunidades em questão, tem se realizado no campo da ação coletiva, ora por ações locais, ora por ações mais amplas que envolvem outras comunidades. Para os Vazanteiros de Pau de Léguas, o território político emerge das mobilizações locais através dos movimentos sociais “Encurralados pelo Parque”, que, posteriormente, foi ressignificado para “Vazanteiros em Movimento”, bem como pelo reconhecimento como grupo identitário, certificado pela Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais – CECPT/MG em 2018. No caso das comunidades do território geraizeiro, a dimensão política do território é fruto, também, da ação coletiva do “Movimento Geraizeiro” e da autoafirmação identitária. As comunidades possuem em comum, ações conjuntas e estratégicas de resistência via Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais. Quanto à comunidade Quilombola de Buriti do Meio, estas se vincularam, especificamente, na Federação N’Golo e pelo acionamento da identidade quilombola, reconhecido pela Fundação Palmares em 2004. Um passo inicial para a delimitação e titulação das terras que deverá ser concluído pelos estudos e laudo antropológico.

O reconhecimento pelo Estado dos grupos remanescentes de quilombos caracteriza uma legitimação do território político, pois fixa a identidade política, administrativa e legal, assim como a identidade social e étnica como veículos de obtenção de direitos diferenciados amparados pelo artigo 68 (ADCT) da Constituição Federal de 1988 (FERREIRA, 2012). Da mesma maneira o reconhecimento territorial das comunidades tradicionais do Estado de Minas Gerais pela Lei³⁷ 21.147 de 14 de janeiro de 2014, contribui para a configuração da dimensão política do território, como espaço delimitado e controlado por esses povos.

Outro elemento que infere na dimensão política do território, especificamente na comunidade vazanteira de Pau de Léguas, é o estabelecimento do Parque da Mata Seca, implementado pelo Estado como medida compensatória do Projeto Jaíba, que sobrepôs o território vazanteiro suscitando, nesta comunidade, articulações políticas já mencionadas anteriormente. Nesse aspecto, o Estado exerce um papel paradoxal, pois, ao mesmo tempo em que permite/licencia, a instalação de projetos impactantes, paralelamente adota medidas de proteção ao meio ambiente, como a criação de Unidades de Proteção Integral, desponderando

³⁷ Lei Nº 21.147 de 14 de janeiro de 2014, regulamentada pelo decreto 47.289 de 20 de novembro de 2017, que instituiu os procedimentos para o reconhecimento e conhecimento formal da autoafirmação e titulação dos territórios tradicionalmente ocupados por povos e comunidades tradicionais.

o território de povos que habitavam a região secularmente. Estas ações alteram modos de vida e reprodução do espaço, bem como acirram os conflitos regionais. Ou seja, como apontado por Haesbaert (2006), revela a face do poder político do Estado sobre o Território.

4.4.2 - A Dimensão Simbólica/Cultural

O território é o espaço das manifestações das experiências vividas, das relações socioambientais e manifestações culturais. É permeado por subjetividades, culturas e simbolismos atribuídos aos lugares, conferindo uma identidade sociocultural. O território, na sua concepção simbólico/cultural, está intrinsecamente associado ao *modus vivendi* das comunidades a partir das suas manifestações culturais e identitárias. Esta trama, que envolve uma das facetas do território, revela uma dimensão essencial da vertente simbólica territorial a ser analisada. Para Haesbaert (2001),

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação” (HAESBAERT, 2001, p 6774).

Neste sentido, para os vazanteiros de Pau de Léguas, foi possível identificar elementos que caracterizam essa vertente simbólica/cultural e que apontam traços místicos de sua cosmovisão. O “Morro da Santa” expressa a religiosidade da comunidade que se materializa em um lugar específico do território, localizado numa colina, um ponto de referência geográfica para o território. A “Lagoa da Lavagem”, além de acidente geográfico, aparece nos relatos como um lugar encantado de onde provém fartura de alimentos para os moradores, assim como a presença do Caboclo D’água, um ser encantado que habita o local. Da mesma maneira, existem manifestações na comunidade quilombola, as quais narram as histórias dos encantados como o Caboclo D’água e da Mãe D’água. Nas comunidades do Território Geraizeiro, a presença das igrejas, do cruzeiro onde fazem peregrinações, são elementos da cultura religiosa desses povos. As narrativas da vida cotidiana no território, exprimem o sentimento de pertencimento.

A ligação que essas comunidades tradicionais têm com o seu *locus* de vida está relacionada ao território como fonte de recursos e mais intensamente, por sua apropriação simbólica-cultural ou simbólico-religiosa, conforme apontado anteriormente. Bonnemaïson e Cambrèzy (1996) ao se referirem às “sociedades tradicionais” deixam evidente que a carga

simbólica existente nos territórios é tão intensa que o território se torna “um construtor de identidades, talvez o mais eficaz de todos” e complementam:

Pertencemos a um território, não o possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo, impregnamos dele. Além disto, os viventes não são únicos a ocupar o território, a presença dos mortos marca-os mais do que nunca com o signo sagrado, enfim, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser (BONNEMAISON e CAMBRÈZY, 1996 p. 13-14).

Outros elementos simbólicos estão estritamente relacionados com o domínio morfoclimático no qual as comunidades estão inseridas. Para a comunidade Pau de Léguas, o rio São Francisco é o elemento simbólico primordial. Torna-se elemento simbólico e material, indissociável portanto. A este respeito, Porto-Gonçalves(2001) considera que,

É preciso considerar aqui que a geograficidade vai além das condições naturais, como é aceito nas ciências sociais. Com certeza, a natureza faz parte da materialidade que constitui o espaço geográfico. E aqui não se admite uma distinção, tão cara ao pensamento dualista dicotomizante, entre o material e o simbólico. Consideramos, ao contrário, que os homens e mulheres só se apropriam daquilo que faz sentido; só se apropriam daquilo a que atribuem uma significação e, assim, toda apropriação material é, ao mesmo tempo, simbólica (PORTO-GONÇALVES,2001 p. 230).

O rio como elemento simbólico, para a comunidade vazanteira, pode ser percebido através de suas manifestações culturais, folclóricas, religiosas, de sobrevivência e como dádiva divina. Como elemento material, o rio é percebido aqui desde como via de transporte, a fonte de recursos: pesca e fertilização dos solos. Sua variação sazonal do nível das águas proporcionam os seus agroambientes: as ilhas, lameiro, baixão e terras altas, permitindo ainda suas territorialidades.

Para as comunidades do Território Geraizeiro, destaca-se a chapada como elemento simbólico e material. Representa o lugar de onde “provém a água”, logo, associado com a dádiva da vida. É também símbolo da vida coletiva, do uso intercomunitário, molda e fortalece suas tradições identitárias. Como elemento material, a chapada é lugar onde ocorre a solta do gado, é o lugar onde foram traçadas as rotas cavaleiras, o lugar do fluxo, mas como já apresentado, um fluxo que carrega uma carga de pertencimento. A chapada é de onde provém parte significativa dos recursos naturais, que são consumidos por essas comunidades como: plantas medicinais, lenha, frutos e pequenas caças.

Quanto à comunidade quilombola, um dos elementos que se destaca, numa dimensão simbólico/cultural do território, é o das terras férteis. O cerceamento da comunidade, pelas grandes fazendas, priorizaram as terras agricultáveis, tornando o acesso da comunidade restrito a uma porção do território com menor potencial agricultável. Esse elemento simbólico/cultural

também está associado a outro, como as fontes de água (advindas dos lugares sobrepostos pelas fazendas), que inferem nos recursos hídricos, cada vez mais escassos. O encurralamento da comunidade Buriti do Meio, (cujo nome foi inspirado numa árvore típica de ambientes úmidos) também a cerceou de diversos cursos d'água e brejos úmidos, permanecendo agora, apenas no imaginário coletivo. Neste sentido, os elementos simbólicos, ao serem reduzidos ou suprimidos do território quilombola, se associam aos elementos materiais, pois sua perda simbólica é também a perda de materialidade, de recursos naturais, soberania alimentar e alteração do *modus operandi*.

As estradas cavaleiras praticamente inexistem na atualidade, desapareceram pela sobreposição do plantio homogêneo de eucalipto, assim como as lagoas que foram drenadas no território vazanteiro ou a mata repleta de pés de pequi que viraram carvão e/ou cederam lugar para as pastagens no território quilombola. Esses elementos foram extraídos do território, mas suas lembranças permanecem no imaginário das comunidades. Mesmo que o avanço das fazendas, dos plantios de eucalipto ou da unidade de proteção integral (que expropriaram o território, todo ou em partes), tenha produzido transformações no cotidiano, ou seja, retiraram alguns elementos fixos; a parte visível; os recursos naturais e materiais, isso não alterou a relação desses povos com o lugar (como porção do território marcado por afetividade). Os elementos agora reduzidos ou invisíveis, permanecem reverenciados e ou imortalizados nas lembranças, nas histórias, nas relações intracomunitárias, que por sua vez, fornecem os subsídios para a “topofilia” (TUAN, 1974).

A mobilidade se apresenta como um elemento simbólico e, ao mesmo tempo, econômico para a comunidade vazanteira e as comunidades do território geraizeiro. Para os vazanteiros a mobilidade é simbólica, pois está relacionada ao movimento pendular realizado entre a terra firme (ou outras territorialidades como a cidade) e a ilha. Esse movimento pendular é intrínseco à identidade vazanteira, que está interrelacionada e em consonância, com a dinâmica das águas do rio São Francisco, nos tempos de cheia e vazante.

Da mesma maneira, o território para essa comunidade vazanteira, tem na mobilidade um viés econômico. O ir e vir com seus barcos entre a cidade e os agroambientes de produção (lameiro, baixões e ilha) para a venda do excedente (feiras), ou o ir e vir das famílias que residem nas cidades; e/ou aquelas que se locomovem diariamente para os agroambientes *locus* de produção, também permite traçar o território vazanteiro na dimensão econômica. Essa mobilidade integra as territorialidades vazanteiras. O rio São Francisco está na centralidade

desse processo, pois é este que fertiliza os solos, que proporciona a “estrada” para a locomoção e que fragmenta e articula ao mesmo tempo o território e suas territorialidades.

Para as comunidades do território geraizeiro Jacu da Lagoa Grande, a mobilidade também é simbólica pois compõe a identidade. O movimento pendular (ir e vir) entre o território e as feiras urbanas, são constituintes do modo de vida dos geraizeiros, contudo, esse componente da identidade não está vinculado somente à mobilidade, mas preponderantemente ao “preparo” que antecede ao movimento. Esse “preparo” se configura também como uma dimensão econômica do território. A mobilidade entre o território e a feira é precedida pelo planejamento do que é produzido, como é produzido e quando é produzido, cujo excedente é comercializado nas feiras nas cidades. A mobilidade sazonal geraizeira estava associada ao manejo pecuário no território intercomunitário, ou seja, pela solta do gado nas chapadas durante a estação chuvosa. Esse movimento específico ficou comprometido e praticamente se tornou inexistente devido as expropriações e os cercamentos das chapadas, conforme já apontados em discussão anterior. Nesse sentido a sazonalidade se mantém na dimensão simbólica das comunidades pesquisadas e estagnada na dimensão econômica.

Não foi considerada, como elemento do território, a mobilidade sazonal na comunidade quilombola. Nota-se que a mobilidade sazonal, nessa comunidade, se dá em decorrência da migração para a colheita de café no sul de Minas, como alternativa de renda (conforme apresentado anteriormente). Contudo, esta mobilidade não está atrelada às suas territorialidades, mas sim, às implicações das expropriações do seu território tradicional.

4.4.3 - A Dimensão Econômica

O território independente da sua acepção está relacionado ao poder, mas não apenas do tradicional poder político, mas sim do poder no seu sentido concreto de dominação ou no sentido simbólico como apropriação. O que diferencia a apropriação da dominação é a natureza dessas ações. Enquanto a primeira está vinculada ao sentimento de pertencimento e do “vivido espacial”, portanto simbólico, a segunda está relacionada à sua funcionalidade, sua concretude, subordinado ao valor de troca, de mercadoria, logo, vertente econômica (LEFEBRVE, 2000).

Lefebvre (2000) aponta a dicotomia entre a apropriação e a dominação da seguinte maneira:

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado,

tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo. (Lefebvre, 2000 p. 411-412)

Nesse sentido, o território, na sua conotação simbólica é múltiplo, pois deriva da relação espaço-tempo do vivido espacial, que se apresenta como complexo e diverso, ao contrário do que o autor classifica como “unifuncional”, ou seja, um *continuum* produzido pela lógica capitalista.

Para as comunidades do Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande, a chapada se transforma em território intercomunitário a partir da sua apropriação, dos usos comuns entre as diferentes comunidades que territorializaram aquele espaço, portanto não é uma propriedade exclusiva de um grupo específico de moradores ou de uma comunidade, ele pertence a uma coletividade. A implementação dos plantios de eucalipto que sobrepujaram o território intercomunitário geraizeiro é incorporado pelos agentes hegemônicos, uma dimensão unifuncional, quer seja pela fazenda, quer seja pelo grileiro, a partir da introdução da floresta exótica homogênea. O território se torna o “espaço do capital”, ou “território usado”, que desconsidera os usos daqueles povos que o concebiam enquanto território simbólico (mas que possui seu caráter funcionalista e será apresentado mais adiante).

Da mesma maneira isso ocorre na comunidade quilombola de Buriti do Meio, o avanço das cercas das fazendas, que extirpou do bioma a vegetação nativa e incorporou a pastagem exótica (*Brachiaria*), com a única finalidade de expandir a criação extensiva de gado, transformou as áreas expropriadas em unifuncionais. Nas vazantes de Pau de Léguas esse processo é semelhante, mas ocorre em dois momentos como já foi apresentado, inicialmente pela chegada da fazenda financiada pelo capital, por meio do processo “modernizante” nortemineiro, ao qual Ribeiro e Galizoni (2007, p. 121) corroboram que a modernização chegou aos sítios, “com a face da RURALMINAS, mas partilhada numa trindade: a onipotência produtiva da técnica, a onisciência do mercado e a onipresença do Estado autoritário”. O território vazanteiro, em sua maior parte virou pastagens, as casas foram derrubadas e outra lógica produtiva foi incorporada ao lugar, ou seja uma racionalidade que se coloca “fora do tempo vivido”. O segundo momento ocorre quando as fazendas são compradas pelo Estado e transformadas em Unidade de Proteção Integral, expropriando novamente a comunidade que havia retornado ao território num hiato temporal, e novamente o território apropriado se transformou em território unifuncional, “econômico”.

Numa observação superficial poder-se-ia afirmar que as Unidades de Proteção Integral se assemelhariam aos chamados territórios naturais, devido a sua dimensão etológica, que priva a presença do “homem desprovido de autorização” em adentrar no lugar. Contudo, é salutar apontar que a Unidade de Proteção é uma área compensatória de expansão do Projeto Jaíba, ela é fruto, primeiramente, do avanço do capital nessa região. A criação do Parque da Mata Seca, se deu num contexto de dominação do espaço pelo viés economicista, sobrepondo-se a lógica de apropriação dos vazanteiros que veem a terra como território.

O território econômico para Godelier (1984) é definido por meio dos processos de controle e uso dos recursos:

Designa-se por território uma porção da natureza e portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou a parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar (GODELIER, 1984 p. 112).

Nessa concepção podemos considerar o território como fonte de recursos essenciais para a reprodução dos modos de vida das comunidades tradicionais, que dependem economicamente dele enquanto natureza, enquanto condição física para reprodução do *modus vivendi*, através do seu controle de uso e acesso. Nesse campo de análise, Milton Santos distingue o território como recurso e território como abrigo, pois de acordo com o autor, para os “atores hegemônicos o território usado é um recurso, garantia de realização de seus interesses particulares”, enquanto para os “atores hegemônizados” trata-se de “um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio físico local, ao mesmo tempo em que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares”, ou seja, o território é relacional (SANTOS *et al.* 2000 p. 12-13). No entanto, Haesbaert (2004) pondera que, enquanto recurso, há duas formas de produção do território, uma pelos “dominantes que há um privilégio do caráter funcional e mercantil e para os dominados uma garantia de reprodução de sua sobrevivência cotidiana” e ainda complementa:

(...) ou seja, todo território “funcional” tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que ela seja, e todo território “simbólico” tem sempre algum caráter funcional, por mais reduzido que ele seja (HAESBAERT, 2004 p. 4).

Nesse sentido se o território pode se apresentar como funcional e simbólico para os agentes hegemônicos, este também se apresenta de maneira simbólica e funcional para as comunidades, ainda que em menor escala. Assim, para os geraizeiros a chapada se configurava, no passado, como um agroambiente que permitia à solta do gado, nas estações chuvosas,

possibilitava a manutenção da atividade pastoril, liberando as terras dos vales para o plantio de alimentos. Essa atividade integrava parte substancial da dimensão econômica do território geraizeiro, assim como as estradas cavaleiras, que representavam as rotas que permitiam a mobilidade entre o território e o urbano, para onde eram destinadas, para as feiras, a sua produção excedente. É importante ressaltar o papel das chapadas para essa dimensão no território geraizeiro, uma vez que se configura como elemento essencial para a manutenção das comunidades enquanto acesso aos recursos naturais, notadamente a água, além de espaço de uso intercomunitário.

Para os vazanteiros da comunidade, essa dimensão funcional econômica do território é similar a dos geraizeiros, pois a produção de alimentos nas vazantes e a venda do seu excedente nas feiras urbanas, assim como a venda do pescado, obtido nas lagoas marginais localizadas no território são essenciais para a renda das famílias. Na comunidade quilombola, não era de todo diferente, grande parte das terras agricultáveis viraram pastagens de fazendas, que por sua vez comprometeram os recursos hídricos. A terra de plantio é material e funcional, pois permitia a produção alimentar. Sua expropriação implicou busca de alternativas externas à comunidade, para suprir o abastecimento das famílias. Isso integrou parte considerável dos moradores, em especial, os do sexo masculino, à lógica de trabalho assalariado, permitindo com a venda da força de trabalho a compra de alimentos, os quais eram produzidos, em sua maioria, nas terras expropriadas.

A perda dos territórios como fonte de recurso e de renda faz com que parte considerável dos moradores das comunidades busque outras formas de sustento, seja pelo êxodo rural da população mais jovens (que é um traço característico do rural brasileiro e percebido nas comunidades), seja pelo trabalho assalariado ao qual esses povos têm de se submeter para garantir o sustento da família. Nas comunidades geraizeiras, no auge do plantio de eucalipto, muitos dos moradores trabalharam nas firmas, assim como em Buriti do Meio onde os moradores prestaram serviços como lavradores ou vaqueiros nas fazendas ou ainda como trabalhadores no laticínio instalado dentro do território da comunidade.

4.4.4 - Dimensão Espacial

A dimensão espacial do território diz respeito a sua forma ou contornos, portanto, é atribuído, a essa dimensão, aspectos concernentes à paisagem enquanto categoria de análise do espaço geográfico. Nas comunidades pesquisadas os delineamentos dos territórios foram

expressos por meio dos croquis, que sinteticamente, representam o olhar dos moradores sobre o espaço geográfico em que vivem. A maneira de enxergar o território é muito específica para cada indivíduo, contudo, as oficinas do PCSDS permitiram coletivizar os olhares, a partir de um grupo considerável de pessoas, ou seja, aquelas que participaram da construção dos croquis.

Durante a elaboração dos croquis as comunidades de Buriti do Meio e Pau de Léguas, se reuniram em grupos e foram esboçando o território, num processo de construção e desconstrução dos limites. Foi uma ação de fazer, desfazer e refazer com ajustes que tendiam a se aproximar ao mais próximo possível dos contornos territoriais. Por vezes, as opiniões se mostraram divergentes e convergentes, até o momento que os moradores chegaram num acordo, traçaram os limites e a incorporaram os elementos que melhor representaram o território.

Com as comunidades do Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande, o processo foi semelhante, contudo, privilegiou-se a divisão dos participantes das oficinas em dois grupos de acordo com as suas comunidades de origem e a proximidade entre elas: Menino Deus, Monte Alto (Brejinho), Córrego Fundo, Riacho do Rancho, Jacu, Chapéu de Couro formando o grupo 1 e Cachoeira, Aparecida e Córrego dos Gerais como grupo 2. Isso permitiu maior detalhamento de partes do extenso território, que em conjunto, evidenciaram as formas e contornos do território intercomunitário.

A participação dos moradores mais velhos foi fundamental para o delineamento dos territórios, pois as dimensões cartográficas, as noções de distâncias, a localização e distribuição dos elementos materiais e imateriais, eram muito fecundas em suas memórias, ao passo que os mais jovens não tinham experienciado as temporalidades pretéritas, ou seja, as vivências do Tempo de Liberto e Tempo das Cheias em Pau de Léguas; O Tempo de Antes e o Tempo de Colheitas em Buriti do Meio ou; o Tempo das Estradas Cavaleiras, e o Tempo do Eucalipto, no Território Geraizeiro.

A participação na elaboração dos croquis entre o sexo masculino e feminino, também puderam ser observadas. Geralmente as mulheres se dedicaram com maior cuidado aos detalhes e aos elementos centrais da vida cotidiana das comunidades, enquanto os homens contribuíram com os elementos que sinalizavam as distâncias, limites e escalas do território. Essas características estão associadas à mobilidade territorial, uma vez que, os homens costumam circular por distâncias maiores.

A natureza do trabalho permite que o espaço seja compreendido e abstraído de formas diferentes, entre os homens e mulheres nessas comunidades. A pesca e a caça nas vazantes sãofranciscanas; o trabalho de vaqueiro e de manutenção de cercas em Buriti do Meio; o manejo

do gado, a caça, e o ir e vir nas estradas cavaleiras dos gerais, geralmente são realizados pelos homens. Essas atividades ocorrem em lugares mais distantes daqueles da vida cotidiana comunitária, por isso as distâncias, as proporções e a escala, aparentemente, são mais compreensíveis para eles.

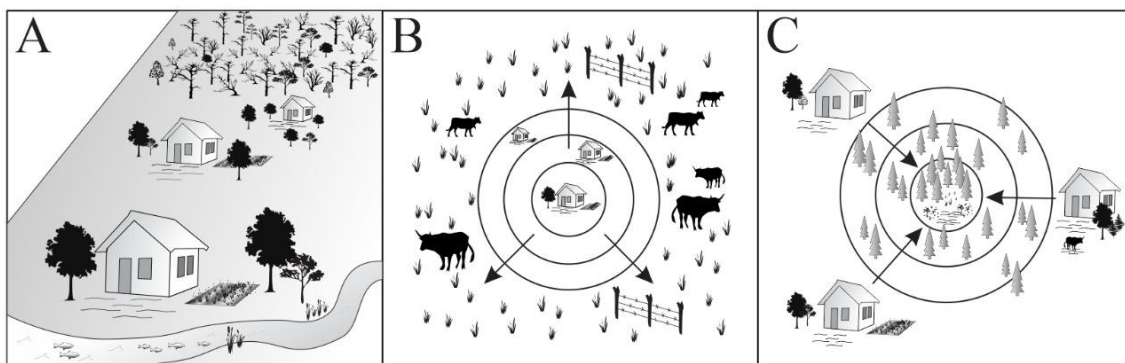
Quanto aos elementos que estão na centralidade do território ou nas médias distâncias, as contribuições das mulheres foram mais detalhadas. É importante destacar que elas, na maior parte das vezes, executam atividades que exigem o deslocamento de médias distâncias como a busca por lenha, água e extrativismo de frutos como o pequi, principalmente nas comunidades de Buriti do Meio e no Território Geraizeiro.

Os croquis foram montados com a participação de homens, mulheres, idosos e jovens, portanto compostas por sexo e faixa etária diferente, apresentando formas distintas de interação com o espaço. No entanto, os croquis puderam captar um pouco dessa diversidade e expressar a visão abrangente de cada comunidade sobre seu território. Uma característica que muito chamou a atenção, foi a maneira como essas comunidades enxergam o território, a partir do seu foco de visão, que está relacionada a outros elementos como a história da apropriação e dos conflitos territoriais.

Durante a pesquisa de campo e, principalmente, no momento em que as comunidades elaboravam os seus croquis, pude notar que havia diferenças de como elas enxergavam o território, a maneira de apontar as distâncias, de elencar os elementos materiais e imateriais e, claro, as dificuldades em transferir tudo isso para um “pedaço de papel”. Não era uma tarefa fácil para aquelas pessoas, pois implicava em trazer algo que aparentemente era abstrato para uma realidade concreta, ou seja, era preciso traduzir as paisagens e o território numa outra forma de expressão, num mapa. Se por um lado era fácil para um vazanteiro desenhar um peixe, um quilombola desenhar um pote ou um geraizeiro desenhar um córrego, por outro lado era demasiadamente complexo ou impossível representar o sabor do peixe, o cheiro do barro, ou som das águas. Existem elementos que jamais poderão ser sentidos e percebidos pelo leitor, pois estes só podem ser vivenciados no lugar.

Porém, existem outros elementos que se mostram perceptíveis, como por exemplo, o ângulo ou foco de visão que as comunidades pesquisadas têm sobre seus territórios, ou seja, como as comunidades concebem esses territórios ou enxergam-nos. Na figura 31, subdividida em três unidades A, B e C, estão representados, respectivamente, os territórios das comunidades: Vazanteira de Pau de Léguas, Quilombo de Buriti do Meio e o Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande, assim como os ângulos de visão específicos.

Figura 31 - Desenho esquemático do ângulo de visão espacial dos territórios



Fonte: Elaborado por Lavínia Ribeiro Figueiredo, 2020. Dados do autor.

Como já foi apresentado no item 4.1.2, a comunidade Vazanteira de Pau de Léguas representou seu território (no croqui) a partir do foco de visão horizontal, tendo o rio São Francisco como elemento principal e a *hinterland* com plano fundo. Ao analisarmos o processo histórico de apropriação das terras marginais do rio São Francisco, especialmente pelas populações que migraram do “Campo Negro da Jaíba” (COSTA, 1999) entenderemos que o território foi apropriado da *hinterland* para margem do rio. Contudo o território vazanteiro de Pau de Léguas encontra-se a margem esquerda do rio São Francisco, portanto oposta ao fluxo migratório originário do “Campo Negro”, nesse sentido a ocupação territorial ocorreu provavelmente do rio para o interior.

Ao analisarmos os estudos de Anaya (2014) outras conclusões podem ser depreendidas, pois os processos de expropriação territorial ocasionados pela fazenda e posteriormente pelo Parque da Mata Seca encurralaram a população nas margens do rio, fazendo com que a *hinterland* se tornasse uma porção territorial menos acessível. Independente de como ocorreu a apropriação, a comunidade Vazaneria de Pau de Léguas tem sua centralidade no Rio São Francisco, o *modus operandi*, apesar de não ser “restrito” ele ocorre sobremaneira nas margens, ou seja, no lameiro e nos baixões.

A comunidade Quilombola de Buriti do Meio demonstrou no croqui a sua percepção territorial com foco numa projeção oblíqua, ou vertical (vista de cima para baixo), sendo que o território se expande do centro para a periferia. Essa centralidade está associada a área core de surgimento do quilombo, que foi o local onde o ancestral Euzébio fincou o marco territorial do quilombo, ou seja, do nascimento do lugar como refúgio e abrigo. À medida que as famílias foram se tornando mais numerosas, novos aglomerados de casas foram surgindo, sendo irradiados para as bordas do território e fazendo emergir as “regionalizações” territoriais que

receberam os nomes de Querosene, Imbú, Caiçara, Mocós e Riachinho. Dessa maneira as territorialidades estão nas bordas, na periferia.

As comunidades do Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande, mostraram uma percepção espacial semelhante à da comunidade Quilombola de Buriti do Meio, no que condiz a visão oblíqua, vertical (de cima pra baixo). Contudo, o território intercomunitário se projeta na centralidade e as comunidades na periferia, ou seja, as territorialidades concentram-se na área core. A maneira que os geraizeiros enxergam a espacialidade, denota a importância do território intercomunitário, pois ele se apresenta como um agrossistema comunal para todas as comunidades do entorno.

A expropriação territorial ocasionada pela introdução dos plantios de eucalipto e pelas grilagens de terras na chapada, não alterou a percepção espacial das comunidades geraizeiras quanto ao seu território de uso. Desde o Tempo das Estradas Cavaleiras, a apropriação da chapada como território material e simbólico evidenciava a importância dessa porção territorial para a reprodução do *modus vivendi* geraizeiro.

A expropriação não foi efetivada em sua totalidade, mesmo que o território tenha sido transformado em espaço do capital, pelo olhar dos de fora, isso não impediu que as comunidades, ou seja, “os de dentro”, acessassem os recursos naturais, apesar destes se tornarem cada vez mais escassos. Da mesma maneira o território permaneceu como simbólico e ainda carregado com uma nova conotação, como campo de lutas. Nessa perspectiva, a expropriação da chapada como espaço do capital, não resultou necessariamente numa desterritorialização, pois não produziu um vetor de saída.

Portanto, temos sinteticamente, o território vazanteiro (A): com foco de visão horizontal sendo o primeiro plano representado pelo rio São Francisco e o Parque da Mata Seca ao fundo, portanto a sua *hinterland*. O território Quilombola (B): cuja visão espacial é vertical, vista de cima pra baixo, tem sua a centralidade territorial expressa na relação centro-periferia e, por fim, o território geraizeiro (C): que apresenta uma visão espacial vertical, vista de cima para baixo, mas expressa numa relação periferia-centro, em cujas bordas se localizam as comunidades e o território intercomunitário na área core.

CONCLUSÃO

O movimento decolonial, por possibilitar reflexões intrínsecas aos questionamentos que despontam em nossa trajetória acadêmica e de vida: “quem somos”, “para onde estamos caminhando” e sob quais “diretrizes epistêmicas nos guiamos”, despertou meu interesse nessa temática, aliada ao trato da Geografia ou das “geo-grafias”, que se pode aplicar para a construção do conhecimento, a partir de outro ângulo de visão. Nem superior ao que se sistematizou nas academias, nem tampouco inferior, simplista ou exógeno, mas de outro ponto de vista, (re)conhecendo outras formas de ler e interpretar o mundo. Tal forma, ou tal ângulo de visão, ainda está em construção e aceitação por diversos vieses, sobretudo academicistas, porém, em bases cada vez mais firmadas no campo das ciências na atualidade. É libertador ou no mínimo instigador refletir sobre como nosso itinerário histórico, teórico e geográfico tem sido narrado e disseminado até aqui e sobre quais detrimientos sociais consequentes.

Numa perspectiva decolonial e comparativa, o foco central que guiou esta tese se deu em compreender os processos de construção territorial de comunidades tradicionais do Norte de Minas: Comunidade Vazanteira de Pau de Léguas, Comunidade Quilombola de Buriti do Meio e Comunidades do Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande. Construindo mapas sociais como produto. Amparou-se nas técnicas propostas pela Nova Cartografia Social e por meio da técnica que a Cartografia Catrumana propõe nesta tese. Sendo esta última compreendida pela caminhada transversal; pelas dimensões de análise do território; pelas temporalidades e pelo ângulo de visão territorial. Trilhar este caminho viabilizou a construção coletiva dos croquis e mapas sociais dos territórios e territorialidades das comunidades em pesquisa, que, por fim, representam seus elementos materiais e imateriais, suas identidades, cosmografia e cosmovisão, além das dinâmicas históricas que inferem nos territórios. Permitindo uma análise mais aprofundada, numa perspectiva decolonial e comparativa, do processo de produção destes mapas por cada comunidade, bem como do processo de construção de seus territórios, suas territorialidades e a organização do espaço vivido.

Os estudos decoloniais nos revela que já superamos, na América Latina, a fase da “vitimização” advindas do legado da colonização e no cenário histórico do sistema mundo, bem como da fase da negação ou da “ruptura” com o conhecimento dito “europeu”, que sobressaiu no pós-colonial. Um passo à frente foi dado a partir da perspectiva do Giro Decolonial, quando intentamos nos firmar, epistemologicamente, a partir de um lugar próprio, combatendo essencialismos. E, por fim, avançamos ao entrar na fase em que, como parte do sistema mundo,

nos (re)afirmamos, ocupando espaço no processo contínuo de debate/diálogo com as epistemes de maneira horizontal.

O Giro Decolonial é, nesse sentido, indissociadamente um movimento teórico, ético e político ao questionar as pretensões de objetividade sobre um conhecimento dito científico dos últimos séculos e, no que nos diz respeito diretamente, das ciências sociais. O argumento do Giro Decolonial, vem ganhando notoriedade e conquista espaços nos campos acadêmicos por toda a América Latina. Vale ressaltar que o Giro Decolonial, ainda em construção teórico-metodológica, advém da América Latina e da cosmovisão e cosmografia dos que nela se inscrevem, seja de ordem intelectual, política, social, cultural e/ou territorial. Neste panorama, a ciência cartográfica em seu processo de evolução metodológica, teórica e prática, também se ramifica numa perspectiva social, podendo ser analisada a partir da decolonialidade, como aporte teórico-metodológico.

Partindo da premissa decolonial, esta tese considera que o termo atribuído à Geografia e, por conseguinte, à Cartografia, não somente um sentido de libertação, no que tange às rígidas estruturas da Cartografia ocidental/tecnicista, mas, sobretudo, um sentido de reconhecimento da existência e relevância de outras formas de “*geo-grafar*”, de representar/cartografar o espaço que se distinguem da Cartografia clássica “oficial”, em seus objetivos e cosmovisões.

Logo, pensar a Cartografia na perspectiva da decolonialidade, significa considerar que uma ‘Cartografia Decolonial’ remete àquela que parte das realidades e interpretações socioespaciais dos “de dentro”, de forma liminar, posicionando-se entre o saber local e o saber acadêmico. Não rompe com os aparatos e elementos essenciais da cartografia oficial, mas deles se apropriam para visibilizar outras formas de concepção do espaço e de cartografar subalternizadas. Dessa forma, dá aos grupos sociais diversos, lugar para “tradução própria” de suas formas tradicionais de representação do território e suas territorialidades, por meio de sua inserção na linguagem da cartográfica clássica, ou seja, por meio da dialogicidade entre os saberes. Esse também se torna um desafio à Cartografia frente às peculiaridades de cada espaço e grupos atuantes, exigindo, para além da técnica cartográfica, análises e reconhecimento de novas formas de cartografar a partir dos sujeitos, (re)conhecer o território partindo do sentido da conformação e representação deste por cada unidade social.

Categorias ou unidades sociais diversas (grupos, povos, comunidades tradicionais etc.) possuem “cartografias” que lhes são próprias, atreladas às suas cosmovisões e, numa perspectiva decolonial, são visibilizadas, reafirmadas e validadas. Quando a ‘Cartografia Decolonial’ é acrescida, nesta tese, pelo termo ‘Catrumana’, significa designar o conjunto de

formas próprias de autorrepresentação espacial, cosmovisão e cosmografias peculiares a região Norte de Minas, adequadas às identidades, territórios, territorializações e aos seus processos históricos de ocupação e permanência no espaço ocupado desde tempos anteriores.

As práticas cartográficas próprias, empregadas no Norte de Minas, por povos e comunidades tradicionais, conferem, na perspectiva da Cartografia Social e da perspectiva do pensamento decolonial, uma especificidade aos embates territoriais e opressão desses povos, aderindo abordagens intrínsecas no que diz respeito aos aspectos historiográficos, territoriais, identitários e fisiográficos. Abre, portanto, um portal para novos estudos que venham a contemplar a decolonialidade da Geografia, da Cartografia Social ou Nova Cartografia Social, utilizando como instrumento, ferramenta ou técnica para compreensão dos delineamentos territoriais, identidades e poder/saber específicos. Bem como acerca da “cartografização” de outros povos e comunidades ou grupos sociais (incluindo os urbanos), e seus processos de territorialização no escopo da construção política de identidade de cada grupo, expressos em um mosaico sociocultural e suas territorialidades regionais.

As experiências de cartografias sociais na América Latina, por meio ou não de cooperação científica internacional, propiciaram às populações tradicionais o poder de realizar o mapeamento dos seus territórios e representação das suas identidades e conflitos existentes. A Cartografia Social apresenta novos elementos de práticas cartográficas e busca construir um campo de possibilidades, no qual, o mapa é resultado de uma relação entre pesquisadores e sujeitos sociais, contrapondo a prática cartográfica legitimada pelas academias como oficial. O elemento central da Cartografia Social é o processo participativo dos agentes sociais na construção dos mapas, que por sua vez, confrontam a Cartografia tecnicista ou ‘oficial’, possibilitando a identificação dos interesses e territorialidades dos grupos sociais, com suas reivindicações específicas.

As ações das Cartografias Sociais podem ser visualizadas ora como esforços de resistência às dinâmicas da globalização, ou a subalternidade na hegemonia epistemológica, ora como instrumento de apoio à efetivação mesma destas dinâmicas (ACSELRAD; 2008). Esta tese se balizou na perspectiva de ação cartográfica, cuja construção se dá pelas próprias comunidades, que, neste processo, traduzem suas linguagens cartográficas próprias, numa base cartográfica clássica, para se fazerem entender em conformidade com seus anseios, suas necessidades e expectativas materiais, simbólicas e identitárias, do espaço a ser delineado no mapa. Esta tese se orientou ainda pelo compromisso da Cartografia Social, considerada aqui como vertente da cartografia clássica, quando esta abarca linguagens próprias de distintas

formas de conceber o espaço, visibilizando-as ao inseri-las num contexto acadêmico, as quais, tradicionalmente, são ignoradas (pelo viés da cartográfica academicista).

Contudo, a Cartografia Social, numa trama territorial e de interesses multifacetados, ganha adeptos nos mais diversificados seguimentos pelo mundo. Desta forma, as interfaces dos usos e apropriações da Cartografia Social por diversos vieses (emergindo categorias como: desenvolvimentistas, ambientalistas e de atores envolvidos em lutas por reconhecimento identitário e territorial), terminam por agregar um caráter dúbio a ação, contrapondo seu potencial de empoderamento político, socioambiental e territorial de povos e comunidades tradicionais e/ou grupos sociais subalternos, através do seu potencial legitimador de perspectivas e interesses, sobretudo políticos e econômicos.

Nesse cenário, a priori, a Nova Cartografia Social (NCS) se apresenta nos estudos de distintas unidades sociais no país, como um instrumento para delimitação do território com base na identidade do povo, com o intuito de “reconhecimento” do território pelos próprios sujeitos. Entretanto, a Nova Cartografia Social vai além da mera delimitação territorial participativa. Essa delimitação potencializa o empoderamento das unidades sociais trabalhadas, no que se refere às reivindicações territoriais, possibilitando, entre outros, autorretratarem-se em suas perspectivas de vida. A proposta da Nova Cartografia Social, evita a personificação do coletivo, partindo do pressuposto de que cada grupo tem suas peculiaridades e podem se autorrepresentar, cartográfica e socialmente, como sujeitos da ação, em suas diferenças frente aos seus interesses e demandas, que por sua vez, podem sofrer alterações a serem (re)desenhadas em novos mapas sociais, conduzindo o processo de automapeamento e de empoderamento.

O mapeamento, nessa perspectiva cartográfica, é tido como “situacional”, pois ele apresenta as informações cartográficas do grupo num determinado momento, podendo ser refeito pelos mesmos e resultar em um mapa social diferenciado.

A Nova Cartografia Social, durante a produção dos mapas sociais, distancia-se do ‘representar’, no sentido de ‘falar em nome de’, partindo de um processo de construção coletiva, no qual, aproxima, com mesmo grau de importância, o pesquisador e os sujeitos sociais de pesquisa. Difere da chamada cartografia ocidental/tecnicista, por não se tratar de um mapeamento impositivo, e da Cartografia Social, que apesar da similaridade em alguns procedimentos metodológicos, por apresentar um discurso que provém dos sujeitos de pesquisa. Esse novo procedimento engendra um processo de construção conjunta, no qual, as decisões da comunidade são determinantes para a elaboração dos mapas, com um papel imprescindível na coleta dos dados georreferenciados e da sua centralidade política (ALMEIDA, 1994).

A Nova Cartografia Social também se propõe a analisar como se dão os diferentes usos dos resultados obtidos com os mapas sociais, por distintos sujeitos políticos em um contexto complexo de relações de poder e interesses na apropriação territorial. Da mesma maneira, preocupa-se ainda, no que tange à atuação dos pesquisadores frente a grupos sociais específicos, sua postura ética ao “relatar” os resultados da pesquisa tornando pública a representação do espaço vivido, suas concepções de mundo, anseios e perspectivas. Faz-se importante destacar que na Nova Cartografia Social, em termos conceituais e metodológicos encontra-se em construção, evita-se, portanto, traçar uma estreita definição conceitual ou metodológica.

A operacionalização da Nova Cartografia Social, como inspiração metodológica para esta tese, permitiu apoiar os sujeitos comunitários operadores do seu processo de automapeamento, possibilitando contribuir para que técnicas cartográficas, antes pertencentes aos especialistas, se tornassem parte do processo de automapeamento e de visibilização dos sujeitos envolvidos, aproximando da proposta de uma “Cartografia Decolonial”. Igualmente, permitiu compreender os processos de construção territorial e territorialidades das comunidades aqui pesquisadas e automapeadas, fazendo emergir suas afirmações identitárias, bem como, os contextos históricos nos quais estão inseridas. Importante salientar que a afirmação de uma identidade étnica está crucialmente vinculada pelo pertencimento a uma coletividade e a um território, cuja historicidade pode ser apreendida pelos marcos de territorialidade, materializados no espaço, transformado em território coletivo.

O fato das comunidades do Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande não estarem vinculadas ao projeto PCSDS, como Vazanteiros de Pau de Légua e a Comunidade Quilombola Buriti do Meio, permitiu aplicar, de forma independente, técnicas aprimoradas que se tornam, então, estruturantes da Cartografia Catrumana. Desta maneira, nessa pesquisa, as comunidades do Território Geraizeiro se configuraram como amostra que valida a Cartografia Catrumana, bem como o alcance das técnicas da NCS como instrumento metodológico. Logo, esta tese revela a viabilidade e aplicabilidade da Nova Cartografia Social e da Cartografia Catrumana, em estudos de territórios, povos e comunidades tradicionais, para além da mera produção de um mapa participativo. A NCS e a Cartografia Catrumana, possibilitam, desta forma, visibilizar aspectos socioespaciais, cuja cartografia convencional não abrange e que a Cartografia Social, por ser apropriada por interesses multifacetados confere um caráter dúbio à ação.

No Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande, foi possível aplicar, ainda que não inicialmente objetivado, as observações advindas da técnica da caminhada transversal pelo território, como tem sido realizado por pesquisadores e agentes sociais que assessoram o

movimento social regional. Esta caminhada possibilitou a verificação da cosmografia às quais se inserem no que denomino Cartografia Catrumana, entre outras constatações narradas anteriormente. Deste modo, considero a caminhada transversal um dos elementos técnicos essenciais para a fundamentação da Cartografia Catrumana, aliada ao levantamento das temporalidades, as vertentes de análise do território, bem como a percepção do espaço pelos sujeitos. O mapa, na perspectiva da Cartografia Catrumana, é igualmente situacional, podendo, estes elementos de análise sofrer alterações, gerando nova realidade e, portanto, novo mapa.

A região norte de Minas Gerais, composta por um mosaico de povos e comunidades tradicionais; de unidades de conservação ambiental e, por um conjunto histórico de empreendimentos implementados na região (bem como de ocupação territorial desigual) que não consideraram seu habitantes tradicionais, dão a tônica aos conflitos territoriais e socioambientais regionais. Os grandes empreendimentos desfiguraram, ao longo do tempo, a paisagem, promovendo metamorfoses e rugosidades espaciais. Paralelamente, fazem emergir um cenário de lutas por reconhecimento, representação política e por reapropriação territorial.

Nesta esteira da análise da construção dos mapas sociais, foi possível identificar os principais conflitos territoriais emergentes em cada realidade histórica pesquisada e o mecanismo político, gerado pela representação social mapeada, para as reivindicações e resistência destas comunidades articuladas aos movimentos sociais. Fez-se relevante a compreensão ainda, da dinâmica dos movimentos sociais nos processos de resistência e politização das comunidades pesquisadas, no que tange ao reconhecimento dos seus direitos. Para tanto, esta tese perpassou pela compreensão da visão que essas comunidades têm de seu espaço (cosmovisão), denotando uma cartografia que lhes são próprias (cosmografia), para compor o que chamo de “Cartografia Catrumana”.

Partindo da comparação entre os processos de construção territorial das comunidades, através de seus mapas sociais, elaborados coletivamente, e pelas entrevistas realizadas, foi possível elencar categorias de análises emergentes em cada realidade “mapeada”. Estas categorias de análises foram apresentadas no capítulo quatro, ressaltando suas convergências, divergências entre aspectos como: dinâmica territorial; identidade; e formas de manifestações cartográficas próprias. Essa comparação forneceu elementos essenciais para compreender de que maneira o território foi construído e como se tornou inteligível através das temporalidades, pelas comunidades, em similitudes e diferenciações entre elas. Logo elenca-se como técnica essencial para a construção da cartografia Catrumana, além da caminhada transversal, a

compreensão da dimensão territorial, das temporalidades e da percepção do espaço (cosmografia e cosmovisão) a partir do olhar dos sujeitos de pesquisa.

As temporalidades foram identificadas a partir das narrativas das próprias comunidades que relataram durante as entrevistas sobre suas histórias; o espaço vivido no passado e no presente; seus modos de vida e a relação ambiental; os conflitos territoriais; a resistência e a emergência dos movimentos sociais. No caso da comunidade Vazanteira de Pau de Léguas as temporalidades identificadas foram: Tempo de Liberto, Tempo das Cheias, Tempo de Encurralamento e Tempo de Retorno ao Território. Na comunidade Quilombola de Buriti do Meio as temporalidades identificadas foram: Tempo de Antes, Tempo de Colheitas, Tempo das Cercas. E, por fim, nas comunidades do Território Geraizeiro Jacu da Lagoa Grande as temporalidades identificadas foram: Tempo das Estradas Cavaleiras, Tempo do Eucalipto e o tempo do Movimento Social. Essas temporalidades evidenciam formas distintas de apropriação territorial de cada comunidade numa relação espaço/tempo.

O território foi analisado a partir das vertentes: Política; Simbólica/cultural; Econômica/Material e Espacial, numa perspectiva comparativa, identificando categorias de análise convergentes e divergentes entre as comunidades. Na dimensão Política, a autoafirmação identitária e articulação em movimentos sociais é comum a todas as comunidades. Contudo, a comunidade quilombola não faz parte da Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais. Ainda nota-se a Unidade de Proteção Integral e o LMEO como dimensão Política, especificamente na comunidade Pau de Léguas, que representa a vertente política do território na perspectiva “dos de fora” e não necessariamente pela comunidade.

Na dimensão Simbólica/Cultural emergiram as variáveis cosmovisão e cosmografia comum a todas as comunidades, assim como os lugares místicos. Para a comunidade vazanteira emergem os ecossistemas sãofranciscanos e a mobilidade pendular. Para a comunidade quilombola emerge o quilombo e o artesanato e, para as comunidades geraizeiras, emerge a chapada, as estradas cavaleiras, o território intercomunitário, à solta do gado e a mobilidade pendular e sazonal. A variável “encantados” se mostra comum para as comunidades vazanteira e quilombola não aparecendo nas comunidades geraizeiras.

Na dimensão Econômica/Material emergiram variáveis distintas para todas as comunidades, sendo elas: I - Para a comunidade vazanteira emerge o rio como fonte de recursos e seus agroambientes (lameiro, baixões, terras latas, ilha e lagoas) e sua mobilidade pendular. II - Para a comunidade quilombola emergiram, para a vertente do território econômico/material,

as variáveis: Terras agricultáveis, barreiros e artesanato (como fonte de renda) e pastagens como vertente econômica do território na perspectiva “dos de fora”. III - Para as comunidades geraizeiras nessa vertente econômica/material destacam-se as variáveis: Chapadas e Vales, a mobilidade pendular que se direcionam às feiras urbanas, o território intercomunitário e solta do gado (como fonte de renda) e monocultura de eucalipto como vertente econômica na perspectiva “dos de fora”.

Finalmente, a vertente espacial, acrescentada como vertente do território, buscou analisar a percepção do espaço pelas comunidades. Na vertente espacial para a comunidade vazanteira de Pau de Léguas emergiram as categorias: ângulo de visão horizontal e território fragmentado-articulado. Para a comunidade quilombola emergiu, como variável da vertente espacial, o ângulo de visão vertical do território, numa relação centro-periferia e para as comunidades do território geraizeiro, apresentou o ângulo de visão vertical na relação periferia-centro e o território fragmentado-articulado. A configuração territorial de cada comunidade, está associada aos processos históricos de apropriação do espaço, dos conflitos nele existentes denotando, desses contextos, a percepção espacial dos sujeitos de pesquisa.

Como um efeito de lupa, as vivências entre pesquisador e sujeitos de pesquisa, promovido pelas técnicas utilizadas apropriadas para uma Cartografia Catrumana e Nova Cartografia Social, permitiram identificar que essas comunidades não possuem características homogêneas, existindo diferenças para além do *modus vivendi*, abarcando distintas relações territoriais e organização do espaço vivido, o que permitiu a sua categorização, discussão e análises vislumbradas nos objetivos desta tese.

A Cartografia Catrumana é, portanto, o conjunto das formas próprias de cartografar o espaço por povos e comunidades tradicionais nortemineiras, em um processo de automapeamento, que são indissociadas de seu contexto históricos/fisiográficos, e que, para sua compreensão e mapeamento, utiliza-se de técnicas apropriadas que se mostraram essenciais nesta pesquisa, como: a caminhada transversal, o levantamento das temporalidades, as vertentes de análise do território, bem como a percepção do espaço pelos sujeitos, num contexto decolonial.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H; COLI, L.R. **Disputas cartográficas e disputas territoriais**. In: ACSELRAD, H. et al. (Org.). Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano e Regional, 2008, p. 13-43.
- ACSELRAD, Henri; GUEDES, André Dumas; MAIA, Laís Jabace (org.). **Cartografias sociais, lutas por terra e lutas por território** – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2015.
- ACSELRAD, Henri. **Ambientalização das lutas sociais**. Revista estudos avançados, São Paulo, v.24, n.68, 2010.
- ACSELRAD, Henri. **A construção da sustentabilidade: uma perspectiva democrática sobre o debate**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável: FASE, 1999.
- ALENCAR, E. & GOMES, M. A. O. **Ecoturismo e planejamento social**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2001. 103 p.
- ALMEIDA, A.W.B. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Vol 6, n.1, 2004.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Carajás: **Guerra dos Mapas**. Belém: Editora Falangola, 1994.
- ALMEIDA, **Os Quilombos e as novas etnias**. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- ANASTASIA, Carla M. Junho. **Potentados e bandidos: os motins do São Francisco**. Revista do Departamento de História – FAFICH/UFMG. Belo Horizonte, v. 9, 1989.
- ANAYA, F. C.. **“Vazanteiros em movimento”: o processo de ambientalização de suas lutas territoriais no contexto das políticas de modernização ecológica**. Ciências & Saúde Coletiva, 19(10):4041-4050, 2014.
- ANJOS, R. S. A. **Distribuição espacial das comunidades remanescentes de quilombos do Brasil**. Revista Humanidades. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 9 (47): 87-98, 1999.
- ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência no Brasil**. Belo Horizonte – Rio de Janeiro; Editora Itatiaia, 1997.
- ARAÚJO, Elisa Cotta. **Nas margens do São Francisco: sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do quilombo da lapinha e dos vazanteiros do Pau de Léguas**. Dissertação (Mestrado), Montes Claros: PPGDS/ Unimontes: 2009.
- ARRUTI, J. M. A. **A Emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas**. Mana 3 (2): 7-38, 1997.

BALLESTRIN, L. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política. Brasília, N. 11, 2013.

BARBOSA, R. S.; FEITOSA, A. M. **A dinâmica de luta pela terra no norte de Minas Gerais**. In: CLEPS JÚNIOR, J.; ZUBA, J. A.; FEITOSA, A. M. (Org.). Debaixo da Lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil. Goiânia: Ed. UCG, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Edições 70, 2002.

BARIANI, Edison. **Guerreiro Ramos e a redenção sociológica: Capitalismo e Sociologia no Brasil**. Tese (Doutorado em Sociologia) – UNESP, Araraquara, 2008.

BARRETO FILHO, H. T. **Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção**. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (orgs.). Sociedades caboclas amazônicas: Modernidade e invisibilidade. São Paulo: FAPESP; Annablume, 2006. p.109-143.

BAUER, A. Paula M.; SILVA, Vanessa Faria; WANDERLEY, Sérgio E. de P. V. **Decolonialidade, border thinking e organizações: as contribuições de Guerreiro Ramos e Celso Furtado**. VL. 32 Cuadernos de Administración, 2019.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad. de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1994.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998

BOURDIEU, P. **Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1984.

BRANDÃO, Carlos R. (org). **Etnografias do São Francisco: Modos culturais de vida cotidiana, culturas locais e patrimônios culturais em/de comunidades tradicionais no Norte de Minas Gerais**. Relatório científico final do projeto – CNPq: nº 478988/2009-5. UNIMONTES e UFU, 2012.

BRANDÃO, Carlos R. **Plantar, colher e comer**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 de março de 2020.

BRITO, Isabel Cristina Barbosa de. **A REDE-MOVIMENTO SOCIAL DOS GERAIZEIROS DO NORTE DE MINAS**. VI Encontro Nacional da Anppas 18 a 21 de setembro de Belém - PA – Brasil, 2012.

BRITO, Isabel Cristina Barbosa de. **Ecologismo dos Gerais: conflitos socioambientais e comunidades tradicionais no Norte de Minas Gerais**. Tese de doutorado apresentada ao

colegiado do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UNB, como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2013.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE M. de. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**. Tradução de Ruth Joffily. Rio de Janeiro, ed. Francisco Alves, 1977.

CAA/NM, Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. **Território tradicional geraizeiro de Vale das Cancelas**: relatório das oficinas de auto-demarcação. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas/CAA, outubro de 2015.

CAMENIETZKI, C. P. de Araújo. **Unidades de Conservação e soberania alimentar**: uma análise da comunidade vazanteira da Ilha de Pau de Léguas, no entorno do Parque Estadual da Mata Seca, Norte de Minas Gerais. Montes Claros. (Dissertação de mestrado) UNIMONTES, 2011.

CASTELLS, M. **O Poder da identidade**. São Paulo, Paz e Terra, 5ª. ed., 2006. Lisboa, Editora Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CASTRO, A. M. **Fome: um tema proibido** - últimos escritos de Josué de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, A. M. **Josué de Castro: arauto da paz**. In P. E. M. Martins; O. Munteal Filho (Orgs.). O Brasil em evidência: A utopia do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2012.

CASTRO, I. E., et al (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2000.

CASTRO, J. D. **Geografia da fome: O dilema brasileiro: pão ou aço**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Antares e Achiamé, 1980.

CASTRO, J. D. **A estratégia do desenvolvimento**. Tradução de Antônio Melo. Lisboa: Cadernos Seara Nova Economia, 1971.

CASTRO, J. D. **O livro negro da fome**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

CASTRO, J. D. **Subdesenvolvimento**: Causa primeira da poluição – Leitura apresentada no “Colóquio sobre o Meio” em Estocolmo. In: CASTRO, A. M. D. (Org.). Fome: um tema proibido – últimos escritos de Josué de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

CASTRO-GÓMEZ, S; GROSGOUEL, R.; **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre a colonização**, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe**: Postcolonial Thought and Historical Difference. Princeton University Press, 2000.

CIGALES, Marcelo; BARBOSA, Inaê Iabel; MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adélia. **Educação, Crítica Decolonial e Ensino de Ciências Sociais**. Revista da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais. CABECS, Vol. 02, n. 02, p. 146-156, 2018.

CLAVAL, Paul. Geografia Cultural: **O Estado da Arte**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (org). Manifestações da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro: UERJ, 1999a. p.5997.

CLAVAL, Paul. **O Território na Transição da Pós Modernidade**. In: Revista GEOgraphia, Niterói: UFF/EGG, ano 1, n.2, p 726. 1999b.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço: um conceito-chave da geografia**. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.) Geografia: Conceitos e Temas. 5ª edição. Bertrand: Rio de Janeiro, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Territorialidade e corporação: um exemplo**. In.: SANTOS, M. SOUZA, M. A. A de; SILVEIRA, M. L. (orgs). Território: Globalização e Fragmentação. São Paulo, Hucitec, 1998.

COSTA, J. B de Almeida. **A Formação do movimento quilombola em minas Gerais e a criação da N'Golo: Breve Histórico**. https://www.cedefes.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Texto-1_Jo%C3%A3o-Batista.pdf. Acesso, fevereiro de 2020.

COSTA, João Batista de Almeida. **Brejo dos Crioulos e a Sociedade Negra da Jaíba**: Novas categorias sociais e a visibilização do invisível na sociedade brasileira. Em pós – Revista Brasiliense de pós-graduação em Ciências Sociais Ano V, 2001, p. 99 -122.

COSTA, João Batista de Almeida. **Cerrados Norte Mineiros**: populações tradicionais e suas identidades territoriais. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. (org.). Tantos Cerrados – Múltiplas abordagens sobre a biodiversidade e singularidade cultural. Goiânia: Ed. Vieira, 2005.

COSTA, João Batista de Almeida. **Cultura sertaneja**: a conjugação de lógicas diferenciadas: In: SANTOS, G. R. (org). Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas – considerações a partir das ciências sociais. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997.

COSTA, João Batista de Almeida. **Minas Gerais na contemporaneidade**: identidade fragmentada, a diversidade e as fronteiras regionais. Caderno da Escola do Legislativo, Belo Horizonte - MG, vol. 11, n 16, 2009.

COSTA, João Batista de Almeida. **Mineiros e baianeiros**: englobamento, exclusão e resistência. Brasília: Universidade de Brasília, 2003 (Tese de Doutorado).

COSTA, Laís Pereira. **Migrantes Errantes**: As travessias no Quilombo. Montes Claros (trabalho de conclusão de curso), UNIMONTES, 2006.

COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos**: teoria social, anti-racismo e cosmopolismo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

D'ANGELIS FILHO, João Silveira; DAYRELL, Carlos Alberto. **“Ataque aos Cerrados: a saga dos geraizeiros que insistem em defender o seu lugar”** in: Cardernos do CEAS. Salvador: Centro de Estudos e Ação Social. n. 222, abr./jun, 2003.

DAYRELL, Carlos Alberto . **De nativos a caboclos: reconfiguração do poder de representação de comunidades que lutam pelo lugar.** Montes Claros. (Tese de doutorado) UNIMONTES, 2019.

DAYRELL, Carlos Alberto. **Contexto atual do território geraizeiro de Vale das Cancelas.** Montes Claros: mimeo, 2015.

DAYRELL, Carlos Alberto. **Geraizeiros descem a Serra ou agricultura de Quem não aparece nos Relatórios dos Agrobusiness.** In. Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade. Montes Claros. Ed. Unimontes, 2000.

DAYRELL, Carlos Alberto. **Geraizeiros e Biodiversidade no Norte de Minas:** a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais. Dissertação (Mestrado), Universidade Internacional de Andalucía Sede Ibero Americana - La Rábida, 1998.

DAYRELL, Carlos. **Rebeldia nos sertões.** Agriculturas, v. 8, n. 4, p. 10-14, dez. 2011.

DAYRELL, Luciano. **Cacunda di Librina.** Montes Claros-MG: Centro de Agricultura Alternativa – Norte de Minas. 2007. DVD. 31 minutos.

DE PAULA, Andréa N. R.. **Travessias... Movimentos Migratórios em Comunidades Rurais no Norte de Minas Gerais.** Revista VITAS - Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade, ano II, Nº 4, out. 2012.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo.** Prefácio à 4ª edição italiana de A sociedade do espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, G.; GUATARI, F. **Tratado de Nomadología: La Máquina de Guerra.** Mil Mesetas. Valência: Pré-Textos, 1988.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI Félix. **O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia.** São Paulo: 34, 2010.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (org.) **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil,** Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O Mito moderno da Natureza Intocada.** São Paulo: Hucitec, 2000.

DIRLIK, A. 1994. "**The Postcolonial Aura: Third World Criticism in the Age of Global Capitalism**". Critical Inquiry, 20(2):328-356.

DUSSEL, Enrique. **“Europa, modernidad y eurocentrismo”**, in. LANDER, Edgardo (coord.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clasco, 2000.

EMBRAPA. **Sistema Brasileiro de Classificação dos Solos (SiBCS)**. SPI, EMBRAPA, 306. 2006. <http://www.agrolink.com.br/download/sistema-brasileiro-de-classificacao-dos-solos2006.pdf>

FALS BORDA, Orlando; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Investigación Participativa. Montevideo: La Banda Oriental**. 1987.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA. 2008.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Trad. José Laurêncio de Melo. Prefácio de JeanPaul Sartre. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FEITOSA, Antônio Maurílio; BARBOSA, Rômulo Soares. **Homem e Natureza nos Gerais de Minas**. 2005.

FERNANDES, Bernardo M. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuições teóricas para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. Revista NERA, Presidente Prudente, Unesp, ano 8, n.6, jan./jun. 2005.

FERREIRA, M. V. **Cartografia Social e Geotecnologias: Instrumento de análise de Gestão Territorial para Comunidades Tradicionais**. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Geociências. UNIMONTES, 2019.

FERREIRA, Rebeca Campos. **Laudos antropológicos, responsabilidades sociais Dilemas do reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombos**. Civitas, Porto Alegre v. 12 n. 2 p. 340-358 maio-ago. 2012.

FIGUEIREDO, Lisa Vany Ribeiro. **Percepção ambiental em uma unidade de conservação de proteção integral**. Montes Claros. (Dissertação de mestrado) UNIMONTES (PPGDS), 2011.

FIGUEIREDO, Lavínia Ribeiro. **Graduanda em Engenharia Geológica da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM**, Campus Diamantina. 2020

FITZ, Paulo Roberto. **Cartografia Básica**. São Paulo: oficina de textos. 2008.

FONSECA, Graziano Leal. **Mineração no Norte de Minas**. Gerais e geraizeiros ameaçados em função do projeto Vale do Rio Pardo microrregião de Grão Mogol-MG (Mestrado em Desenvolvimento Social) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS. Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, 2014.

FREIRE, Paulo, GUIMARÃES, Sérgio. **Aprendendo com a Própria História**, Vol. 1, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 99-102, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 47ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2005 (1970).

FURTADO, C. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Revista Econômica do Nordeste, v. 28, n. 4, p. 391, 1967.

GALIZONI, Flávia M.. **Águas da Vida: População Rural, cultura e águas em Minas Gerais**. 2005. 198p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

GALIZONI, Flávia M.. **Terra, ambiente e herança no alto do Jequitinhonha, Minas Gerais.** Ver. Econ. Sociol. Rural vol. 40, n° 3, 2002.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas.** Brasília: Líber Livro, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GROSGOUEL, Ramón (coords). **“para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais; transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”** Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 80, p. 115-147; 2008.

GUHA, Ramachandra. **Unquiet Woods: Ecological change resistance in the Himalaia.** University of California Press, 1989.

GUHA, Ranajit. **Writings on South Asian History & Society.** New Delhi: Oxford University Press India, 1982. 231 p.

GUHA, Ranajit; SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Selected Subaltern Studies.** New York. Oxford University Press, 1988.

HAESBAERT, C. R. H. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialização.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade.** Porto Alegre: s.ed., 2004 (disponível em: www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT.pdf). Acesso em: 20/03/2020).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HALL, Stuart. **Da Diáspora.** Identidades e Mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2006.

JESUS, A. Luiz Freitas de. **No sertão das Minas: Escravidão, violência e Liberdade (1830-1888).** São Paulo. Annablume; Belo horizonte FAPEMIG, 2007.

LA BLACHE, Vidal. **Princípios da geografia humana.** Lisboa: Cosmos, 1921.

LACOSTE, Yves. **A geografia: isso serve, em primeiro lugar para fazer guerra.** Tradução Maria Cecília França – Campinas, SP: Papyrus, 1988.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Le Triangle Culinaire.** Aix-em-Provence: 1' Arc, n° 26, 1995.

LIMA, Widney P., RAMOS, João D. D., SILVA, Cristhiano K., **Entrevista com o Professor Alfredo Wagner Almeida**. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v.7, n.2, p. 254-270, jul/dez. 2013.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais do Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia. Brasília: Departamento de Antropologia/UNB, v.332, 2002.

LITTLE, Paul. **Território Sociais e Povos Tradicionais do Brasil**. Anuário Antropológico/2002-2003. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004: 251-290.

LITTLE, Paul. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil**: por uma Antropologia da territorialidade. Anuário Antropológico 2002/2003. Brasília: Editora da UnB, 2005, pp. 251-290.

LOBATÓN, S. B. **Reflexiones sobre Sistemas de Información Geográfica Participativos (sigp) y cartografía social**. Cuadernos de Geografía. Revista Colombiana de Geografía n.º 18, 2009, p. 9-23.

LÖWY, Michael. **Entrevista a Michael Löwy**. In: Analéctica: Revista Eletrônica de pensamento crítico. Ano I, N.º 9 Agosto 2015. Disponível em: Acesso em 10 de out. de 2015.

LUZ, C.; DAYRELL, C. **Cerrado e Desenvolvimento**: Tradição a Atualidade. Montes Claros: CAA-NM/REDE CERRADO, 2000.

MAGALHÃES, Fabiano R. de; AMORIM, Rogério Alves de. **O movimento geraizeiro e a luta pela Terras do Alto Rio Pardo**. RURIS – Revista do Centro de Estudos Rurais, UNICAMP. V. 9 n. 2, 2015.

MALDONADO-TORRES, N. “**Pensamento crítico desde a subalternidade: os Estudos Étnicos como ciências descoloniais ou para a transformação das humanidades e das Ciências Sociais no século XXI**”. In: Afro-Ásia, n. 34, 2006.

MALDONADO-TORRES, N. “**Searching for Caliban in the Hispanic Caribbean**”. In: CLR James Journal, Puerto Rico, 2005.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1978.

MALINOWSKI; B. **Uma teoria científica da cultura**. São Paulo: Zahar, 1975.

MAMA, Amina; ABBAS, Hakima. “**Pan- Africanism and feminism**”. **Feminist África**, n 20, 2015.

MATA MACHADO, Bernardo Novais da. **História do sertão noroeste de Minas Gerais**. Belo horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MCCLINTOCK, Anne. “**The Angel of Progress: Pitfalls of the Term 'Post-Colonialism'**”. Social Text, n. 31/32, p. 84-98, 1992.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador**. Trad. de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia; ROMERA, Edison (2015). **Vozes dissidentes e modernidades dissonantes na América Latina**: Legados e projetos de Bolívar e Martín em Darcy Ribeiro. Civitas, Porto Alegre, vol. 15, nº 3, jul.-set., pp. 403-420

MIGLIEVICH-RIBEIRO; Adélia. **Por uma razão decolonial**. Civitas. Porto Alegre, v. 14 n. 1, p. 68-80, jan-abr, 2014.

MIGNOLO, Walter D. **Historias locais / diseños globales**. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Princeton University (Trad. Ediciones Akal, Madrid. Tradutoras: Juan María Madariaga y Cristina Vega Solís) 2000.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/disenos globales**: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid; Akal. 2003.

MINAYO, M. C. S. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In: MINAYO, M. C. S. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis : Vozes, 1994.

NEVES, S. L. S.. **Dos saberes tradicionais à agroecologia**: um estudo de caso das práticas agrícolas da comunidade vazanteira da Ilha do Jenipapo, Itacarambi-MG. Rev. Bras. De Agroecologia. 8(2): 44-61 (2013).

NIISA - Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental. Diagnóstico socioambiental da comunidade vazanteira de Pau de Léguas. Mathias Cardoso, 2015.

NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo. **Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais**. (Tese de Doutorado. 233fls). Brasília: Programa de pós-graduação em Antropologia Social, 2009.

OLIVEIRA, Cláudia Luz. **Vazanteiros do Rio São Francisco**: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado. UFMG, 2005.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **O que é uma educação decolonial**. Nuevamérica (Buenos Aires), v. 149, p. 35-39, 2016.

PACHECO DE OLIVEIRA, Filho. **"Uma etnologia dos 'índios misturados'? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais"**. Mana. Estudos de Antropología Social. 1998.

PAULA, Hermes de. **Montes Claros: suas histórias, sua gente e seus costumes**. Montes Claros, s. ed, 1979.

PENNA, Camila. **Paulo Freire no pensamento decolonial**: um olhar pedagógico sobre a teoria pós-colonial latino-americana. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, v.8, n.2, p.181-199, 2014.

PEREIRA, Mékie L. **Em nome da Região, a serviço do Capital: o regionalismo político nordestino**. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2007. (Tese de doutorado).

PIERSON, Donald. **O homem no Vale do São Francisco**. Rio de Janeiro, editora, 1972.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha**. In: CECEÑA, Ana E., Los desafios de las emancipaciones en un contexto militarizado. Buenos Aires, Clacso, 2006, p. 151-197.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Apresentação da edição em português. In: LANDER, E. (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. 2. ed. Buenos Aires: Clacso, 2005.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **As Minas e os Gerais – Breve ensaio sobre o desenvolvimento e sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas**. In. LUZ C.; DAYRELL C. (org). Cerrado e Desenvolvimento. Tradição e atualidade. Imprensa Universitária Unimontes, 2000.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Geografia política e desenvolvimento sustentável**. Terra Livre, São Paulo, AGB, n. 11-12, p. 9-76, ago/1992-ago/1993.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Outra verdade inconveniente: a nova geografia política da energia numa perspectiva subalterna**. Universitas Humanística, n. 66, p. 327-365, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Da Geografia às geo-grafias: um muno em busca de novas territorialidades**. Em: CECEÑA, A. E. Y. SANDER, E. (Coords.) La Guerra Infinita: hegemonía y terror mundial. Buenos Aires, Clacso, 2001.

QUEIROZ, M. I. P. de. **Variações sobre técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo, 1991.

QUERINO, Augusto José. **Montes Claros e o Norte de Minas na Rede Urbana do Centro-sul: Fábulas e metáforas do desenvolvimento**. (Dissertação de mestrado) Montes Claros. UNIMONTES (PPGDS), 2006.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad Del poder y clasificación social**. Journ of world-system research, v. 11, n. 2, p. 342-386, 2000.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo(org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, Colección Sur Sur, 2005.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia**. Revista Novos Rumos. v.17, n.37, 2012.

QUIJANO, Aníbal. **Des/Colonialidad Del Poder: El Horizonte Alternativo**. Observatório latino americano de Geopolítica. Lima, 2007.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1989.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A redução sociológica**. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A redução sociológica: introdução ao estudo da razão sociológica**. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo**. Rio de Janeiro: Andes, 1954.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Mito e verdade da revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar: 1963.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **O processo da sociologia no Brasil: esquema de uma história das idéias**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1953.

RAMOS, G. **A redução sociológica: introdução ao estudo da razão sociológica**. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

RIBEIRO, Darcy. **“Depoimento de Darcy Ribeiro”**. BIB, Rio de Janeiro, n. 44, 2º semestre de 1997.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a civilização. Processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **Confissões**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

RIBEIRO, Darcy. **O Dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes**. Petrópolis: Vozes, 1988.

RIBEIRO, Darcy. **O povo latino-americano. Carta. Falas, Reflexões, Memórias**. Brasília: Senado Federal. Gabinete do Senador Darcy Ribeiro. Informe de Distribuição Restrita, 1991.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório**. Etapas da evolução sociocultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RIBEIRO, Darcy. **Os brasileiros: 1. Teoria do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. A integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, E. M. E GALIZONI, F. M. **Quatro histórias de terras perdidas** – modernização agrária e privatização de campos comuns em Minas Gerais. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.9, n.2, 2007.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães (Org.). **A História dos Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University, 1986.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo : Companhia das Letras, 2011.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

SAID, Edward W. **Representações do intelectual**. Trad. Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SAID, Edward. **O orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras. Tradução de Tomás Rosa Bueno [orig. 1978] 2003.

SAID; Edward W.. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente** / Edward W. Said ; tradução Tomás Rosa Bueno. - São Paulo : Companhia das Letras, (1978) 1990.

SAINT-HILARE, A. de. **Viagem pela província do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

SANTOS, 2004. Márcio Roberto dos. **Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco e do Verde Grande (1688-1732)**. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, UFMG, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 7.ed São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Gramática do Tempo: Por Uma Nova Cultura Política**. São Paulo; Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. São Paulo: Graal, 2003.

SANTOS, Milton. **A cidade nos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1965.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. Da crítica a Geografia a uma Geografia Crítica – 6. Ed. – São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 3ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1986.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 16ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Sociedade e Espaço**: A formação Social Como Teoria e Como Método, In. Boletim Paulista de Geografia, 54:81-100, São Paulo:Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1977.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. P. **Território e abordagem territorial**: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. Revista de Ciências Sociais, Campina Grande, v. 23, n. 1 e 2, p. 99-117, 2004.

SCOTT, James. **Formas Cotidianas de resistência**. Revista Raízes. Campina Grande, vol. 21, no 1, jan/jun., 2000, p.10-31. Tradução Marilda Menezes e Lemuel Guerra.

SHOHAT, Ella, STAM, Rober. **Unthinking Eurocentrism. Multiculturalism and the Media**. New York: Routledge, 1997.

SHOHAT, Ella. **Notes on the post-Colonial**. In: Social text, No. 31/32, Third World and Post-Colonial issues. Published by: Duke University Press, 1992.

SILVA, C. PORTELLA, A. P.. **Divisão Sexual do Trabalho em áreas rurais no Nordeste brasileiro**. In: SCOTTY, P.; CORDEIRO, R. (org.). Agricultura Familiar e Gênero: Práticas, Movimentos e Políticas Públicas. Editora Universitária, UFPE, Recife, 2006.

SILVA, Roberto Pereira. **A trajetória de um clássico**: Formação econômica do Brasil de Celso Furtado (resenha). Economia e Sociedade, Campinas, v. 20, n. 2 (42), 2011.

SILVA, Rosana Oliveira; ANDRÉ, Robson Gomes; WANDERLEY, Sérgio Eduardo de Pinho Velho; BAUER, Ana Paula Medeiros. **Josué de Castro e a Colonialidade do Poder, do Ser e do Saber**: Uma Contribuição para a Opção Decolonial em Estudos Organizacionais. Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, jan/abr, 2020 DOI: https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v0i0.21599

SPIVAK, Gayaatri C. **Deconstructing Historiography**. In: GUHA, Ranajit (org.). Subaltern Studies IV: Writings on South Asian History and Society. Trad. Ana Rebeca Prada e Silvia River Cusicanqui. Delhi: Oxford University Press, 1985. p. 330-363.

SPIVAK, Gayatri C. **Can the subaltern speak?** In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (eds.). Marxism and the interpretation of culture. Chicago: Chicago Press, 1988. p. 271-313.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TENDLER, S. **Josué de Castro, Cidadão do Mundo**. Roteiro: Adolfo Lachtermacher, Josué de Castro Filho, Silvio Tandler, Tânia Fusco. Elenco: Francisco Milani (Narrador/voz), José Wilker (Narrador/voz). Produtores: Adolfo Lachtermacher. UERJ Vídeo. 1994. (51 min 25 seg). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fQrww1sjHyI>>. Acesso em: 15 março de 2020.

WALSH, C. **Interculturalidad, estado y sociedad**. Luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Simón Bolívar-Sede Ecuador, abya-Yala, 2009.

WOORTMANN, K. **A comida, a família e a construção do gênero feminino**. Revista de Ciências Sociais. v. 29, n.1, 1986.

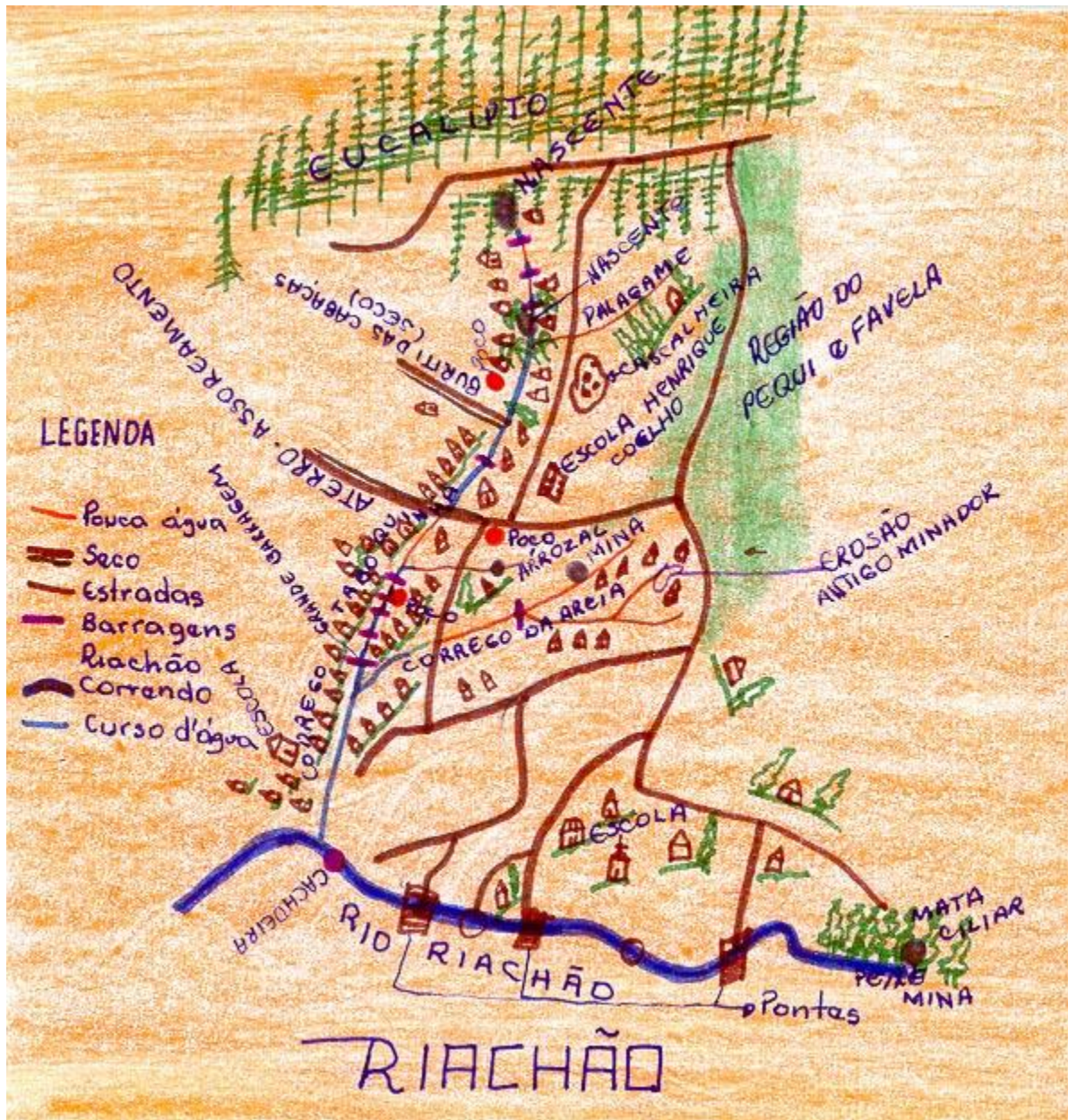
WOORTMANN, K. **O sentido simbólico das práticas alimentares**. In: Coletânea de palestras do I Congresso de Gastronomia e Segurança Alimentar. Brasília: Universidade de Brasília; p.3. 2004.

ANEXO 1

Relatório técnico – CAA/NM

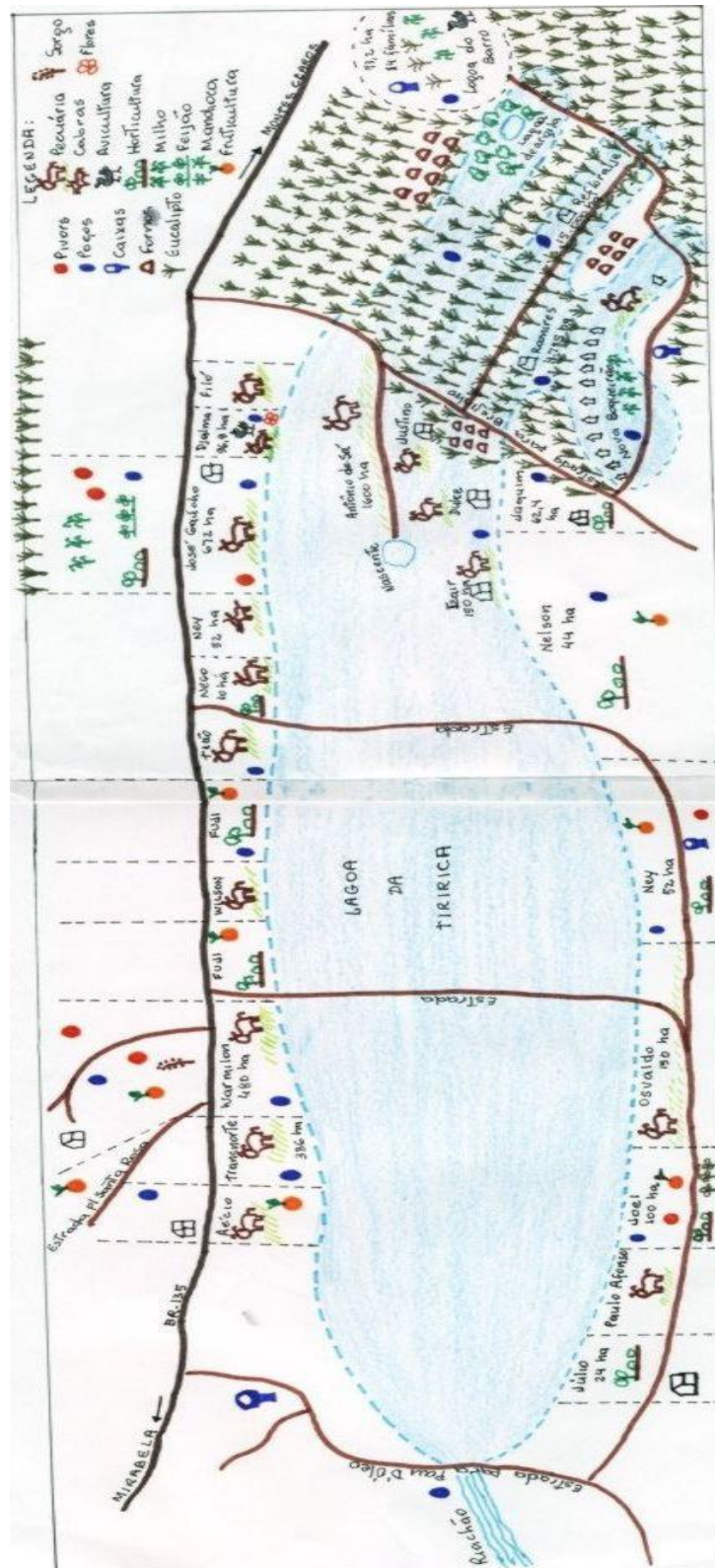
PROGRAMA: “Recuperação E Manejo Dos Recursos Hídricos: A Participação Da Sociedade Civil Em Programas De Gestão Ambiental.”

Projeto Piloto De Gestão Participativa Dos Recursos Hídricos e de Educação Ambiental Na Sub-bacia do Riachão



Fonte: Mapa elaborado pela comunidade – DRPA Riachão, 2001.

Croqui da ocupação econômica na cabeceira do Riachão



Fonte: Relatório Técnico CAA/NM, 2001

PERFIL 2 : PROPRIEDADE DE JOSÉ OSMAR AFONSO MAIA - ÁREA. 299 ha
 COMUNIDADE DE BELA VISTA
 MUNICÍPIO: CORAÇÃO DE JESUS

